UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

ANGÉLICA DOS SANTOS SIMONE

Os cortiços na paisagem do Brás e Belenzinho, São Paulo: um estudo de caso

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2014

ANGÉLICA DOS SANTOS SIMONE

Os cortiços na paisagem do Brás e Belenzinho, São Paulo: um estudo de caso

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física para obtenção do título de Mestre em Geografia Física.

Área de concentração: Paisagem e Planejamento Ambiental.

Orientador: Adilson Avansi de Abreu.

São Paulo
2014

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada aos italianos do campo que se tornaram operários nas indústrias, aos nordestinos do semiárido, que se tornaram trabalhadores do comércio, ambulantes, pedreiros, diaristas e aos bolivianos dos *cerros*, vales e *estâncias*, que se tornaram costureiros. A todos estes que encontraram no cortiço uma forma de habitar a cidade, de alcançar sonhos, de configurar paisagens. Na tentativa de uma vida melhor, migrar é a solução e trabalhar é o meio. À mão de obra campesina que sustenta o modo de vida urbano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo, pelo suporte dado à esta pesquisa, através de todos os equipamentos universitários que coloca à disposição de seus alunos.

Agradeço ao Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu, pela oportunidade de realizar o mestrado como aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, pelas orientações dadas a este estudo e às questões acerca do estudo da paisagem pela Geografia, por ajudar a delimitar um campo de estudo difícil e ao fazer isso abriu a possibilidade de formação de uma pesquisadora.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento concedido à pesquisa.

Agradeço à banca de qualificação, formada pela Prof. Dra. Maria Ruth do Amaral Sampaio, que contribuiu com suas arguições para o aprofundamento na questão social do cortiço e pelo Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior, pela disposição em discutir o estudo interdisciplinar da paisagem, estimulando a pesquisadora ao destacar a importância de realização desta pesquisa, bem como da leitura do volume final.

Agradeço ao Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann pela orientação no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), que muito auxiliou na pesquisa sobre as migrações e no aprendizado do papel do docente no processo de ensino e aprendizagem de Geografia.

Agradeço às instituições que se dispuseram a fornecer informações para esta pesquisa: ao Centro de Apoio ao Migrante, à Missão Paz, à Pastoral Hispânica e à equipe da HABI-Centro.

Agradeço ao “fundo social” que nesta pesquisa é central: aos velhos moradores dos bairros e aos imigrantes bolivianos, que compartilharam de suas histórias e de seus cotidianos.

Agradeço à família pela compreensão e apoio.

Agradeço aos amigos, aos antigos e aos novos que surgiram no ambiente acadêmico, pelos momentos que só os amigos sabem criar.

EPÍGRAFE

A geografia, considerada em seu sentido estrito e buscada de uma maneira exclusiva, é um dos estudos mais perigosos. Por sinal, qual é a ciência que não se possa endurecer, dessecar, privar de toda seiva, reduzir a nada quando se a estuda isoladamente, sem amplitude de espírito, sem largueza de concepções? Todo saber humano deve ter sua parcela de humanidade.

(Élisée Reclus – Da ação humana na Geografia Física.)

RESUMO

A paisagem apresenta-se ao indivíduo pela sua dimensão material, que é a manifestação da vida humana na superfície terrestre. Este estudo tem como objetivo compreender como o cortiço no Brás e Belenzinho integra o conjunto da paisagem e quais são os fatores de sua permanência, no contexto da imigração boliviana, frente às renovações urbanas que vêm ocorrendo neste setor. Partindo de uma compreensão histórica dessa configuração, a pesquisa procura compreender a paisagem em suas diferentes escalas, do setor urbano ao cortiço. Optou-se pelo método qualitativo na coleta dos dados e na interpretação dos resultados. O método morfológico auxiliou na descrição da paisagem e o processo histórico contribuiu com a compreensão dos fatores econômicos e sociais que estruturaram este setor e a configuraram. A observação participante e a realização de entrevistas auxiliaram no estudo da paisagem a partir da memória de velhos moradores e do cortiço estudado. Como é mínimo o investimento em habitações populares para a população de baixa renda neste setor, o cortiço é a principal alternativa para morar próximo ao trabalho e em um setor que possui boa oferta de equipamentos urbanos. A pesquisa com os bolivianos costureiros permitiu averiguar a existência da relação entre a reprodução de cortiços e as oficinas de costura organizadas por eles. Esta pesquisa denominou tal categoria de cortiço, a partir da sobreposição de atividades domésticas e trabalho no mesmo espaço, como “oficina-cortiço”, que se apresenta no setor de estudo a partir da refuncionalização de edificações antigas às mais recentes. A permanência do cortiço na categoria “oficina-cortiço” deve-se à reestruturação produtiva da indústria de vestuários e à quarteirização do trabalho, onde as confecções contratam informalmente, os serviços de costura que são realizados por imigrantes bolivianos em locais insalubres. Moradia e trabalho unem-se no mesmo cômodo, pois esta forma gera menos custos para o dono da oficina, ao mesmo tempo em que permite aos imigrantes, que não desejam se enraizar, uma possibilidade maior de mobilidade.

Palavras-chave: paisagem, cortiço, imigrantes bolivianos.

ABSTRACT

The landscape presents itself to the individual by its material dimension, which is the manifestation of human life on Earth's surface. This study aims to understand how a slum in Bras and Belenzinho area integrates all of the landscape and the factors of its permanence in the context of Bolivian immigration, according to the urban renovation which has been happening in this sector. From a historical understanding of this setting, the research seeks to understand the landscape in its different scales, from the urban sector to the slum. We chose the qualitative method in data collection and interpretation of results. The morphological method helped in the description of the landscape and historical process contributed to the understanding of economic and social factors that have shaped and structured this sector. Participant observation and interviews helped in the study of landscape according to the memory of old residents and the studied slum's area. As the investment in affordable housing, for low-income people, is low, slum is the main alternative to live close to work and in a sector that has a good supply of urban equipment. A survey with Bolivian tailors allowed verifying the existence of the relationship between the reproduction of slum and the sewing workshops organized by them. This research called this category of slum from the overlap of domestic activity and work in the same space as the "sewing-slum", which appears in the sector studied since the old building operation until the most recent ones. The permanence of slum in the category named as "workshop-slum", is due to the restructuring process of the garments industry and the subcontracting work, which means that the clothing hires, informally, the sewing services that are performed by Bolivian immigrants in unsanitary

places. Thus, dwelling and working are jointed in the same room as this form generates lower costs to the owner of the workshop sewing at the same time that allows immigrants, who do not wish to take roots, a greater possibility of mobility.

Key-words: landscape, slum, Bolivian immigrants.

LISTA DE SIGLAS

B.O.	Boletim de Ocorrência
CAMI	Centro de Apoio ao Migrante
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
Celade	Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografia
CIT	Cadastro de Imóveis Tombados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRES	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRFM	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo
MPF	Ministério Público Federal
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Atuação em Cortiços
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sebe	Secretaria do Bem-Estar Social
Sehab	Secretaria de Habitação
Sempla	Secretaria de Planejamento
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SPM	Serviço Pastoral do Migrante

SUS

Sistema Único de Saúde

USP

Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: População boliviana no município de São Paulo.	57
Tabela 2.1: Crescimento da população de São Paulo entre os séculos XIX e XX.	87
Tabela 2.2: Crescimento da população de São Paulo no século XX.	110
Tabela 3.1: Crescimento da população da capital nos últimos vinte anos.	116
Tabela 3.2: População de cada bairro e total do setor nos últimos 60 anos.	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A paisagem metropolitana.	3
Figura 2: A cidade e suas paisagens.	4
Figura 3: Localização da área de estudo.	7
Figura 4: Mapa de localização dos imigrantes bolivianos segundo distrito de destino.	11
Figura 5: Recorte do setor do Brás e Belenzinho a partir da planta do município de São Paulo em 1860.	72
Figura 6: Avenida Rangel Pestana em 1860.	74
Figura 7: Chácara do Dr. Bresser em 1860.	74
Figura 8: Recorte da setor em processo de urbanização, em 1897, a partir da planta do município.	77
Figura 9: Recorte da área de estudo a partir da planta da cidade de São Paulo de 1924.	79
Figura 10: O Gasômetro e o rio Tamanduateí em 1900.	81
Figura 11: A várzea do Tietê em 1960.	82
Figura 12: A várzea do Tietê em 1960.	82
Figura 13: A paisagem, com as indústrias que permaneceram até meados dos anos 1980 no Belenzinho.	83
Figura 14: Enchente do Tamanduateí.	84
Figura 15: Enchente do rio Tamanduateí no início do século XX.	84
Figura 16: A capela do Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos e a estrada da Penha em 1880.	85
Figura 17: A influência da modernidade na renovação material.	85
Figura 18: Avenida Rangel Pestana, próximo ao Largo do Brás, em 1900.	86
Figura 19: Largo do Brás, 1904.	86
Figura 20: Largo do Brás, com o prédio do Grupo Escolar Romão Pugliari.	87
Figura 21: A paisagem da Avenida Rangel Pestana em 1904.	89
Figura 22: O transporte coletivo no início do século XX.	89
Figura 23: Paisagem da várzea do Tamanduateí e mercado caipira, em 1903.	89
Figura 24: Cortiço na rua Carneiro Leão, Brás, em 1929.	96
Figura 25: Cortiço na rua Visconde de Parnaíba, em 1939	96
Figura 26: Interior de cortiço.	97
Figura 27: Cortiço no Brás, em 1942	97

Figura 28: Cortiço adaptado em prédio pertencente ao antigo “Instituto de Sciencias e Letras”.	102
Figura 29: Cortiço tipo “casinha de aluguel” no Brás.	102
Figura 30: Cortiço na Mooca.	102
Figura 31: Casinhas de madeira improvisadas nos fundos de terreno.	103
Figura 32: Cortiço denominado “estalagem”, na Mooca.	103
Figura 33: Vila operária no Brás, em 1938.	104
Figura 34: Fábrica familiar de macarrão no Brás.	107
Figura 35: Paisagem do Brás com antigos espaços refuncionalizados	119
Figura 36: A aproximação do detalhe e a revelação da composição	120
Figura 37: A aproximação do detalhe e a revelação da composição	121
Figura 38: A heterogeneidade na composição do conjunto edificado.	122
Figura 39: A transformação da paisagem industrial.	123
Figura 40: Portão de entrada para a antiga IRFM, no final da Rua da Vila Boyes.	124
Figura 41: Últimos prédios das IRFM no Belenzinho.	124
Figura 42: A transformação da paisagem industrial.	124
Figura 43: Condomínio Projeto Viver.	125
Figura 44: Condomínio Projeto Viver.	125
Figura 45: A refuncionalização dos espaços e a transformação da paisagem.	126
Figura 46: Alvará de extinção do patrimônio.	127
Figura 47: Entre uma edificação e outra, um terreno vazio.	127
Figura 48: A composição heterogênea da paisagem.	128
Figura 49: Os prédios industriais como registros do passado.	129
Figura 50: Elementos que integram a paisagem do Belenzinho.	129
Figura 51: A paisagem na escala da Rua Júlio de Castilhos.	130
Figura 52: A paisagem na escala da Rua Júlio de Castilhos	130
Figura 53: O Largo do Brás no presente.	131
Figura 54: Novas formas de habitar.	132
Figura 55: Novas formas de habitar.	132
Figura 56: Vila Boyes modificada.	133

Figura 57: Vila Boyes modificada.	133
Figura 58: Vila operária no Belenzinho.	134
Figura 59: Casarões do Belenzinho.	134
Figura 60: Casarão no Belenzinho	135
Figura 61: Casarão no Belenzinho.	135
Figura 62: Habitação conjugada com comércio.	136
Figura 63: Habitação conjugada com comércio.	136
Figura 64: Habitações coletivas conjugadas com comércio	137
Figura 65: Habitação coletiva do tipo pensão, conjugada com comércios.	137
Figura 66: Casas em miolo de quarteirão	137
Figura 67: Casas em miolo de quarteirão.	137
Figura 68: Casas em miolo de quarteirão do presente.	138
Figura 69: Casas em miolo de quarteirão do presente.	138
Figura 70: Entre o passado e o presente da paisagem.	139
Figura 71: Condomínio “Vallore Brás”.	139
Figura 72: Anteriormente um galpão, hoje a premissa de um condomínio.	141
Figura 73: Anteriormente comércios, hoje um condomínio.	141
Figura 74: A paisagem que revela contrastes.	142
Figura 75: Diferentes modos de morar revelam diferenças sociais.	143
Figura 76: Ocupação para moradia.	143
Figura 77: Terreno para construção de habitação.	144
Figura 78: Habitação para população de baixa renda construída pela CDHU.	144
Figura 79: Distribuição dos cortiços no setor de estudo.	147
Figura 80: Cortiço na Rua Marquês de Abrantes.	148
Figura 81: Cortiço na Rua Engenheiro Reginaldo Cajado.	148
Figura 82: Hotel-cortiço na Rua Jairo Gomes.	149
Figura 83: Cortiço tipo pensão na Rua Dr. Clementino.	149
Figura 84: Cortiço na Avenida Rangel Pestana.	149
Figura 85: Cortiço na Avenida Celso Garcia	150

Figura 86: Cortiço na Rua Marquês de Abrantes.	150
Figura 87: Cortiço na Rua Conselheiro Cotegipe	151
Figura 88: Cortiço na Rua Catumbi.	151
Figura 89: Cortiço na Avenida Celso Garcia.	151
Figura 90: Cortiço na Rua Cajuru.	151
Figura 91: Cortiço interditado na Avenida Celso Garcia	152
Figura 92: Antigo escritório do Cottonificio Paulista encortiçado.	153
Figura 93: Antigo escritório do Cottonificio Paulista encortiçado.	153
Figura 94: Oficinas de costura em casa unifamiliar, na Rua Herval.	161
Figura 95: Oficina e moradia no Brás. Detalhe para as janelas fechadas.	162
Figura 96: Oficina e moradia no Brás e crianças.	162
Figura 97: Oficina-cortiço na Rua Toledo Barbosa. Detalhe para as janelas fechadas.	163
Figura 98: Oficina-cortiço na Avenida Celso Garcia	164
Figura 99: Oficina-cortiço na Avenida Celso Garcia.	164
Figura 100: Oficina-cortiço em prédio na Avenida Rangel Pestana.	165
Figura 101: Oficina-cortiço na Avenida Rangel Pestana.	165
Figura 102: Oficina-cortiço na Rua Coimbra.	168
Figura 103: Anúncio de trabalho.	168
Figura 104: Quartos para trabalhar ou viver.	169
Figura 105: Anúncio de venda de oficina.	169
Figura 106: A Rua Coimbra aos sábados.	173
Figura 107: A Rua Coimbra aos sábados.	173
Figura 108: Implantação das instalações do lote.	176
Figura 109: Acesso ao cortiço.	177
Figura 110: Acesso ao cortiço a partir do prédio fabril.	177
Figura 111: Casa unifamiliar em reforma.	178
Figura 112: Residência unifamiliar atualmente.	178
Figura 113: Corredor lateral que acessa o prédio encortiçado.	179
Figura 114: Frente do prédio encortiçado.	179

Figura 115: Corredor onde os cômodos são acessados.	180
Figura 116: Corredor de acesso aos cômodos térreos.	180
Figura 117: Detalhe da fiação do local.	180
Figura 118: Corredor no térreo com portão.	181
Figura 119: Área coletiva no térreo.	181
Figura 120: Escada de acesso ao primeiro pavimento.	182
Figura 121: Antigo maquinário que permaneceu no local.	182
Figura 122: Estrutura que cobre o primeiro pavimento.	183
Figura 123: Condições da infraestrutura do primeiro pavimento.	183
Figura 124: Visão oposta do corredor.	184
Figura 125: Intervenção na estrutura do primeiro pavimento	184
Figura 126: Infraestrutura dos cômodos.	185
Figura 127: Infraestrutura dos cômodos.	185
Figura 128: Cômodo adaptado em antiga sala no primeiro pavimento, com oficina de costura.	185
Figura 129: Interior de cômodo construído no segundo pavimento, com oficina de costura.	185
Figura 130: Módulo esquemático dos cômodos.	186
Figura 131: Criança brinca no único espaço “livre” que possui.	190
Figura 132: Batatas andinas preta (<i>chuña</i>) e branca (<i>tunta</i>) desidratadas, trazidas por Maria.	199
Figura 133: Imigrantes bolivianas no mercado. Fonte: SIMONE, 2012.	215
Figura 134: Imigrantes bolivianas compram batatas na feira de domingo.	215
Figura 135: Bolivianas jogam futebol em quadra no Belenzinho.	215
Figura 136: O futebol é apreciado pela comunidade boliviana.	215
Figura 137: Brasileiros e bolivianos compartilham a mesma fonte de água.	217
Figura 138: Grupo de bolivianos passeiam no parque em um domingo de sol.	217

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Procedimentos teóricos conceituais	12
1.1.2 A geografia e a paisagem	12
1.1.3 A geografia cultural e a abordagem saueriana da paisagem	15
1.1.4 Implicações do conceito “cultura” nos estudos geográficos	21
1.1.5 A paisagem pela etimologia	29
1.1.6 Contribuições para a definição de paisagem	33
1.2 Procedimentos metodológicos e técnicos	37
1.2.1 Paisagem, história e memória	42
1.2.2 A paisagem em diversas escalas	51
1.2.3 A questão dos dados	54
1.2.4 Uma opção metodológica: o estudo de caso	59
1.2.5 Organização dos capítulos	67
2. A PAISAGEM NO PASSADO DOS BAIRROS ABORDADOS	70
2.1 A configuração de uma paisagem industrial e operária	70
2.2 O contexto do cortiço	93
2.3 O migrante nordestino e o cortiço	107
3. A PAISAGEM CONTEMPORÂNEA DO SETOR DE ESTUDO	115
3.1 O presente em transformação e o passado como herança	115
3.2 A composição da paisagem	127
3.3 O conjunto dos cortiços	145
3.4 A oficina-cortiço	159
4. ESTUDO DE CASO	172

4.1 Histórico do cortiço	172
4.2 Infraestrutura do cortiço	177
4.3 Caracterização das famílias	191
4.4 O cortiço e seus moradores	194
4.5 Os bolivianos nos espaços públicos e a percepção da vizinhança	214
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
7. ANEXOS	238

1. INTRODUÇÃO

A paisagem urbana reflete a cidade, possuindo como uma de suas características morfológicas o adensamento construtivo e a diminuição do tamanho das propriedades em relação às propriedades no campo. A sua existência dá-se a partir das funções que exerce para a vida em coletividade (MUMFORD, 2008). A cidade traz, desde as suas origens, uma representação de centralidade, onde os habitantes do mundo rural se deslocam para esta centralidade a fim de encontrar o que buscam para suas necessidades. Para Weber (1999) a cidade é um local de mercado, onde existem indústrias que produzem e comercializam seus produtos na localidade. Portanto, para a cidade capitalista existir, é preciso haver uma atividade lucrativa, um mercado entre seus habitantes.

Apesar das diversas dimensões que definem a cidade, Weber (1999, p.68) aponta a configuração paisagística como uma destas dimensões: “[...] um estabelecimento compacto (ao menos relativamente), como uma localidade e não casarios mais ou menos dispersos. Nas cidades, as casas estão em geral muito juntas [...]”. Uma vez que a industrialização, no caso de São Paulo, promoveu a urbanização dos setores onde as indústrias estavam instaladas, a vida centrada no trabalho passa a transformar a paisagem antes rural (PETRONE, 1995), em paisagem urbana.

Nos estudos urbanos, a cidade é classificada conforme o seu nível de influência local, regional, nacional, global e também pela quantidade de sua população e então, em cidades pequenas, médias ou grandes. Não se pode afirmar se existe uma proporção entre o nível de complexidade de uma cidade e a quantidade de sua população, como aponta Weber (1999). Entretanto, na cidade de São Paulo, do ponto de vista geográfico, o aumento da população foi relacionado em alguns estudos com o aumento do nível de complexidade desta cidade (PETRONE, 1953, 1955). As indústrias atraíram pessoas que por sua vez ocuparam diversos papéis na estruturação desta cidade capitalista. Conforme a estrutura social vai se tornando cada vez mais multifuncional (e as funções são cada vez mais especializadas), mais complexa se torna a cidade, refletindo essa complexidade na paisagem.

A paisagem da metrópole paulistana é complexa por possuir um conteúdo formado por elementos estruturais diferenciados pela forma, pela função, pela estrutura e pelo tempo, por processos econômicos, históricos, sociais, naturais, culturais e políticos, cada um

abrindo um universo próprio e que se interrelaciona com outros, colocando os primitivos adensamentos paulistas (PETRONE, 1995) em um passado remoto, que na verdade não passa de um século e meio.

A cidade de São Paulo percorre a sua existência em transformação intensa e constante. Os processos sociais, econômicos, culturais e naturais que a atingem e são traduzidos em paisagem, estabelecem-se despercebidos no cotidiano. O tempo do sujeito da/na cidade é submetido à temporalidade da matéria, pois o seu destino é ser transformada em produto para ser consumida, na sustentação dos grupos humanos, que por sua vez movimentam o processo de sua transformação. Os fenômenos acontecem e a cidade se movimenta.

Um instrumento de análise da paisagem utilizado por esta pesquisa foi a fotografia de satélite, a qual permite estabelecer as primeiras aproximações acerca da complexidade da paisagem da metrópole paulistana, tal como revela Jackson (1951, apud MEINIG, 1979, p.213): “It is from the air that the true relationship between the natural and the human landscape is first clearly revealed [...]”, embora nesta escala ela aparente certa homogeneidade em sua composição.

Na figura 1, o município de São Paulo perde-se em meio à “mancha” urbana produzida pelos processos de conurbação de municípios vizinhos e a sua expansão.

Figura 1: A paisagem metropolitana. Fonte: Google Earth, 2013.

Com a diminuição da escala, é inevitável o recorte do território da cidade, para que a composição e configuração da paisagem se revele. No lado leste desta fotografia (Figura 2), percebe-se a presença de um estrato horizontal de construções, pela coloração do telhado das casas, ao passo que o lado oeste mostra um adensamento vertical maior. As vias de transporte que cortam a cidade podem ser percebidas e os rios canalizados, confundem-se com estas vias. A paisagem vista de cima, tal como apontou Valloux (1923) permite a sua interpretação em um primeiro plano, que leva às primeiras descrições, as quais necessitam de uma aproximação maior para compreender o arranjo dos elementos que a compõem.

Figura 2: A cidade e suas paisagens. Fonte: Google Earth, 2014.

Pela aproximação do detalhe, a complexidade da paisagem das metrópoles se apresenta em variadas manifestações. A paisagem registra o conteúdo complexo da vida urbana, refletindo as relações entre seus habitantes, revelando uma composição heterogênea através da forma das edificações, que traduzem usos múltiplos. O conteúdo histórico também apresenta-se em relação com o presente e a desigualdade social da vida em metrópoles como São Paulo também será traduzida em paisagem, pelas diferentes formas de habitar, por exemplo.

A paisagem paulistana, como apontou Sevckenko (1999), é formada por um mosaico de complexos locais que configuram particularidades ao mesmo tempo em que se articulam ao ritmo da cidade. Ela pode ser tratada enquanto este conjunto heterogêneo, mantendo-se uma escala de abordagem que busque uma totalidade ou então focando-se em um detalhe maior, para perceber componentes que se destacam apenas na escala do local, que tal como o cortiço, vai exigir instrumentos específicos para a sua gestão ao mesmo tempo em que faz parte da discussão da questão da habitação urbana.

Graças a complexidade da paisagem paulistana e da paisagem do setor escolhido, ou seja, pela densidade de seu conteúdo e, portanto, dificuldade de apreensão com

precisão de sua totalidade, optou-se por aprofundar o estudo em uma de suas unidades estruturantes. O cortiço apresenta-se como uma das formas de habitar da população deste setor, surgida antes mesmo do contexto da industrialização (final do século XIX), quando a iniciativa governamental para o desenvolvimento de políticas públicas para a habitação social era inexistente (BONDUKI, 1994) e que se mantém enquanto habitação para a população de baixa renda e para abrigar as oficinas de costura no presente.

A influência das normas arquitetônicas e sanitárias, ditadas pela administração municipal no final do século XIX na construção de imóveis, surgiu devido aos problemas gerados pela grande presença do cortiço e das condições insalubres em que seus habitantes viviam nos setores industriais da cidade, como também fruto de um desejo de superar o passado colonial, normatizando e modernizando as edificações. A organização das “vilas operárias” e “casas operárias” surge como alternativa habitacional para os trabalhadores, com o intuito de diminuir a presença da habitação coletiva como principal opção, mas ainda assim com diferenciações no perfil dos operários que habitaram-nas.

Acontece que o cortiço, apesar das transformações que esta paisagem sofreu após o período industrial, resiste como parte do conjunto paisagístico deste setor. Hoje ele é signo da memória operária da cidade e habitação para a população de baixa renda, infelizmente associado a lugares deteriorados. O cortiço abrigou os migrantes brasileiros, sobretudo nordestinos (ANDRADE, 2002), em um período de alavancamento do comércio da região do Brás e desativação das indústrias.

O cortiço permanece como a principal alternativa habitacional para trabalhadores informais deste setor (PAC, 2007), vindo a fornecer, no caso específico de que trata este estudo, moradia e local de trabalho também a imigrantes bolivianos, inseridos na indústria de vestuários, precisamente na linha de confecção, qual seja a costura de roupas, de bolsas e de sapatos. Percebe-se que o cortiço ganha novo formato, quando tais imigrantes trazem o seu trabalho para dentro de sua casa. A partir de sua refuncionalização, o cortiço não é apenas uma habitação caracterizada pela sobreposição de atividades domésticas em um mesmo cômodo, mas pela sobreposição destas atividades e das atividades produtivas, através da organização de oficinas de costura.

Esta dissertação trata de um estudo da paisagem urbana de um setor da cidade

que foi refuncionalizado ao longo do tempo, possuindo não apenas características multifuncionais, mas multiculturais. Buscou-se no Brás e Belenzinho (Figura 3), conhecidos como bairros operários, uma paisagem representativa do processo industrial e migratório, onde a presença da unidade estruturante cortiço é significativa em sua configuração. O fenômeno migratório guarda relações diretas com esta habitação, a qual não só estruturou este setor como é também elemento da memória operária que vem sendo perdida com a demolição do patrimônio industrial e do esvaziamento populacional.

Figura 3: Localização da área de estudo. Organização: SIMONE e GOULART, 2013.

Procurou-se identificar relações entre novas formas de encorticação de

imóveis e a organização de oficinas de costura por imigrantes bolivianos. Através do estudo de caso, pode-se observar como o cortiço vem atendendo às necessidades dos imigrantes bolivianos costureiros neste setor e quais fatores contribuem para a sua permanência, a partir da averiguação de uma tipo de cortiço adaptado em um antigo prédio industrial e utilizado como moradia e local de trabalho por bolivianos. Foi empregado o termo “oficina-cortiço” para classificar este tipo de organização onde há a sobreposição de atividades domésticas e produtivas além das características expressas pela Lei Municipal nº 10.928, de 8 de outubro de 1991 (conhecida como Lei Moura), que caracteriza um imóvel encortiçado.

Não foram encontrados estudos sobre esta forma de encortiçamento ou que analisassem a dimensão habitacional da oficina de costura. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter exploratório e que a utilização de variados métodos de abordagem é uma tentativa de aproximação com esta realidade.

A paisagem apresenta-se a este estudo como uma categoria de análise geográfica que permite acessar as dimensões ocultas que estruturam o setor, através dos elementos revelados em sua dimensão concreta. Neste sentido, a paisagem constitui-se também em um conjunto de formas, mas elas não a explicam em sua totalidade. Embora este estudo tenha focado na dimensão morfológica e funcional da paisagem, a dimensão cultural apresentou-se como designadora de processos que atingem a vida dos bairros e as relações de vizinhança que são parte de um micro-universo. Este diálogo entre a macro estrutura produtiva que configura estes cortiços e as relações entre brasileiros e bolivianos, enraizamento dos imigrantes, relações de vizinhança e pertencimento apresentam as contradições não apenas da vida na metrópole, mas no próprio método de investigação do fenômeno cortiço na paisagem.

Para a análise da paisagem, essa pesquisa utilizou diversas escalas de abordagem. O método qualitativo conduziu a coleta das informações e a interpretação dos resultados. Desde a paisagem do setor, descrevendo-a e apontando os principais processos que a configuraram até o cortiço e as pessoas que nele vivem, procurou-se olhar para a organização social que vem reproduzindo-o no presente, no contexto dos imigrantes bolivianos. Para cada escala, foram utilizados métodos e técnicas diferentes, os quais auxiliaram na precisão da informação coletada e na sua interpretação. Partiu-se de um estudo da formação da paisagem deste setor no contexto da industrialização até o presente,

procurando no complexo geográfico os processos que a configurou e onde o cortiço está inserido, que por sua vez auxilia na compreensão da formação social e econômica que materializou e materializa na paisagem esta habitação.

A proposta deste estudo é contribuir com o campo de conhecimento acerca do fenômeno cortiço na cidade, a partir do estudo de uma situação ainda recente, com elementos da indústria de vestuários e imigrantes bolivianos atuantes em sua configuração dentro de um quadro de contradições da questão habitacional deste setor, onde ele ainda atende a demanda por moradia da população de baixa renda e onde há um aumento nos empreendimentos imobiliários focados na classe média. Para tanto, a pesquisa teve como objetivo compreender como o cortiço contribui para a transformação da paisagem neste setor, a partir de diferentes escalas de aproximação. Os objetivos específicos tratam de analisar como a paisagem deste setor se formou, como o cortiço integrou a paisagem no passado, em qual contexto ele surgiu neste setor e qual sua relação com a população migrante, de maneira a delinear o processo histórico que o introduziu no setor.

A escolha por esta forma de habitar, deveu-se por ela ter sido a “primeira” habitação (BONDUKI, 1994; LEMOS, 1996) do proletariado fabril deste setor, ou seja, a moradia popular da São Paulo industrial e que ainda compõe o conjunto da paisagem estudada, bem como a principal opção para a população de baixa renda habitar nestes bairros centrais. Ele não evidencia a totalidade da paisagem, mas indica um dos eixos que a configura, revelando as contradições da modernidade e da vida na metrópole.

Buscou-se no cortiço, um elemento que compõe a paisagem e pode auxiliar na compreensão da organização espacial deste setor a partir do viés habitacional, percorrendo as condições de vida de parcela dos moradores destes bairros. Existem evidências, pelos relatórios técnicos, de sua presença considerada um problema no período industrial. É evidente a sua participação durante o processo de aumento na migração de nordestinos enquanto trabalhadores informais do comércio local e têm-se evidências de sua atual função na estrutura produtiva da indústria de vestuários com a participação dos imigrantes bolivianos, resignificando esta forma de habitar. Tais condições situam-se em um processo histórico que atingiu o setor, configurando formas temporais heterogêneas na paisagem.

A escolha em estudar a paisagem deste setor, ocorreu por conta das

transformações na forma de habitar de seus moradores. A paisagem vem sendo modificada por conta da demolição de antigos galpões industriais, comércios, cortiços e casas unifamiliares para dar lugar a torres de condomínios fechados, modelo de renovação urbana¹ que aumentou nos últimos dez anos (PEREIRA, 2006). Este setor, considerado por alguns autores (PAOLI, 1991; PEREIRA, 2006) como o “primeiro território da modernidade industrial da cidade”, as renovações via “arrasa quarteirão” (MARTIN, 2004) ocorrem às custas da perda de sua memória, que se configurou no contexto da vida operária migrante.

A escolha da área de estudo justifica-se também, por ela compor os Setores Básicos de Intervenção do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), um programa de iniciativa do Governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), desenvolvido em parceria com a Prefeitura. A CDHU delimitou nove setores básicos de intervenção, quais sejam: Barra Funda/Bom Retiro, Bela Vista, **Belém, Brás**, Cambuci, Liberdade, Mooca, Santa Cecília e Pari, onde foi verificada a concentração de habitações encortiçadas e recorreu a Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (Seade) para a realização de um levantamento dos cortiços em 2001. Segundo os resultados alcançados, o Belém encontra-se no terceiro lugar entre os bairros que mais possuem habitações encortiçadas, com um total de 177 cortiços e o Brás ficou em sétimo lugar, com 128 cortiços identificados.

Segundo Silva (1995, 1997, 2005, 2006, 2012), a presença boliviana na cidade iniciou-se na década de 1950, sob o enfoque dos acordos entre o Brasil e a Bolívia em programas de intercâmbio cultural, onde estudantes de ambos os países participaram para realização de estudos superiores (era um grupo específico de estudantes, normalmente de famílias de classe média).

A partir da década de 1990 os bolivianos passam a adentrar o país de forma mais intensa, desta vez, com o intuito de trabalhar no setor de vestuários (BAENINGER, 2012). É na cadência da máquina de costura, que estes imigrantes passam muitas horas de seu dia para atender ao mercado que consome boa parte da produção no mesmo setor onde é produzida, ou seja, nos bairros do Brás, Bom Retiro, Pari e Belenzinho. A densidade populacional da comunidade boliviana nos bairros centrais da cidade é maior, os quais são

1 Para compreender a noção de renovação urbana, apoia-se em Blanc (1979, p.05), onde: “La rénovation urbaine, au sens strict, consiste à détruire les immeubles existants, et à faire place nette pour des constructions nouvelles”.

englobados pela subprefeitura da Sé e da Mooca (SOUCHAUD, 2011; XAVIER e CYMBALISTA, 2007), se comparada aos bairros periféricos (SOUCHAUD, 2011; SMDU, 2012), como apresenta a figura 4 a seguir:

Figura 4: Mapa de localização dos imigrantes bolivianos segundo distrito de destino. Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. In: MAEDA, M.T. Informes urbanos. Prefeitura do Município de São Paulo: São Paulo, 2012. Acessado em: julho/2013, disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos.

Com base nos dados apresentados, a escolha por realizar a pesquisa neste setor, justifica-se por ele possuir uma concentração maior de bolivianos e de cortiços, informações que, associadas com a estrutura produtiva de confecção no modelo de pequenas oficinas de costura improvisadas e a inserção destes imigrantes no setor de confecções como costureiros e oficineiros, possibilitem a correlação entre as variáveis cortiços e imigrantes bolivianos.

Tomou-se o Brás e Belenzinho como representativos deste setor da cidade, dado que eles possuem uma unidade devido ao seu percurso histórico importante para a

cidade de São Paulo, onde a sua paisagem do presente ainda possui muito dos elementos do passado, sobretudo os cortiços, tanto em sua forma arquitetônica quanto neste uso habitacional dado a diversos tipos de imóveis.

1.1 Procedimentos teóricos conceituais

1.1.2 A geografia e a paisagem

As reflexões acerca da paisagem têm permeado os estudos geográficos de maneira a se considerar, durante um período na história desta disciplina, o objeto principal de sua investigação (ABREU, 2011). A partir dos anos 1970 foi “decretada a morte deste conceito” (HEIDEMANN, 1992), pois “o trabalho de reflexão epistemológica, empreendido pelas ciências sociais e pela geografia desde o início dos anos 1960, chega a um ponto decisivo. Toma-se consciência das inconsistências dos princípios positivistas até então aceitos” (CLAVAL, 1999, p.62). Os estudos paisagísticos passaram a se concentrar no campo da geografia física a partir de especialidades como a geomorfologia, enquanto que a categoria espaço ganhou uma atenção particular nos estudos dos fenômenos humanos, no campo da geografia humana. Na verdade, o tema da paisagem estava sendo criticado pelos geógrafos da época, ao mesmo tempo em que eles ofereciam novas conceituações a partir do olhar cultural (COSGROVE e JACKSON, 2010) em direção às “qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social” (COSGROVE e JACKSON, 2010, p.137).

Pode-se elencar quatro momentos na história da geografia brasileira (ABREU, 2011) e as suas implicações conceituais²: o primeiro momento tratou-se do desenvolvimento de estudos regionais, adotando como categoria de análise a paisagem; um segundo momento os estudos regionais sofreram grande influência do método quantitativo, pois acreditava-se que o avanço da ciência dependia do controle da análise; um terceiro momento, que denominou um ramo da geografia como “geografia crítica”, o qual não adotava mais a paisagem como categoria de análise geográfica, mas sim o espaço e um quarto momento, os estudos avançam para a questão do lugar, da percepção, do pertencimento e da memória, propondo uma releitura no conceito de paisagem.

2 Informações obtidas a partir das anotações, discussões, leituras e exposições da disciplina “A Paisagem Terrestre: da Natureza à Cultura, do Empírico ao Ideológico”, ministrada pelo Prof.Dr. Adilson Avansi de Abreu e frequentada no segundo semestre de 2011.

A geografia física contribuiu com o avanço do conhecimento da paisagem e pode-se dizer que ela compartilhou das ciências naturais, suas leis e métodos de abordagem dos componentes naturais da paisagem. Uma vez que a geografia física diante de fenômenos físicos, tentava buscar regras para as dinâmicas da paisagem, a abordagem cultural da paisagem conforme cunhada por Sauer no início do século XX, tentou buscar na antropologia formas de tratar a cultura e de classificar as paisagens³ a partir da composição cunhada pelo trabalho humano, traçando um caminho evolutivo.

O desenvolvimento dos estudos sobre a paisagem beneficiam-se da contribuição de diversas disciplinas, dentre elas a arquitetura, a antropologia, as artes, a ecologia, as quais dialogam com as investigações geográficas, pois possuem instrumentos que auxiliam nas diversas abordagens que são passíveis de serem realizadas para se compreender a paisagem. O ordenamento acadêmico vai definir a paisagem como um conceito polissêmico⁴ e o seu uso dar-se-á tanto pela ciência quanto pelas artes e ofícios, os quais tratam das especialidades (onde sua ação deriva da ciência) e atuam em sua intervenção.

A paisagem geográfica é definida segundo suas diversas ramificações: como espaço ou região com particularidades específicas cunhadas pela natureza; a paisagem ideal, mitológica, real; paisagem como representação de um lugar (pintura paisagística de uma cena); qualificação da paisagem a partir de atributos que a classifiquem e, por fim, de acordo com a percepção do observador. Desta maneira, dois vetores vão indicar os estudos sobre paisagem: a natureza e a cultura. No Brasil, a paisagem ganha destaque a partir da institucionalização, sob a lógica preservacionista, de seu conteúdo natural, na forma dos parques, reservas, estações ecológicas, etc., e de seu conteúdo cultural, como nas paisagens culturais definidas pelos órgãos de tombamento que tratam do conjunto do patrimônio cultural e neste sentido, a paisagem é vista como herança e passa a ser explorada pelo turismo.

Sauer aprofunda-se na leitura da paisagem por intermédio da cultura,

3 A teoria de classificação de paisagens, desenvolvida por Passarge, a qual trata da disposição, compreensão dos espaços e sua fusão dos componentes unitários da paisagem, vai mostrar como os tipos de paisagem se organizam em seu espaço, a partir da influência de Carlos Lineu e o seu sistema de classificação das plantas (taxonomia).

4 Para Rougerie e Beroutchachivili (1991), o caráter polissêmico da paisagem se dará pelo seguinte motivo: “Il ne devient paysage que lorsqu’il intervient, chez le spectateur, une finalité quant à l’usage de ce spectacle. On passe d’abord, en somme, du voir au regarder – l’attention s’éveille – puis entrent en jeu motivations et intérêts qui permettent une discrimination qualitative: et, de ce fait, il advient un paysage par centre d’intérêt. C’est ce qui rend la polysémie inévitable”. (p.133).

contrapondo-se ao determinismo geográfico que era compartilhado pelas ciências sociais em sua época. Para Sauer (1963), não é o ambiente que influi na cultura, mas o homem, seus impulsos, vontades, crenças, etc., que vai se utilizar do que o ambiente oferece para atender às suas necessidades, tendo como resultado, impressões formais na paisagem. Embora não se tenha conhecimento da existência de um intercâmbio acadêmico entre os pesquisadores no Brasil com aqueles da Escola de Berkeley neste período, tanto Sauer quanto Monbeig trazem uma noção semelhante do conceito de paisagem em seus estudos, qual seja o resultado do trabalho da natureza e do homem sobre a superfície terrestre.

Segundo Salgueiro (2001), pode-se identificar na geografia duas linhas de estudo da paisagem. Uma primeira linha (que alcança a segunda metade do século XX), trata a paisagem como um conjunto de fisionomias, as quais são analisadas pelo método morfológico. Passarge, Schülter, Sauer entre outros, compartilham desta posição. A segunda linha caracteriza as paisagens pelos seus atributos naturais e humanos, bem como o estudo das interrelações dos fenômenos na área delimitada, “o que permite aproximar o conceito de paisagem do de região, adotando como método a análise corológica⁵ e os gêneros de vida como conceito explicativo” (SALGUEIRO, 2001, p.41), onde Demangeon, Bobek, La Blache e Max Sorre são seus expoentes.

Tanto os estudos físicos da paisagem quanto os culturais, partem neste período de sua observação “objetiva”, pois “o conceito de paisagem é essencialmente visual” (SALGUEIRO, 2001, p.41), mas progressivamente as dimensões ocultas são percorridas para compreender os dois vetores. Entretanto, poder-se-ia reconhecer uma terceira linha, que trata da paisagem em seus aspectos intersubjetivos e como representação. As correntes atuais, que passam a tratar a paisagem a partir da dialética “indivíduo-ambiente”, o fazem de diversas maneiras, onde “verifica-se uma transição de enfoque do objectivável (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objecto)” (SALGUEIRO, 2001, p.44).

A abertura do campo de abordagem da paisagem pela dimensão cultural na primeira metade do século XX, ofereceu à geografia possibilidades de ampliar as reflexões, a partir das mudanças que ocorreram na sociedade pós-moderna, ganhando novas abordagens pela denominada “nova” geografia cultural (COSGROVE e JACKSON, 2010).

5 A formação de Sauer baseia-se no estudo da paisagem a partir do método corológico, o qual será visivelmente presente em seus estudos de morfologia da paisagem.

Dentre as correntes atuais dos estudos sobre paisagem na geografia, a linha denominada como “humanista” (que se desenvolveu a partir da geografia cultural) e “os que têm ligações às escolas ditas do comportamento e do espaço vivido” (SALGUEIRO, 2001, p.44), passam a se interessar pela paisagem a partir de uma perspectiva subjetiva. Berque, Relph, Claval, Tuan, Cosgrove são alguns expoentes deste ramo. Para eles “a paisagem é principalmente uma construção mental a partir da percepção e vivência do território” (SALGUEIRO, 2001, p.44), a paisagem apresenta-se a partir da experiência do sujeito em seu lugar de atuação. Todavia, ainda é presente a perspectiva ecológica de geógrafos que entendem a paisagem como “uma porção da superfície da terra, realidade material, com características próprias, analisáveis objetivamente” (SALGUEIRO, 2001, p.44).

Embora a paisagem represente e registre o papel do homem na mudança da face da Terra, compreendê-la em todos os seus aspectos e manifestações implica esclarecer todas as relações entre seus elementos e as forças (humana e física) que a transformam, considerando as dimensões concreta e subjetiva. Mesmo que tal feito fosse realizado, seria uma aproximação, pois parafraseando Werner Heisenberg⁶, o que se apreende do real da paisagem se coloca segundo os métodos de questionamento adotados. O que a geografia possibilita é a capacidade holística de considerar as interrelações entre os diversos elementos, fatores e processos que atuam em sua configuração.

1.1.3 A geografia cultural e a abordagem saueriana da paisagem

É comum, quando algum estudo geográfico refere-se a Carl Ortwin Sauer (1889-1975), basear-se em seu texto “*The Morphology of Landscape*”, originalmente escrito em 1925⁷ e que marca as primeiras propostas deste geógrafo em torno da temática da paisagem. Possuidor de uma formação germânica clássica, ele fez parte da segunda geração de geógrafos nos Estados Unidos (SAUER, 1963). A sua proposta é “the study of the areal or

6 Werner Heisenberg fundou, em 1927, o princípio da incerteza, contribuindo para o avanço do conhecimento da física quântica. Neste princípio ele afirma que o próprio ato de observar algo afeta a observação, pois este objeto é afetado. (ISAACSON, Walter. *Einstein: sua vida, seu universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.)

7 Consultamos este e outros textos, os quais possuem publicação entre 1915 e 1962, em uma seleção de textos de Sauer, editado por John Leighly, seu colega de sala. Trata-se de *Land & Life: A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Editora: Universidade da Califórnia, Berkeley, 1963.

habitat differentiation of the earth, or chorology” (SAUER, 1963, p.316).

Sauer apoia-se em Hettner (1923) ao afirmar que a geografia é, em primeiro lugar, um estudo das terras (*lands*) e os processos e propriedades globais variam segundo as áreas da superfície terrestre. Os alemães traduziram o conhecimento das áreas como *Landschaftskunde* ou *Länderkunde* e Sauer os interpretou como sendo o conhecimento da Terra ou da paisagem, dado que o termo *Erdkunde* (ciência da Terra) logo entrou em desuso. Considerando que os fenômenos estudados pela geografia são fatos localizados na superfície terrestre, então existem particularidades que interferem em sua dinâmica, diferenciando-se do mesmo fenômeno ocorrido em outro local, o que justifica os estudos corológicos tomarem espaço na geografia. A noção de geografia para os alemães, mostrava-se no próprio termo “geografia” como sendo uma ciência da paisagem e o objeto da geografia, para Sauer, parte da diferenciação das áreas formadas por elementos naturais e das áreas formadas por elementos culturais:

The division of forms into natural and cultural is the necessary basis for determining the areal importance and character of man's activity. In the universal, but not necessarily cosmological sense, geography then becomes that part of the latest or human chapter in earth history which is concerned with the differentiation of the areal scene by man. (1963, p.333).

Sauer herdou o conceito de paisagem de seus predecessores, assim, ele não se ocupou em repensar este termo para os seus estudos com base na dimensão cultural, mas sim em delimitar o terreno da geografia e de suas implicações metodológicas. Para ele, a ciência geográfica deve procurar nas interrelações dos elementos que compõem um fenômeno, a explicação para determinada paisagem, pois “without this view of areal reality and relation, there exist only special disciplines, not geography as generally understood” (1963, p.321).

A primeira definição de paisagem feita por Sauer neste texto, surge de maneira simples, onde ele afirma que *landscape* vai representar o conceito de unidade da geografia e “caracterizar a peculiaridade geográfica de associação dos fatos” (1963, p.321). Por isso que ele afirma que os termos “área” e “região” serão utilizados de maneira equivalente, já que referem-se a um conjunto ou complexo localizados.

Segundo Sauer, o termo *landscape* em inglês, corresponde ao mesmo sentido

empregado pelos alemães, qual seja “*a land shape*” a forma, o corpo ou a configuração de determinada área. Neste sentido, a paisagem é a forma de uma área delimitada, a sua fisionomia. Forma que não foi cunhada apenas pelas forças físicas e então ele empresta de J. Sölch (1924) a ideia de que uma área é definida tanto por suas formas físicas quanto culturais. Sauer ainda indica que a paisagem é “our naïvely selected section of reality” (1963, p.349).

Sauer compartilha com a noção de alguns geógrafos sobre os fatos geográficos e sua relação com a paisagem, quando “a pesquisa geográfica trata do complexo de fatos e são esses complexos que, por sua localização no globo, são verdadeiros 'fatos' geográficos” (MONBEIG, 1957, p.08) e “a sua associação dá origem ao conceito de paisagem” (SAUER, 1963, p.321), pois “[...] só é geográfico aquilo que se inscreve na paisagem e no espaço” (BASTIÉ, 1973, p.48).

Ao entender que o estudo da paisagem engloba a comparação entre diferentes áreas (dispostas em dois planos: *Kulturlandschaft* [paisagem cultural] e *Naturlandschaft* [paisagem natural]), Sauer busca classificá-las propondo enquadrá-las em um sistema onde elas se relacionam por possuírem características em comum, evoluindo até a maturidade (SAUER, 1963). É neste momento que a taxonomia surge como técnica utilizada por Sauer (influenciado por Passarge), bem como as generalizações sobre a evolução cultural (MIKESELL, 1978), como mostra em suas palavras:

The works of man express themselves in the cultural landscape. There may be a succession of these landscapes with a succession of cultures. They are derived in each case from the natural landscape, man expressing his place in nature as a distinct agent of modification. (SAUER, 1963, p.333).

Embora ele tenha incorporado a noção de paisagem de uma série de estudiosos, geógrafos ou não⁸, que por sua vez sintetizaram-na a partir de seu conteúdo como sendo um conjunto de formas resultado da atuação de forças físicas e culturais, tratar tais formas com a mesma metodologia, buscando leis que definam ambas dimensões, foi uma proposta que não apenas o público acadêmico rejeitou, mas Sauer abandonou através de seus estudos empíricos posteriores⁹, em favor da utilização do processo histórico como formador das culturas e,

8 Norbert Krebs, Siegfried Passarge, Paul Vidal de La Blache, Oswald Spengler, J.Sölch são os estudiosos que Sauer cita durante o desenvolvimento da morfologia da paisagem e que o influenciaram em considerar a paisagem a partir de seu conteúdo natural e cultural.

9 Parece que os caminhos percorridos pela geografia e a sua definição enquanto ciência e de seu objeto - a paisagem -, foram semelhantes com aqueles da antropologia e a busca pela definição de

portanto, configurador das paisagens (culturais).

A questão da dimensão orgânica da paisagem embasa, por exemplo, os estudos sobre ecologia cultural¹⁰ desenvolvidos por Sauer e por geógrafos tanto da escola de Berkeley como de outras universidades (PRICE e LEWIS, 1993). Não apenas a geografia utiliza-se da classificação para o seu objeto de estudo, como também para definir as linhas de abordagem de si mesma. Neste sentido, enquadraram-se os estudos realizados por Sauer no ramo da geografia “cultural” e que foram definidos como estudos sobre áreas culturais, história cultural, paisagem cultural e ecologia cultural (MIKESELL, 1978).

Embora Sauer tenha desenvolvido o campo da geografia cultural em seu país, ele nunca ofereceu uma definição para o campo desta subdisciplina e “used this expression only twice in the titles of his writings, in both cases as a label for virtually all of human geography” (PRICE, 1968 apud MIKESELL, 1978, p.02). Para “simplificar” ele dividiu os geógrafos em dois grupos: aqueles que mantêm o seu interesse pela “relação do homem com o seu meio” e aqueles que dirigem a sua atenção para elementos da cultura material, os quais “conferem caráter específico à área” (SAUER, 2010). Neste sentido, Sauer estava preocupado em definir as categorias geográficas tradicionais no campo do estudo da dimensão cultural, fixando-se na paisagem, área e região, com a intenção de utilizar a cultura como termo que qualificaria estas categorias e como uma ferramenta heurística, não um conceito explanatório (PRICE e LEWIS, 1993).

Mikessel¹¹ (1978) lembra que há ressalvas quando associam a geografia cultural com Sauer e com a escola de Berkeley. Embora ele considere que Sauer ocupou o papel de “catalisador” da geografia cultural, pois foi capaz de aplicar “diverse prior thinking to a new set of problems and thereby provide a foundation for more successful inquiries” (p.03), ele o fez seguindo influências de seus predecessores, mas de maneira original. Todavia, o

cultura no século XIX, onde ambas sofreram forte influência das ciências naturais e se esforçaram por se desvencilharem delas, como mostram os estudos de Alfred Kroeber e Franz Boas e do próprio Sauer, ver: *Folkways of social science* (1952) e *The education of a geographer* (1956), ambos no compêndio: *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, editado por John Leighly (1963).

10 Para este tema ver os artigos: *American agricultural origins: a consideration of nature and culture* (1936); *Early relations of man to plants* (1947); *Man in the Ecology of Tropical America* (1958); *Environment and culture during the last deglaciation* (1948), encontrados na obra: *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, editado por John Leighly (1963).

11 MIKESELL, M.W. *Tradition and innovation in Cultural Geography*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 68, No. 1, 1978.

olhar cultural nos estudos geográficos era existente antes de Sauer. August Meitzen, em 1895 discute em seus estudos os padrões de assentamento na Europa, Eduard Hann em 1892 estuda as origens da agricultura e a distribuição dos modos básicos dos meios de vida, Siegfried Passarge (1919), apresenta estudos de taxonomia e corologia e Norbert Krebs (1923) aborda o conteúdo cultural e natural da paisagem. Krebs e Sauer influenciaram os estudos culturais da paisagem, o que não significa que a geografia cultural foi fundada como sendo um estudo da paisagem apenas, como mostram os trabalhos pioneiros acima citados (MIKESELL, 1978).

Para Sauer, a paisagem não é uma simples cena vista por um observador, mas uma generalização de cenas individuais, pois cada paisagem possui características individuais, mas que se relacionam com outras paisagens, compondo um sistema. Para definir a questão da “paisagem cultural”, Sauer busca apoio em La Blache (1922) que afirma não existir geografia onde não se considera o elemento humano como parte da análise, pois para o geógrafo americano a geografia é uma disciplina antropocêntrica, no sentido do valor ou uso da terra pelo homem (SAUER, 1963). Para ele, a geografia vai se ocupar com as qualidades da paisagem que são usadas pelos grupos humanos, aquelas que possuam “habitat value, present or potential” (Sauer, 1963, p.325). Lowenthal e Prince (1964) apresentam uma noção semelhante quando afirmam que as paisagens são criadas pelos gostos e pelos requisitos funcionais.

Muitas das definições apresentadas nesta pesquisa, mostram a paisagem pelo seu conteúdo (cultural e natural), questão discutida por Sauer no texto sobre morfologia da paisagem. “Geography is based on the reality of the union of physical and cultural elements of the landscape” (p.325), é uma afirmação que enquadra o objeto da geografia, o qual não trata da paisagem enquanto corpo, forma externa, pois não há explicação apenas na descrição do que os sentidos acusam, mas a partir dos elementos que a compõem, desta forma apoiando-se em Krebs (1923) Sauer argue: “The content of the landscape is found therefore in the physical qualities of area that are significant to man and in the forms of his use of the area, in facts of the physical background and facts of human culture” (p.325).

Sobre o primeiro ponto desta arguição, o conteúdo da paisagem apresenta-se em suas qualidades físicas, as quais são exploradas pelo homem quando lhe interessam e então há a intervenção da cultura, ou são ignoradas se não ocorre interesse. A paisagem possui estas expressões cunhadas pela natureza e pelo trabalho do homem. A impressão do trabalho

humano na paisagem “is a strictly geographic way of thinking of culture” (SAUER, 1963, p.326). Assim, o uso da cultura nos estudos geográficos de Sauer, tem uma preocupação definida, onde os geógrafos devem partir da noção de que um grupo humano está associado a uma determinada área, ideia que se aproxima dos “*genres de vie*” de La Blache, campo de inspiração de Sauer, demonstrado em seu trabalho sobre morfologia da paisagem e em seus estudos sobre ecologia cultural, afirmando que o homem é um fator geomorfológico de transformação.

Uma vez um grupo humano (pré-industrial) associado a determinada área, ele a modifica¹² de acordo com sua cultura e ela é diferenciada de outros lugares simplesmente pela diferenciação cultural entre os grupos e as formas particulares de configurar o seu espaço. Desta maneira, para Sauer, os geógrafos devem pensar a cultura como uma expressão geográfica, no sentido de configurar a paisagem em formas que são parte da fenomenologia geográfica e que possuem características particulares de acordo com o grupo humano cultural que a cunhou. Portanto, para Sauer, o geógrafo deve focar o seu olhar: “[...] nas expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície ou, seguindo Schlüter, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem” (SAUER, 2010, p.23).

Vê-se que há neste item uma observação realizada por Mikesell (1978), onde ele revela que os geógrafos culturais desta época direcionavam as suas investigações para as sociedades pré-industriais, muitas das quais estrangeiras e não-ocidentais. Neste sentido, como o objetivo desta pesquisa enquadra-se em um contexto da sociedade industrial, que não abarca somente a área de estudo e não se trata de uma comunidade em especial, os referenciais a Sauer estão na utilização do processo histórico, buscando os fatores que atuaram na configuração desta paisagem.

Sauer (1963, p.343) estabelece uma ideia de paisagem cultural que é limitada à influência física do ser humano em uma área natural. Nesta perspectiva aponta-se apenas a cultura como agente de transformação, não reconhecendo as “respostas” dos processos físicos (naturais) às interferências humanas, como parte de um processo contínuo, considerando a área apenas como um meio congelado, uma matéria bruta esperando para ser modelada, sem

12 Essa ideia aproxima-se da noção de gênero de vida de La Blache e Max Sorre (1947), seu discípulo, vai definir a paisagem como expressão dos gêneros de vida.

ciclos próprios.

The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a cultural group. *Culture is the agent, the natural area is the medium, the cultural landscape the result.* Under the influence of a given culture, itself changing through time, the landscape undergoes development, passing through phases, and probably reaching ultimately the end of its cycle of development.[grifo nosso].

Neste trecho, Sauer acrescentou o termo “cultura” a uma concepção de evolução do relevo. Para ele, a paisagem, então, está estritamente relacionada com a questão da cultura que a habita e a modifica. A ausência de uma reflexão teórica sobre o papel da cultura para os estudos geográficos em Sauer também foi foco de críticas, dado que ele teria contribuído com o desenvolvimento da geografia cultural ao discutir o que ele tinha como cultura para o olhar geográfico. Segundo Mikesell (1978), os geógrafos culturais da época tinham uma tendência a procurar suporte na antropologia e incorporar as suas discussões sobre cultura.

Como apontado, Sauer herdou dos alemães a noção de “paisagem cultural”. Essa pesquisa entende tal classificação da seguinte maneira: uma vez que o objetivo da geografia é decifrar como os fenômenos atuam no espaço, dado que considera as relações e influências entre processos e fatores que configuram uma estrutura e que por sua vez sustentam determinadas formas, a orientação para classificar uma determinada paisagem em cultural, natural, econômica (FELS, 1955), etc., é uma questão metodológica e também didática, pois opta por cunhar em sua terminologia uma de suas dimensões (qualificando a paisagem), que não é diferente de definir o objetivo ou foco da pesquisa, a qual lança mão desta categoria para auxiliar na explicação do fenômeno pelas forças culturais que nele atuam, no caso da paisagem “cultural”.

1.1.4 Implicações do conceito “cultura” nos estudos geográficos

Qual era, então, o *background* cultural de Sauer na época em que desenvolveu os seus estudos? Neste item serão feitos alguns apontamentos sobre as discussões antropológicas em torno da compreensão da cultura e do desenvolvimento de sua conceituação à época de Sauer. Este geógrafo esboçou algumas observações sobre o momento

das ciências sociais, expostas no texto “*Folkways of Social Science*” (1952), onde ele questiona a influência do quantitativismo e da evolução social (influência de Spencer) e a ausência de interdisciplinaridade, que relega às ciências sociais campos opostos de opinião dado que para ele não havia um intercâmbio de pesquisas.

Em 2013 participamos da disciplina “Problemas atuais de Geografia Cultural” promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. As primeiras aulas trouxeram o histórico da geografia cultural, que iniciou com os estudos de Sauer na escola de Berkeley, traçando uma linha que tem a partir dele o desenvolvimento deste setor na geografia. A geografia brasileira não constituiu um caminho de correspondência com os estudos desenvolvidos na geografia cultural americana e inglesa, talvez pela forte influência francesa na academia brasileira. Fato que reflete até hoje a ausência de traduções para o português de inúmeros trabalhos importantes de geógrafos que atuam nesta linha, como os de Sauer, por exemplo, havendo apenas alguns textos dentre eles o clássico “A morfologia da paisagem”¹³.

James Duncan (1980) trata da influência da tese do superorgânico nos estudos da denominada “geografia cultural tradicional”. Neste trabalho, ele aponta em Sauer a falha em considerá-la em seus estudos, dado que pela interpretação de Duncan, a cultura é vista como uma entidade em si mesma, que paira sobre os indivíduos e possui leis próprias, ou seja, não está em correlação com os sujeitos que a criaram.

Alfred Kroeber (1876-1960) foi o antropólogo que desenvolveu a tese do superorgânico no ensaio “O superorgânico” (1917), o qual teve como objetivo mostrar como a cultura atua sobre o homem. Diante de uma época onde persistia o determinismo biológico na cultura, Kroeber desenvolve esta teoria em um esforço de remover as “considerações biológicas do raciocínio antropológico” (PRICE e LEWIS, 1993, p.11) e evitar a “confusão, ainda tão comum, entre o orgânico e o cultural” (LARAIA, 1986, p.37).

13 Este texto, dentre outros, faz parte da tentativa de alguns geógrafos de universidades do Rio de Janeiro, guiados por Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosenthal (1999, 2010), que tomaram a iniciativa em organizar algumas edições onde encontram-se textos de geógrafos de língua inglesa, mas apesar disso é o único material traduzido que existe no Brasil e que leva o pesquisador desta abordagem a se guiar por material encontrado nas revistas virtuais, todos em inglês. O problema não se limita à língua, mas ao desconhecimento dos trabalhos realizados pelos geógrafos de língua não latina, talvez devido ao pouco intercâmbio que existe entre eles e os geógrafos brasileiros.

Kroeber defende que embora o ser humano dependa de seu equipamento biológico e necessite responder aos estímulos físicos, como se alimentar, respirar, etc., a maneira como atenderá a estas necessidades varia de cultura para cultura (LARAIA, 1986), ou seja, o comportamento não é definido pela constituição biológica e o processo de desenvolvimento da civilização dá-se pelo conhecimento acumulado entre gerações. Nas palavras de Laraia (1986, p.45): “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam”.

Segundo Price e Lewis (1993), Duncan afirma que Sauer assimilou a tese superorgânica diretamente de Kroeber, o qual, supostamente, emprestou a ideia de Herbert Spencer (1820-1903). Sauer refere-se a Spencer quando propõe o método morfológico: “Morphologic study does not necessarily affirm an organism in the biologic sense, as, for example, in the sociology of Herbert Spencer, but only organized unit concepts that are related” (1963, p.26) e demonstra a sua opinião acerca da analogia da evolução social com o conceito biológico:

The theses of social evolution of Spencer, Morgan, and Summer were discussed, with due reserve about the existence of a “natural” order and succession in society. I did not become aware until later that the analogy was a misuse of the biologic concept¹⁴ (p.383).

Tais afirmações indicam que se Sauer tinha ressalvas quanto à abordagem social de Spencer e provavelmente olharia com cuidado para as teses desenvolvidas a partir dela, como no caso de Kroeber, embora ele tenha citado o trabalho do antropólogo quando comentou a questão do determinismo¹⁵. Para Price e Lewis (1993, p.10): “By mid-career, Sauer was too skeptical of social-scientific abstractions even to entertain such a notion as the

14 Trata-se do artigo: “*Folkways of Social Science*” (1952), publicado em *The social Sciences at Mid-century: Papers Delivered at the Dedication of Ford Hall*. Universidade de Minnesota.

15 Na conclusão de seu texto sobre morfologia da paisagem (p.349), Sauer faz uma crítica ao determinismo geográfico que afirmava o homem estar condicionado pelo meio onde se encontra e a construir a sua cultura a partir disso. Um racionalismo ambientalista embasava este ponto de vista, onde a relação entre homem e meio se movimentava a partir de leis de causa e efeito. E procura estabelecer um intercâmbio com a antropologia, quando defende que o homem se movimenta segundo sua própria vontade [“*because of tabu or totemism*” (SAUER, 1963)] na transformação da paisagem e usa o ambiente para isso. Ele cita Kroeber, como antropólogo que contribuiu para esta reflexão, a partir da consulta de um trabalho de 1923, denominado “*Anthropology*”.

superorganic theory of culture”. A tese do superorgânico foi oportuna para o momento e cumpriu o seu objetivo que era, como dito, o de questionar a influência do elemento biológico, bem como do ambiente, como fonte do comportamento humano, legando à cultura a formação do homem.

Sauer apresenta em “*The Morphology of Landscape*” um conceito de paisagem que parte do seu conteúdo cultural “by the classification of forms, ranging from the concrete materials of clothing, housing, and tools to the language and customs of a group, thereby identifying step by step the complex structure of cultures” (p.327 [grifo nosso]). Este trecho foi grifado para indicar que Sauer não considerava apenas os elementos materiais da cultura, seus artefatos, mas também a dimensão da linguagem, dos costumes, dos valores, identificando que era preciso desvendar a estrutura da cultura para compreendê-la.

Mesmo com tais apontamentos bem definidos, que ofereciam um metodologia objetiva, Sauer entende que o tratamento da cultura dado tanto pelos geógrafos desta época quanto pelos antropólogos, deveria descartar o método comparativo entre culturas (e portanto, entre paisagens), dispondo-as em hierarquias, que por sua vez correspondia à ideia evolucionista difundida principalmente por Edward Tylor (1832-1917), que neste período estava influenciado (não só ele, mas a Europa como um todo) pelas descobertas de Charles Darwin e a sua *Origem das Espécies* (1859), trazendo a noção do evolucionismo unilinear¹⁶.

Tylor (1871) sintetizou os termos *Kultur* (termo alemão) “que era utilizado para simbolizar todos os aspectos naturais de uma comunidade” e *Civilisation* (termo francês), que “referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 1986, p.25) em um vocábulo inglês *Culture*, que é “esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (GEERTZ, 1978, apud LARAIA, 1986, p.25). A partir desta definição, Tylor marca as possibilidades de realização humana e de aprendizado

16 Laraia explica que: “ Segundo esta abordagem, todas as culturas deveriam passar pelas mesmas etapas de evolução, o que torna possível situar cada sociedade humana dentro de uma escala que ia da menos à mais desenvolvida”. (1986, p.114). As implicações sociais deste pensamento são claras, pois as sociedades seguiriam basicamente três estágios evolutivos: a selvageria, o barbarismo e a civilização. A sociedade humana considerada mais desenvolvida desta época era a europeia e as menos desenvolvidas aquelas que pertenciam os aborígenes das colônias. Apesar de Tylor definir o comportamento humano como obra da cultura e não da biologia, ele é criticado por não desenvolver a ideia de “relativismo cultural”, esboçada já por John Locke (1632-1704), onde defendia que o ser humano possui “princípios práticos opostos” (LARAIA, 1986).

como explicação para o comportamento, em oposição à ideia do determinismo biológico, onde as diferenças genéticas determinam as diferenças culturais (LARAIA, 1986).

As reações a este evolucionismo (que utilizava o método comparativo) na antropologia (e na geografia) iniciaram-se com os estudos de Franz Boas (1858-1917). Enquanto estudante de geografia na Alemanha, Boas já possuía uma opinião contrária ao determinismo geográfico¹⁷ da *Anthropo-Geographie* de Ratzel (1882), a partir dos estudos de diferentes grupos em ambientes semelhantes, como os *inuit* (esquimós) e os lapões nas zonas glaciais (LARAIA, 1986; MOURA, 2004).

Boas fundou o particularismo histórico ou a Escola Cultural Americana, onde as investigações históricas afirmam os traços culturais e auxiliam na interpretação da maneira como toma lugar em determinado grupo sociocultural (LARAIA, 1986): “cada cultura segue seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (LARAIA, 1986, p.36) e o caráter evolucionista aparece apenas na forma multilinear.

Sauer encontrou no processo histórico, o método que auxiliaria nas explicações para a organização social que refletia suas características culturais na paisagem, adotando-o em seus estudos posteriores, como descrevem Pierce e Lewis (1993): “For Sauer, it was historical process, not cultural ones, that provide the dynamics of human-induced landscape change” (p.11) e como demonstra as palavras de Sauer:

The geographer cannot study houses and towns, fields and factories, as to their where and why without asking himself about their origins. He cannot treat the localization of activities without knowing the functioning of the culture, the process of living together of the group; and he cannot do this except by historical reconstruction. (1963, p.360).

Uma vez Sauer tendo sublinhado o papel da cultura em seus estudos, mostra que a sua intenção não era entender a paisagem a partir do olhar individual ou entender o papel do indivíduo em relação à sua cultura, persistindo em manter a ideia de conjunto, como ele especifica: “human geography, then, unlike psychology and history, is a science that has nothing to do with individuals but only with human institutions, or cultures” (p.358).

De acordo com Price e Lewis (1993), existe uma ausência de preocupação em

¹⁷ Trata-se da estrita dependência do meio para compreensão da cultura dos grupos humanos. A cultura definida pelo meio onde ela se encontra. (MOURA, 2004).

torno da conceituação de cultura tratada pelos estudos geográficos, pois conforme Mikesell (1978), os geógrafos deste período apoiavam-se no que era disponibilizado pela antropologia. Sauer dedica poucas palavras em um de seus textos¹⁸ para indicar a sua noção de cultura (sempre preocupado em pensá-la em relação ao “meio” onde ela se manifesta): “habit or culture involves attitudes and preferences, which have been invented or acquired” (1963, p.359). Os geógrafos da geografia cultural “tradicional” atuaram em questões empíricas, influenciados pelos estudos empíricos da escola de antropologia e não se ativeram aos posicionamentos conceituais ou poucos quiseram tratar disso.

Mikesell (1978) aborda algumas questões com relação aos estudos que vinham sendo desenvolvidos pelos geógrafos culturais da época e suas posturas institucionais e preferências temáticas. Tais observações que também chamaram a atenção dos geógrafos culturais de tendência denominada “nova” geografia cultural, auxiliaram no desenvolvimento desta abordagem, sobretudo no campo conceitual e metodológico da cultura. Assim, Mikesell (1978) aponta que as pesquisas desta linha seguiam uma orientação histórica (mais retrospecto do que prospecto), consideravam o homem enquanto agente de modificação ambiental, preocupavam-se mais com a cultura material, possuíam um viés em favor das áreas rurais americanas ou das sociedades pré-industriais estrangeiras ou não-ocidentais, tendência a procurar suporte na antropologia, compromisso com a pesquisa autônoma e extremo individualismo e preferência pela geografia de “gabinete”.

Sauer realizou muitos estudos sobre comunidades agrícolas/indígenas do México. Neste sentido e para este objetivo, a teoria desenvolvida por Boas satisfaz as inquietações do geógrafo. Segundo Sahlins (2003) o materialismo histórico, que influenciou a geografia cultural americana “pós-80” incorporando a teoria social (PRICE e LEWIS, 1993), encontrou dificuldades em interpretar as sociedades primitivas, adequando-se a explicar as sociedades industriais. Para o antropólogo, as teorias antropológicas sobre a cultura vão responder a um momento histórico específico e depender do universo cultural de que se trata.

Os apontamentos realizados por Mikesell (1978) acerca da “personalidade” dos estudos da geografia cultural, podem ser considerados uma questão de escala. Mikesell sugere que as áreas delimitadas objetivamente pela análise cartográfica ou estatística podem diferir

18 Trata-se de: *Foreword to historical geography* (1941). In: LEIGHLY.J. Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer. University California Press, 1963.

notadamente de áreas subjetivas vistas de dentro. Esta discussão é importante para esta pesquisa em razão da proposta de se analisar a paisagem em diversas escalas, com a intenção de compreender a atuação do elemento cortiço.

Sauer foi influenciado pelo método utilizado por Oswald Spengler¹⁹ para analisar a sociedade do pré-guerra, em seu trabalho “*Decline of the West*” (1918) onde afirma que “landscapes reflected the culture of the people that were living there”, pensamento que também influenciou J.B Jackson, um dos estudiosos da paisagem utilizado como referencial nesta pesquisa.

A preferência em analisar a paisagem pelo artefato humano, ou seja, pela cultura material em Sauer, está em considerá-los registros dos processos pelos quais os grupos passaram e que a “psychology cannot examine what is in the past or what lies beyond repeatable and verifiable observation” (1963, p.386), apesar de Sauer considerar os estudos do comportamento humano, os quais aumentaram em sua época nas ciências sociais, como um novo olhar para se compreender a sociedade (SAUER, 1963).

Neste sentido, Sauer concede à geografia cultural a função de tratar das impressões materiais da cultura na paisagem:

A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas. (2010, p.22).

Como Price e Lewis (1993) questionam, não existe uma falha científica em adotar o artefato humano, que foi traduzido por Jackson, Duncan e Cosgrove como antiquarianismo (PRICE e LEWIS, 1993) na pesquisa geográfica, principalmente em se tratando da formação da paisagem e tendo que buscar na historiografia ou nos processos que a configuraram no passado, algumas respostas para a sua apresentação no presente.

A temática do artefato²⁰ humano na paisagem é uma discussão importante para

19 Uma vez que Sauer (1963, p.327) opta pelo método corológico e classificação das formas da paisagem, ele elogia Spengler: “*Spengler's brilliant and highly controversial thesis of history is far and away the most pretentious application of the method [corológico] to the human field*”.

20 Os artefatos humanos referem-se aos tipos de casas, estilos de celeiros, padrões de cercamentos e de assentamentos humanos que compõem a paisagem para Sauer. Nesta pesquisa, o cortiço é tratado como artefato do ponto de vista das antigas construções (arquitetura) e de ser forma de

esta pesquisa, pois ela trata de compreender como o cortiço foi formado e em qual contexto. O próprio estudo de caso é um artefato, dado que é um registro dos processos pelos quais o setor passou. O artefato junto com a memória recompõem o passado, conteúdo da paisagem, tal como apresenta Lowenthal (1976): “the present- day landscape may evoke many pasts, but can never display any period in its entirety, let alone reveal the whole of the past” (p.107).

Diversas definições de cultura, a depender do autor, oferecem algo de semelhante: um conjunto de elementos que são herdados, transmitidos via aprendizado, incorporados, modificados na escala cognitiva do sujeito e posteriormente executados de maneira a inserir o sujeito em seu grupo. Neste caso, Cosgrove (2010)²¹ traz uma definição de cultura que aproxima-se mais dos processos identificados como estruturadores do cortiço, onde:

Na sociedade de classes, a cultura é o produto da experiência de classes. Os reflexos do senso comum de cada classe sobre sua própria experiência material é parte de sua luta com outras classes, cada uma tentando impor o que vê como a validade universal dessa experiência. A hegemonia cultural é a imposição bem-sucedida dessa cultura produzida a partir da experiência da classe dominante e é um dos pré-requisitos de sua posição dominante na FES²².

Uma vez que toma-se por fator configurador da paisagem a economia e a formação social, de maneira que a organização social, se se pode limitar a este setor, ou adotando como exemplo os setores industriais, a questão cultural é envolvida pela diferenciação das classes. E quando o imigrante boliviano se insere na indústria de vestimentas em São Paulo, ele passa a fazer parte desta cultura centrada no trabalho para o consumo. Todavia, no caso dos imigrantes bolivianos, mais do que uma experiência de classes, é uma experiência étnica, onde as diferenças fisionômicas marcam territorialidades e criam significados.

habitar que nasceu no passado industrial. Todavia, dada a sua dinâmica, que se transforma pela atuação de novos atores e novas formas de exploração, ele não carrega um passado preso à memória, pois é dinâmico nas formas de existir no presente.

21 Trata-se do artigo: “*Towards a Radical Cultural Geography of Theory*”. Antípode: a radical journal of Geography, escrito em 1983.

22 FES trata-se de um conceito sugerido pelos geógrafos denominados “radicais”, sigla que significa “formação econômica e social”. (COSGROVE, 2010, p.112).

1.1.5 A paisagem pela etimologia

A origem etimológica do termo paisagem não designa o seu desenvolvimento de acordo com os estudos científicos, ou seja, ela não define o seu conceito. Acredita-se que o conceito de paisagem possua a característica de um acúmulo histórico na abordagem científica, muito embora os dicionários ainda mantenham a ideia de panorama como seu primeiro significado. Percebe-se que a construção etimológica vai mostrar o contexto onde o termo foi cunhado, que segundo J.B Jackson (1997) apresenta-se de maneira utilitária para as sociedades do campo, mas que guarda em si uma construção que é cultural.

Neste sentido, existe a possibilidade de buscar a compreensão deste conceito em sua origem etimológica. Foram consultadas fontes de língua inglesa que tratam da *landscape* e também fontes de língua latina, basicamente a francesa que traz a *paysage*. Mas não foi encontrada nenhuma diferença linguística por conta das construções etimológicas, pois as fontes consultadas geralmente apoiam-se tanto na raiz latina quanto na germânica.

J.B Jackson²³ (1997) afirma que na Idade Média (Dark Age) o termo “land” era utilizado para designar “qualquer porção delimitada da superfície terrestre” e não possuía relação alguma com a ideia artística de “cena”, que se apreende com a visão: “At all events, it is clear that a Thousand years ago the word had nothing to do with scenery or the depiction of scenery” (p.304).

23 John Brinckerhoff Jackson (1909-1996) foi um estudioso da paisagem norteamericana, desenvolvendo muitos de seus estudos sobre a região sudoeste dos Estados Unidos da América. A sua formação acadêmica percorreu diversas disciplinas, dentre elas a história, a literatura e a arquitetura, as quais futuramente viriam a influenciar a forma como abordaria a paisagem. Influenciado pela *Revue de géographie humaine et d'ethnologie* (1948-1949), editada por Pierre Defontaines, Jackson definiu o seu desejo em contribuir com o conhecimento sobre a paisagem através da revista *Landscape: human geography of the southwest*, que teve a sua primeira edição em 1951 durando até 1968, quando ele a vendeu. Neste período, seus textos chamaram a atenção da comunidade acadêmica, levando-o a ser convidado por Carl Ortwin Sauer a ministrar aulas sobre a história da paisagem europeia e americana na Universidade da Califórnia, em Berkeley e a ministrar cursos semelhantes na Universidade de Harvard. Jackson configurou esta revista com o objetivo de atingir o público leigo, para obterem uma compreensão melhor sobre as mudanças que estavam ocorrendo em suas comunidades e no campo e este conhecimento seria fundado no entendimento de como o conjunto edificado foi construído, em que contexto histórico e social e como alcançaram o presente. Como contribuição de seu trabalho, dedicado ao público acadêmico e leigo, J.B.Jackson e colegas criaram o “Prêmio Jackson”, o qual é oferecido pela Associação de Geógrafos Americanos (AAG), para estimular geógrafos americanos a escreverem livros que possuam um conteúdo científico sobre os Estados Unidos, mas em linguagem acessível para leigos.

O dicionário Oxford (2007) de língua inglesa apresenta o seguinte significado para *land*: 1. terra, terreno, “pedaço de solo utilizado para agricultura”. E utilizada de maneira formal entende-se como: país ou estado. O termo “*landscape*”, neste dicionário, fornece o significado literal – paisagem – e indica a consulta ao termo “*scenery*”, que também apresenta um significado literal de paisagem²⁴.

J.B Jackson (1997) apresenta o termo *landscape* como uma combinação, um composto e seus componentes remetem aos idiomas indoeuropeus, trazidos por migrantes asiáticos milhares de anos atrás e que formou a maioria das línguas modernas europeias: latim, celta, germânica, eslava e grega. Isso significa que a sua construção é anterior ao século XV, onde são encontrados os primeiros registros de sua existência na Europa.

O prefixo *-land* para J.B Jackson, possui um longo percurso empregado em diversas circunstâncias. Pelo dicionário Grimm da língua alemã, ele aponta que “*land* originally signified the plot of ground or the furrows in a field that were annually rotated or redistributed” (1997, p.302, grifo do autor). Na idade das trevas, tanto a área de uma pequena fazenda quanto o território *England* ou *Scotland* eram considerados “*lands*”, termo utilizado para qualquer área com fronteira conhecida.

Esse autor observa que mesmo após dois séculos de reinterpretação pelos geógrafos, poetas e ecólogos, o termo *land* no dicionário lexicista americano, mantém o significado de *land* tal como no passado da idade média. O dicionário Houaiss (2009) da língua portuguesa também não alterou o significado que traz de paisagem, que segundo Damião de Góis data do século XVI no idioma latino: “1. extensão de território que o olhar alcança num lance; vista, panorama. 2. conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar. 3. espaço geográfico de um determinado tipo²⁵ (paisagem costeira)” (p. 2105).

O dicionário Larousse (2009, p.591) mantém a ideia de panorama como primeiro significado para *paysage*: “1. vue d’ensemble d’une région, d’un site”. Mas remete

24 Mas o dicionário acrescenta uma observação interessante: A palavra *scenery* tem uma forte conotação positiva, costuma ser acompanhada de adjetivos como *beautiful*, *spectacular*, *stunning*, etc., e é utilizada fundamentalmente para descrever paisagens naturais. Por outro lado, *landscape* costuma se referir a paisagens construídas pelo homem: a *urban/ industrial landscape*, uma paisagem urbana/ industrial (p. 642).

25 Observa-se neste trecho que o dicionário considera a paisagem como a fisionomia de um determinado espaço, relação que não corresponde à compreensão geográfica.

também ao que não faz parte do espaço urbano: “2. tableau représentant une site champêtre”. E um uso mais figurativo que não foge da noção de cena, mas que mantém a ideia de conjunto: “3. aspect d’ensemble, situation: paysage politique”.

Neste sentido, segundo os usos que J.B Jackson (1997) encontrou: “As far back as we can trace the word, land meant a defined space, one with boundaries, though not necessarily one with fences or walls” (p.303). Para o autor, na etimologia latina o termo equivalente é *pagus*, que significa um “distrito rural definido”. Em francês, o termo *landscape* pode significar: “[...] terroir²⁶, pays, paysage e campagne” (p. 302).

Segundo Dastur (2011, p.01): «Il n’y a pas de paysage ‘en soi’, qui existerait en dehors de l’oeil humains, puisque le terme même de ‘pays’, issu du latin *pagus* [...] (grifo nosso)». A filósofa separa a palavra «*paysage*» e explica as suas raízes a partir do prefixo: «*pagus*, qui signifie village ou canton²⁷, désigne par lui-même un espace délimité et organisé par l’homme». O termo *pagus* deriva do verbo *pango*, o qual possui o sentido de: «planter ou d’enfoncer des piquets, et par là de fixer les limites d’une portion de terre bien définie» (DASTUR, 2011, p.01).

J.B Jackson (1997) apresenta o sufixo *-scape*, como sendo essencialmente o mesmo que *-shape* (forma), exceto quando utilizado para indicar uma composição de objetos similares como *-ship* (*fellowship*, *membership*), mas neste sentido, a busca por alguma similaridade nas formas de um local, é o caminho para classificar as paisagens nas pesquisas morfológicas. J.B. Jackson continua a apresentar no inglês antigo e em outras línguas anglosaxônicas, a utilização do sufixo *-scape* ou seus equivalentes, como *-sheaf*, “to indicate collective aspects of the environment. It is much as if the words had been coined when people began to see the complexities of the man-made world” (p.303-304).

De acordo com Gonçalves (2009) apoiada em Nunes (1969), o sufixo *-agem* traz a origem no latim *-aticum*, que: “produzia substantivos com sentido de impostos, cargos, sendo depois *-ádego* substituído pelo francês *-age*, de idêntica proveniência, o qual exprime ainda impostos, aglomeração e ação” (p.42).

26 Terroir: província, campo considerado do ponto de vista de suas tradições (LAROUSSE, 2009).

27 Canton: na França é a subdivisão de um distrito, um *arrondissement*. No Brasil seria no sentido de distrito.

J.B Jackson (1997) indica um documento inglês do século X, que contém um texto relatando a destruição do que denominavam como “*waterscape*”, que neste sentido significava “a system of pipes and drains and aqueducts serving a residence and a mill” (p.304). Neste sentido, o termo –*scape* transmite a ideia de organização, de sistema, como deduz J.B Jackson (1997, p.304), a partir de termos que foram utilizados em documentos desta época e ele supôs que a paisagem acompanharia a mesma derivação que eles:

If housescape meant the organization of the personnel of a house, if township eventually came to mean an administrative unit, then landscape could well have means something like an organization, a system of rural farm spaces [grifo do autor, grifo nosso].

Para os ocidentais, a origem do termo paisagem vem da necessidade em se delimitar territórios e propriedades que eram diferenciados conforme o trabalho (que gerava transformação da fisionomia) empregado naquele espaço. Nas três idades da paisagem identificadas por Montillet (2011, p.1), ele argue sobre o nascimento da paisagem, criada pelo *paysan* (camponês) para a sua utilização, onde:

Celui des paysans est le plus ancien et commence, em Île-de-France, il y a mille ans et plus. Mille ans parce que si la civilisation agraire est beaucoup plus ancienne, en revanche les éléments structurants, qui forment une grande partie du paysage francilien actuel, datent du Moyen Âge et de son organisation féodo-dominiale.

A ideia de contemplação, de paisagem enquanto sinônimo de natureza abarcada pela visão (daquilo que é belo, da cena), segundo J.B Jackson, vai surgir posteriormente na arte. Montillet (2011, p.1) aponta esta idade da paisagem, que será cunhada pelos artistas e demais ofícios, onde ela é apreendida como representação:

Le temps de l'artiste est celui de l'époque classique où les jardiniers, les agronomes mais aussi les politiques (Sully, les physiocrates) et les artistes, peintres notamment, vont initier une nouvelle histoire des paysages qui n'est plus la seule conséquence de la nécessité cruciale de produire pour survivre, mais qui devient un miroir social et culturel aux multiples facettes.

Talvez por isso que na língua francesa, como apontou J.B Jackson, o termo paisagem possua vários significados e empregos, mas em todos eles carrega o sentido de ser um espaço específico, cunhado pela comunidade ou sociedade que nele vive, que o atribuiu

uma forma ou um conjunto de formas. Mesmo utilitário, o termo paisagem foi construído segundo as necessidades de um grupo humano sedentário para se estabelecer e então reproduzir a vida neste espaço. Tais necessidades ganham significados cada vez mais complexos, conforme o desenvolvimento destes grupos em sociedades complexas urbanas, mas continuam a representar as criações humanas na convivência coletiva.

Então Montillet (2011, p.1) apresenta a terceira idade da paisagem, que também confere novas acepções acerca deste conceito/objeto, onde a urbanização das sociedades industriais leva a um aprofundamento e complexidade na maneira como a paisagem passa a ser compreendida e configurada, então gerida: Enfin, le troisième âge est celui dans lequel nous vivons depuis un siècle, qui a vu l'ancien paysage rural et domanial devoir composer avec la culture urbaine et industrielle dans un souci de gestion rationnelle de l'espace.

1.1.6 Contribuições para a definição de paisagem

O intuito de introduzir o embasamento teórico desta pesquisa com as reflexões sobre Sauer a partir de um olhar também crítico, deveu-se ao fato de iniciar o estudo da paisagem a partir de seu conjunto construído, partindo, portanto, da descrição do concreto, da dimensão visível. Neste sentido, este item será dedicado a discutir contribuições de outros autores que auxiliaram a pensar a paisagem a partir de outras dimensões, permeando o complexo que a compõe e alcançando o elemento escolhido para uma análise mais aprofundada, de maneira a oferecer métodos específicos para cada momento da pesquisa.

Conceituada a partir de seu conteúdo, Monbeig (1957, p.11) define paisagem como: “[...] formada una e indissolavelmente pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico. Por esta razão, o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica”. Esta definição se assemelha a que foi utilizada por Sauer, que por sua vez emprestou de seus predecessores como discutido anteriormente. Bastié (1973) contribui com esta reflexão quando afirma que em relação à paisagem: “Antes de tudo, o geógrafo parte do visível, do real, do concreto” (p.47). Mikesell (1970) afirma que embora os objetos visíveis e tangíveis constituam o material bruto do estudo da paisagem, os quais foram impressos na superfície terrestre por uma cultura, é

inevitável considerar as impressões que não são visíveis também.

Novamente encontra-se neste ponto os movimentos entre o visível e o invisível, os quais encaminham a análise para a dimensão objetiva e subjetiva da paisagem a fim de se compreender a organização social que a configurou. Conforme a aproximação com a unidade estruturante cortiço, elementos invisíveis mostraram-se essenciais em sua compreensão, como afirmam as palavras de Bastié (1973, p.49):

Toda a paisagem encerra, certamente, aquilo que podemos observar num primeiro relance, mas, também, o que não vemos neste primeiro contato: uma economia, uma sociedade, isto é, produção, consumo, comércio, circulação, custos, homens com diferentes níveis de vida, de mentalidade, de comportamento e suas relações sociais.

Pode-se dizer que a definição de Bastié é centrada na dimensão econômica da paisagem, que embasa as relações e a sustentação das sociedades capitalistas pela circulação da matéria. Surgem diferentes definições de paisagem, quando tomam-na pelo seu conteúdo e delimitam-na em apenas uma dimensão, o que não é nenhum equívoco, mas também não encerra a sua totalidade.

Este movimento entre o “visível e o invisível”, que conduz os processos metodológicos, esteve presente durante toda a pesquisa, pois como Bastié aponta: “Essa confrontação constante do visível e do invisível, esse perpétuo vaivém, conduz a um exame mais profundo” (1973, p.49). Tal constatação também foi levantada por Troll (1950, p.324), ainda que numa abordagem muito distinta de Bastié, quando ele afirma que a paisagem apresenta-se ao geógrafo dotada de certa fisionomia: “Sus distintos aspectos o elementos, tanto visibles como no visibles, se encuentran en una determinada relación funcional, mientras que no varie uno de ellos y, como consecuencia, todo el paisaje”.

A ideia de conjunto, como pontuada na discussão de Sauer, surge também nos apontamentos de Monbeig quando ele propõe que “o geógrafo procurará o conjunto de fenômenos, como os que acima enumeramos rapidamente, e os laços que os unem e fazem deles um todo vivo”. (1957, p.09). J.B Jackson (1997), assim como Sauer e Monbeig, defende a característica coletiva da paisagem, sendo uma experiência partilhada: “But we should not use the word landscape to describe our private world, our private microcosm, and for a simple reason: a landscape is a concrete, three-dimensional, shared reality” (p.301-302). A paisagem

é assim entendida por Sandeville Jr. (2005, p.09), como uma experiência partilhada, mas ressalva o autor que ela é um espaço socialmente construído, colocando a dimensão do coletivo tanto no âmbito da experiência e da sensibilidade quanto da dimensão social da sua produção:

Enfatizamos que a paisagem, como conformafigurAÇÃO, é objeto geográfico e percebido, mas objeto-ação: em processo, dinâmico e significativo. De modo que, antes de ser uma forma ou figura, é um fato social, a demandar sempre um posicionamento no debate da cultura e da política. A paisagem é instável, um permanente vir a ser e permanência em transformação. Do sugerido aqui, a questão da forma subordina-se a dos processos, que se definem em um campo social e natural relacionado.

Rougerie e Beroutchachivili (1991) trazem uma definição de paisagem que considera as representações dos sujeitos que nela vivem como parte de seu conteúdo: “On peut préciser encore, en voyant dans le paysage l’expression combinée de phénomènes naturels, techniques et culturels et, en même temps, le tissu des représentations que s’en font individus et groupe sociaux” (p.132).

Nos autores citados as definições de paisagem guardam o processo de sua investigação. Quando se considera a sua dimensão representativa, parte-se então pelo caminho da experiência, da vivência dos grupos, da percepção e construção pelo processo cognitivo, por exemplo. Neste sentido, Claval (2007, p.41) entende que: “[...] analyser un paysage, c'est donc appréhender le réel à divers échelles”. A conceituação de paisagem depende da dimensão onde o olhar se direciona e para onde se encaminha o aprofundamento da análise.

De uma acepção mais geral e compartilhada pelos geógrafos “clássicos”, a paisagem é a unidade da geografia (categoria) formada (corpo) pelos elementos naturais e pelo trabalho dos homens (conteúdo) e a sua compreensão dá-se pela imersão nos elementos invisíveis do conteúdo. Esta pesquisa compartilha desta noção de paisagem, a qual propõe ao pesquisador buscar formas de compreendê-la pelos diversos caminhos postos pelas suas dimensões. Esta definição indica a plasticidade da paisagem, que é dispondo-se à reflexão de diversas maneiras e então ser conceituada e percebida de diversas maneiras. Uma vez que a paisagem está diretamente relacionada com a escala, os geógrafos partiram do mapa e da paisagem vista de cima (sua fisionomia), para a observação participante e para a paisagem vista a partir de suas unidades, das relações e dos processos que a configuram.

Posto que a pesquisa geográfica da paisagem parte de sua dimensão concreta, do tangível, embora tais elementos estejam dispostos de forma aparentemente imóvel, os processos que os engendram são necessariamente móveis, movimentam-se no espaço e no tempo sem cessar, revelando na paisagem a sua constante transformação. Sauer²⁸ apontou anteriormente, que a sucessão das culturas é a responsável por estas transformações, pois elas imprimem a sua presença na superfície da Terra segundo a sua cultura, ou seja, segundo os aspectos normativos que sustentam a coletividade. Santos (1977, p.67) compartilha da reflexão de que a paisagem não é algo imóvel como uma cena:

Le paysage n'est pas quelque chose de figé, d'immobile. Chaque fois que la société connaît un processus global de changement, l'économie, les relations sociales et politiques changent elles aussi, bien qu'à des rythmes et des intensités variés.

J.B Jackson (1997) participa da noção de constante transformação da paisagem, ao apontar a causa da mudança nos valores de uma sociedade: “[...] because these values change in the course of time, the organization of space also undergoes a change. That is one reason why the contemporary landscape is so different from that even a hundred years ago” (p.309).

Visto que delimita-se o conteúdo da paisagem pelo foco da pesquisa nos aspectos culturais da mesma, ela pode se apoiar em definições que conceituem a paisagem a partir de determinada dimensão, como em J.B Jackson (1997, p.305), quando tece a sua compreensão a partir da construção etimológica do termo, que segundo a sua tese, surgiu no contexto do modo de vida rural ou mesmo “gênero de vida” ocidental:

For it says that landscape is not a natural feature of the environment but a synthetic space, a man-made system of spaces superimposed on the face of the land, functioning and evolving not according to natural laws but to serve a community – for the collective character of the landscape is one thing that all generations and all point of view have agreed upon.

28 Ao se ler a afirmação de Sauer sobre a modificação da paisagem segundo a sucessão das culturas, deve-se considerar que o autor fazia referência a uma escala local, da realidade das comunidades rurais ou pré-industriais, que apesar de estarem sendo transformadas pelo capitalismo industrial da época, ainda mantinham um “modo de vida” tradicional e então a diferenciação entre as paisagens em diferentes culturas era mais “fácil” de serem percebidas. Quando a reflexão direciona-se para uma paisagem que foi modificada justamente pelo processo econômico, de escala global, então encontram-se limitações na abordagem de Sauer e na noção de cultura de sua época. Mas talvez essas limitações estejam também na formulação possível naquele momento para a cultura.

Jackson compartilha da noção de sistema discutida por Sauer, quando observa a interdependência entre os diversos espaços construídos pelo homem com o intuito de suprir as suas necessidades materiais e espirituais, mas na mesma paisagem e não entre paisagens. Neste sentido, Jackson (apesar de não ser geógrafo) também traduz paisagem a partir de sua ideia de conjunto:

[...] a composition of man-made or man-modified spaces to serve as infrastructure or background for our collective existence; and if background seems inappropriately modest, we should remember that in our modern use of the word it means that which undercores not only our identity and presence but also our history (1997, p.305).

Wagner e Mikesell (1962 apud Mikesell, 1978, p.04) contribuem com a definição de paisagem, também a partir de seu conteúdo definido em dimensões:

Qualquer sinal da ação humana na paisagem, implica uma cultura, recorda uma história e demanda uma interpretação ecológica; a história de qualquer povo evoca sua fixação na paisagem, seus problemas ecológicos, e suas concomitantes culturais e o reconhecimento do apelo cultural para a descoberta dos traços deixados na Terra.

Embora os primeiros estudos culturais da paisagem tenham-se fixado em sociedades pré-industriais ou rústicas (*folk-societies*) e estabelecido um cronograma metodológico que permitia o estudo de grupos, a partir de sua personalidade local, eles contribuem com a pesquisa da paisagem em sociedades modernas, dado que a busca pelos fatores de configuração da paisagem são os mesmos. O interesse por traçar o processo histórico é importante, bem como a escolha de estudá-la pelos seus artefatos como no caso da habitação. Todavia, em sociedades modernas, dada a homogeneização cultural²⁹ pelo capitalismo, as particularidades locais são reflexos de uma estrutura que é maior.

1.2 Procedimentos metodológicos e técnicos

O primeiro ponto a ser tratado faz referência ao primeiro item que Sauer coloca

29 Utiliza-se o termo “homogeneização cultural” nesta pesquisa, fazendo referência à cultura de mercado como “configuradora” da paisagem nas sociedades modernas. A paisagem das cidades vai refletir a condição social de sua população, condicionada pelos fatores econômicos e políticos, onde o reflexo se dá sobretudo na habitação, a qual também passa a ser resignificada como mercadoria.

como parte do processo metodológico que analisa a paisagem pela morfologia, qual seja, a descrição. Apoiado em Krebs (1923): “Historically geography commenced by describing and registering; that is, as a systematic study”. (p.330). A descrição, para Sauer, deve estabelecer uma primeira ordem dos elementos que compõem a paisagem, a partir de sua observação:

The description of observed facts is by some predetermined order that represents a preliminary grouping of the material. Such systematic description is for the purpose of morphologic relation and is really the beginning of morphologic synthesis. (1963, p.330).

A descrição é inerente ao estudo geográfico e a dimensão material tem papel importante no estudo da paisagem. Maciel (2001, [sem página]), discorre sobre o processo metodológico que apoia a pesquisa morfológica da paisagem, o qual se inicia com a observação, identificação dos elementos e interpretação de sua ação no conjunto:

Para compreender as formas que são reveladas através da observação, o geógrafo deve reunir, comparar e decifrar os padrões espaciais constatados, buscando analisar a localização dos elementos, a teia de relações que os unem e os processos que os ensinam e alteram. Desta maneira, os elementos da paisagem não são vistos como formas separadas, mas em íntimo e dinâmico inter-relacionamento. A controvérsia central neste caso é se/como a descrição detalhada, ordenada e sistemática da morfologia da paisagem conduziria concomitantemente a algum tipo de reflexão sobre a conexão entre os fenômenos e aquilo que lhes está subjacente, quer sejam processos simbólicos ou relações de causa e efeito.

O processo de aplicação do método morfológico para análise da paisagem de Sauer, aproxima-se dos estudos sobre morfologia urbana, que trata da análise da forma das cidades (REGO e MENEGETTI, 2011). Assim como Sauer entende que o estudo da forma busca a análise de sua estrutura a partir dos elementos, para a morfologia urbana os componentes elementares estão no centro dos estudos. Parte-se da ideia de que o tecido urbano é o que primeiro se apresenta no “desenho” da cidade (REGO e MENEGETTI, 2011), o qual é

configurado pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações assim como pelos espaços livres. Em outras palavras, o tecido de cidade é dado pelas edificações, ruas, quadras e lotes, parques, praças e monumentos, nos seus mais variados arranjos. (REGO e MENEGETTI, 2011, p.125).

Rego e Menegetti (2011) afirmam que estes elementos se interrelacionam em uma dinâmica orgânica, “constantemente em atividade e, assim, em transformação ao longo do tempo” (p.325). “O modo como cada um destes elementos se cristalizou, conformando o tecido da cidade é objeto da morfologia urbana” (REGO e MENEGETTI, 2011, p.325), portanto, a importância da descrição surge como primeira ferramenta de interpretação do pesquisador, no caso da primeira fase desta pesquisa, a observação da paisagem deste setor.

Todavia, a pesquisa não intenciona limitar-se à análise do concreto da paisagem, apenas à sua dimensão material, pois não satisfaz os questionamentos que logo advieram de sua observação, tal como coloca Monbeig (1957):

[...] é absolutamente indispensável que o geógrafo não se limite à análise do cenário, à apreensão do concreto. A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo. Nem sempre nela se encontrarão expressos com clareza os modos de pensar, as estruturas financeiras que são, entretanto parcelas apreciáveis do complexo geográfico. (p.11).

O estudo da morfologia urbana não se limita também apenas à descrição, pois a partir do momento em que se busca compreender como a forma foi configurada, os elementos invisíveis se apresentam, quais sejam as questões políticas, econômicas, sociais, culturais, enquanto “manifestação de ideias e intenções” (REGO e MENEGETTI, 2011) que resultam em objetos tangíveis, oferecendo o conteúdo de sua existência através de sua manifestação material.

Assemelha-se este procedimento ao estudo da paisagem, quando Monbeig (1957) aponta que a pesquisa geográfica não deve se limitar à sua descrição:

a limitação do campo de estudo geográfico à paisagem ameaça levar o pesquisador ao recurso exclusivo da descrição. Este olha, observa minuciosamente e com perfeito espírito científico, mas tende a esquecer o essencial: a *explicação*. Satisfaz-se com ser excelente máquina fotográfica e, nesse jogo, atraente, prende-se menos à *análise dos processos* do que à sua descrição. Passa ao lado dos problemas, pois, submerso pela massa dos fatos observados, já não pode distingui-los com clareza. A paisagem é um ponto de partida, mas não um fim. Resulta do complexo geográfico sem se confundir com ele. (p.11, [grifo nosso]).

Sauer compreendia que a dimensão tangível da paisagem é um primeiro dado que se apresenta ao pesquisador, o qual deve-se dirigir à sua explicação, pois “[...] In the same sense, area or landscape is the field of geography, because it is a naïvely given, important

section of reality, not a sophisticated thesis”. (1963, p.316).

Para se alcançar esta explicação, o procedimento seguinte proposto por Sauer é revelar a paisagem a partir de sua tridimensionalidade:

The objects which exist together in the landscape exist in interrelation. We assert that they constitute a reality as a whole that is not expressed by a consideration of the constituent parts separately, that area³⁰ has a form, structure, and function, and hence position in a system, and that it is subject to development, change, and completion. (1963, p. 321).

Nessa linha interpretativa, a compreensão da forma da paisagem dá-se pela sua descrição, que identifica em seus elementos a estrutura que a compõe a partir de sua organização e os processos que os engendram através da análise de sua função. Os processos cumprem o papel de movimentar esta tridimensionalidade a partir de sua interdependência, articulando-os ao longo do tempo histórico do setor de estudo e transformando a paisagem como resultado desta movimentação.

Sauer (1963, p.326) discorre sobre alguns postulados acerca do método morfológico, considerando a forma, estrutura e função em constante relação:

1. that there is a unit of organic or quasi-organic quality; that is, a structure to which certain components are necessary, these component elements being called “forms” in this paper; 2. that similarity of form in different structures is recognized because of functional equivalence, the forms then being “homologous”; 3. that the structural elements may be placed in series, especially into developmental sequence, ranging from incipient to final or completed stage.

O primeiro item possui semelhança com a ideia seguida pela morfologia urbana na análise dos elementos que compõem o tecido urbano e que Sauer emprega o termo “orgânico” para afirmar a interdependência que existe entre eles, pelo fato de que quando um elemento é transformado, todos o são. No segundo postulado, é evidente a relação direta entre forma e função, onde ele afirma que formas homólogas ocorrem por conta de sua equivalência funcional. Este ponto vai ser revisto no capítulo referente aos tipos de habitações que ocorrem

30 Sauer empresta o termo “área” das ciências naturais e o emprega no sentido de delimitar uma paisagem no espaço. Ele cunhou o termo “área cultural”, onde: *“The unit of observation must therefore be defined as the area over which a functionally coherent way of life dominates”*. (1963, p.364). Ele empregou o termo no sentido corológico.

no setor de estudo, pois tal relação foi empiricamente questionada. O último postulado indica alguns procedimentos para análise dos elementos, sendo que o primeiro deles trata-se de sua classificação e do ordenamento sequencial onde o fator tempo está presente em seu processo de desenvolvimento até o estágio completo, onde ele atingiu a capacidade total de cumprimento de sua função, passando a sofrer transformação.

A industrialização ocorrida a partir de 1890 (PETRONE, 1953) marca o início do processo que vai configurar a paisagem “urbana” da cidade e deste setor. A habitação encortiçada aumenta neste período devido ao aumento populacional nas áreas industriais da cidade e por conta da falta de políticas de acesso à moradia pela população proletária, de regulação do mercado imobiliário e de salários que delegassem ao operário a possibilidade de conseguir a moradia própria.

Cosgrove (2010, p.112) diz que “conforme reconheceu Vidal, a natureza e a escala das áreas culturais variam com o modo dominante de produção, estruturando e sendo estruturado por ele”. A identificação de tais elementos específicos no setor estudado e a análise dos processos que os engendram, poderá oferecer a explicação para a produção de cortiços na atualidade.

Este estudo não se ateve à escala da cidade e nem se limitou à análise da planta dos bairros. Foram dedicados alguns capítulos para tratar da composição da paisagem, dos elementos que a estruturam a partir de dentro, ou seja, segundo a observação feita por Vallaux (1923), onde ele afirma que os geógrafos não faziam distinção entre o “primeiro plano e o segundo plano” nas áreas de estudo, percebendo e interpretando a paisagem apenas de cima. Esta observação foi incorporada às técnicas da pesquisa, a partir da utilização de fotografias da paisagem na escala das ruas e das construções e dos interiores do cortiço, bem como entrevistas com os moradores, na tentativa de interpretar a paisagem também “a partir de dentro”.

É parte do método geográfico, a investigação de dados quantitativos para embasamento do argumento e análise do fenômeno. Como será visto a seguir, a pesquisa qualitativa não impossibilita a existência de gráficos, tabelas, cartogramas, etc., que possam fornecer informações a serem discutidas com o que é observado empiricamente. Todavia, este estudo utilizou os dados colhidos como base para justificar a preferência pelo aprofundamento

da análise qualitativa em um estudo de caso, onde existe a correlação entre cortiço e bolivianos.

1.2.1 Paisagem, história e memória

Neste sentido, não há como considerar a compreensão da paisagem do presente se não traçar o percurso (pelo menos em parte) que ela trilhou, entendendo que o processo histórico permitiu que uma sequência de eventos reajustassem os elementos, registrados na paisagem do presente, que revela a sua herança. Sauer (1963) afirma que não há como estudar as habitações humanas sem se perguntar sobre suas origens, pois “every human landscape, every habitation, at any moment is an accumulation of practical experience and of what Pareto was pleased to call residues” (p.360).

Lewis (1979) elenca alguns axiomas para se tratar a paisagem, onde cada um exige métodos específicos, de maneira a organizar o conjunto de elementos analisados. No primeiro axioma, ele considera que a paisagem é uma pista para a cultura, ou seja, que o trabalho do homem sobre a superfície terrestre “[...] provides strong evidence of the kind of people we are, and were, and are in process of becoming”. (p.15).

Outro axioma que interessou para este estudo foi a história, tal como fora defendido por Sauer (1963). Segundo Lewis, para compreender a paisagem do presente é necessário considerar seus elementos históricos, os quais foram configurados em outro contexto: “To understand those objects, we must try to understand the people who built them – our cultural ancestors – in their cultural context, not ours”. (1979, p.23). O olhar para a paisagem a partir de sua história e memória também é um caminho compartilhado por J.B Jackson (1997, p.313), onde: “[...] we can only start to understand the contemporary landscape by knowing what we have rejected and what we have retained from the past”.

É a partir do retrospecto do setor que esta pesquisa inicia a sua investigação, abarcando em um primeiro momento a paisagem urbana do setor em estudo no contexto da metrópole, considerando as implicações locais de seu crescimento vertiginoso a partir do final do século XIX. Os dados populacionais acessados são as principais evidências deste crescimento e apontam também a participação do imigrante no perfil populacional da cidade.

Para alcançar as informações com referência a este período, foi realizada uma pesquisa no Arquivo Histórico de São Paulo, órgão municipal, todavia, o acesso às fotografias foi negado pela justificativa de que todo o acervo iconográfico havia sido digitalizado e a sua consulta seria possível apenas pela internet. Infelizmente não foram encontradas fotografias que interessariam à pesquisa. Pode-se ter acesso à algumas plantas e cartas da cidade (através do leitor de microfilme), do período anterior à industrialização, onde se assinala este setor como sendo uma área de chácaras. Entretanto, como existe um custo para acessar estas cartas e plantas, recurso que não existia na época, optou-se consultar o livro organizado por Aroldo de Azevedo “A cidade de São Paulo” (1958)³¹, cujo conteúdo possui imagens de cartas da cidade antes da industrialização e do setor de estudo.

Utilizou-se três imagens como referência (cartas do município) para compreender a organização do espaço deste setor anos antes da industrialização e que conferiu em uma forma de analisar a paisagem a partir de instrumentos que a representam. Esta obra foi importante para a pesquisa, pois como trata-se de um trabalho que analisa a cidade de São Paulo nos anos antes da industrialização, é uma discussão bem aprofundada e que se adéqua com o objetivo da pesquisa para esta fase, que era permear brevemente este contexto a partir da análise dos registros de alguns elementos da paisagem que auxiliaram em sua compreensão e que dialogaram com a coleta de dados das entrevistas.

Outra obra que foi importante para a reprodução das imagens fotográficas da época, foi “São Paulo: registros 1899-1940”³², cujo conteúdo refere-se justamente às renovações materiais deste período e que compuseram o conjunto iconográfico do setor na pesquisa.

As cartas foram importantes para auxiliar a análise da organização espacial deste setor, nos moldes do método da morfologia urbana, onde pode-se abarcar o tecido urbano, como era o traçado da ocupação desta época neste setor, uma das variáveis que caracterizou o processo de urbanização. As fotografias permitiram acessar uma observação espacial mais detalhada deste contexto e identificar a composição da paisagem a partir da análise de seus elementos construtivos, onde foi reforçada a noção de paisagem como herança e o caráter multifuncional do setor.

31 AZEVEDO, A. A cidade de São Paulo, Vol. II. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1958,

32 Organização: Eletropaulo: São Paulo, 1992.

Para acessar a paisagem neste contexto (que não se modernizara totalmente), buscou-se informações a partir de entrevistas realizadas com velhos moradores dos bairros, trabalhando com narrativas que evocam as memórias das transformações, dotando de significação pelo vivido a história reconstruída por este estudo. Foram realizadas um total de três entrevistas, dado que a intenção não era estender a pesquisa neste momento, mas apenas enriquecer a discussão através do recurso à memória do vivido. As perguntas realizadas nas entrevistas (Anexo 1, 2 e 3) tentaram encaminhar o entrevistado a lembrar do conjunto material da paisagem, o contraste entre os elementos modernos e os antigos e como era o cotidiano³³, o dia a dia, a vida comum dos moradores e trabalhadores desses bairros. Procurou-se na memória dos entrevistados, a presença de habitações coletivas nos bairros ou que descrevessem o modo de habitar das famílias. Para compor este processo de configuração da paisagem e análise de seu retrospecto, busca-se a memória como fio que liga ao tempo, pois como aponta Ricoeur: “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (2007, p.11).

As entrevistas seguiram o objetivo de contribuir com a “re”construção da paisagem, através do ponto de vista do testemunho, do sujeito que a vivenciou, pois como afirma Ricoeur (2007) “[...] nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular”. (p.42). A observação do cotidiano da paisagem encontra um instrumento na memória que registrou o caminho por ela percorrido, como afirma Bosi (2003, p.15):

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. [...] A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza.

33 Embora esta pesquisa não tenha se ocupado em aprofundar a discussão acerca do cotidiano e sua importância para a memória dos bairros, pontua-se aqui, brevemente, o que se entende por cotidiano, pois é onde a memória dos velhos moradores se constitui em uma troca entre o que é do universo individual (indivisível) e os papéis que ocupou (social, compartilhado) e que são a substância anímica da paisagem. Busca-se, para aproximação deste tema, amparo nas reflexões de Heller (2000, p.17): “A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.” (grifo da autora). Há nesta pesquisa, interesse sobre a memória do cotidiano deste setor, buscando a memória da paisagem. No sentido do retrospecto, o cotidiano compõe esta memória, que por sua vez é parte substancial da história “oficial”, como discorre Heller (2000, p.20): “A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social.”

A importância em consultar os velhos quando busca-se a memória de um lugar tem uma justificativa cultural para Bosi (2003), onde a memória cumpre o papel de intermediário cultural, pois “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (p.70). São costumes que advém do contato entre gerações, onde os avós contam a vida da cidade em seu tempo, a partir de um olhar particular, de um testemunho do vivido e os netos, por sua vez, entram em contato com este conteúdo da memória não registrada pela história oficial, que limita as representações do passado da cidade apenas aos livros, como aponta Bosi (2003, p.71):

Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das *testemunhas* se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa histórica mais recente: quem nos conduzirá em bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco *testemunho* do passado. [grifo da autora].

Bosi (2003) auxilia na reflexão sobre as transformações que ocorrem nos bairros ao longo do tempo, as quais são registradas pelos moradores e transmitidas nos testemunhos das histórias de vida ou pela história oral. A autora afirma que os bairros possuem uma biografia que vai sendo tecida conforme a transformação dos elementos que compõe a paisagem. A experiência da entrevista, que tratou de uma paisagem muito diferente da que encontra-se no presente, produz a seguinte observação: “Suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram”. (p.74). As entrevistas, embora tenham sido realizadas com o intuito de compor a paisagem percebida do passado, auxiliaram a compreender as transformações que estão ocorrendo no presente destes bairros sob o olhar de seus velhos moradores.

A inserção do percebido, tanto da paisagem quanto do cortiço, é uma proposta da pesquisa em não se limitar apenas ao conteúdo material e à sua análise morfológica, pois ela não explica a dimensão simbólica da paisagem, dado que são as pessoas que criam significados e incorporam-na ao seu campo de vivência, tal como apontou Ricoeur (2007). Assim, a entrevista foi um instrumento utilizado com a intenção de buscar a representação da paisagem a partir do conteúdo vivido pelos seus moradores, como apresenta Claval (2007, p.44): “Lorsqu'il traite de sociétés modernes dominées par des cultures de masse

homogénéisantes, le géographe n'agit pas autrement que les autres scientifiques et procède par enquêtes”.

Considera-se que, embora a entrevista tenha sido utilizada com o intuito de particularizar a análise de maneira a não tornar o estudo tão generalizado, pois aprofunda-se no cortiço como elemento que compõe esta paisagem, ela se difere dos instrumentos como o mapa, a planta, a imagem de satélite e a fotografia, pois trata-se de um anteparo subjetivo, o qual percorre outro percurso, afastando-se da pretensão de objetividade que reivindicam outras ferramentas. A memória, que necessita da percepção para ser composta processa-se da seguinte maneira, segundo Bosi (1994):

Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam, pelos nervos aferentes, à central do cérebro, e desta voltam, pelos eferentes, à periferia do corpo. Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro permanece nele, “parando”, ou “durando”, teríamos, não mais o esquema imagem-cérebro-ação, mas o esquema imagem-cérebro-representação. O primeiro esquema é motor. O segundo é perceptivo. (p.44).

Como a representação da paisagem pela entrevista está imbricada de significados e símbolos, os quais possuem relação com a vida psicológica do sujeito, qualquer alteração no conteúdo material e na forma de se relacionar com estas transformações, alteram a maneira que ele representará a paisagem em momentos diferentes, como afirma Bosi (1994):

A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais de sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade mínima da memória. (p.55).

A discussão que Bosi realiza sobre o valor da memória para a pesquisa social, tem o seu núcleo de atuação no cotidiano. Os relatos colhidos, fontes das reflexões acerca da organização social, são compostos pelas vivências e pelos acontecimentos testemunhados. Vivências que são espacializadas durante o processo de lembrança. São relatos de acontecimentos que estão relacionados a um lugar, a uma cidade, a um bairro, a uma comunidade, etc. E nesse sentido, Bosi (2003), contribui para a relevância dos lugares na significação mnemônica e a relevância da memória para a compreensão dos lugares, como

aponta em suas palavras: “O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade.”(p.74). E continua: “Quando a fisionomia do bairro adquire, graças ao trabalho ingente dos moradores, um contorno humano, ele se valoriza”. (p.75).

Para buscar a compreensão do lugar do cortiço no contexto das transformações na paisagem deste período, a pesquisa direcionou-se primeiramente às fontes bibliográficas, as quais discutem a questão da habitação nos bairros operários e depois foram investigadas em arquivos iconográficos, representações da paisagem onde o cortiço aparece como elemento em destaque.

Através da consulta ao livro “São Paulo pela lente da higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925- 1945)”³⁴, cujo conteúdo possui fotografias de cortiços, alcançou-se a fonte das imagens, as quais pertencem ao Arquivo da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. Assim, foram realizadas algumas pesquisas neste arquivo, que permitiram acessar as fotografias de cortiços localizados em diversos setores da região central da cidade. A maior parte das imagens não possui identificação do local onde foi registrada, mas as que possuíam tratava-se de locais como Santa Ifigênia, Mooca, Bela Vista, Pari e Brás, ou seja, bairros que circundam a área de estudo e que possuíam o cortiço como forma de habitar da população pobre, que no período industrial era o operariado. Como o arquivo possui poucas imagens de cortiços, optou-se por aproveitá-las mesmo não sendo fotografias apenas do setor de estudo. Considerou-se esta escolha, pois a pesquisa, para levantar informações acerca dos cortiços desta época, teve como referência um relatório elaborado pela Câmara, o qual se refere ao levantamento realizado no distrito de Santa Ifigênia no final do século XIX³⁵.

Sobre os períodos posteriores, a partir da segunda metade do século XX, onde há uma transformação na estrutura produtiva local (aumento da atividade comercial, desconcentração industrial) e no perfil populacional (saída de imigrantes europeus e aumento de migrantes nordestinos e coreanos), a fonte das informações com relação a estes fenômenos,

34 Autoria: CAMPOS, Cristina de. São Carlos: Rima, 2002.

35 Referente ao “Relatório de Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Iphigênia”, elaborado por engenheiros e técnicos da Câmara, sob a liderança do Dr. Cesario Motta Júnior, em 1893, transcrito no texto de LEMOS, A.C. *Os primeiros cortiços paulistanos*. In: Habitação e cidade. FAUUSP: FAPESP, 1998.

foi, sobretudo, bibliográfica. O objetivo foi contextualizar as transformações produtivas e populacionais que atingiriam o cortiço. Percebeu-se que o cortiço ganha espaço na agenda de discussões sobre a habitação na cidade, que promove um direcionamento das intervenções públicas através de programas em torno da problemática desta habitação. A pesquisa procurou alcançar o cortiço deste período por meio de leis e programas de intervenção, com o intuito de analisar a forma como ele era representado. Para tentar permear a dimensão vivida do cortiço, foi realizada uma entrevista com uma migrante nordestina que morou nesta habitação quando chegou em São Paulo na década de 1970.

Para acessar o cortiço, foram realizadas pesquisas em arquivos iconográficos. Infelizmente, os principais museus da cidade que poderiam fornecer algum material de interesse da pesquisa (Museu Paulista, Museu da Imigração) no período de realização da coleta de dados, que foi entre o primeiro semestre de 2012 ao primeiro semestre de 2013, estavam fechados para reforma. O único acesso foi feito pela internet onde está disponível o acervo digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, mas não foram encontradas fotografias de cortiços ou da paisagem “industrial” que auxiliaria no estudo do conjunto desta época.

O cortiço tem sido abordado tanto como parte da problemática da habitação urbana e onde se inserem as favelas e demais moradias precárias, quanto específica a este modelo, onde há um universo particular de lutas sociais, políticas públicas, especulação imobiliária e programas de governo que atuam diretamente no oferecimento de habitação no centro da cidade.

Lemos (1998) desenvolveu um trabalho (que é clássico na temática dos cortiços na cidade de São Paulo), o qual aborda, do ponto de vista histórico e social, o surgimento e crescimento desta habitação nas áreas industriais nascentes nos primeiros decênios do século XX. Neste estudo, ele focaliza a questão estrutural, sanitária e política com que tais formas de habitar eram tratadas quando foram consideradas núcleos disseminadores de doenças, de promiscuidade e de violência. O autor aponta as relações que existiam entre imigrantes e cortiços, mostrando que esta era a oportunidade de habitar nas áreas industriais, para os recém chegados ao Brasil.

Neste sentido, arquitetos e sociólogos desenvolveram trabalhos caminhando

pela questão social desta habitação e as implicações estruturais inadequadas para abrigar vidas humanas, como nos estudos realizados por Kowarick e Ant (1994), onde chamam a atenção para a permanência do cortiço na paisagem com o passar do tempo, mostrando a ineficiência das políticas públicas para a questão da habitação popular e mais especificamente para o caso dos cortiços. Lemos (1996) também pensa o cortiço no contexto do morar urbano e nas suas relações com a industrialização da capital paulista. Nesses estudos, o cortiço é visto como uma forma de habitar criada na sociedade urbana ocidental industrializada, como no caso da cidade de São Paulo. Desta maneira, trabalho, imigração, sanitarismo, economia e pobreza acabam sendo abordados como os fatores que constroem o cortiço, não sendo tratado apenas como um imóvel que precisa ser adequado, mas como a cristalização de uma situação social que atinge a população de baixa renda dos centros urbanos.

Outros estudos focalizam o cortiço sob o ponto de vista da degradação de antigos bairros industriais, como no caso do Brás, Mooca, Belenzinho e Barra Funda. Procuram discutir o cortiço como a forma da deterioração dos bairros, pois ele nasce como uma habitação que possui uma imagem “etmologicamente” deteriorada. Como exemplo tem-se os estudos de Martin (2004) e Andrade (2002), os quais tratam da deterioração urbana nas antigas áreas industriais, considerando o cortiço como elemento que compõe a sua imagem.

Nos estudos sobre trabalho e questão operária, as reflexões alcançam o cortiço sob o foco da desigualdade social, retratada nos jornais italianos da primeira metade do século XX, como no trabalho de Hall e Pinheiro (1981), onde o cortiço surge como elemento da paisagem vivida do operário imigrante. Nestes jornais, a intenção é denunciar as condições sociais da população operária e o cortiço apresenta-se como a realidade habitacional dos trabalhadores. O estudo realizado por Simões Júnior (1990) reconstrói a história do cortiço na memória da cidade, problematizando a ausência de políticas que mantém esta forma de habitar e todas as suas implicações sociais e econômicas presentes mesmo diante do desenvolvimento de políticas públicas para a habitação social.

Os relatórios realizados pela prefeitura do município ao longo das décadas de 1970 e 1980, visam o parecer técnico sobre a situação estrutural e social do cortiço. A abordagem social foca no perfil da população que vive nestas habitações. Nestes relatórios, a preocupação, com relação aos moradores, encontra-se nas características sociais e econômicas dos moradores, enquadrando-os nas estatísticas onde as políticas públicas vão atuar. Estes

relatórios ofereceram uma avaliação para as ações em habitação social na cidade, como mostra o estudo de Bonduki (1994) sobre as origens da habitação social no Brasil. O cortiço, como parte dos programas habitacionais da administração pública, foi tratado pelos estudos de Ribeiro *et al.* (2000) e Gatti (2011).

Nos estudos desenvolvidos por Sampaio e Pereira (2003) e Sampaio (2007) discutem as questões políticas e sociais envolvidas no fenômeno cortiço, onde discutem que ele não pode ser considerado apenas como um espaço físico onde bastam ações de intervenção física. Propõem, neste sentido, uma reaveriguação das políticas públicas e regulamentação do mercado imobiliário para trazer maiores benefícios à população de baixa renda e que necessita morar próximo ao trabalho no centro da cidade.

Dentro da perspectiva das intervenções dos programas governamentais, o cortiço segue sendo tratado enquanto unidade que necessita ser adequada estruturalmente e seus habitantes enquanto variáveis socioeconômicas movimentados segundo as possibilidades de auxílio oferecidos pelos programas. Assim apresentado nos trabalhos realizados pela CDHU-Seade (2002), com a finalidade de avaliar o cortiço na proposta de intervenção.

Os estudos que abordam o cortiço sob o ponto de vista dos movimentos sociais urbanos por moradia, discutem a questão do esvaziamento residencial no centro da cidade ao mesmo tempo em que os movimentos sociais por moradia mobilizam-se para conseguirem morarem próximo ao trabalho, como apresenta o trabalho de Levy (2011).

O cortiço também é tratado a partir do fator imobiliário, como foi desenvolvido no trabalho de Kohara (1999), onde os rendimentos gerados pelos alugueis dessa habitação ainda são altamente rentáveis para seus proprietários, pois a demanda é mais alta do que a oferta. A relação entre a moradia em cortiço e o desempenho escolar de crianças foi uma tese defendida por Kohara (2009), na tentativa de chamar a atenção para as inúmeras influências negativas que uma habitação tal como o cortiço pode causar na vida social, cognitiva e psicológica de seus moradores. Neste estudo, a interessante proposta de relacionar educação e moradia encontra mais um fator que pesa sobre a questão da adequabilidade da habitação para a população de baixa renda.

Nos estudos que tratam da dimensão histórica do cortiço, como aqueles desenvolvidos por Lemos (1996, 1998) os imigrantes são os personagens desta situação.

Todavia, não houve até o momento o conhecimento de estudos que relacionem a produção de cortiços com as oficinas de costura dos imigrantes bolivianos localizadas nos bairros do centro da cidade, os quais centralizam o comércio popular de vestuários.

1.2.2 A paisagem em diversas escalas

Com a finalidade de coletar dados sobre o setor, partiu-se da identificação das edificações e sua função no conjunto construído. Através desta observação empírica, procurou-se apontar as formas de habitar da população dos bairros ao longo do tempo, atentando-se para a existência de diversas classes sociais que compõem o perfil populacional deste setor.

Considerando a transformação da paisagem no presente (tomando como referência o primeiro decênio deste século), procurou-se identificar os agentes que atuam neste processo e as consequências de sua interferência para o patrimônio industrial e operário do setor. Neste contexto, a pesquisa averiguou o papel atual do cortiço neste setor, diante da presença do imigrante boliviano em sua refuncionalização³⁶.

A fim de compreender como o cortiço vem sendo gerido na atualidade pelas iniciativas públicas, foram realizadas, além de consulta bibliográfica, entrevistas com a coordenadora da equipe municipal que vistoria os cortiços da região da subprefeitura da Mooca e da Sé e com a coordenadora de assistência social da Secretaria de Habitação (Sehab/HABI-Centro), ambas atuantes no Programa de Cortiços: Reabilitação de Moradia Coletiva. Foi consultado um banco de dados, que fora disponibilizado pela coordenadora dos cortiços na região central, o qual trata-se do registro de todos os cortiços vistoriados pelo programa no setor de estudo.

As vistorias são realizadas em equipes. As entrevistadas aconselharam a não visitar o cortiço sem a presença de mais uma pessoa, por motivos de segurança e porque a

36 Martin (2009) apoiado em Blanc (1979), discorre sobre os dois tipos de reurbanização, onde a: “renovação” de tipo arrasa-quarteirão, visa apagar a paisagem anterior; e a “restauração-reabilitação” que propõe a *refuncionalização* das antigas edificações, preservando, porém, suas fachadas”. (p.205). BLANC. M. *De la rénovation urbaine à la restauration*. Espaces et Sociétés. N.30-31. Paris, juillet-décembre, 1979. Quando esta pesquisa utilizar apenas o termo “refuncionalização”, estará se referindo ao imóvel adaptado de maneira precária para abrigar moradia ou oficina, pois na proposta da “restauração-reabilitação” está incluída também a refuncionalização do imóvel. A partir de Blanc (1979, p.05), entende-se restauração por: “La restauration consiste à remettre en état les constructions anciennes”.

maioria dos cortiços abriga população masculina. Uma vez que a vistoria da prefeitura tem o objetivo de classificar o imóvel como sendo ou não cortiço (e possui os critérios para tal), os quais correspondem, basicamente, à sua estrutura interna, diante da observação feita pelas entrevistadas, foram registradas fotografias apenas da parte externa dos imóveis.

O banco de dados utilizado pela Prefeitura, refere-se ao levantamento dos cortiços realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU, 2001). As adesões mais recentes ocorrem a partir de denúncias da população, mas são poucas, segundo a coordenadora da equipe de vistoria. Uma vez que o Programa de Atuação em Cortiços do Governo do Estado em parceria com a Prefeitura fixou o programa no público-alvo do levantamento, o programa não considerou a adesão de novos cortiços, sobretudo quanto ao orçamento destinado.

Neste sentido, os cortiços organizados pelos bolivianos em casas originalmente unifamiliares, não encontram-se computados nesses dados oficiais. Então, a pesquisa viu-se em um problema metodológico, pois como alcançar o cortiço abrigado por bolivianos se eles não aparecem na esfera institucional, a única que possui condições para realizar este tipo de levantamento?

As coordenadoras revelaram a existência de bolivianos em muitas vistorias que realizaram, mas graças a ausência de método para lidar com uma situação “tão particular”, dado que os programas de habitação no Brasil possuem restrições quanto ao perfil do público-alvo e a Sehab não possui parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou com as Organizações Não-Governamentais para registrar a população de bolivianos em condição de encortiçados, a situação permanece como que inexistente. O relatório da Seade também não revela a naturalidade ou nacionalidade dos moradores, contém apenas o perfil socioeconômico.

Diante da ausência do universo dos cortiços de imigrantes³⁷, não houve a possibilidade de construção da amostragem necessária a uma informação e análise com dados quantitativos. Experimentou-se, então, o seguinte procedimento: caminhar pelos bairros em busca dos imóveis habitados por bolivianos e que possuiriam potencialidades para serem

37 Segundo a minuta da primeira versão (28/04/2014) que Institui a Lei de Migração e cria a Autoridade Nacional Migratória: “Art. 1º §1º Entende-se por “imigrante” todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País”.

enquadrados como cortiços. No entanto, tal como o método utilizado pela Seade, para obter sucesso nesta alternativa seria necessário vistoriar o ambiente interno do imóvel, um procedimento arriscado quando não se possui um vínculo com a Prefeitura ou com o Estado, por exemplo. Em nenhuma das cinco casas visitadas, os moradores atenderam ao chamado em suas portas.

Os relatórios técnicos realizados a partir da segunda metade do século XX, também classificaram em tipos os cortiços analisados, mas sem diferenciá-los com terminologia própria (tal como realizou o relatório de 1893), utilizando critérios tais como o número de pavimentos do imóvel e a organização da implantação do lote.

A partir da Lei Moura (Lei Municipal nº 10.928, de 8 de outubro de 1991), os critérios para a identificação de imóveis encortiçados passam a ser basicamente as condições estruturais do imóvel, a divisão dos cômodos entre as pessoas e atividades domésticas sobrepostas. Posto que não houve a possibilidade de adentrar os cortiços vistoriados pela Prefeitura para poder classificá-los, apenas a fachada foi averiguada e o imóvel enquadrado na classificação proposta pelo relatório de 1893, com a intenção de identificar permanências tipológicas nos cortiços encontrados no setor. Segundo a Seade (2001), as moradias classificadas como cortiços deste setor foram construídas nos anos 1940 (embora encontrou-se construções anteriores a este período durante as pesquisas de campo), fato que embasa a discussão sobre a questão patrimonial dos antigos setores industriais da cidade.

A classificação dos elementos para Sauer (1963), é importante procedimento para compreender como eles estão organizados. Neste sentido, a pesquisa seguiu esta proposta e classificou os cortiços identificados segundo a terminologia da Secretaria de Planejamento (Sempla, 1985) em cortiços adaptados ou concebidos:

Imóveis adaptados para cortiços, construídos originalmente para uso residencial unifamiliar, multifamiliar ou misto³⁸. Em geral são edificações com 1, 2 ou 3 pavimentos, eventualmente dotadas de porão, acrescidas de outras construções no lote. **Imóveis concebidos como cortiços**, especialmente construídos para fins de locação, podendo apresentar, no mesmo lote, edificações diferenciadas, que geralmente se configuram como vilas de cômodos horizontais ou verticais. [grifo nosso].

38 Acrescenta-se que existem edificações construídas para abrigarem outros usos que não o residencial e que foram adaptados cortiços. Os relatórios mais recentes, como o realizado pela Seade/ CDHU (2002), não se preocuparam em classificar os cortiços, identificando apenas as características estipuladas pela Lei 10.928/1991.

Os imóveis enquadrados nessas categorias possuem formas diversas. As diversas formas de ocorrerem criam tipos. A classificação é importante para a fase de intervenção, dado que o cortiço classificado como adaptado em uma edificação originalmente construída para outra função que não a habitação, por exemplo, implica em uma série de ações específicas que são diferentes dos cortiços concebidos para a habitação, pois, provavelmente, são mais complexas de serem tratadas por conta de possuírem maior insalubridade e irregularidade.

1.2.3 A questão dos dados

Os dados mais recentes acerca dos cortiços na cidade provêm de diferentes órgãos. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo, registrou em 1993 um total de 2.132 imóveis encortiçados na região da subprefeitura da Mooca e em 1997 totalizou em 1.444³⁹ deste tipo de habitação irregular (FIPE, 1994, 1998, apud KOHARA, 2009). A pedido da CDHU, em 2001 a Seade realizou novo levantamento dos cortiços em oito setores centrais da cidade. Segundo o relatório final, para o levantamento cadastral foram arrolados 57.670 endereços dos Setores Básicos de Intervenção⁴⁰ e identificadas 1.648 edificações encortiçadas.

Em 2005, o Programa de Atuação em Cortiços (PAC)/CDHU realizou uma parceria com a Prefeitura através do Programa de Cortiços-Reabilitação de Moradia Coletiva, que permitiu a fiscalização dos imóveis. Em 2007, munidos do levantamento realizado pela Seade, o Programa de Cortiços vistoriou 50 % dos imóveis da subprefeitura da Mooca, onde foram identificados 583 cortiços, sendo 173 no Belenzinho e 207 no Brás, ou seja, houve um aumento na quantidade e as equipes da Prefeitura passaram a trabalhar com estes novos

39 Segundo Kohara (2009), a diferença dos dados não significa que houve redução na quantidade de cortiços, pois o erro padrão do levantamento foi de aproximadamente 20%.

40 Como apontado na introdução, trata-se da Barra Funda/ Bom Retiro, Bela Vista, Cambuci, Belém, Brás, Pari, Mooca, Liberdade e Santa Cecília.

dados⁴¹. Conforme aponta o livro intitulado “Cortiços, a experiência de São Paulo”⁴², que descreve os resultados do trabalho desenvolvido pelo PAC, dos 1.814 imóveis vistoriados na região da subprefeitura da Mooca e da Sé entre os anos de 2001 e 2009, 1.091 foram classificados como cortiços.

Sampaio e Pereira (2003)⁴³, afirmam que entre a quantidade de favelados, moradores de rua e domicílios improvisados, há um aumento significativo no número da população encortiçada em 1991 de 73.169 para 909.628 em 2000. Segundo os autores, a fundação Seade identificou em 2000, 127.084 domicílios encortiçados na cidade de São Paulo. Segundo o relatório geral do PAC/CDHU⁴⁴:

Nas pesquisas realizadas pela Seade⁴⁵, em 2000, referência para o Programa, o número de cortiços na área central da cidade de São Paulo era estimado em 24 mil, nos quais, moravam 160 mil famílias e 596 mil pessoas – o que correspondia a 6% da população do município.

Este mesmo relatório faz a seguinte afirmativa sobre a questão dos dados:

Os números de imóveis encortiçados no município de São Paulo continuam balizados apenas em estimativas; desde o início da implantação do Programa de Cortiços, nota-se com razoável ênfase na presença de imóveis invadidos – galpões, estacionamentos e casas. Alguns são antigos cortiços cujo dono e/ou o intermediário não mais efetuava as cobranças do aluguel; outros foram invadidos, são imóveis precários e improvisados, onde nunca houve nenhum pagamento pelo seu uso. Não existe nenhum dimensionamento sobre esta situação de moradia sub-normal, que aparece com frequência em antigos galpões fabris na Mooca e Brás. (2012, p.29).

Neste sentido, as diferentes fontes que disponibilizam os dados com referência aos cortiços apresentam a mesma discrepância, como apontam Sampaio e Pereira (2003,

41 Este estudo teve acesso em 2013 aos dados trabalhados pela equipe da Prefeitura e organizados em um banco de dados, o qual contém as informações acerca das vistorias realizadas entre 2006 e 2012 (Anexo 1). Neste conjunto, segundo a coordenadoria da equipe, foram adicionados os cortiços identificados pela Prefeitura àqueles levantados pela Seade, contabilizando em 906 imóveis encortiçados na região da subprefeitura da Mooca, sendo que 528 cortiços estavam localizados no Brás e Belém. Após as vistorias prévias, foram identificados 338 cortiços neste setor, subtraindo aqueles considerados não-cortiços deste conjunto.

42 Organizado por López [et al] (2010).

43 Fonte dos dados: Censos 1991 e 2000 do FIBGE, pesquisas da PMSP (para moradores de rua) e plano de governo da Sempla.

44 *Relatório Geral do Programa de atuação em cortiços* CDHU – PAC. Secretaria de Habitação. Governo do estado de São Paulo, 2012.

45 CDHU-SGPAC. Pesquisa Socioeconômica SBI-PAC. Seade, São Paulo, 2002. Esta pesquisa não conseguiu encontrar este documento.

p.178): “Os dados sobre a população moradora em cortiços também são imprecisos, pois as diferentes pesquisas, feitas com metodologias diversas, apontam números e porcentagens diferentes para a população encortiçada paulistana”.

A questão dos referentes aos imigrantes bolivianos também contribui para a opção metodológica realizada pela pesquisa. As principais fontes de acesso aos dados sobre a população boliviana na cidade de São Paulo, no estado e no Brasil foram através de consultas aos estudos científicos e relatórios de órgãos públicos, os quais basearam-se nos censos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no levantamento realizado pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI- Câmara do Município de São Paulo) sobre trabalho imigrante análogo à escravidão em 2006, o qual tentou, a partir de diversas fontes, estabelecer uma estimativa da população que encontrava-se nesta situação, com destaque para os bolivianos.

O século XXI inicia-se com um aumento considerável da população boliviana na cidade e daquela que trabalha diretamente na produção de roupas, como apontam os estudos de Nóbrega (2008), Silva (2009), Illes [et al] (2008), Dornelas (2009), Souchaud (2012), Freitas (2012), Gomes (2005), Cacciamali e Azevedo (2005). Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2012), apoiados no Censo de 2000, o número de bolivianos que chegaram ao município representava 11,6% do total de imigrantes para esta cidade. Em 2010, a participação dos bolivianos aumentou em 23, 8% no fluxo total de imigrantes.

Segundo o relatório final da CPI⁴⁶, não havia uma noção exata da quantidade de bolivianos envolvidos na atividade da costura, apenas estimativas, pois não havia fonte que detinha esta informação. Neste sentido, o texto relata:

46 PROCESSO N° 0024/2005: Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo nas Empresas, Regular ou Irregularmente Instaladas em São Paulo, acessado em: http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf.

O Consulado fala em 50 mil indocumentados; a Pastoral do Migrante, em 70 ou 80 mil; o Ministério Público Federal estima que haja 200 mil bolivianos em São Paulo, entre regulares e irregulares⁴⁷. O Sindicato das Costureiras destaca que, em 1998, havia 140 mil costureiros devidamente registrados trabalhando na cidade; em 2005, esse número caiu para 70 mil. Como não houve um encolhimento desse mercado – ao contrário, ele prosperou e se expandiu – a presidente do Sindicato, Eunice Cabral, calcula que a diferença tenha sido preenchida em grande parte pelos bolivianos em situação irregular. O Sindicato estima que haja 80 mil trabalhadores irregulares, entre as famílias de brasileiros que trabalham em domicílio e bolivianos submetidos às condições descritas. (p.29).

Além dessas quantidades serem todas estimativas, cada fonte oferece uma informação que se apresenta muito discrepante da outra, por exemplo, a que foi apresentada pelo MPF, em 200 mil bolivianos e o Consulado em 50 mil bolivianos. São estimativas que, quando comparadas aos dados do histórico demográfico fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), a partir dos censos demográficos (Tabela 1.1) considerados oficiais, esta discrepância é maior. O que pode vir a gerar equívocos sobre a participação da comunidade boliviana no setor econômico da cidade, basicamente o setor de confecções.

Tabela 1.1: População boliviana no município de São Paulo.

1980	1991	2000	2010
3.213	4.525	7.722	9.500

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano⁴⁸, a partir dos censos demográficos IBGE (1980, 1990, 2000 e 2010).

Em 2010, o censo apontou 9.500 imigrantes bolivianos residentes no município, sendo que 51% fixaram-se na região norte (em bairros como Vila Maria e Casa Verde) e 40,4% na região leste (Belenzinho, Mooca, Vila Matilde)⁴⁹. Os pesquisadores que tratam da questão migrante apontam em seus estudos as dificuldades em se trabalhar com os dados quantitativos oficiais⁵⁰, embora alguma aproximação seja possível ser feita com o que é

47 Depoimento do Procurador da República Sergio Suyama à CPI no dia 06/05/05. Irregularidade ou regularidade quanto à situação migratória.

48 Ver: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/est.php, acessado em 22/10/2013.

49 Relatório publicado em: Informes Urbanos, n.15, 2012, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

50 Ver: SOUCHAUD, Sylvain. *A imigração boliviana em São Paulo*. In: FERREIRA, A.P. [et al]. Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. 2010. O autor oferece uma reflexão demográfica sobre a população de bolivianos, tratando os dados e os interpretando. Tem como

disponibilizado.

Talvez a diferença entre os dados colhidos pelo IBGE e aqueles obtidos por outros órgãos, esteja na forma de acessar a população. Há uma dificuldade em acessá-los de forma direta. Pela experiência descrita anteriormente, quando havia a oportunidade (raras vezes) de atenderem a porta, a língua impôs a sua condição. Pode ser que este estado de fronteira não fora tratado com mais rigor pelo IBGE, enquanto um treinamento necessário para os agentes de campo, dificultando o acesso às famílias, que por sua vez gerou dados tão diferentes com o que é disposto por outras instituições. Não se pode ocultar o agravante de que existe o receio destes imigrantes em abrirem a porta de suas casas para instituições públicas, pois eles as associam com a polícia e com a possibilidade de serem deportados.

Esta pesquisa baseou-se em mais alguns dados para definir o enquadramento do objeto. Souchaud (2011)⁵¹ trabalhou com dados de imigrantes bolivianos, peruanos e paraguaios que são costureiros e que habitam os bairros do Brás, Pari e Bom Retiro. Foi o estudo que forneceu informações, as quais mais se aproximaram com a proposta desta pesquisa. Ainda assim não deixam de ser aproximações, dado que a situação dos dados disponíveis sobre os cortiços neste setor também gera uma discussão, onde este estudo procurou contribuir com ela.

O censo de 2000 recenseou 135.000 costureiros⁵² na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Foram identificados 3.563 costureiros imigrantes internacionais. 69% (2.458) destes imigrantes são bolivianos, paraguaios e peruanos, que representam 1,8% do total dos costureiros da RMSP. Sobre a organização socioespacial destes imigrantes, Souchaud aponta:

Em 2000, os costureiros bolivianos, paraguaios e peruanos representavam 38,5% do total dos costureiros (estrangeiros e brasileiros) que moravam nos distritos do Bom Retiro, Brás, Pari. Além disso, 19% do total dos costureiros bolivianos, paraguaios e peruanos da RMSP moram no Bom Retiro, Brás e Pari, enquanto somente 1% do total metropolitano dos costureiros nordestinos moram nesses três distritos (IBGE, 2003, apud SOUCHAUD, 2011).

intenção oferecer uma caracterização sociodemográfica com o que é fornecido pelo IBGE, embora suas ressalvas acerca da confiabilidade dos dados.

51 SOUCHAUD, Sylvain. *Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo*. In: LANNA, A.L.D. [et al] (orgs.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

52 A terminologia adotada pelo IBGE seria: “operadores de máquina de costura de roupas”.

A pesquisa não conseguiu acessar dados que relacionem as variáveis cortiço e boliviano, havendo apenas na bibliografia consultada, a seguinte averiguação:

[...] é muito comum entre os bolivianos trabalhar e morar no mesmo local: se para os que acabaram de chegar essa é uma maneira mais simples de solucionar a questão da moradia, também se torna mais rentável aos empregadores manter sua força de trabalho perto do trabalho. (XAVIER, 2012, p.133).

A investigação realizada junto à página na internet do IBGE, no item sobre população e na classificação “habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça-de-porco”, não há nenhuma indicação sobre a discriminação de oficina de costura nessas habitações identificadas, o que poderia especificar melhor os casos.

1.2.4 Uma opção metodológica: o estudo de caso.

Diante do que fora apresentado sobre a questão dos dados e a inexistência de um quadro que apresente a quantidade de bolivianos em situação de cortiço na cidade e a partir desta informação, haver a possibilidade de organizar a amostragem e então configurar um universo para análise, a tentativa em identificar os cortiços na área de estudo também ficou dificultada pelo difícil acesso aos imigrantes.

Nesse sentido, optou-se por realizar um estudo de caso em um cortiço de grande porte habitado apenas por bolivianos⁵³, o qual obteve-se acesso por um processo de aproximação com os imigrantes através da cooperação do Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) com esta pesquisa. A partir do primeiro semestre de 2012 até a primeira metade de 2013, houve a autorização para participar das aulas de português aos domingos ministradas por voluntários desta organização aos imigrantes latino-americanos, onde foram realizadas diversas atividades, dentre elas um debate sobre a questão habitacional dos imigrantes em São Paulo. Todavia, como a sala de aula era composta por alunos de diversas nacionalidades (e neste período havia um número menor de bolivianos que oscilava a cada aula), não houve possibilidade de organizar um questionário ou entrevista. Aliado a isso, apenas três alunos assíduos às aulas moravam no Brás. Mesmo assim, esta pesquisa utilizou das informações levantadas por este debate, que foi orientado pela professora, mas pouco organizado, durando cerca de quarenta minutos, embora os alunos tenham mostrado interesse em discutir o

53 As características deste cortiço serão descritas em capítulo referente.

assunto. No dia, havia trinta e cinco alunos presentes na aula, de nacionalidade colombiana, boliviana, peruana e paraguaia.

O coordenador do CAMI informou que havia na Igreja São José do Brás uma freira que realizava visitas aos imigrantes em situação de cortiço no bairro e forneceu o contato para que houvesse a possibilidade de conhecer o trabalho. Assim, foi possível acessar um cortiço que possuía as características buscadas pela pesquisa, quais sejam, uma habitação encortiçada e refuncionalizada pela inserção das oficinas de costura. Mas este cortiço acabou revelando mais informações, as quais auxiliaram na compreensão dos processos de transformação da paisagem, através da transformação de seus elementos.

Além das atividades no CAMI, iniciaram-se visitas a este cortiço. Elas ocorreram entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2014 normalmente aos sábados, orientadas pela Irmã Lucilene. Após três meses de visitas e em razão das correntes ausências da Irmã por conta de outros compromissos, as visitas foram espaçadas a uma vez por mês, onde aproveitou-se para verificar a rotatividade dos moradores, as intervenções feitas no imóvel e demais ocorrências.

Em um primeiro momento, buscou-se a aproximação com os moradores através da Irmã, pois ela conhecia alguns deles. A pedido dela, pelo menos até os bolivianos estarem acostumados com as visitas, não foi revelada a presença de uma investigação acadêmica. O objetivo das visitas era, então, a prática da assistência religiosa, onde os voluntários procuravam saber como estavam as famílias, as crianças, as mulheres, se eles consultavam o médico do posto de saúde quando necessitavam e se as crianças frequentavam escola, se precisavam de alguma ajuda de roupas ou alimentos, se estavam com algum incômodo físico e nos casos onde havia maior proximidade, compartilhar as aflições do cotidiano e as experiências de sua vida na Bolívia e no Brasil. Eram informados os dias em que ocorriam as missas em espanhol na igreja e distribuía-se o informativo de algum órgão católico (como a Cáritas, por exemplo). Distribuía-se material fornecido pelo CAMI, eles eram informados sobre as aulas gratuitas de português e todos os outros auxílios que esta ONG prestava aos imigrantes.

O grande desafio foi sobrepor as dificuldades de aproximação. Foram experimentadas diversas formas para colher as informações sem que houvesse o desconforto

do questionário fechado de prancheta ou do gravador, dois materiais que logo se percebeu gerarem um bloqueio por parte dos entrevistados no fornecimento das informações. Outro fator de agravamento para aproximação com os moradores era em virtude de grande rotatividade do cortiço. Três entrevistas permaneceram incompletas porque a família havia ido embora sem avisar. Após um ano de visitas, ainda não tinha sido possível fechar um grupo coeso de moradores de maneira a possibilitar uma investigação mais contínua.

Como as visitas a partir deste momento estavam sendo feitas sem a presença da irmã, elas acabaram tomando novo rumo. Houve tentativas de entrar em contato com o proprietário para ele poder intermediar a aproximação com os moradores e até fornecer informações acerca do cortiço, mas não se obteve sucesso. Como neste local também habita uma família de brasileiros, que possui vínculos de trabalho com o proprietário, ela foi procurada para auxiliar na viabilização da pesquisa. Gislaine foi a senhora que auxiliou na aproximação com os moradores, pois como ela é agente de saúde e um dos cortiços sob sua inspeção é este, todos os moradores a conhecem como “Doutora”. Ela contribuiu também com algumas informações. Então, como os bolivianos perceberam que ela estava presente nas visitas, foram mais receptivos, embora ainda muito fechados para uma entrevista mais investigativa. Neste momento, foi revelado o caráter investigativo das visitas, que aconteceu no final do primeiro semestre de 2013.

O cortiço possui 18 cômodos, compartilhados entre 83 pessoas neste período, composto por homens, mulheres e crianças⁵⁴, cada cômodo formado por um núcleo familiar. Quando o dono da oficina, normalmente homem, entendia a intenção das visitas, não permitia que as mulheres se pronunciassem. As conversas com as mulheres acontecia quando o oficineiro não estava em casa. Como Gislaine tinha uma aproximação maior com os moradores e entendia melhor a sua língua, ela exerceu o papel de interlocutora em alguns momentos. Neste sentido, devido ao tempo disponível da pesquisa para coletar os dados, optou-se por manter as seguintes questões feitas aos “representantes” dos núcleos familiares: idade (estimativa), origem, ano de chegada ao Brasil e quando se estabeleceu no cortiço.

Cada cômodo foi representado como um núcleo familiar de produção e considerou-se as informações concedidas por apenas uma pessoa deste núcleo, pois raramente outros moradores do cômodo colocavam-se à disposição. Era possível estabelecer um diálogo

⁵⁴ Levantamento realizado em agosto de 2013.

mais aprofundado com as famílias mais receptivas, os quais tornaram-se importantes fontes de informação sobre o universo do cotidiano destas pessoas. Foram utilizados os conteúdos de duas entrevistas que revelam um pouco da cultura dos bolivianos e de seu papel na indústria de vestuários e na reprodução de cortiços.

Tentou-se situar o cortiço estudado tanto na perspectiva histórica, quanto no complexo de problemas que hoje caracterizam a habitação cortiço em São Paulo e a condição dos imigrantes bolivianos costureiros. Através do raciocínio de Cândido (2010) constituiu-se a relação entre o estudo de caso e o universo do qual ele faz parte. Quando discute-se o cortiço estudado, se está pensando nas oficinas-cortiço e no cortiço em geral e o estudo de caso comprova esta abstração, pois é uma experiência real, como discorre em suas palavras:

[...] quando falo nos membros do grupo que estudei, estou, a cada momento, pensando no caipira, em geral; e, reciprocamente, quando procuro compor esta abstração metodologicamente útil, a experiência real que comprova é, sobretudo, a do grupo que estudei. (CÂNDIDO, 2010, p. 25).

Para auxiliar a coleta de dados desta fase, recorreu-se às orientações recebidas pelo Prof. Dr. José Magnani nas aulas da disciplina de Antropologia Urbana, frequentadas no primeiro semestre de 2012. As orientações apresentaram-se em torno da necessidade do pesquisador em monitorar o seu comportamento quando ele se aproxima da comunidade/grupo com a intenção de abordá-la para sua pesquisa. Para que se alcançasse o momento das conversas, das entrevistas, da participação na vida da comunidade e a sua abertura para revelar o que o pesquisador procura, há a necessidade deste tempo de convívio, da familiarização entre ambos os lados.

Dentre o material consultado e seguindo as orientações da banca de qualificação, tentou-se utilizar a observação participante como técnica de investigação qualitativa. O principal trabalho consultado foi o de Whyte (2005, original em 1943)⁵⁵, a partir de uma resenha feita pela socióloga Licia Valladares⁵⁶, que tornou o material acessível para pesquisadores de outras áreas, destacando alguns “mandamentos” que podem ser apreendidos do livro. A experiência na utilização da observação participante no contexto do cortiço será

55 WHYTE, W.F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005. A pesquisa que deu origem ao livro, ocorreu nos cortiços de um gueto italiano em Boston.

56 Publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.22 Nº63, 2005.

descrita, seguindo os seus principais critérios:

1. O tempo é um pré-requisito para os estudos de grupo, pois a compreensão do comportamento e a maneira como se organiza não é alcançada em um único momento. Sentiu-se a necessidade desta “fase exploratória” para a entrada neste cortiço ser negociada. Quando trata-se de um grupo que não é coeso em si, onde a rotatividade de pessoas é mais presente do que os laços estabelecidos entre os sujeitos, a sensação de primeiro contato esteve presente durante quase toda a fase de visitas, o que levou à permanência da dificuldade do aprofundamento.
2. O pesquisador não sabe onde está “aterrissando”. Embora o desenvolvimento teórico paralelo às atividades de campo, a realidade local ainda não era conhecida e a transposição dos exemplos teóricos não poderiam responder plenamente àquela situação específica. Abrir o diálogo onde o imigrante sintasse vontade para falar, onde se conduz apenas com questões que revelam o interesse do entrevistador em aprender sobre suas experiências, sobre seu país, geraram bons resultados e informações que complementaram a análise.
3. A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado, onde haveria a necessidade de revelar o interesse por aquele cortiço e a impossibilidade clara de nos tornarmos “agregados” do cortiço ou “nativos” do lugar. Esta experiência aconteceu na convivência com as mulheres, que depois de algumas visitas, o grupo da igreja era recebido com sorrisos por aquelas que o conheciam, principalmente quando as Irmãs as auxiliavam em questões como problemas familiares e as acompanhavam ao posto de saúde.
4. Ele fala também que uma observação participante não se faz sem um “Doc”, que é um intermediário que “abre as portas” para a dissipação das dúvidas junto às pessoas do lugar. Tal requisito foi necessário e se estabeleceu com certa naturalidade, que decorreu da necessidade em se aproximar dos moradores a partir de pessoas que tinham alguma relação com eles, primeiro a Irmã Lucilene e depois a Gislaine. Mas mesmo a Irmã era uma desconhecida dos recém chegados. “Ser introduzido” ou “ser apresentado” por alguém conhecido é premissa para acessar lugares como este cortiço, onde as condições das pessoas geram uma atmosfera de tensão em torno dos

estranhos.

5. O pesquisador está a todo tempo sendo observado pelos moradores. Nas primeiras visitas as mulheres eram encontradas nos corredores lavando roupas, conversando, quanto as crianças brincavam. Depois que instalaram os portões devido aos assaltos, quando um estranho adentrava o cortiço, logo tratavam de entrar em suas casas e trancarem a porta. Durante as conversas, os moradores permaneciam desconfiados, como se tentassem perceber qual era a real intenção do grupo religioso. A comprovação de que não se tratava de um grupo ligado à polícia, passava pela visita não ser procedida de uma visita da “polícia” ou de assaltantes, pois eles fariam associações, situação observada pela Irmã Lucilene.
6. Implica saber ouvir, ver, fazer uso de todos os sentidos. Neste caso, a experiência desta pesquisa foi também mais difícil. Primeiro pelas fronteiras das línguas, então o saber ouvir foi uma necessidade essencial, mas o saber traduzir também, mais do que isso aprendeu-se a ler, nas expressões corporais e no silêncio mais presente do que a fala, possíveis motivos culturais que mantêm esta resistência para o isolamento: “As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso.”. (WHYTE, 2005, p. 154).
7. Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. Uma vez que uma rotina é desenvolvida, os moradores acabavam se acostumando com a presença do grupo religioso no dia marcado. Para a realização das entrevistas, marcar o dia também foi fundamental, embora a presença constante no cortiço incomodasse os moradores, pois não gostavam de se sentirem observados. Então, a questão da rotina auxilia no contato do pesquisador com o grupo que observa e que se relaciona, de maneira a criar uma aproximação maior e de facilitar a disponibilização de informações. Todavia, o tempo para execução desta rotina e a questão da rotatividade, bem como a falta de disponibilidade e o incômodo que gerado pela presença de um estranho observando seu cotidiano⁵⁷, dificultou o rigor deste procedimento.
8. O pesquisador aprende com os erros cometidos durante o trabalho de campo. E isso tende a acontecer durante toda a pesquisa, mas principalmente em seu início, quando

⁵⁷ Todos os três pedidos de acompanhamento de um dia na oficina de costura realizado aos entrevistados, foram negados.

não se adotou um comportamento ideal. De forma genérica, pode-se dizer que em relação aos bolivianos acessados, o brasileiro possui um comportamento mais expansivo, comunicativo, chegando a ser intransigente, como ocorreu algumas vezes. Apenas um morador boliviano permitiu a entrada em sua casa, gerando um desconforto em seus companheiros. Apesar de estar em solo brasileiro, o cortiço era um território boliviano. Tal situação era mais perceptível dentro do cômodo e embora o cortiço fosse propriedade de brasileiro, ainda sim estava impressa esta territorialidade. Adentrá-la, exigiu uma leitura destas pessoas, pois eles representavam um universo ainda a parte, muito enraizados em seu país. Mas para acessá-los, o interesse científico haveria de estar acima das diferenças culturais, mas que sempre se colocavam enquanto trocas durante as entrevistas.

9. O pesquisador é, em geral, “cobrado”⁵⁸, onde os participantes esperam uma devolução daquilo que ofereceram. Dentre os moradores entrevistados, apenas dois mostraram alguma opinião com relação a isso. A situação será relatada posteriormente, mas os entrevistados acreditavam que através deste estudo, poder-se-ia dizer que os bolivianos são “trabalhadores e pessoas de bem”. Estes dois moradores mostraram-se preocupados se as informações seriam utilizadas para denegri-los. Foi esclarecido que a pesquisa, quando pronta, estaria à sua disposição mas eles não garantiram a sua permanência no cortiço até o seu término.

Nesta pesquisa, a observação participante não se reduziu a um punhado de técnicas aplicadas no momento da investigação em campo, no convívio com o cotidiano do cortiço. O que se relatou neste texto, desde a paisagem do setor até o cortiço, parte de uma vivência cotidiana enquanto moradora do bairro do Belenzinho, não só observadora dentro das condicionantes científicas, mas participante da vida pulsante de um bairro que possui uma história de migrantes, da qual fazemos parte. Embora as críticas com relação à objetividade (metodológica) das observações do objeto estudado serem afetadas quando se faz parte, de certa maneira, deste objeto, considera-se neste estudo as contribuições que a dimensão do vivido traz para a análise científica, de maneira a aproveitar para a tradução científica daquilo

58 Como o auxílio à nossa pesquisa partiu de diversas fontes, cada uma apresentou a sua vontade para conhecer o trabalho final. Para os velhos moradores, eles desejavam ver como ficaria o trabalho final e se “passaríamos” de ano; no Centro de Apoio ao Migrante, gostariam de conhecer o trabalho final e possuírem, se possível, uma cópia da pesquisa para a sua biblioteca e a irmã Lucilene interessou-se em saber como ficou a pesquisa.

que ocorre no campo afetivo, do vivido e do simbólico para o que habita e o que pesquisa enquanto um sujeito. A percepção, neste sentido, torna-se observação quando cria-se um espaço crítico, permeado pelas acepções teóricas, que permite uma visualização mais amplificada do contexto do cortiço, a qual não é possível ser vislumbrada na vida cotidiana, pois que não é orientada por preceitos investigativos.

Alguns manuais de história oral⁵⁹ foram consultados, cujo conteúdo trata-se de modelos de estrutura para redação de entrevistas, atendendo às normas éticas para colhimento de informação na forma de entrevistas diretas. Entretanto, este formato não se aplicaria no estudo de caso por dois motivos: a grande rotatividade dos moradores impediu o desenvolvimento de uma aproximação e mesmo aqueles que já haviam possibilitado um diálogo mais de uma vez, não aceitava os materiais para registro de imagens ou sons. As fotografias só foram permitidas com o acordo de que os imigrantes não aparecessem. Uma vez que a pesquisa não se baseou na história oral, esta precisão também não seria necessária. Foram apresentados os documentos de identificação requisitando a permissão para realização da pesquisa/entrevista, com o aval do orientador, documentos que ficaram em posse de um morador enquanto outros não se importaram.

Durante a visita acompanhada pela Irmã Lucilene (e sempre mais alguma voluntária), como tratava-se de um grupo composto apenas por mulheres, tinha-se maior “facilidade” com as mulheres, que utilizavam os sábados para cuidarem das tarefas de casa, basicamente lavar roupa. O grupo conversava enquanto elas lavavam as roupas da família. Nesta primeira fase, as coletas ocorreram no contexto de um grupo religioso e que os moradores estavam acostumados com as visitas, as informações foram adquiridas de maneira informal, sem o rigor do registro no momento, pois as mulheres ficavam mais a vontade, sem também a intermediação dos homens. Na segunda fase de coleta, feita sem a presença de Irmã Lucilene e com a presença, em algumas vezes, de Gislaine, eram os homens que se disponibilizavam a responder e então a entrevista permaneceu limitada a alguns pontos.

Por não ter sido permitido o uso do gravador pelos moradores, foi utilizado apenas um caderno como material de apoio para anotações de palavras chaves. Assim que saíamos do cortiço, narrávamos a conversa ao gravador, para não haver o esquecimento das

59 Trata-se de um livro que traz técnicas propostas, condutas do pesquisador e como encaminhar a entrevista foi escrito pelo Prof. Sebe: MEIHY,B,S, José Carlos. *Manual de história oral*. Loyola: São Paulo, 2000.

informações. Ocorreu desta maneira nas cinco visitas realizadas no segundo semestre de 2013, por isso que as informações serão apresentadas nos resultados na forma de narrativas.

A descrição da infraestrutura do cortiço enquanto habitação e dos cômodos enquanto oficinas de costura foram baseadas respectivamente: na Lei Moura e no “*Manual práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*”, organizado pelo CAMI e Serviço Pastoral do Migrante (SPM, 2012) que contém orientações técnicas e legais para organizar uma oficina de costura, buscando atender, sobretudo as normas de segurança do trabalho.

Apesar da impossibilidade em se obter informações do proprietário, seu filho Guilherme forneceu algumas informações acerca do local. Não foram realizadas entrevistas com estas pessoas, importantes para este contexto, pois não se dispuseram e depois de três meses de tentativas (durante o primeiro semestre de 2013), os números de telefone não existiam mais e o escritório que estavam adaptando na antiga casa da família, não foi terminado.

O estudo de caso trata-se de um cortiço adaptado em um imóvel construído originalmente para abrigar uma indústria de peças automotivas. Ele foi construído em 1949 e a casa unifamiliar, a frente do lote, foi construída em 1945. Neste sentido, este caso será tratado do ponto de vista da memória e das transformações que ocorreram ao longo do tempo, sendo um artefato, pois ele registrou os processos econômicos, sociais e culturais que atingiram este setor ao longo do século XX, sendo parte do conjunto do patrimônio industrial deste setor.

1.2.5 Organização dos capítulos

Os capítulos foram organizados seguindo a sequência temporal e as escalas de análise da paisagem. Uma vez que este estudo parte da paisagem dos bairros abordados, considera-se a industrialização como o marco inicial para compreender a conformação desta paisagem na modernidade, bem como dos cortiços. Como se trata de um setor da cidade cujo desenvolvimento histórico é conhecido, procurou-se esboçar um panorama retrospectivo do complexo geográfico que configurou a paisagem do final do século XIX.

Posto que o texto inicia-se com a discussão da paisagem desta época, do seu conjunto material, havendo referências sobre as condições dos equipamentos urbanos e da vida dos moradores destes bairros, as entrevistas fecham esta parte, contribuindo através da percepção da paisagem dos velhos moradores. As fotografias utilizadas tomam o objeto a partir da perspectiva da rua, são registros das fachadas das construções. As entrevistas realizadas com velhos moradores, enquanto parte dos dados coletados sobre este período e que tratam sobretudo da representação material da paisagem, foram organizadas no final da discussão referente à paisagem, pois trata-se do seu conteúdo vivido, então optou-se por enquadrá-las nesta sequência. O contexto local desta época dialoga com o processo que atingiu a cidade como um todo, então utilizou-se a contagem da população da cidade desde 1872 até 1980 como base para orientar a análise acerca do crescimento da cidade e seus reflexos na paisagem do setor de estudo.

O primeiro capítulo segue com o foco nos cortiços neste contexto, os quais foram abordados a partir de consulta à bibliografia que tratam das políticas de habitação da época e à imagens fotográficas. As fotografias utilizadas foram feitas tanto da fachada quanto do interior dos cortiços. Ao final da discussão, inseriu-se a entrevista realizada com uma migrante nordestina que habitou em cortiço para contribuir com a percepção da vida nos cortiços na década de 1970.

Em se tratando de uma paisagem que possui uma camada temporal espessa, a sua análise, tal como ela se apresenta no presente, é um olhar em direção a um conjunto acumulado pelo tempo e aos reflexos dos processos que a configuraram. Neste sentido, o segundo capítulo abordou a paisagem dos bairros em seu contexto atual. O total da população da cidade, a partir da década de 1990, continuou a ser utilizado como referência para os processos que estavam atingindo estes bairros nesta época, a partir de uma análise comparativa. A discussão foi feita em torno destes processos, pois tratam-se, também, dos reflexos das políticas habitacionais para este setor. Foram utilizadas fotografias de diversas edificações que compõem o conjunto residencial dos bairros, que baseiam a discussão sobre as transformações que estão ocorrendo atualmente na paisagem deste setor, a partir das intervenções do setor imobiliário.

O terceiro capítulo aborda a integração dos cortiços no conjunto da paisagem. Então, a partir dos levantamentos realizados pela pesquisa, sobretudo através dos programas

governamentais que tratam do cortiço no presente e de outros materiais, foi composto o quadro dos cortiços que se localizam na área deste setor. As fotografias de alguns cortiços auxiliaram na composição de um inventário organizado com o apoio de terminologias cunhadas pelo relatório de 1893.

Como esta pesquisa busca o cortiço habitado por bolivianos, o qual surge no contexto da reestruturação produtiva, ele se apresenta enquanto um tipo de cortiço, a qual alia o trabalho à moradia. Neste sentido, ele foi tratado em um subitem deste capítulo, pois acreditou-se que esta estrutura permitiria um texto mais claro. Foi tecido o contexto de como ocorreu esta reestruturação produtiva da indústria de vestuários e os seus reflexos na produção de cortiços.

O quarto capítulo trata do estudo de caso. Este caso foi abordado através de do material bibliográfico referenciado anteriormente, bem como do levantamento da população do cortiço e das entrevistas para auxiliarem na construção deste contexto em particular. A pesquisa deste cortiço foi realizada utilizando a técnica de observação participante, onde as entrevistas foram estruturadas em narrativas. O texto finalizou-se contrapondo o microcosmos do cortiço com o macrocosmos da paisagem, chamando a atenção para a realidade de ambos e discutindo como ela se apresenta do ponto de vista material e provoca a sensibilidade do observador e daquele que nela vive.

As considerações finais foram feitas a partir da interpretação dos resultados, onde foi mostrado o detalhe da paisagem em sua materialidade estrutural e funcional, analisando as transformações que vêm ocorrendo no setor e o papel dos velhos moradores neste processo, bem como o cotidiano dos imigrantes bolivianos, permeando a sensibilidade entre o visível e o invisível da vida no cortiço do presente.

2. A PAISAGEM NO PASSADO

2.1 A configuração de uma paisagem industrial e operária

Este capítulo contextualizará o cortiço na conformação da paisagem a partir dos fatores sociais (imigração) e econômicos (industrialização), tendo como início a década de 1890 até 1950, quando estes fatores ganham novos aspectos e, portanto, reconfiguram a paisagem.

Em sua conformação atual, a paisagem deste setor paulistano, composta pelos bairros Brás⁶⁰ e Belenzinho⁶¹, emerge com a industrialização iniciada em 1890 (PETRONE, 1953; ANDRADE, 2007). A modernização trazida pela industrialização das cidades, acarretou a formação de bairros operários em condições de precarização da qualidade de vida, como

60 Embora o Brás já apareça em documentos oficiais do século XVIII (ANTUNES, 2007), ele foi fundado pelo alvará de 08/06/1818, que cria o distrito de Braz e é anexado ao município de São Paulo: LIVRO DO TOMBO DA SÉ DE SÃO PAULO/A PARÓQUIA DO BRÁS /8 de junho de 1818 /DECRETO DE EL REY D. JOÃO VI: Eu, El-Rey como governador e perpétuo administrador que sou do mestrado, Cavalheiro, e ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber, que atendendo ao que por consulta da Mesa da Consciência, e Ordem sobre a minha real presença: Hei por bem erigir em Freguezia Collada a capela do Senhor Bem Jesus dos Mattosinhos, filial da freguezia da Penha de França do Bispado de São Paulo, desmembrando desta Freguezia e da Sé o território que lhe há de ficar pertencendo. Pelo que mando ao reverendo Bispo de São Paulo, do meu conselho que designe a esta nova freguezia os limites que forem mais convenientes. Este se cumprirá como nele se conta sendo registrado nos livros da camera do Bispado de S. P., da nova freguezia, e das que com ella ficam confinando; dado e passado pela chancelaria das ordens. Rio de Janeiro, oito de junho de mil oitocentos e dezoito. El-Rey (Reale, 1982, apud ANTUNES, 2007).

61 E pela Lei Estadual N.623, de 26 de junho de 1899, cria-se o distrito de paz de Belenzinho, no distrito do Brás: LEI N. 623, DE 26 DE JUNHO DE 1899. Cria o districto de paz de Belenzinho, no districto do Braz, nesta capital. O coronel Fernando Prestes de Albuquerque, presidente do Estado de São Paulo, faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º – Sob a denominação de Belemzinho fica creado um districto de paz no districto do Braz, desta capital.

Artigo 2.º - O novo districto terá as seguintes divisas : Principiam na margem esquerda do rio Tieté, onde começa a avenida da Figueira ; subirão a dita avenida da Figueira até a rua Bresser, (ou no ponto em que deve chegar a mesma rua Bresser em seu prolongamento); seguirão esta rua em toda a sua extensão ate o edificio e canto dos terrenos do Hyppodromo; dahi continuando em direcção recta ate o primeiro alto da rua da Moóca, onde actualmente estão plantados dois pinheiros; dahi seguirão a mesma rua da Moóca, passando pelas vertentes do riacho «Cavandoca», procurando o valle de Tatuapé e irão ter ao ponto final da dita rua, na ponte ou passagem do corrego do Allemão; subirão o dito corrego até sua cabeceira e continuarão em direcção recta até o alto do morro da Moóca, acompanhando a estrada de rodagem, e seguirão além, pelo dito morro, que forma o divisor das aguas das bacias do Aracanduva e Tamanduatehy ; chegadas as cabeceiras do rio das Pedras, descerão pelo dito rio até a sua barra com o Aricanduva, até o Tieté, pouco abaixo da Penha, e continuarão pelo Tieté abaixo ate o ponto de partida - o principio da Avenida da Figueira.

Artigo 3.º - Revogam se as disposições em contrario. O secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar. Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos vinte e seis de Junho de mil oitocentos e noventa e nove.

FERNANDO PRESTES DE ALBUQUERQUE

Jose Pereira de Queiroz

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, aos 26 de Junho de 1899,- O director, Alvaro de Toledo.

aponta Berman (2007, p.28):

Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias amplas, novas zonas industriais, prolíferas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano.

No campo da geografia, muitas pesquisas foram realizadas para compreender a transformação da cidade colonial em moderna. Um estudo sobre o desenvolvimento da cidade industrial, organizado por Azevedo (1958)⁶², com a colaboração de diversos autores, é importante trabalho pioneiro na discussão do desenvolvimento urbano não só da cidade de São Paulo como do Brasil (AZEVEDO, 1970)⁶³.

Petrone (1995), em um estudo sobre os aldeamentos paulistas, contribui com a construção do conhecimento sobre a organização do espaço paulistano antes da industrialização, auxiliando na reflexão desta pesquisa acerca do setor de estudo que foi apontado como importante núcleo industrial. Nos estudos sobre o crescimento da cidade e o sítio urbano paulistano, Petrone (1948, 1955, 1953, 1968) contribui para esta pesquisa ao refletir sobre os fatores geográficos que transformaram a cidade no século XX, elencando a economia, via industrialização, como principal fator que direcionou a modificação da paisagem da cidade neste período.

A partir dos anos 1860, ocorreu uma sequência de renovações materiais no núcleo urbano localizado na área central (CAMPOS, 2007) do município e compreendida pelo distrito da Sé (PETRONE, 1953). Elas foram premissas do capital cafeeiro para a subsequente industrialização e urbanização das áreas além-Tamanduateí (MONBEIG, 1954, 1958; AB'SABER, 2007). Segundo Antunes (2007), durante este mesmo período, por conta das doenças e constante falta de água no núcleo urbano, famílias abastadas começaram a procurar áreas mais afastadas para instalarem chácaras (Figura 5) e solares, utilizados como casas de veraneio e principalmente durante eventos de epidemias, pois o Belenzinho era famoso

62 Trata-se de *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*, Vol. II: A evolução urbana. São Paulo: Brasiliense, 1958.

63 Refere-se a: *Brasil: a terra e o homem*, Vol. II: A vida humana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

No recorte dessa planta, algumas propriedades possuem a identificação do ano de registro pelo proprietário, as quais foram indicadas na carta, bem como a indicação dos bairros do Braz e Pary (antiga grafia). As chácaras e sítios que mostram o uso e ocupação deste setor representam o primeiro direcionamento funcional⁶⁴ que este setor adquiriu, conformando uma paisagem rural. A atual Avenida Celso Garcia (indicada pela seta vermelha), que nesta época beirava os meandros do rio Tietê, segundo Petrone (1995), foi um caminho feito pelos indígenas e que nesta época era utilizado como principal via que ligava o centro urbano aos setores “suburbanos” à leste. Observa-se na carta que esta via, após atravessar o Brás encontra-se com outra via (indicada pela seta azul), que por sua vez liga ao núcleo urbano. Não há identificação de qual via era esta, embora ela esteja próxima ao local e traçado da linha férrea e da atual Avenida Alcântara Machado.

Sevcenko (1999) aponta: “Ao redor da cidade, um denso cinturão de pobreza configura o quadro de um Prometeu acorrentado”, uma afirmação que não é possível ser encontrada na planta da cidade acima (Figura 5), pois ela identificou apenas as chácaras, as quais somente a aristocracia e grileiros tinham condições de possuir. No entanto, por esta planta, considerando-se a afirmação de Sevcenko, pode-se inferir que neste setor, antes da industrialização e do adensamento da população operária, a aristocracia paulistana utilizava dos “atributos naturais” do local, fixando-se periodicamente (Figuras 6 e 7), em contradição com as condições possivelmente precárias das pessoas que trabalhavam nessas chácaras e residiam em seus arredores.

A literatura contribui com as representações da paisagem deste setor considerado na época ainda “bucólico”, em um trecho do livro “Rosaura, a Enjeitada”, de Bernardo Guimarães, publicado em 1883, onde a personagem destaca algumas características da extensa área que era alagada pelas periódicas cheias dos rios, desenhando uma paisagem diferente do núcleo urbano e agradável para sua apreciação:

64 Segundo Petrone (1995), as áreas distantes do núcleo urbano eram consideradas suburbanas, não-cidade, rurais. Elas concentravam propriedades que produziam para abastecerem o núcleo urbano, comercializadas no antigo mercado caipira, na beira do Tamanduateí. A estrada da Penha (Avenida Rangel Pestana e Celso Garcia), era a principal via que ligava os setores mais distantes do núcleo central, lugar de passagem de produtores e comerciantes.

As janelas da sala de jantar, onde se dava o colóquio, abriam-se para as extensas vargens alagadiças cortadas pelo Tamanduateí que separam a cidade propriamente dita do arrabalde de S. Brás. Essas vargens, banhadas então por um brando luar, formavam outro deserto, mas vasto e aprazível e pelas janelas abertas os estudantes podiam expandir as vistas e aspirar as auras frescas e balsâmicas que se elevavam dos vargedos. (p.07)

O material iconográfico surge no sentido de revelar os detalhes desta paisagem, ao apresentar a sua composição edificada. A paisagem bucólica representava o “subúrbio” paulistano. A figura 6 apresenta uma fotografia que foi feita em 1860, a partir da atual Avenida Rangel Pestana em direção ao elevado da Sé. Ao fundo e à direita desta imagem (indicada pela seta azul), o arvoredado é onde se encontrava a Chácara da Figueira, que pertenceu à Marquesa de Santos. Nessa figura vê-se edificações com um andar a mais entre edificações térreas, supondo a existência de imóveis multifuncionais, onde embaixo funcionava o comércio e em cima a habitação ou quartos para alugar ou hotel. A figura 7 também foi registrada em 1860 e mostra a chácara do Dr. Carlos Abrahão Bresser (indicado pela seta azul), cujo nome batizou a atual rua Bresser, no Brás. Habitações mais singelas, como pode ser observado na casa à esquerda na figura 7, ao lado da chácara do Dr. Bresser, entremeavam as grandes propriedades. Percebe-se que é uma casa com telhado baixo, com uma faixa estreita entre ele e as portas que davam direto para a rua, em contraste com a casa do médico, onde pode ser observado um alpendre baixo e uma casa com teto alto, com janelas compridas na frente. Não havia calçamento nas vias e o transporte utilizado era por tração animal.

Figura 6: Avenida Rangel Pestana em 1860. Fonte: Editora Abril S.A. *IV Centenário de São Paulo (especial memória)*. Brás: *Terceira cidade do Brasil*. 1954⁶⁵.

Figura 7: Chácara do Dr. Bresser em 1860. Fonte: Editora Abril S.A. *IV Centenário de São Paulo (especial memória)*. Brás: *Terceira cidade do Brasil*. 1954.

Em consulta, novamente, à obra de Guimarães, um trecho destaca um diálogo entre duas personagens que discutem sobre a realização de um passeio pela planície do Brás. Para cada uma, a paisagem é representada de maneira diferente, agradando ou não aos gostos particulares. Mas em ambos estão presentes os elementos naturais, que identificam e caracterizam o lugar, porém significando uma valoração contraditória e conflitiva neste momento, longe de se assemelhar à paisagem do núcleo urbano.

– Pois bem, mudemos de rumo, e vamos ao arrabalde do Brás. Queres mais bonito passeio? Que vasta e formosa perspectiva nos oferece esse bairro, visto do terraço do convento do Carmo! É a mais deliciosa e encantadora que se pode imaginar. A capela de S. Brás, com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas pela planície exalam como um perfume idílico, que enleva a imaginação...

– Basta! Basta! Por S. Brás te peço! E aquele comprido e monótono caminho do aterrado entre os charcos de Tamanduateí, exalando infectos miasmas de maresia, transposto o qual, essas planícies, que de longe parecem vastas e aprazíveis, vistas de perto não são mais que áridas e acanhadas charnecas entre rincões estéreis onde não murmura um regato, não sussurra um arvoredor, não canta um passarinho... Terra de águas mortas e de formiga saúva, campos sem selvas e sem flores... (p.09).

Em 1867, entra em operação a estrada de ferro “San Paulo Railway Company Ltda.” (ANTUNES, 2007; PEREIRA, 1998), para transportar a produção cafeeira do interior de São Paulo para o porto de Santos e a estação do Brás é inaugurada em 1897. A inauguração desta ferrovia⁶⁶ foi importante intervenção na cidade, pois direcionaria o futuro dos bairros isolados de além-Tamanduateí, tal como discorre Monbeig (1954, p.146):

[...] a estação do Norte provocou a construção de um grupo de casas, o bairro do Brás entrou em plena crise de crescimento. Outrora subúrbio de artesões, hoteleiros e pequenos comerciantes atraídos pelo movimento do caminho do Rio, o Brás cobriu-se de hotéis, de lojas, de casas operárias: bairro operário construído em terrenos de fraco valor e ainda afastado do centro urbano. As antigas chácaras, entre as quais a da marquesa de Santos, desapareceram.

Sabe-se que as vias de circulação estruturam núcleos de povoamento (PETRONE, 1995). Antes da existência da ferrovia, as únicas vias existentes utilizadas por

65 Disponível em: <http://www.abril.com.br/especial450/materias/bras/index.html>. Acessado em: 10/09/2013.

66 “O papel das ferrovias foi o de indutores de organização dos espaços das cidades, enquanto provocaram a decadência do sistema de transporte a tração animal. Como uma das características das estradas de ferro era seu traçado geralmente reto, com óbvia preferência para os terrenos planos, as várzeas vinham a calhar desse ponto de vista topográfico”. (VÉRAS, 1994, p.602).

tropeiros e agricultores que comercializavam seus produtos no mercado caipira (localizado próximo à atualmente conhecida como zona cerealista ou Santa Rosa), era então as Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana. Além da presença da ferrovia, os industriais atraíram-se pelo baixo valor da terra neste setor para instalarem as indústrias, pois tratavam-se de terrenos alagadiços, portanto, baratos (PETRONE, 1953; ANDRADE, 1994). Em um processo de transformação da paisagem, que congregou a transformação da vida, sob a égide da modernidade, as áreas dantes consideradas bucólicas e suburbanas (PETRONE, 1948, 1955, 1968; AZEVEDO, 1958) ganharam novos elementos onde os grandes galpões industriais e as largas avenidas demonstravam a hierarquia da vida que passava a ser centrada no trabalho.

A industrialização transformou de tal maneira a vida da cidade em todas as suas dimensões, que esta época foi considerada como a segunda fundação de São Paulo (PAULA, 1954). O Brás e Belenzinho, a partir de então, passam a ser conhecidos pelas suas indústrias, sendo esta a segunda função que o setor adquire no contexto das transformações econômicas e urbanas da cidade.

Nessa área industrial são encontrados os antigos bairros operários do Brás, Belenzinho, Mooca e Pari, os quais se destacaram pela sua importância para a economia paulistana e para a cultura paulistana, a qual é resultado de intercâmbios e influências intensificadas pelo aumento da imigração a partir da segunda metade do século XIX, mais intensamente a partir dos anos de 1880 (ANDRADE, 1994; AZEVEDO, 1958; PETRONE, 1948, 1955, 1953, 1956, 1968). Nos últimos anos do século XIX, os elementos da paisagem “bucólica” já não eram mais representados nas plantas da cidade, como mostrado na figura 8 a seguir. A modernização da cidade e sua expansão urbana em direção aos setores periféricos, marcam a paisagem na virada do século.

Figura 8: Recorte da setor em processo de urbanização, em 1897, a partir da planta do município. Destaque para os quarteirões das chácaras recortadas e divididas em loteamentos. Fonte: CARDIM, G. Apud: PETRONE, P. In: AZEVEDO, A.A. A cidade de São Paulo, Vol. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p.106-107.

Através do desenho dos quarteirões representados nesta planta, pode-se obter uma aproximação da configuração da paisagem, pois esta planta não permite senão entender uma certa uniformidade na tipologia do parcelamento do solo. Nem todos os elementos que a compõem estão aí representados, por exemplo, as chácaras que permaneceram parcialmente intactas ao longo da várzea do rio Tietê, as quais provavelmente se localizavam nos espaços “vazios” indicados pela figura 8. Considerando que o ano dessa planta representa o final do século XIX e o avanço da urbanização deste setor é visível, em pouco tempo esta área tornou-se um canteiro de obras através da demolição de chácaras e casas de estilo arquitetônico colonial, para a construção de galpões industriais na quase totalidade de sua área. Segundo Petrone (1955), a expansão da cidade deu-se mais intensamente nas direções leste, oeste e sul, onde estavam localizadas as principais áreas industriais da cidade.

Petrone (1953) refere-se às áreas que atraíram as indústrias, como “paisagens

funcionais”. O processo de crescimento e expansão da cidade deu-se pela indústria, quando houve toda uma reestruturação dos setores menos adensados e possuidores de um topografia plana que facilitava a atividade fabril, sobretudo para escoar os produtos. A modernização⁶⁷ surge como esse “turbilhão” de transformações que marcam a paisagem. E no contexto da cidade, ela materializará formas variadas, resultado da multifuncionalidade produzida, sobretudo, nos setores operários como aponta Petrone:

Sendo o parque industrial paulistano caracterizado pelo predomínio de fábricas de tamanho médio e pequeno, destinadas principalmente à transformação, o que se presencia é a intercalação de estabelecimentos fabris no meio de residências proletárias e, conseqüentemente, o aparecimento de verdadeiros *bairros mixtos*, industriais e residenciais a um só tempo. (1955, p.130).

Embora tenha ocorrido a ebulição de novos elementos que compunham a paisagem, o que se encontra nos setores operários nesta época é uma permanência de elementos do passado, um quadro que compõe a característica heterogênea desta paisagem. Quando avança-se do material cartográfico para o iconográfico, percebem-se as contradições da modernização nos setores fabris. Exemplo disso, é o funcionamento da ferrovia São Paulo Railway (símbolo do progresso técnico-científico da época) no final do século XIX e as avenidas Rangel Pestana, Celso Garcia, ruas e travessas com valas sem a proteção devida, ausência de calçamento adequado, saneamento precário, inundadas pelas periódicas cheias do rio Tietê e Tamanduateí (NÓBREGA, 1981; PINHEIRO e HALL, 1981).

No início do século XX, obras de retificação dos leitos dos cursos d'água foram

67 Entende-se aqui a “modernização” a partir da visão de Berman (2007, p.25): “O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se 'modernização'” [grifo do autor].

realizadas com o intuito de diminuir os problemas causados com as enchentes e permitirem a inserção de vias de circulação em suas margens. A figura 9 a seguir mostra as alterações no rio Tamanduateí (indicada pela seta vermelha) em comparação com os meandros ainda existentes do rio Tietê (indicados pela seta verde) e apresenta o tecido urbano configurado em trinta anos de renovações materiais (se tomar como momento cronológico 1890).

Figura 9: Recorte da área de estudo a partir da planta da cidade de São Paulo de 1924. Na escala de 1:30.000, no original. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, disponível em: prefeitura.sp.gov.br, acessado em 02/11/2013.

A paisagem desse setor da cidade possui uma unidade em razão de sua formação histórica, um dos critérios considerados para a escolha da área de estudo. Sua conformação territorial possui influência tanto dos elementos naturais quanto humanos. Os rios de planície Tamanduateí e a colina da Sé à oeste, o rio Tietê ao norte e o córrego do Tatuapé (na planta da figura 5 ele está identificado como rio Tatuapé) à leste, o qual, segundo os velhos moradores entrevistados, não era raso e nem fácil de ser atravessado, criavam divisas naturais e isolavam esta área do núcleo urbano, mesmo após a industrialização. Como a linha férrea chegou antes das indústrias, ela reforçou a sua urbanização pelas várzeas.

Ao mesmo tempo em que estes bairros serão conhecidos como “o portal da zona leste”, eles se conformaram em um ponto estratégico de passagem entre as áreas então suburbanas, como o Tatuapé e a Penha, por exemplo, e o núcleo urbano central. Este

isolamento⁶⁸ causado também pela dificuldade na disponibilização de transportes, tornando o deslocamento extenuante, favoreceu o desenvolvimento do comércio local, da iniciativa de pequenas fábricas familiares e o desenvolvimento da vida cultural, constituindo um caráter misto ao setor e mantendo a sua população independente de outras áreas tanto do ponto de vista do trabalho quanto habitacional, comercial e cultural (PETRONE, 1953). Desta maneira, o processo histórico de configuração do espaço deste setor da cidade, por conta (também) de suas especificidades físicas, levou-o a desenvolver potencialidades locais.

Penteado (2003) relembra situações que remetem a este setor no início do século XX, entre o alimento conquistado através do trabalho nas fábricas ou alcançado diretamente no rio Tamanduateí. A paisagem que se forma no imaginário de quem não conheceu essa organização e todo um conjunto de práticas a ela associada, em uma região que se afigura como plenamente urbana e central, é difícil de acreditar:

Àquele tempo, caçavam frangos d'água e cabritos selvagens, nos pântanos e capoeiras que havia na Várzea. Na época de piracema (de 15 de novembro a 15 de fevereiro), muita gente apanhava peixe até com guarda-chuva aberto, quando eles, aos saltos, procuravam subir as águas do Tamanduateí. (p.45).

Na figura a seguir, observa-se o rio Tamanduateí e o complexo do Gasômetro no Brás em 1900. O complexo do Gasômetro e a Casa das Retortas foram construídos em 1870 com o intuito de melhorar o sistema de abastecimento de energia para este setor da cidade.

68 Monbeig (1954), analisa o fator físico na organização do espaço da cidade de São Paulo e destaca: “O dispositivo topográfico deixou de ser um fator favorável desde o dia em que as condições históricas mudaram profundamente: tornou-se um obstáculo. As esporas que se destacam do espigão da avenida Paulista, junto da colina que serviu de célula-mãe à cidade, fixaram as estradas ao longo das quais se construíram casas, cada qual contribuiu para o nascimento de um bairro, mas de um bairro isolado dos outros. Para passar de um eixo de comunicação a outro, é preciso descer numa várzea ou ao fundo de uma barroca, atravessá-la e subir uma ladeira tão íngreme como a subida precedente. O conjunto urbano adquiriu uma fragmentação que apresenta sérios problemas de tráfego.” (p.142).

Figura 10: O Gasômetro e o rio Tamanduateí, em 1900. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

Como pode ser observado na figura acima, a modernização da cidade foi ocorrendo conforme as necessidades apresentadas pela sua população, que crescia vertiginosamente. Saneamento básico, calçamento das vias, infraestrutura para transporte, eletrificação, abastecimento, etc., eram necessidades centrais nos bairros operários. No começo do século XX o rio Tamanduateí ainda não tinha sido totalmente canalizado, permanecendo mais “próximo” do cotidiano dos moradores desse setor, como mostra na fotografia. Os dois senhores que estão sentados na beira do rio não imaginavam que algumas décadas depois os paulistanos se incomodariam com os odores por ele expelidos. Obras hidráulicas foram seguidamente realizadas a fim de afastar os rios da população que passou a ocupar cada vez mais as suas margens, sobretudo com o aumento da utilização dos automóveis. Não apenas a indústria promoveu a estruturação da cidade moderna, como as ações do poder público em torno dos rios que cruzam o município, viabilizaram a urbanização. Embora os elementos de um passado “rural” da paisagem alcançassem a segunda metade do século XX, como pode ser observado nas figuras abaixo (11 e 12), eles foram desaparecendo aos poucos conforme as intervenções urbanas.

A figura 11 mostra uma parte da planície de inundação do Tietê em 1949, próxima à Marginal Tietê, no Belenzinho. Destaque para os diferentes elementos que compunham a paisagem: no primeiro plano os charcos do Tietê e no segundo plano as

chaminés das indústrias. A figura 12 mostra outro ângulo desta mesma área, que era uma propriedade pertencente à Prefeitura e que foi doada à entidade assistencialista⁶⁹ nesta época, a qual é a fonte destas imagens.

Figura 11: A várzea do Tietê em 1949. Fonte: Casa Transitória Fabiano de Cristo, 2001.

Figura 12: A várzea do Tietê em 1949. Fonte: Casa Transitória Fabiano de Cristo, 2001.

A forma como o processo de industrialização ocorreu, resultou na degradação ambiental que compromete os rios até o presente. A figura 13 a seguir mostra alguns prédios pertencentes às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) no Belenzinho, os quais, segundo os velhos moradores, funcionaram até a década de 1970, despejando os resíduos industriais no rio e comprometendo, dentre outras coisas, o tradicional campeonato de natação⁷⁰. Observa-se que a cidade não estava preparada para lidar com este crescimento, também sob o ponto de vista ambiental. Esta faixa de água (que se tratava de um córrego) localizada ao lado direito das indústrias (indicada pela seta vermelha), foi toda aterrada e hoje é uma rua sem saída onde famílias ergueram casas que fazem parte da favela “Nelson Cruz” e do outro lado encontra-se a Casa Transitória, área representada pela figura 12.

69 As três figuras 11, 12 e 13 foram tomadas de um mesmo local. Elas fazem parte do projeto de construção da Casa Transitória Fabiano de Cristo, um setor assistencialista da Federação Espírita do Estado de São Paulo, localizado no Belenzinho. Este terreno, que foi doado pelo então prefeito Jânio Quadros, compõe uma faixa ao longo da avenida Celso Garcia/Marginal Tietê, compostos por lotes de grande extensão divididos entre propriedades públicas e particulares.

70 Tratava-se da Travessia de São Paulo a Nado, onde os competidores largavam do trecho do rio na Vila Maria e a linha de chegada era no trecho do Clube Espéria, no Canindê. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/04/1438630-ha-70-anos-nadadora-cruzou-o-tiete-e-venceu-prova-tao-badalada-quanto-a-sao-silvestre.shtml>. Acessado em 30/04/2014.

Figura 13: A paisagem com as indústrias que permaneceram em funcionamento até meados dos anos 1980 no Belenzinho. O entorno acusa a precária infraestrutura, destacando as tubulações por onde passavam o esgoto em direção ao rio Tietê. Fonte: Casa Transitória Fabiano de Cristo, 2001.

Percebe-se neste ponto, a visão de cidade que estava sendo constituída. Os elementos naturais, representados neste contexto pelos cursos d'água, foram constantemente alterados para que o processo de ocupação das áreas de mananciais se efetivasse. Observou-se pelas plantas (Figuras 5, 8 e 9) as áreas de influência das águas destes rios, que a partir deste período passaram a ser aproveitados como canais de dejetos industriais. No desenvolvimento das cidades capitalistas, os elementos naturais que interferem na lógica da ocupação, como no caso dos rios, são reconfigurados, de maneira a abrir espaço para outras formas de fruição, como aponta Cândido (2010, p.28):

Daí a evolução das sociedades parecer um vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las, dando lugar a permanente alteração dos vínculos entre homem e meio natural.

Entretanto, mesmo com as constantes interferências humanas nos leitos dos rios, a periodicidade das cheias fazia parte das dinâmicas desta paisagem, como nas palavras

de Nóbrega (1981):

Houve arrufos, pirraças e malentendidos que duraram centenas de anos, como a quinzela das enchentes, por exemplo. O paulista sempre gostou de seu rio, sempre precisou dele, mas não lhe perdoa as inundações periódicas das várzeas próximas. A questão é antiga. [...] Toda baixada em que flui o Tamanduateí, desde o Ipiranga até o desaguadouro, ficava alagada, juntando-se o lençol de extravasamento ao formado pelas enchentes do Tietê, cuja caixa de escoamento não permitia vazia ao débito, enormemente aumentado, de sua própria correnteza e da de seus tributários. (p.225/226).

Na primeira metade do século XX, a urbanização dos setores operários caminhava a passos lentos, como pode ser observado nas figuras a seguir (14 e 15). As casas eram mais modernas e atendiam a um requisito em sua estrutura, que era a construção de porões para evitar o contato com o solo, donde provinham os transmissores de doenças, como os ratos, em razão da ausência de um saneamento básico adequado. Muitas ruas também permaneciam sem o calçamento adequado, obras que alcançaram trechos deste setor aos poucos, como relatado pelos velhos moradores.

Figura 14: Enchente do Tamanduateí, na Várzea do Carmo. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Figura 15: Enchente do rio Tamanduateí no início do século XX. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

As plantas anteriores não representaram o cotidiano destes bairros, por isso que busca-se no material iconográfico alguma aproximação do cotidiano dos moradores, mesmo que lance apenas conjecturas. O jornal *Fanfulla*⁷¹, descreve as condições dos “desserviços” urbanos no bairro do Brás, contribuindo com a discussão sobre a paisagem desta época, a partir da relação dos moradores com a paisagem, em uma reportagem de 1899:

⁷¹ Jornal dedicado ao operariado italiano. Consultado a partir da transcrição de algumas matérias em: PINHEIRO, P.S.; HALL. *A classe operária no Brasil (1889-1930): Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Nessa rua, que cremos não ter nome, os animais quebram as pernas, os carros perdem as rodas e os viandantes afundam até a cintura [...]. A mesma rua Visconde de Parnaíba, que está entre as principais, tem imundícies bastante para adubar todos os terrenos mortos da Marema Toscana, mas há calçadas, e, com um pouco de boa vontade, nelas se pode caminhar. Noutras ruas as calçadas não existem e tanto em dias de chuva como em dias serenos as pessoas não podem transitar senão descalças, com as saias ou as calças levantadas até os joelhos. (p.24).

As figuras a seguir foram organizadas em sequência cronológica com o intuito de fornecer uma impressão do processo de modernização da paisagem nesta época, a partir de um ponto que é simbólico neste setor, qual seja a Igreja Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos (indicada pelas setas azuis), antiga paróquia do Brás e seu entorno. Comparando as figuras 16 e 17, parece que a igreja foi reconstruída ou houve uma reforma com radical alteração em sua configuração, que sugere a reconfiguração para uma arquitetura eclética. Atenta-se para a diferenciação das construções, onde a modernização promoveu o alargamento das vias, o adensamento das edificações, a impermeabilização do solo e a eletrificação (indicada pela seta vermelha). A transformação do espaço público, sua modernização inclusive valorizando a circulação, é acompanhada de reformas e substituição de edifícios e funções, como no caso da edificação da figura 16 (indicada pela seta verde), que fora aparentemente reformado, como mostra a figura 17 (indicada pela seta verde).

Figura 16: A capela do Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos e a estrada da Penha em 1880. Fonte: Arquivo do Departamento de Cultura da Municipalidade⁷².

Figura 17: A influência da modernidade na renovação material. Fonte: Arquivo do Departamento de Cultura da Municipalidade⁷³.

72 Apud MATOS, O.N.; PETRONE, P. In: AZEVEDO, A.A. A cidade de São Paulo, Vol. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p.88.

73 *Idem*, p.118.

Figura 18: Avenida Rangel Pestana, próximo ao Largo do Brás, em 1900. Detalhe para a cúpula em construção, da igreja de Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

Figura 19: Largo do Brás, 1904. Com os automóveis e bondes elétricos atravessando a principal via deste setor nesta época. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

As figuras 18 e 19 são possivelmente da mesma época que as figuras 14 e 15. Elas podem indicar o processo desigual de urbanização neste setor. Se tomar o Brás pelo entorno da avenida Rangel Pestana (mostrado nas figuras acima), pode-se construir uma percepção equivocada da paisagem desse bairro, pois julgar-se-ia que a modernização atingiu-o pela urbanização de toda a sua área, como também nota-se na figura 9, a qual indica um momento posterior das imagens, em que o cinturão meândrico vai sendo progressiva e lentamente ocupado pelas edificações. Mas não era este o caso, tal como apontou o jornal *Fanfulla* ao descrever a situação da rua Visconde de Parnaíba, que atualmente é margeada por construções deterioradas, possuindo nesta época alguns trechos impermeabilizados.

Serão apresentadas mais algumas imagens que fazem referência a este período, considerado de renovações materiais para a cidade como um todo. No entanto, como continuamente vem sendo observado, a paisagem guarda elementos de seu processo, tal como mostra a figura 20. Os prédios ao lado da linha férrea (indicados pela seta vermelha) possuindo telhado baixo e janelas com balcão, indicam influências arquitetônicas coloniais e contrastam com o edifício identificado pela seta azul, construído para abrigar o Grupo Escolar Romão Pugliari, segundo os modelos ecléticos adotados pelo escritório de Ramos de Azevedo⁷⁴.

⁷⁴ Neste colégio havia um túnel subterrâneo que cruzava a avenida Rangel Pestana até a igreja, local onde as mães esperavam a saída das crianças, que utilizavam o túnel por conta da periculosidade da avenida, antes do surgimento dos faróis. Atualmente este túnel encontra-se interditado.

Figura 20: Largo do Brás, com o prédio do Grupo Escolar Romão Pugliari no canto superior esquerdo, em 1903. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

As transformações da paisagem nesta época refletem a estruturação deste setor guiada pela industrialização e pelo crescimento populacional, como mostra a tabela 2.1 a seguir. Fenômeno que levou ao aumento da construção civil em uma área que antes era caracterizada por vazios construtivos.

Tabela 2.1: Crescimento da população de São Paulo entre os séculos XIX e XX.

1872	1890 ⁷⁵	1900	1910	1920	1937
31.385 (2.459 imigrantes)	64.934 (14.303 imigrantes)	239.820 (32.146 imigrantes)	346.410 -	579.033 (205.245 imigrantes)	1.217.330 -

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1872-1950; Histórico demográfico PMSP.

A tabela acima apresenta o crescimento populacional que ocorreu na virada do século, onde a população aumentou quase quatro vezes em dez anos. Na década de 1930, chama a atenção outro alavancamento da população que está relacionado com o processo de migração campo-cidade, do qual participaram os velhos moradores entrevistados por esta pesquisa. Este caminho para a cidade com a finalidade de “melhorarem” de vida deveu-se, segundo Maricato (2003), às políticas pós-revolução de 1930:

75 Segundo Petrone (1953, p.27): “Convém notar que, em 1890, o município de São Paulo compreendia os distritos da Sé, Consolação, Santa Efigênia, Brás, Penha e Freguesia do Ó. A cifra indicada não reflete a realidade para a cidade de São Paulo, pois muitas partes desses distritos eram tipicamente rurais”.

As mudanças políticas havidas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensivo ao campo), incentivo à industrialização, construção da infra-estrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade (p.152).

Os fluxos de mercadoria e de pessoas pelas linhas férreas, a criação pela Prefeitura de normas técnicas para construção de casas, o estilo arquitetônico eclético da época, os novos materiais que se apresentam, como o tijolo, passam a constituir a São Paulo de alvenaria (LEMOS, 1996).

As figuras apresentadas a seguir, todas do início do século XX, auxiliam na composição retrospectiva da paisagem. As edificações apresentam-se mais adensadas, pois as casas que distribuíam-se de forma esparsa pelo setor dantes suburbano, as quais abrigavam uma população também difusa, deram espaço para as casas geminadas, estreitas em sua fachada e compridas no lote. A casa urbana passa a corresponder ao modo de vida que agora se estabelece, correspondendo à necessidade de instalar a crescente população.

A figura 21 mostra a Avenida Rangel Pestana em 1904. Os equipamentos urbanos apresentavam-se primeiramente nas grandes avenidas. As casas (identificadas pela seta azul), antes da Primeira Guerra Mundial, possuíam todas apenas uma fachada, que era voltada para a rua (LEMOS, 1996). O bonde elétrico (Figura 22), que ocupou o lugar do bonde a tração animal, transportava os trabalhadores até o ponto final na Penha, seguindo pelas avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia. O hotel (identificado pela seta azul) denuncia o caráter multifuncional do setor em estudo.

Figura 21: A paisagem da Avenida Rangel Pestana em 1904. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

Figura 22: O transporte coletivo no início do século XX. Fonte: São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

A figura 23 mostra o processo de canalização do rio Tamanduateí e o mercado caipira em 1903 (indicado pela seta vermelha), próximo onde se localiza o Mercado Municipal atualmente. Observa-se ao lado direito do rio, os limites do núcleo urbano, que alcançava a Várzea do Glicério. Para o estabelecimento de um novo modo de vida impulsionado pelo capitalismo, foi imprescindível a modificação do espaço.

Figura 23: Paisagem da várzea do Tamanduateí e mercado caipira, em 1903. São Paulo: registros 1899-1940. Eletropaulo: São Paulo, 1992.

A intensidade com que São Paulo vivia a sua destruição e construção, resultado de uma convergência de fatores como os citados anteriormente, os quais confluíram de

maneira abrupta na paisagem moderna, levou à intensa atividade de construção civil. Petrone (1955, p.130) contribui com a descrição da paisagem deste setor, destacando as tipologias da habitação operária:

Dentro do perímetro urbano em zonas como o Brás, a Mooca e o Belenzinho quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas quatro a quatro), tôdas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Extendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surgem de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou fabriquetas. Estas são muito numerosas, aparecendo instaladas numa casa igual às demais. Em antigas garagens, em barracões ou simples telheiros, no fundo de quintais. Já as fábricas maiores se destacam, quando não por suas chaminés, pelos menos pela grande extensão de suas fachadas e seu amplo portão de entrada.

A tentativa de reconstrução da paisagem no passado deste setor, a partir do material iconográfico, apresentou uma perspectiva de sua materialidade e apesar dos textos de jornais e relatos de autores terem sido dispostos a fim de contribuírem para a aproximação de como era movimentada esta “materialidade”, buscou-se na memória de velhos moradores a paisagem vivida, que é composta pelos símbolos e significados das experiências dos sujeitos que narram, assim como descreve Ricoeur: “não temos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória”(RICOEUR, 2007, p.41). Apesar de se tratar do passado desta paisagem, a sua reconstrução mnemônica não traduz fielmente o passado desse lugar, como apresenta Bosi:

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. [...] O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (1994, p.55).

Neste sentido, com relação à reconstrução da paisagem a partir de relatos, ela possui uma forma muito particular, extremamente vinculada ao que permanece de significativo para o sujeito que lembra. Nas entrevistas com os velhos, embora a persistência em manter-se na descrição do lugar, com suas formas e construções, o trabalho, o cotidiano e a experiência nesta paisagem influem nas lembranças. A paisagem é, então, reconfigurada a partir de sua representação simbólica, onde determinados elementos ganham destaque dado que possuem maior “presença” na experiência pretérita do sujeito.

Irmã Maria Menis, 96 anos, é moradora do Belenzinho desde 1924 e relembra em sua infância na década de 1940 (Anexo 1) do aspecto de alguns trechos da paisagem, composta por elementos do passado “rural” e do então presente industrial:

Na rua Silva Jardim era quase mato, nossa senhora, tinha só chácara, sabe? Só chácaras e chácaras, eram flores e verduras, sabe? O Belém tinha muito mato, aqui. Porque passava o trem né, pra gente ir na igreja ou vir no Largo São José, precisava atravessar a linha do trem, então a gente morava perto de um largo, o Largo Ubirajara, não tem? Perto do viaduto? É aquele larguinho. Então lá era tudo chácara, tudo chácara, nossa. As ruas eram todas de terra, nossa...

Dentre os diferentes elementos que compunham o conjunto da paisagem, os prédios industriais se destacavam pela própria imponência de sua arquitetura, ocupando quarteirões inteiros e rodeados de casinhas, tal como percebeu Petrone (1995). Para a percepção de Irmã Maria Menis, eles se apresentavam em grande quantidade, tal como citou na identificação das chácaras:

Tinha bastante fábrica, nossa, essa do Matarazzo, a Zélia⁷⁶ ainda vive né, a Zélia? Aqui na rua Martim Afonso tinha duas fábricas, aqui onde estão fazendo agora prédios, era uma fábrica enorme de seda. Minha irmã chegou a trabalhar nessa fábrica aí, na Rua Conselheiro Cotegipe.

Adelelmo, morador do Brás há 74 anos, revela (Anexo 2) algumas peculiaridades, citando exemplos de elementos que compunham o caráter heterogêneo da paisagem:

Aqui, lá mais pra cima da Salim⁷⁷, tinha um índio que vivia em uma taboa de bambu e caçava preás. Atrás da sua casa tinha muita, mas muita chácara ali que a gente pegava fruta e folhas. Ali também na Celso Garcia, tinha muitas chácaras na minha época, porque pra gente chegar no rio, a gente passava por meio do mato.

Mesmo no depoimento das pessoas comuns do bairro, pode-se observar o

76 A entrevistada refere-se à Vila Maria Zélia, vila operária construída por Jorge Street, proprietário da Companhia de Tecidos de Juta, tendo sido inaugurada em 1916. Quando a Irmã Menis indaga “[...] ainda vive né, a Zélia?”, utiliza o viver no sentido de existir a vila e não fazendo referência a uma pessoa. A vila ainda existe como um condomínio, onde alguns imóveis particulares foram restaurados, outros requalificados, mas as públicas, como as escolas, estão em ruínas.

77 O entrevistado refere-se à avenida Salim Farah Maluf, logradouro atual que canalizou o anterior córrego do Tatuapé.

complexo que traduzia formas nesta paisagem, contraditórias entre si, mas que não deixavam de revelar as forças que a produziam. Na escala da vida do bairro, os sujeitos⁷⁸ que lembram, os velhos moradores, são testemunhas do processo de transformação da paisagem, pois elas engendram o cotidiano que era diferente no passado e são possíveis de serem alcançadas através também do relato do vivido, não apenas na história oficial e nos documentos iconográficos, cartográficos, etc.

Embora a memória seja um elemento que se manifesta pela representação, portanto, possuindo uma propensão natural à “falseabilidade” dos fatos ou sua deturpação⁷⁹, no contexto da paisagem, a vida que se repete diariamente é criada dentro de um conjunto de elementos que se tornam signos e formam um tecido onde as experiências acontecem.

Encontram-se, através dos depoimentos, a formação de paisagens que restam na memória dos antigos moradores, os quais colocados em diálogo com as descrições de estudiosos, oferecem valiosa contribuição. Adelelmo testemunha o cotidiano do Belenzinho:

As ruas aqui eram todas de terra, a água passava pelas canaletas grandes ao lado da calçada, só a rua Herval que era boa, porque lá só tinha família rica. Na Salim, passava um riozinho, onde os adultos iam pegar rã pra comer, as crianças brincavam e a gente pegava sabão que as fábricas jogavam fora. Pegávamos para lavar roupa e tinha muita soda porque eu lembro que machucava a mão. Do outro lado desse córrego tinha muitas fábricas de tecido, tinha a Santista, de produtos químicos, mas também tinha, lá mais pra cima, uma nascente, onde muitas pessoas pegavam água.

Strauss (1930, p.93) descreve, brevemente, alguns trechos do setor de estudo, destacando o que havia no entorno das indústrias e revelando uma paisagem que não tinha sido de todo urbanizada:

78 Sr. Francisco, 90 anos, está no Belenzinho há pouco mais de 60 anos. Depois de se aposentar de seu trabalho no porto de Santos, dedicou-se à uma quitanda que possuía na rua Herval, no Belenzinho: “Não tinha brasileiro aqui, era cheio de português, italianos e espanhóis. Quando tinha greve, as ruas, essa aqui [referência à rua Herval], ficava cheio de gente e enquanto não resolvessem os problemas, os trabalhadores continuavam em greve, geralmente eram os espanhóis que faziam mais essa bagunça...”.

79 Indica-se, neste ponto, a ressalva observada pela teoria da percepção pura de Bergson, sob a análise de Bosi (1994, p.55): “A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória”.

Sobre o talude que desce para o Tamanduateí e que domina os bairros populares do Brás e da Penha, ainda subsistiam em 1935 algumas ruelas interioranas e os 'largos': praças quadradas e cheias de mato, cercadas de casas baixas com teto e telhas e janelinhas de grades, caiadas, tendo de um lado uma igreja paroquial, cuja única decoração era o duplo arco cortando o frontão barroco na parte superior da fachada.

Petrone não esgota a paisagem acessada pelos seus sentidos apenas à descrição visual e revelação de seu complexo. Ele contribui com a compreensão de conjunto, que é estabelecida pela sensibilidade em se perceber como os elementos estão relacionados entre si, que também não deixa de ser uma descrição, mas é apresentada de forma poética, transmitindo o seu movimento e a pulsação do cotidiano:

[...] o borborinho das ruas que se intensifica nas horas de entrada e de saída nas fábricas, quando, ao soar das sereias, um enxame de homens, mulheres e menores enche as calçadas, dando vida e movimento às ruas; aos variados meios de transporte de que se utilizam os operários – bicicletas, ônibus, bondes, caminhões arvorados em veículos para passageiros, trens suburbanos, tomados de assalto por essa pequena multidão que anseia voltar para suas casas; aos bares ou simples botequins, que se instalam nesses bairros industriais, porque a freguesia é certa e numerosa; aos vendedores ambulantes, sobretudo de comestíveis, sempre apreciados, embora nem sempre limpos; e, finalmente, *ao padrão de vida geralmente baixo da população que ali vive, pelo aspecto desleixado das crianças e pela sordidez das habitações, muitas delas de caráter coletivo, miseráveis “cortiços” da grande metrópole.* (1955, p.131 [grifo nosso]).

O setor em estudo, como observa o relato do autor, é multifuncional em suas raízes, devido ao isolamento, à dificuldade de acessar o núcleo urbano não apenas pela sua localização, mas pelo conteúdo burguês que habitava este centro urbano e tornava os produtos e serviços inacessíveis para os operários. Os alojamentos que restavam à “pequena” multidão que ansiava por voltar às suas casas depois do trabalho eram relegados, principalmente, aos cortiços.

2.2 O contexto do cortiço

Ao se reconstruir a paisagem do passado deste setor, os aspectos sociais revelados pelas condições das habitações, por exemplo, não passaram despercebidos pelos autores utilizados como característica e problema social dos bairros operários. Embora os autores tratem a paisagem enquanto formada por um conjunto e percorram o caminho de investigação da composição deste conjunto, os elementos vão sendo revelados, de maneira a

se compreender a dimensão invisível que são os processos que organizam o espaço. Conforme a escala diminui, o microcosmos se amplia “buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias” (CÂNDIDO, 2010, p.23).

Nas áreas industriais, as soluções habitacionais seguiram a lógica da produção em grande quantidade, com menos custo possível e aproveitamento total do terreno. A variedade de formas de habitar no Belenzinho e Brás atualmente, é o resultado de um processo que se iniciou neste período do crescimento imobiliário para a exploração da moradia como mercadoria, como aponta Bonduki (1994, p.713):

Surgem, assim, inúmeras soluções habitacionais, a maior parte das quais buscando economizar terrenos e materiais através da geminação e da inexistência de recuos frontais e laterais, cada qual destinado a uma capacidade de pagamento do aluguel: do cortiço, moradia operária por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia, passando por soluções pobres mas decentes de casas geminadas em vilas ou ruas particulares que perfuravam quarteirões para aumentar o aproveitamento de um solo caro e disputado pela intensa especulação imobiliária.

No processo de modernização deste setor, o cortiço apresenta-se como parte do contexto social da paisagem, então composta por um mosaico temporal de formas em destruição e em construção. O passado “rural” na forma das chácaras e presente urbano nos tijolos vermelhos das fábricas, chegaram a compartilhar o mesmo quarteirão, dando a impressão deste processo que trouxe formas modernas descontínuas em convívio com retalhos pretéritos. Estes bairros possuem uma grossa espessura de tempo, onde a camada mais nova pressiona a mais antiga até a sua completa destruição, especialmente nas edificações.

Diante da intensa produção imobiliária da época, as habitações de aluguel eram fonte lucrativa para os industriais e pequenos proprietários de imóveis (LEMOS, 1998). Devido ao crescimento populacional da cidade, o mercado imobiliário alavancou. Todavia, os baixos salários impediam os trabalhadores de adquirirem imóvel próprio⁸⁰ e os programas de financiamento eram inexistentes. Os operários encontravam na iniciativa privada, regulada por uma organização informal, as habitações coletivas como principal opção para sua

80 Os programas de habitação popular vão surgir no Brasil a partir do governo Vargas, em 1930. Até então, a moradia para a classe trabalhadora não sofria intervenção estatal, portanto, só existia uma opção para o operário de chão de fábrica: o aluguel (BONDUKI, 1994).

instalação⁸¹.

Para Lemos (1996, p.57), os cortiços eram os “cômodos enfileirados, todos iguais entre si, destinados cada um deles a uma família distinta independentemente de cogitações a respeito do número de filhos ou agregados”. Como será discutido, o cortiço é um tipo de habitação que se apresenta de diferentes formas a depender da época e a depender de sua estrutura e organização dos espaços do imóvel. Neste período, o termo cortiço aparece antes da casa operária, como aponta Lemos (1998):

[...] cortiço não era bem uma casa, mas um conjunto de habitáculos singelos onde havia a superposição total de todas as funções da habitação, simples resguardo, meros asilos precários e providenciais abrigos. [...]. Vários cômodos completados por uma ou duas instalações sanitárias e alguns tanques para a lavagem de roupa. A repetição sistemática dessas acomodações de mesmos tamanhos sugeriu, por catacrese, a denominação **cortiço**, a moradia das abelhas caracterizada pela sucessão de alvéolos de mesmo formato e tamanho. (p.09-10).

Nas figuras a seguir, pode-se observar tanto a superpopulação que dividia um espaço exíguo, quanto a sucessão de cômodos a que se refere Lemos (1996), quando associa este termo com a casa das abelhas.

81 Lemos (1996) observa que os imigrantes italianos construíam as suas próprias casas de alvenaria, popularizando o tijolo queimado: “Muitas dessas casas de imigrantes, talvez a maioria, eram próprias, algumas até autoconstruídas como hoje dizemos. Raffard [Henri Raffard (1851-1906)] nos conta como procediam esses operários, trabalhadores incansáveis. Primeiro, enquanto habitavam cortiços ou 'cabeças-de-porco', tratavam de comprar um terreno a prestações. Depois de pago, o terreno era hipotecado e com o dinheiro construíam suas pequenas casas de três cômodos, como determinada a lei. Cada morada, depois de paga, era também hipotecada para formar o capital inicial do homem que, de agora em diante, iria trabalhar por conta própria. E ficar rico”. (p.61).

Figura 24: Cortiço na rua Carneiro Leão, Brás, em 1929. Fonte: DPH/SMC/PMSP. In: *Cortiços: A experiência de São Paulo*. HABI-Superintendência de Habitação Popular, 2010.

Figura 25: Cortiço na rua Visconde de Parnaíba, em 1939. Fonte: DPH/SMC/PMSP. In: *Cortiços: A experiência de São Paulo*. HABI-Superintendência de Habitação Popular, 2010.

Tais habitações coletivas, por conta da incipiente presença de mecanismos de normatização e fiscalização das construções e leis que limitavam a sua proliferação à revelia do mercado, acabavam transformadas em cortiços, do ponto de vista de sua insalubridade. Segundo Lemos (1996, p.58), esta “solução” habitacional era interessante do ponto de vista urbanístico, pois

além de providenciar um adensamento populacional apropriado à cidade sem transportes, ocupava áreas ociosas nos miolos dos bairros. Certamente, morar nesses promíscuos e insalubres cortiços, quase sempre edificadas em terrenos baixos, se não era aviltante à dignidade humana era perigoso, com riscos os mais diversos, ligados à saúde e à segurança física. Esses cortiços, onde predominava o proletariado de origem italiana, foram levantados quase que às escondidas nas proximidades das linhas férreas [...].

Fosse pela pressão causada a estrutura precária para atender à alta densidade de moradores ou fosse pela fragilidade das construções e da quantidade de espaços coletivos compartilhados, a deterioração compunha a imagem do cortiço desde o seu surgimento, como aponta Lemos (1998, p.10):

Os cortiços fizeram-se às escondidas, em quaisquer nesgas de terrenos livres ou nos miolos dos quarteirões, nos fundos de extensos quintais, milhares de apartamentos de porta e janela enfileirados em conjuntos, às vezes, de grande número de unidades. Em geral, uma passagem central de dois a três metros de largura separando os quartos em correnteza e, nos fundos, uma pequena praça para as latrinas e os tanques, onde houvesse água corrente, pois houve cortiços providos tão somente de fossas negras, sendo a água das refeições buscada em fontes, ribeirinhos ou cisternas próximas. Águas servidas correndo a céu aberto.

Os cortiços possuíam uma forma adensada e plástica, pois o tamanho da habitação correspondia ao espaço que havia no terreno, os cômodos menores preenchiam os espaços entre uma construção e outra, o que se conhece atualmente pelo termo “puxadinho”. Os terrenos nos miolos dos quarteirões foram aproveitados para a construção de habitáculos justapostos para o seu aproveitamento total, como mostram as figuras a seguir.

Figura 26: Interior de cortiço. DPH/SMC/PMSP. In: *Cortiços: A experiência de São Paulo*. HABI-Superintendência de Habitação Popular, 2010.

Figura 27: Cortiço no Brás, em 1942. Fonte: DPH/SMC/PMSP. In: *Cortiços: A experiência de São Paulo*. HABI-Superintendência de Habitação Popular, 2010.

Os cortiços ganharam uma atenção de caráter investigativo das autoridades no ano de 1893, como resultado da epidemia de febre amarela que chegou a alcançar também as áreas onde habitava a classe alta da cidade (LEMONS, 1996, 1998). A questão prolongou-se até a entrada do século XX, onde em 1920 cerca de 90% da população paulistana vivia em

habitação alugada (BONDUKI, 1994).

Entretanto, na época do Império (1822-1889), a província paulistana já apresentava problemas em relação a situação habitacional de sua população (CAMPOS, 2008). Segundo Lemos (1998)⁸², as primeiras movimentações da Câmara acerca da situação dos cortiços remontam ao ano de 1885, através do Código de Posturas Municipais da Câmara de São Paulo, de 1886 (CAMPOS, 2008), que propôs a padronização (edilícia) das habitações conhecidas como cortiços. Campos⁸³(2008) assim descreve os cortiços paulistanos do tempo do Império:

Constituía-se a face negra da expansão econômica e física da cidade, sujeita a um processo de notável incremento populacional, em função, como dissemos, do sucesso apresentado pela economia agroexportadora e pela política imigrantista adotada pelo governo provincial. De fato, a falta de moradia já era sentida desde os últimos anos de 1850, no tempo em que ainda se sonhava com a construção da estrada de ferro inglesa, e só se agravou com o passar das décadas.[s/p].

Nesse contexto, a moradia encortiçada era explorada pelos proprietários de maneira totalmente independente de normas reguladas por políticas habitacionais, que como foi dito, eram inexistentes nesta época, de maneira que à população pobre só restava a dependência dos caros aluguéis em imóveis de condições de habitabilidade baixíssimas.

Os aluguéis eram exorbitantes e as construções oferecidas, velhas e malsãs. Nos primórdios da industrialização paulistana, ao proletariado nascente não restava senão amontoar-se em pardieiros ou em sórdidos cubículos erguidos pelos especuladores. O lucro auferido pelos proprietários de cortiços era tão grande que a Câmara passou a cobrar um pesado imposto sobre este tipo de habitação subnormal desde ao menos 1877. Em 1881, finalmente, os vereadores conseguiram formular uma clara definição de cortiço: quartos encarreirados cobertos de meia-água, com pé-direito variando de 10 a 12 palmos (2.20 m a 2.64 m) e cujas frentes não davam para a via pública (Atlas da Câmara Municipal de São Paulo, 1881, p.77, *apud* CAMPOS, 2008, [s/p]).

82 No texto sobre os primeiros cortiços paulistanos citado anteriormente, Lemos resgata o histórico do cortiço e das ações públicas para sua gestão com mais detalhe, desde a segunda metade do século XIX, apontando, principalmente, a relação entre este tipo de habitação e a criação de leis, através de estudos que visavam, sobretudo, o expurgo total desta modalidade, como a única forma de tratá-lo, dentro do pensamento higienista em que vivia as lideranças políticas na época.

83 CAMPOS, Eudes. *Casas e vilas operárias paulistanas*. In: Informativo nº19, Ano 4 (julho/agosto de 2008), disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>, acessado em março/2013.

Nos anos decorrentes à 1881, a Assembleia Provincial promulgou uma série de leis e artigos para darem conta dessas construções realizadas pela iniciativa privada que pressionava o poder público a limitar a sua interferência apenas à fachada (elegante) das construções.

Com o código de 1886, o termo “vilas” insere-se no quadro de propostas para a habitação proletária em São Paulo, como uma imitação do que estava sendo desenvolvido no Rio de Janeiro. Todavia, segundo Campos (2008), essas vilas (construídas através de iniciativa privada) não passavam de cortiços melhorados, pois tratavam-se de cômodos enfileirados (geminados) dispostos ao longo de um corredor (como uma fita), o qual funcionava como passagem até o interior do quarteirão, onde eram encontrados os equipamentos de uso comum dos moradores.

No mesmo ano de 1885, Lemos (1998) relata que membros da Câmara, proferiram pareceres proibindo novas construções deste tipo. Mas o levantamento das informações acerca da realidade dos cortiços só foi organizado no ano de 1893, onde são encontradas as primeiras indicações oficiais do que era tido como cortiço e as tipologias existentes⁸⁴. O que os técnicos da Câmara encontraram em campo era muito mais complexo do que as ferramentas que possuíam para entender a situação, que havia saído do controle. Os cortiços eram encontrados em diversos tipos, exigindo um estudo minucioso, sobretudo para caracterizar o perfil dos moradores, o que não aconteceu de fato. Os primeiros trabalhos consideravam o cortiço apenas a partir da dimensão sanitária, que entrava nas condições de habitação relacionando com a civilidade, não discutindo a necessidade da regulamentação do mercado imobiliário, como as normas acerca do inquilinato e como um reflexo das condições de vida do operariado e das questões fundiárias.

O relatório de 1893 influi na criação da Lei n.315, neste mesmo ano e obriga a aprovação, pela Câmara, das plantas das edificações a serem construídas, servindo de base também para a elaboração de um código sanitário que oferece disposições para a higiene das habitações em geral (CAMPOS, 2008). Em 1900, a Lei n.498 altera pontos importantes conquistados na lei de 1893, como a necessidade de aprovação da planta do projeto de construção da habitação operária pela Câmara, havendo apenas que o construtor revelasse as

84 Decorrente da classificação realizada pelos técnicos da Câmara, dos diversos tipos de cortiços existentes.

características arquitetônicas do imóvel, com base nos critérios estipulados por esta lei. Esta lei também isola o núcleo urbano destas construções, sendo elas destinadas aos bairros onde há a presença de indústrias, longe das residências burguesas, pois que eram considerados focos de doenças, como no caso do setor de estudo.

Ao mesmo tempo, a mentalidade discriminatória da burguesia daquele tempo não admitia a presença do pobre dentro da área urbana da cidade. Ele deveria morar longe, na periferia, fora do alcance da vista dos *cidadãos decentes*, em terrenos insalubres e inundáveis, porque baratos, e próximos das fábricas em que trabalhava. (CAMPOS, 2008 [grifo do autor]).

Observa-se então o modelo de “desenvolvimento” urbano que a cidade seguia, o qual em sua gênese deu-se pela segregação espacial dos operários. Segregação validada pelas normas que decorreram do código de 1886, como descrito, as quais, segundo Campos (2008) aponta, foram elaboradas a fim de satisfazer os interesses da classe dominante, que concordava com a necessidade de se construir habitação para a população crescente de operários, mas que via tal projeto apenas do ponto de vista de sua rentabilidade. Tal comportamento acordado entre poder público e capitalistas constituirá a gênese dos problemas habitacionais urbanos, como indica Maricato (2003):

A escassez alimenta a extração da renda imobiliária. A submissão da terra aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário não se tornou homogênea como nos países avançados, convivendo com formas arcaicas de produção do espaço como a autoconstrução em loteamentos ilegais ou em áreas invadidas, simplesmente. (p.154).

As definições de cortiço, considerado por este relatório como a “chaga oculta no coração da cidade”, partiram da tipologia das unidades encontradas em campo. Os técnicos não procuraram construir uma visão mais ampla que tomasse o problema para além da situação sanitária, como pode-se analisar neste trecho do relatório técnico:

[...] o cortiço que vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas de trabalho se juntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas que a higiene repele. (*apud* LEMOS, 1998, p. 21).

Os cortiços, portanto, eram os imóveis que se encontravam em condições estruturais inadequadas onde as funções domésticas se sobrepunham em espaços exíguos e

foram assim caracterizados:

1. pela má qualidade e impropriedade das construções; 2. pela falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem a necessária ventilação; 3. pela carência de prévio saneamento do terreno onde se acham construídas; 4. finalmente, pelo desprezo das mais mezinhas regras de higiene doméstica. (*apud* LEMOS, 1998, p.26).

Tal relatório classificou tipologicamente os cortiços existentes em:

- Casinhas de aluguel: ocupavam uma área no interior do quarteirão, no quintal de um prédio onde abrigavam vendas ou restaurantes. Eram acessadas por um corredor estreito, lateral ao prédio principal.
- Casas de cômodos/ prédios de sobrados: grandes casas subdivididas entre famílias (cabeça-de-porco)⁸⁵, um exemplo de cortiço adaptado ou um imóvel refuncionalizado.
- Vila operária: conjunto de pequenas residências em vastos terrenos livres (não é a mesma vila operária programada pelos industriais ao lado de suas fábricas).
- Casinha: prédio independente, de frente para a rua pública.
- Hotel-cortiço: restaurante onde a população se aglomerava à noite para dormir.
- Vendas: comércio na parte da frente do imóvel e cômodos para alugar nos fundos, em cocheiras, estábulos ou casinhas improvisadas de madeira.

A figura 28 a seguir mostra um cortiço que poderia ser classificado como uma “casa de cômodos” segundo o relatório, resultado de uma invasão a um prédio originalmente construído para outros fins.

85 No mesmo ano de 1893, no Rio de Janeiro, ocorreu a demolição do maior cortiço da cidade, chamado de “cabeça- de- porco”, como parte das ações de higienização por conta das epidemias recorrentes (ABREU, 2003). O dicionário Houaiss, apoiado em Hermeto Lima (1924), apresenta a seguinte definição: “Encravada na rua Barão de São Félix, dando fundos para a pedreira dos Cajueiros, existia uma imensa estalagem de última espécie, valhacouto de capoeiras, ladrões e assassinos. Como a feijoada que leva cabeça de porco, composta de mil elementos tornando-a na designação do povo – completa, achou a gente daquele tempo que a referida estalagem, tendo habitantes de todo gênero, devia ser comparada à feijoada daquela espécie e denominou-a 'cabeça de porco', nome que perdurou até a sua morte”. (p.541).

Figura 28: Cortiço adaptado em prédio pertencente ao antigo “Instituto de Ciências e Letras”, localizado no distrito da Santa Ifigênia. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Observa-se na figura 29, que o perfil de seus moradores não era apenas composto por imigrantes europeus, mas também negros brasileiros. As crianças são personagens constantes nas imagens dos cortiços. A figura 30 mostra um cortiço em meio a um terreno, na verdade, uma sequência de cômodos precários na Mooca, pertencente ao Sr. Joaquim Antunes. Cada porta custava 30\$ (réis, aproximadamente dez reais).

Figura 29: Cortiço tipo “casinha de aluguel” no Brás. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Figura 30: Cortiço na Mooca. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Figura 31: Casinhas de madeira improvisadas nos fundos de terreno (indicada pela seta azul) . Fonte: Mooca. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Figura 32: Cortiço denominado “estalagem”, na Mooca. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Diante da existência de tantos tipos de cortiço, é natural a utilização de variadas terminologias até para designarem a mesma unidade, adotadas para situações diferenciadas, mesmo porque as formas de habitar na cidade vão sendo construídas e reconstruídas de acordo com a necessidade que o trabalho impõe de fixação da população.

Nessa época, não havia ações de intervenção para organizar a habitação proletária na cidade. O que este relatório oferece é uma proposta indicativa de solução para moradia operária, com uma infraestrutura mínima de sistema de esgoto e água, nos bairros onde houvesse a ocorrência de cortiços, de maneira a frear a sua produção em qualquer tipo que fosse.

Não houveram mudanças significativas na questão da moradia para classes de baixa renda neste setor (embora tenha havido uma diminuição), pois a permanência do cortiço é prova desta situação, como apontam os estudos indicados na metodologia desta pesquisa. Houve sim o aumento na qualificação das moradias com o passar do tempo, do ponto de vista construtivo, mas ainda assim carregado de precariedade. Em contrapartida, começou a surgir um modelo de habitação que partiu da iniciativa de alguns industriais em construir vilas operárias (Figura 33), adjacentes às fábricas, as quais abrigavam funcionários de alta patente (LEMOS, 1998). Os operários de chão de fábrica continuaram a encontrar o cortiço como principal opção para morar, mostrando a diferenciação da moradia para as diversas classes

que compunham este setor. Essas vilas⁸⁶, incrustadas nas ruelas que contornam os prédios industriais, ainda estão presentes em alguns exemplares residenciais e no próprio desenho dos quarteirões deste setor.

Figura 33: Vila operária no Brás, em 1938 (possivelmente a Vila Matarazzo). Fonte:DPH/SMC/PMSP. In: *Cortiços: A experiência de São Paulo*. HABI- Superintendência de Habitação Popular, 2010.

Esta inércia na questão habitacional, pode ser compreendida pelas hipóteses levantadas por Bonduki (1994, p.714), onde o Estado e a sociedade não dialogavam no sentido do primeiro atender às reivindicações do segundo:

86 “Logo vários industriais perceberam algumas vantagens em segurar seus operários ao lado de suas fábricas e numa atitude paternalista construíram, em grandes terrenos, quarteirões de casas, de variados tamanhos, destinados a inquilinos seus empregados. Foram as chamadas vilas operárias e a mais famosa delas foi a construída por Jorge Street, nos arredores do Brás, provida de armazém, farmácia, padaria, escola primária, creche e igreja, além de instalações esportivas.” (LE MOS, 1996, p.60).

Sem a proteção do Estado, a definição do valor de locação constituía-se no principal ponto de conflito entre proprietários e inquilinos e a questão central que movia os inquilinos a se mobilizarem em torno do problema da habitação. Se, por um lado, o Estado não intervém na produção de moradias e no controle dos aluguéis, as organizações populares também não parecem reconhecer no Estado o interlocutor capaz de dar andamento a suas reivindicações em torno da questão. Embora a forte influência do anarquismo no movimento operário explique, em parte, esta postura de não reconhecimento da responsabilidade estatal na questão da moradia, a própria caracterização do Estado no período liberal, sem interferir no âmbito da reprodução da força de trabalho contribuía no sentido de levar os movimentos populares a negarem o poder público como uma instância à qual deveriam ser dirigidas reivindicações. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função.

É possível que os levantes operários motivados pelas condições de trabalho, tornando-se cada vez mais ampliados no sentido da totalidade da vida do operário, tenham mudado os olhares de ambos os lados e a moradia começa a surgir na pauta enquanto reivindicação e enquanto dever do poder público com as classes de baixa renda, que compunha 70% da população de São Paulo em 1890 (MORSE, 1970, apud VÉRAS, 1994).

O jornal *Fanfulla*, dedicou alguns de seus artigos para retratar a vida do operariado no Brás e as condições de suas moradias. Alguns trechos foram transcritos neste estudo, os quais trazem informações e percepções sobre os cortiços nesta época, pois diferentemente da descrição dos técnicos da prefeitura, as reportagens apontaram as condições de vida de seus habitantes e não apenas a estrutura dos imóveis. Ambos são representações desta forma de habitar, imantadas de valores que abraça e dos quais depende.

Em visita a um cortiço no Brás em 1913, o qual era formado por 26 cômodos divididos em dois prédios e entre eles o pátio comum, o jornalista descreve as suas observações, segundo seus códigos de valor:

Antigamente o aluguel das pequenas habitações era baixo. Agora já não. Os aluguéis aumentaram quase o dobro e os cortiços têm, como sempre, a mesma população heterogênea, sem a mais leve noção de respeito, sem a mínima ideia de moral, sem qualquer intuição do que seja a sociedade [...]. No quintal, estreito e comprido, uma multidão de crianças brancas, pretas, mulatas. (PINHEIRO e HALL, 1981, p.72).

Este trecho retrata a situação em que vivia a população pobre na Primeira República (1889-1930), onde as ações do poder público em relação à moradia do operariado

eram incipientes, como discorre Campos (2008):

Estabeleceu padrões mínimos e concedeu facilidades a construtores, mas nunca atuou de forma direta para resolver a extraordinária carência de habitações populares que abrigasse decentemente os primeiros trabalhadores empregados nas indústrias brasileiras.

O interlocutor do jornalista partilha de algumas informações sobre a vida deste cortiço que ele visitara, referente à quantidade de moradores e à higiene do local:

Histórias! A gente não tem nenhuma dessas coisas. A imundice é grande e a sujeira constante, mas um mês acaba logo, depois começa outro e assim se vai vivendo. As crianças não sabem o que é tomar um banho, porém, como o senhor está vendo, são robustas. A doença que aqui ataca a muitos é a tuberculose, mas mata só os grandes. (PINHEIRO e HALL, 1981, p.98).

Em consulta a um estudo sociológico realizado sobre a comunidade italiana no Brás e Bom Retiro, foi encontrado um trecho que retrata, brevemente, a condição da moradia dos italianos, assim descrita nas palavras de um dos informantes de Castaldi (1960, p.289/290):

Dos dois lados da entrada principal, havia três negócios: à esquerda de quem entrava, um carpinteiro, à direita, a barbearia de um tio meu e, pegado, a cantina de outro tio. Da entrada partia um corredor para o qual davam alguns quartos: em cada quarto morava uma família; o quarto era muitas vezes dividido por uma cortina que separava os homens das mulheres da família [...]. As condições higiênicas eram péssimas, usavam-se vasos cujo conteúdo era despejado em um gabinete sanitário construído no quintal [...]. Alguns dormiam no chão, sobre os jornais, outros investiam o pouco dinheiro que tinham na compra de uma cama. Às vezes, alguns dormiam até no quintal, protegendo-se da chuva como podiam.

O trecho a seguir fornece um exemplo de funções dadas aos estabelecimentos adjacentes ao cortiço (Figura 34), os quais versam sobre os pequenos “negócios familiares”, que tentavam desenvolver mais de uma atividade no lote que possuíam, como apresentado em outro trecho do texto de Castaldi (1960, p.290):

É incalculável o número de tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê.

Figura 34: Fábrica familiar de macarrão no Brás. Ao lado, uma latrina (indicada pela seta azul) divide o quintal com um cortiço. Fonte: Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, [s/d].

Embora a modernidade tenha conferido à paisagem uma composição com edificações altas, amplas e largas, como nos galpões industriais (representações do poder econômico), as iniciativas particulares em fundar os "negócios familiares" colocava a contradição daqueles que alcançavam os bairros operários apenas pela fábrica e daqueles que viviam nos bairros a tratarem de dotá-los com os pequenos comércios, serviços e fábricas familiares de modo a se emanciparem. As condições da ocupação representadas pela moradia e trabalho não eram inadequadas apenas no contexto do cortiço, estes dois eixos – moradia e trabalho – manifestavam-se de maneira precária neste setor em diversas situações.

2.3 O migrante nordestino e o cortiço

Em meados dos anos de 1950, estes bairros (e a cidade como um todo), abrigaram um novo elemento que contribuiu para as transformações em sua paisagem e no seu cotidiano. O migrante nordestino, expulso do campo, passa a vender a sua mão de obra para as indústrias, para o comércio e empregos informais (ANDRADE, 2002). Para os antigos moradores deste setor, a presença dos nordestinos constituirá a imagem deteriorada destes bairros, pois imigrantes e seus descendentes relacionavam os nordestinos aos cortiços e ao "comércio de trapos"⁸⁷ que proliferou neste setor com a sua chegada (ANDRADE, 2002).

⁸⁷ Andrade (2002, p.09): "Refere-se à venda de retalhos provenientes das confecções (setor

O cortiço passa a servir como moradia a esse contingente, embora o processo de fixação tenha encaminhado esta população a procurar a possibilidade da casa própria nos loteamentos nascentes ou na moradia auto construída nas franjas da cidade, ou através de moradias que possibilitassem um aluguel mais barato, enquanto o poder público investia em inúmeras intervenções para expandir a malha viária (ANDRADE, 2002).

Mais uma vez, aqui apresenta-se a relação existente entre o cortiço e o migrante. Nos setores centrais ele é a habitação de mais fácil acesso dentro de um processo de ajustamento do migrante ao seu novo cotidiano, que neste período passa a ser requisitada. Leinwand (1970) associa o cortiço à pessoa que vem de fora, que não faz parte da cidade e que migrou com a intenção de melhorar de vida. Para ele, o cortiço (*the slum*) não encerra apenas uma estrutura inadequada:

The ramshackle houses of the poor are described as slums. But a definition based on descriptions of the houses alone would be misleading. Dilapidated buildings exist, to be sure. But slums are more than broken-down buildings. A slum is where broken-down men and women wage an almost hopeless fight to live decently. (p. 16).

Neste período, e mais intensamente durante o regime militar, os bairros que compreendem este setor sofreram intervenções determinantes do poder público, que para alguns autores foram vistas como causadoras de sua "decadência"⁸⁸. Alguns elementos da paisagem, por serem formas de uma arquitetura moderna, chamam mais a atenção de quem transita e neste jogo perceptivo mascararam outros elementos (menores e mais antigos), muitos dos quais em maior quantidade e que apontam a permanente existência do deteriorado

dominante no Brás hoje), em lojas de aspecto improvisado, pertencentes a nordestinos que ascenderam economicamente e estabeleceram-se por conta própria".

88 Martin (2004), utilizando dos termos "decadência" e "deterioração", constrói uma análise em torno da atuação deste processo no bairro do Brás: "No entanto, em função de uma série de intervenções do poder público, o bairro passaria a experimentar um processo de decadência, que ainda pode ser observado nos dias de hoje. *Sua desfiguração seria completa, não fosse a resistência de algumas edificações quase em ruínas, que permanecem como testemunhas silenciosas de seu passado glorioso*". (p.203, grifo nosso). Quando lança-se o olhar pela temporalidade da paisagem, destacando o cortiço, todo o tempo se está em contato com esta "deterioração", havendo a necessidade de se pensar mais profundamente sobre tal conceito na totalidade da paisagem e nos elementos que a compõem. A sua existência, enquanto realidade do setor ter surgido apenas no momento em que o autor aponta e segundo os fatores por ele identificados, oferece uma ideia de que anteriormente a 1930, o cotidiano do Brás fosse, de fato, glorioso para a população operária. O discurso em torno da questão do deteriorado deve ser observado quando utilizado como justificativa para as próprias renovações urbanas que atingem, principalmente, a fruição do lugar e seu patrimônio.

nestes bairros.

As obras do metrô da Linha 3-Vermelha, que liga a estação Barra Funda à estação Itaquera, ou seja, a zona leste à oeste (uma das intervenções públicas), desapropriou muitas pessoas no trecho onde ela se encontra e, sobretudo, separou os bairros do Brás e do Belenzinho, do bairro da Mooca, como aponta Oliveira (2014):

Os impactos da construção e implantação do Metrô foram de naturezas diferentes nos dois bairros, no entanto, pela dimensão da obra, tem-se uma breve noção dos seus resultados no espaço urbano e na vida da população ali residente: foram desapropriados no trecho Brás-Bresser, 942 imóveis em 26 hectares e no Belenzinho, 540 imóveis (p. 129).

Martin (1984, 2004) e Carlos (2008) afirmam que obras como esta afetam as relações de vizinhança, pois o seu espaço que fora construído pelos seus pais e avós, é remodelado e resignificado, processo que causa rupturas nas relações de pertencimento. Neste sentido, dois entendimentos do processo de deterioração são apresentados, onde o primeiro aponta para a deterioração da população de baixa renda, da exclusão social e da configuração de seus abrigos, tidos como contrário à civilidade. No segundo, um sentido de lugar é apresentado e o processo de deterioração decorre das rupturas entre as relações tecidas ao longo do tempo.

De um lado a desconcentração industrial encerra as atividades deste setor econômico nestes bairros, de outro o comércio popular de vestuários se destaca. De um lado os descendentes dos imigrantes italianos e velhos imigrantes abandonam este setor por conta de toda esta transformação, de outro o migrante nordestino busca sustentar a vida nas agruras de São Paulo. Concomitante a isso, a construção civil na cidade renova (novamente) a sua paisagem, em um processo intenso de verticalização que ainda não terminou, uma vez que este foi o modelo adotado para esta grande metrópole adensar a sua população. A partir deste processo de renovação, resulta que o setor em estudo vai perder muito de seu patrimônio industrial (PEREIRA, 2006), pois o conjunto que compunha a vida industrial e operária, não reduzido apenas aos galpões industriais, mas abarcando também a habitação social, os cortiços, as vilas operárias, os comércios, não receberam uma atenção adequada para tombamento e uma vez que se tornam espaços ociosos, caem no processo do mercado imobiliário.

Neste período, a cidade experienciava mais um crescimento populacional (Tabela 2.2), que tende a se expandir pelas áreas periféricas. Para o setor em estudo, como aponta Andrade (2002), os migrantes nordestinos se estabeleceram no comércio informal (também), denominado de “ambulante” no Brás, aproveitando-se do caráter comercial consolidado que o bairro já possuía.

Tabela 2.2: Crescimento da população de São Paulo no século XX.

1950	1960	1970	1980
2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1872-1895; 1960-2010; Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O material bibliográfico acessado e que trata dos levantamentos técnicos acerca da realidade dos cortiços na cidade, no período de colapso de um sistema econômico, que levou à uma decadência fabril no Brasil, datam da década de 1970 e 1980⁸⁹, momento em que pode-se identificar um processo intenso de transformação da paisagem deste setor. Por conta disso, o cortiço é contextualizado na presença do migrante nordestino, pois trata-se de uma população que procurava melhorar suas condições de vida, mas não possuindo capital para empreenderem o seu próprio negócio, vendiam a sua mão de obra no comércio, no setor de serviços, na construção civil, os quais proporcionavam um salário que permitia o acesso à habitações coletivas, como evidencia o relatório da Sempla (1985, p.131):

Uma das hipóteses existentes sobre o processo de encortiçamento refere-se à população moradora como composta de migrantes, recém chegados à cidade e que o cortiço, portanto, constitui-se como etapa provisória de vida. De fato, pode-se concluir de início que se trata de população de origem migrante [...]. Grande parte veio da Região Nordeste, especialmente da Bahia e Pernambuco [...].

Segundo levantamento realizado pelo relatório da Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes, 1977), neste período havia um total de 600 mil pessoas encortiçadas na cidade. Neste estudo, o cortiço apresentou-se com a seguinte conceituação: "[...] habitação estruturalmente sólida, mas com índice de ocupação excessivo e deficiência nas instalações hidráulicas e sanitárias". A forma de representar o cortiço, a partir de critérios sanitários e de

89 Respectivamente: SEBES. Departamento de habitação e trabalho. *Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo*, São Paulo:1977; SEMPLA. Cortiços em São Paulo: frente e verso, São Paulo: 1985.

civilidade, bem como de expressão estética, não se mantiveram.

Como o relatório produzido pela Secretaria de Planejamento (Sempla, 1985) identificou, o encortiçamento neste setor ocorreu em razão de fatores específicos como a localização em "baixada" ou ao longo da planície de inundação dos rios Tietê e Tamanduateí e por conta do uso misto com comércio na edificação. A localização da edificação era fator importante na desvalorização do imóvel e na sua adaptação em algum cortiço pois, neste período, ainda as inundações resultantes das cheias dos cursos d'água, afetavam sobremaneira boa parte da área destes bairros.

Os imóveis encortiçados tinham sido construídos nas primeiras décadas do século XX, tanto aqueles concebidos apenas para a moradia como os conjugados com comércio ou fábrica. Em todos eles, a ocupação era densa. O relatório feito pela Sempla (1985) assim caracteriza os cortiços encontrados no Brás:

Os imóveis encortiçados são edificações térreas, construídas em lotes estreitos, com algum rigor que se manifesta na largura das paredes, no pé direito alto e fachadas modestamente ornamentadas. Alguns destes cortiços apresentam pequeno estabelecimento comercial dando para a rua, outros, sem o uso comercial, se confundem enquanto fachada com outras moradias populares antigas, encontradas em sua vizinhança. (p.66).

O comércio que se desenvolveu neste setor e que na primeira metade do século XX ofereceu certa "autossuficiência" em relação ao núcleo urbano aos seus moradores, neste período, segundo o mesmo relatório, ele passa a contribuir para a deterioração destas áreas. Embora este relatório tenha sido realizado na década de 1980, ele é atual em muitos aspectos, sobretudo quando se trata deste setor, contribuindo para a compreensão do contexto atual dos cortiços:

Os cortiços encontram-se em áreas de urbanização antiga (anterior a 1930) que vêm sofrendo transformações. Esses processos, no entanto, não vêm implicando alterações significativas em sua fisionomia original, mantendo-se interessantes para as camadas de renda média e baixa. (p.67).

Contribui-se para a discussão do cortiço neste período, o relato de uma migrante nordestina (Anexo 3), que habitou em alguns cortiços na cidade durante o momento de sua fixação à vida metropolitana. Em razão de sua mãe trabalhar como diarista nas casas de família no Jardim Paulista, procurou sempre morar perto do trabalho e encontrou nos cortiços,

a única oportunidade de habitação. Em sua cidade natal, no estado da Bahia, ela cresceu segundo a vida no campo. Pela sua fala:

A primeira pensão onde moramos, ficava na Alameda Eugênio de Lima. Nós éramos cinco irmãos mais mãe, dividindo um cômodo onde a gente dormia e cozinhas. A pensão era de um casal de portugueses e me lembro que mãe podia passar fome, mas sempre separava o dinheiro do aluguel, que acho que custava uns sessenta cruzeiros na época. Nessa pensão, tinha quartos mais caros, onde as moças moravam, o nosso fazia parte dos mais baratos, o banheiro era coletivo e o lugar para lavar roupa também.

Ana, 59 anos, nasceu no semiárido baiano, na cidade do educador Anísio Teixeira, Caetité. Chegou a São Paulo em janeiro de 1968, desembarcando na estação do Brás junto com sua mãe viúva e mais quatro irmãos. No caso de sua mãe, a vida na roça era muito dura e se uma família não possuía um chefe, então não conseguiriam se sustentar. Antes de virem para São Paulo Ana e seus irmãos passaram alguns anos no que ela chama de “Abrigo”, uma instituição filantrópica fundada por uma das irmãs do educador Anísio Teixeira e sustentado pelas doações do governo e das famílias aristocratas da cidade e pelos doces feitos pela governanta da casa que, segundo Ana, eram os mais famosos de Caetité. Este abrigo acolhia crianças, pessoas com deficiência intelectual e física, velhos, moças e rapazes que não tinham qualquer condição física ou intelectual de trabalharem ou perdiam contato com a família.

Segundo Ana, os moradores dos cortiços onde morou eram, em sua maioria, de origem nordestina. Pelas habitações por onde passou, ela reencontrou laços de sua terra.

Olha só, eu me lembro que a gente ficava em casa, na janela e uma vez, eu vi o Roberto Carlos gravando um filme. A gente ficou tão animados, era tanta gente em volta dele! Então, perto de onde a gente morava, tinha uma igreja onde aos sábados, mãe ia pegar pão embrulhado no jornal que os feirantes davam... Era nosso alimento, mãe fazia com farinha e comíamos com alegria. A gente saía para ir à missa e víamos os carrões das madames passando, as moças com vestido bonitos e nós com fome, não reclamava, porque mãe não tinha mesmo...

Observa-se que da relação entre morador–cortiço, um lugar é criado. A casa, limitada a um cômodo, torna-se o espaço de identificação. No cortiço onde habitam migrantes há a necessidade de oferecer ao local um aspecto mais familiar possível, pois isto propicia uma sensação de conforto, dentro de um contexto de estranhamento do todo. A vida em sua

paisagem de origem, as experiências, influenciam a representação do lugar atual, que na verdade é parte do passado no caso de Ana.

Ana revelou os aspectos amplificados da vida do migrante encortiçado, a partir da percepção dos paulistanos “puros” (identificados nos descendentes de italianos, os quais outrora sofreram o preconceito dos quatrocentões), também por ser mulher, negra e nordestina. Existia o caminho para a invisibilidade, onde a estrutura de segregação estava posta. Neste trecho, a entrevistada, ao descrever os cortiços por onde passou, inclui a dimensão estética em sua representação, a qual congrega a percepção do cortiço enquanto denominação pejorativa para a habitação coletiva.

As pessoas, os paulistanos puros né, diziam que a gente era povo de cortiço e tinha preconceito da gente, tudo pobre e humilde. Mas... não era cortiço onde eu morava, era nossa casa, o lugar que tínhamos condições de viver né. Eu me lembro que mãe fazia um café tão gostoso que a vizinha, sempre que podia, pulava a janela e tomava o café que ela deixava em cima do fogão. A vida lá era assim, todo mundo se ajudava, a gente era tudo novo, passava necessidade, mas sempre tinha alguém que ajudava...

E como habitação de transitoriedade, atenta às demandas que conduziam este mercado informal, a quantidade de pessoas que necessitavam de moradia era superior à oferta, fato que influía no aumento dos valores dos alugueis e obrigava a família a se deslocar para locais mais distantes⁹⁰, como em seu relato:

Eu me lembro que chegou um tempo que o aluguel ficou caro e mãe não tinha como pagar... Daí fomos embora para a Vila Guarani onde moramos, por um tempo, no porão de um cortiço. Ah, sim... esse era cortiço mesmo. Imagina, as pessoas andava no andar de cima e caia pó em cima da gente (risos). Mãe não conseguiu ficar e saímos logo, fomos então para a rua Arthur Prado em um cortiço que tinha. Também era um pouco bagunçado sabe, mas mãe trabalhava bastante pra que nosso cantinho ficasse sempre limpo...

Tais trechos foram adicionados com a intenção de ilustrar de uma maneira mais próxima, a condição do morador do cortiço e sua relação com esta habitação. No contexto do setor de estudo, encontra-se no relato de Adelelmo uma contribuição para alguns elementos da paisagem representados pela sua memória neste período.

90 Destaca-se tal situação que ainda permanece e que será confirmada no capítulo referente aos imigrantes bolivianos.

Olha filha, aqui no Belém tinha de tudo, família pobre, que era a maioria, famílias ricas, família de comerciantes e industriais, muitos pequenos negócios, muitas gráficas. Agora ali na Toledo Barbosa com a Redenção, havia um cortiço só de negros, eu lembro, mas faz tempo que já demoliram. Muitas das casas aqui do Belém, o negócio da família ficava na parte de baixo ou na frente da casa, como você sabe, né?

Seja o cortiço concebido ou adaptado, as duas formas compreendem ambientes insalubres para o cotidiano de seus moradores. Os fatores que os geraram estão relacionados com a vida industrial, onde os sujeitos passam a constituir uma sociedade centrada no trabalho. Por meio dele, surge a possibilidade do imigrante e migrante em se estabelecerem na cidade. As diferentes formas de habitar refletem as diferentes realidades sociais existentes na cidade de São Paulo, uma sociedade dividida em classes. O cortiço é uma habitação de transitoriedade, em um lugar (Brás e Belenzinho) “mais de passagem do que propriamente um bairro integrado com caráter comunitário” (SEVCENKO, 1999).

3. A PAISAGEM CONTEMPORÂNEA

3.1. O presente em transformação

Uma vez reconstituída a temporalidade do cortiço na formação da paisagem deste setor, tratar-se-á de sua dinâmica no presente, considerando os critérios aqui adotados, trabalhados nos métodos e nas técnicas, quais sejam a representação iconográfica do conjunto construído da paisagem e do cortiço como instrumentos de averiguação da forma, as entrevistas realizadas com os atores que configuram esta habitação para se alcançar o conteúdo do vivido, em diálogo com o aparato teórico e conceitual adotado para enquadramento do objeto.

Neste capítulo, a paisagem do setor de estudo será abordada enquanto resultado dos processos econômicos e sociais, que forneceram um escopo multifuncional ao conjunto, mas que com a perda da dimensão industrial o comércio passa a configurar uma centralidade a este setor. A questão da população também é uma pista para a análise dos processos sociais, sobretudo o que concerne à habitação. Para uma primeira aproximação do conjunto, far-se-á uso de imagens de satélite, as quais possibilitam um apontamento acerca da morfologia deste setor, pontualmente da tipologia dos quarteirões, que são marcas dos tempos industriais e que podem induzir questionamentos acerca de seu caráter estrutural para responder às necessidades atuais do setor que se encontra basicamente no comércio, nas pequenas produções fabris de vestuários e no habitar e fluir. Ainda, essas imagens oferecem a possibilidade de visualização dos processos de transformação da paisagem (via renovação) a partir da demolição de antigos galpões para construção de moradias na forma de condomínios. Posteriormente, o material iconográfico vai ser utilizado no sentido de auxiliar na análise mais detalhada do conjunto, bem como dos elementos edificados que compõem esta paisagem, complexa pelo tempo.

A partir da segunda metade do século passado, além do avanço na desconcentração produtiva, a cidade sofreu um aumento em sua população, embora não tenha se aproximado do crescimento do início do século XX. Este setor tornou-se um lugar de passagem e de comércio, sofrendo diversas intervenções por parte do poder público (para aumento da fluidez viária), transformando a sua paisagem, que compreende o seu cotidiano. Apesar do contínuo aumento da população (Tabela 3.1), a sua taxa de crescimento é cada vez

menor (PMSP, 2007).

Tabela 3.1: Crescimento da população da capital nos últimos vinte anos.

1990	2000	2010
9.646.185	10.434.252	11.253.503

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1990-2010; Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano 1960-2010.

Na escala dos bairros, a sua população também sofreu uma diminuição a partir da década de 1950 (Tabela 3.2).

Tabela 3.2: População de cada bairro e total do setor nos últimos 60 anos.

Distritos	Área	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Belenzinho	3,50 km ²	56.722	62.881	60.031	57.195	49.697	39.622	45.057
Brás	6,00 km ²	55.097	48.875	41.006	38.630	33.536	25.158	29.265
Total	8,50 km ²	111.819	111.756	101.037	95.825	83.233	64.780	74.322

Fonte: IBGE, censos demográficos 2000, 2010; Sempla, prefeitura.sp.gov.br, acessado em: 12/10/2012.

Segundo Oliveira (2014), esta variação está associada a processos locais de saída dos moradores, por conta das transformações que os atingiram. A partir da década de 1950, com a saída das indústrias, tem-se uma redução no número de empregos e a partir da década de 1970, as obras viárias desapropriam grande quantidade de pessoas. E nas décadas seguintes, Oliveira (2014, p.60) aponta:

É importante compreender a relação existente entre economia e espaço urbano, nesse sentido, a redução populacional verificada nos distritos centrais da cidade de São Paulo entre as décadas de 1990 e 2000, pode ser explicada por fatores como: declínio dos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo, motivado pela redução na oferta de trabalho para pessoas com menor qualificação (caso dos migrantes); o elevado custo da moradia em áreas dotadas de boa infraestrutura, levando as pessoas a buscarem bairros mais periféricos onde o custo da habitação seria menor [...].

Em 2010, o censo apontou o crescimento da população do setor, que segundo Oliveira (2014), deveu-se tanto à chegada de imigrantes latino-americanos quanto ao crescimento no número de lançamentos imobiliários, como este estudo também identificou. A questão da habitação na cidade possui uma complexidade nessa realidade local, pois a sua

população é formada tanto por uma população de baixa renda que habita de maneira inadequada, quanto por uma população de renda média a média-alta⁹¹, que habita os empreendimentos imobiliários mais recentes. Tais contradições geram movimentos no campo das representações, que se dão por manifestações classistas, criando rupturas e conflitos entre moradores de um mesmo bairro. Neste contexto, permanece a ideia da existência de bairro como categoria de identidade?

O que se encontra no presente é uma paisagem heterogênea, do ponto de vista de suas construções que mesclam tipos e tempos diferentes, de modo que a mesma função pode estar abrigada em formas diferenciadas, contrapondo o que apontou Sauer (1963) sobre a relação direta que há entre forma e função na paisagem⁹².

Sobre o Belenzinho, Sevchenko (1999) descreve:

É um loteamento do começo do século, que teve expansão ao longo dos anos 20, 30 e 40. É a área do início da industrialização em São Paulo onde se concentrou, sobretudo, a imigração italiana. Hoje em dia, no processo de desindustrialização, a maior parte desses grandes pavilhões industriais está sendo desativada e se torna área para construção civil. Há uma disputa porque estamos próximos do metrô, e há uma proliferação de *shopping centers* e de serviços, que vão tornando a área cada vez mais saturada.

É óbvio que a estrutura viária dela não comporta essa ampliação de serviços e a concentração de edificações verticais. A área leste da cidade sente dramaticamente a carência de áreas verdes, espaços de lazer, parques, áreas de recreação, locais onde pudesse haver convivência comunitária e familiar. Todo o espaço foi aproveitado de forma a propiciar loteamentos ou pela apropriação ilegal das grilagens.

O levantamento cadastral realizado pela Seade/CDHU em 2001, caracterizou o Belenzinho como:

Setor em estagnação. Lento processo de renovação. Área predominantemente residencial com sobrados dos anos 40, em torno de estruturas industriais. Predominância de imóveis de uso residencial e casas térreas. Maior incidência de domicílios com um só cômodo. Grande rotatividade de moradores. (p.20)

E sobre o Brás:

91 Famílias que recebem entre 5 e 10 salários mínimos. Famílias que recebem entre 10 e 20 salários mínimos.

92 Nas sociedades industrializadas e urbanas, talvez a questão do uso se apresente como mais válida para a relação com as edificações, dado que, por exemplo, os lugares religiosos (que costumam possuir uma arquitetura específica para esta finalidade) passam a ocupar imóveis edificados para outra finalidade.

Setor bastante consolidado, em processo de deterioração. O principal elemento de estruturação urbana é a Av. Rangel Pestana, estrangulada entre a ferrovia a leste, o complexo viário do Parque D. Pedro a oeste e o metrô ao sul. Setor com baixa densidade de cortiços e predominância de casas térreas em imóveis isolados. Apresenta grande incidência de uso comercial e serviços. Maior taxa de domicílios vagos. Maior taxa de indivíduos sós. Maior incidência de moradias pequenas. Grande rotatividade de moradores. (p.22).

A paisagem deste setor segue em processo de deterioração e de renovação urbana pela destruição de formas antigas e construção de edificações modernas. O passado resta fragmentado em registros edificados que se deterioram com o tempo (quando não há reabilitação⁹³), em um contexto onde a especulação imobiliária avança e encontra nos terrenos de antigas fábricas, cujos lotes possam ser lembrados, a oportunidade de materializarem novas formas de adensar a população em condomínios verticais, em contrapartida, permanecem os cortiços, a moradia precária, como aponta Maricato (2003):

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra.

A renovação urbana, pela intervenção do setor imobiliário nestes bairros, em que pese a razão de fato de ser um estoque de terras com uma localização e acessibilidade privilegiada, ainda a um custo menor do terreno, é justificada pela deterioração a que vem sendo acometido, causada, também, pelos galpões fabris abandonados. Mas o conjunto de cortiços sempre contribuiu para uma imagem “deteriorada” deste setor, alargada pela contribuição de outros elementos, como a saída da população residente (OLIVEIRA, 2014).

Embora as transformações ao longo do tempo, este adensamento construtivo e a ausência de espaços livres, configurados pelo tipo de ocupação em bairro caracteristicamente operário, permanece. Destaque para o Largo da Concórdia (Figura 35, indicado pela seta vermelha), antigo local utilizado para reunir o operariado anarquista e que hoje aparece como único “espaço livre” no Brás e a antiga estação de bondes (tombada pelo CONPRES e em processo de deterioração), indicada pela seta azul, onde hoje funciona um

93 Segundo Blanc (1979, p.05), a reabilitação “est une réstauration limitée aux installations sanitaires (mise aux normes d'habitabilité”.

estacionamento de ônibus de uma empresa privada.

Figura 35: Paisagem do Brás com antigos espaços refuncionalizados. Fonte: Google Earth, 2014. Imagem de 2008.

Com a aproximação dos detalhes, as instalações fabris que margeiam a linha férrea tornam-se aparentes, como o prédio indicado pela seta vermelha na figura 36, que atualmente encontra-se totalmente inativo. Uma sequência de cortiços identificados pela seta azul, representam o modelo da casa operária e a sua disposição difusa no espaço deste setor, que pode ser encontrada tanto beirando as vias de circulação quanto no miolo dos quarteirões.

Figura 36: A aproximação do detalhe e a revelação da composição. Fonte: Google Earth. Imagem de 2008.

Como setor onde o comércio é uma atividade de destaque, novos modelos de edificação para esta finalidade se contrapõem com os pequenos estabelecimentos do passado. Em contrapartida, os galpões comerciais de hoje construídos pelo remembramento de inúmeros pequenos lotes, se assemelham ao que outrora apresentava-se como o local de produção na forma das fábricas, como pode-se observar o *shopping center*, indicado pela seta vermelha na figura 37.

Figura 37: A aproximação do detalhe e a revelação da composição. Fonte: Google Earth. Imagem de 2008.

O Belenzinho (Figura 38) é um bairro que possui algumas diferenças do seu vizinho Brás, sobretudo nos tipos de habitações que lá são encontradas. Uma classe média desenvolveu-se neste bairro, muitas famílias donas de fábricas que estão até hoje em atividade. Devido a isso, um conjunto residencial composto por casas térreas de beiral largo, com quintal e garagem, algumas sobrados, margeiam as vias no alto da pequena colina por onde também passa o traçado da linha do metrô. É mais um componente do estrato social que habita estes bairros e que reflete no tipo da moradia, diferenciada segundo o poder aquisitivo desde antes da industrialização. A seta azul indica o prédio da FAME (fábrica de aparelhos e materiais elétricos) e a seta vermelha indica a Goodyear (onde antes funcionava o Cotonificio Paulista), fábrica de pneus. A seta verde indica o local onde antes havia a fábrica Nadir, que produzia utensílios de vidro. A seta em salmão aponta para o Parque Belém, onde durante mais de um século funcionaram institutos para “correção” de menores infratores.

Figura 38: A heterogeneidade na composição do conjunto edificado. Fonte: Google Earth. Imagem de 2012.

O aumento nas construções verticais no setor em estudo, principalmente no Belenzinho, ocorreu com mais intensidade quando a Mooca já era um bairro da zona leste destinado às classes de maior poder aquisitivo. Neste estudo, será descrito um exemplo de como o processo de renovação urbana vem ocorrendo neste setor: No início de 2000, na Avenida Celso Garcia, prédios da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) começaram a ser demolidos para a construção de condomínios. As construtoras (Itaplan e depois passou para a Tibério finalizar) que realizaram o Projeto Viver (identificado pela seta azul na figura 39), negaram-se a fornecer informações acerca do processo de compra e demolição do conjunto. A seta vermelha indica o conjunto industrial das IRFM ainda intacto em 2002, salvo pela deterioração dos 30 anos de inatividade (identificado na figura 13 do capítulo anterior). A seta em salmão indica o córrego que existia na época da imagem, onde hoje é uma rua sem saída e a extensão da comunidade “Nelson Cruz” e a seta verde aponta a vila operária Boyes.

Figura 39: A transformação da paisagem industrial. Fonte: Google Earth. Imagem de 2002.

A figura 40 e 41 permitem a visualização com maior detalhe do processo de transformação desta área, que representa o que vem sendo realizado em termos de renovação urbana e perda do patrimônio cultural. A figura 41 mostra uma imagem feita a partir do terreno do condomínio Projeto Viver, a qual evidencia os prédios fabris existentes até 2008. Esta fábrica de tecidos (Tecelagem Belenzinho-IRFM), é a mesma que aparece na figura 13 do capítulo anterior, a qual permaneceu em atividade até a década de 1970, segundo os velhos moradores entrevistados.

Figura 40: Portão de entrada para a antiga IRFM, no final da Rua da Vila Boyes. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 41: Últimos prédios das IRFM no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2005.

Em 2007, com o condomínio quase finalizado o segundo grupo de prédios fabris é demolido e o destino de seu terreno manteve-se em especulação até 2014, quando uma faixa da incorporadora Atua colocada no portão da antiga fábrica indica a construção do futuro condomínio In Belém, que possuirá o total de 11 torres com 19 pavimentos (Figura 42, indicada pela seta salmão).

Figura 42: A transformação da paisagem industrial. Fonte: Google Earth. Imagem de 2007.

Juntamente com as edificações construídas para uma classe de renda mais elevada, tem-se investimentos em grandes condomínios, como o “Condomínio Projeto Viver” (Figuras 43 e 44)⁹⁴. O largo terreno abriu-se para o erguimento de vinte e oito torres de dezessete andares cada uma, com quatro apartamentos por andar. Supondo que estas famílias sejam compostas por três indivíduos, são 5.712 pessoas que contribuíram para o aumento da população local no último censo. Localizado em uma área de várzea, o condomínio possui a sua frente para a avenida Celso Garcia (Figura 43) e os fundos para a Marginal Tietê. A figura 44 apresenta uma imagem que foi feita a partir da área dos fundos do condomínio, onde antes havia indústrias, as quais margeavam um córrego pertencente às muitas lagoas criadas pelas enchentes do Tietê no passado.

Figura 43: Condomínio Projeto Viver. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 44: Condomínio Projeto Viver. Fonte: SIMONE, 2013.

O projeto deste empreendimento investiu na quantidade de unidades possíveis a serem construídas, preenchendo quase que a totalidade da área do terreno. Optou pela utilização de materiais mais baratos como o *dry wall*⁹⁵ na estrutura interna das primeiras unidades possibilitando o acesso do público crescente de classe média baixa. Embora não se trate de uma iniciativa pública, como os prédios da CDHU, são prédios mais populares, mais adensados, com menos ornamentos e menos espaços livres, o que mantém o valor do imóvel

94 Para se ter uma noção da especulação imobiliária do setor, em 2002 uma unidade habitacional neste condomínio, possuindo área total de 72m², custava R\$79.000,00 adquirido na planta. Em 2014 as mesmas unidades estão sendo comercializadas em torno de R\$250.000,00.

95 “O *dry wall* é uma tecnologia que substitui as vedações internas convencionais. É constituída por uma estrutura de perfis de aço galvanizado na qual são parafusadas, em ambos os lados, chapas de gesso”. (Associação Brasileira do Drywall, consultado em: <http://www.drywall.org.br/>).

mais baixo, bem como o condomínio e o IPTU.

A figura 45 mostra a situação desta área no presente, com o terreno da antiga fábrica vazio e sem qualquer indício de que ali havia prédios pertencentes às IRFM. A finalização do Projeto Viver, enquanto modelo de moradia para classe média baixa e para o repovoamento de bairros centrais e a presença da comunidade Nelson Cruz (indicada pela seta vermelha), que agrupa famílias em situação precária de habitação há mais de quarenta anos, indicam elementos que revelam a desigualdade social deste setor na paisagem.

Figura 45: A refuncionalização dos espaços e a transformação da paisagem. Fonte: Google Earth. Imagem de 2012.

Ao lado do condomínio Projeto Viver, este terreno (Figuras 46 e 47) foi o que restou dos prédios industriais demolidos em 2008. No início de 2014, uma placa de lançamento imobiliário foi colocada a frente do portão da antiga indústria⁹⁶.

⁹⁶ O valor da unidade habitacional neste empreendimento está sendo estimado em torno de R\$130.000,00. Uma corretora que irá comercializar os imóveis informou que tal projeto será realizado em parceria com o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Esta situação lembra a experiência do Banco Nacional de Habitação (BNH), que durante o regime militar promoveu o financiamento de moradia para a população trabalhadora, mas posteriormente passa a financiar casas para a classe média e alta (CAMPOS, 2008).

Figura 46: Alvará de extinção do patrimônio. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 47: Entre uma edificação e outra, um terreno vazio. Fonte: SIMONE, 2013.

Em 14 anos, mostrando uma mudança na dinâmica urbana e de valorização desse setor, a exemplo do que ocorreu na Mooca (PEREIRA, 2006), houveram oito lançamentos e, por sua vez, demolições. Transformações que acarretam não apenas a substituição de moradores, ainda em curso, mas a perda do patrimônio industrial e da memória operária, que qualifica profundamente esta paisagem em vias de desaparecer ou sofrer fragmentações que não correspondam ao conjunto simbólico da vida operária.

3.2 A composição da paisagem

A figura 48 a seguir, oferece um nível de detalhamento maior de uma parte da área delimitada pela figura 35, onde observa-se a existência de diferentes tipos de construções destinadas a variadas funções, as quais respondem às potencialidades do bairro, dentre as quais residências, serviços, comércio e produção (em pequena escala). Atenta-se para o andaime (indicado pela seta verde), símbolo das transformações materiais da paisagem e das construções modernas e que vem aumentando a sua participação no cotidiano das renovações urbanas do setor. O bairro do Brás ainda possui boa parte de suas edificações com data do início do século XX, onde a sua altura não passa de dois a três andares. No entorno da estação de trem e do metrô, os galpões (indicados pela seta azul) se destacam, mas entre eles, veios de pequenas casas seriadas e por aí, os cortiços. A seta vermelha indica o condomínio Projeto Viver, no Belenzinho.

Figura 48: A composição heterogênea da paisagem. SIMONE, 2013.

A composição desta paisagem é, portanto, de elementos que correspondem aos requisitos funcionais dos processos econômicos e sociais, onde o passado perde expressividade pelo avanço das novas construções e pela refuncionalização de espaços. As transformações que ocorrem neste setor, refletidas na paisagem, processam-se segundo a destruição do objeto ocioso para dar lugar ao que é “funcional”, como mostram as imagens a seguir, feitas a partir da passarela do metrô Belém.

O limite do Belenzinho com a Mooca possui um pequeno trecho que se fragmentou⁹⁷ por conta da construção da linha do metrô e da Avenida Alcântara Machado. É uma área com menos residências e mais prédios fabris que ainda não foram demolidos (indicados pelas setas azuis na figura 49). É um trecho com presença de empresas do tipo prestadoras de serviço como a Atento (localizada na antiga fábrica do Café Selete), onde seu conjunto arquitetônico do passado é pressionado pelo modelo residencial adotado em larga escala na Mooca.

⁹⁷ A fragmentação destes bairros deu-se pelas obras de circulação e mobilidade realizadas, que contribuíram para a deterioração e esvaziamento populacional (OLIVEIRA, 2014).

Figura 49: Os prédios industriais como registros do passado. Fonte: Google Earth. Imagem de 2012.

Na figura 50, pode ser observado este trecho de fronteira de forma mais detalhada e a área onde se localizam os galpões industriais indicados pela figura 50. O prédio da antiga fábrica (indicado pela seta verde) se contrapõe com a torre residencial em construção (indicado pela seta vermelha).

Figura 50: Elementos que integram a paisagem do Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2013.

Na rua Júlio de Castilhos, os usos mistos compartilham a vizinhança, tendo em seu conjunto residências térreas, comércio e fábricas. Na primeira imagem (Figura 51), o prédio alto e azul (indicado pela seta vermelha) no começo da rua é a fábrica da FAME, construído na década de 1970. O atual dono é filho do fundador e morador do bairro. A fábrica destaca-se na foto pelo seu tamanho, mas o conjunto é composto majoritariamente por casas térreas e sobrados. Na segunda imagem (Figura 52) no sentido oposto da mesma rua, uma construção amarela com pontas em forma de triângulo (indicada pela seta vermelha) é um antigo prédio industrial ainda em uso. São exemplos de diferentes modelos arquitetônicos de edificações industriais que abrigam esta atividade, ainda que com menor expressão do que no passado, mas presente no setor.

Figura 51: A paisagem na escala da Rua Júlio de Castilhos. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 52: A paisagem na escala da Rua Júlio de Castilhos. Fonte: SIMONE, 2013.

A figura 53 completa a sequência de cenas do ponto de vista do largo do Brás, com destaque para a igreja Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos (indicada pela seta vermelha), dispostas no capítulo anterior (Figuras 16 a 19), indicando a transformação da paisagem ao longo do século, onde o processo de deterioração é marcante.

Figura 53: O Largo do Brás no presente. Fonte: SIMONE, 2013.

A avenida Celso Garcia é um eixo que estruturou estes bairros e importante via de transporte, bem como de concentração do comércio. Possibilitando a intensa circulação, o seu caminho percorre uma das partes mais deterioradas dos bairros, onde é possível visualizar placas de “vende-se” e “aluga-se” em muitos imóveis antigos que margeiam-na. As renovações que estão ocorrendo neste setor, buscam os grandes terrenos e os velhos prédios que outrora funcionaram como comércio e moradia, para lembrarem e erguerem as torres. Como exemplo, as figuras 54 e 55 apresentam dois modelos modernos de moradia encontrados nesta avenida. A habitação de interesse social, representada pelo prédio erguido pela CDHU (Figura 54, indicado pela seta vermelha), construído onde antes havia um comércio e cortiço e o condomínio vertical, construído pela iniciativa privada (Figura 55, indicado pela seta vermelha) para famílias de renda média.

Figura 54: Novas formas de habitar. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 55: Novas formas de habitar. Fonte: SIMONE, 2013.

Este estudo identificou dois vetores de transformação e permanência que integram esta paisagem: o vetor trabalho (representado pela indústria e comércio) e o vetor habitação. Como optou-se por averiguar o estabelecimento boliviano a partir da dimensão da moradia e como o tipo de cortiço estudado é a sobreposição daqueles dois vetores (então usos dados ao imóvel), adotou-se focar no conjunto das habitações como um fator estruturante da paisagem, olhando o cortiço como parte do conjunto residencial que compõe o setor e o mais importante, como materialização da desigualdade social.

São encontradas na estrutura desta paisagem, unidades morfológicas residuais, as quais mantêm a mesma função para a qual foram construídas ou sendo refuncionalizadas a partir de novos arranjos. Pela observação das edificações neste setor da cidade, os imóveis que existem foram construídos e reformados ao longo do tempo, sendo que as unidades mais antigas encontradas em campo foram erguidas na década de 1920 (pelo que pode indicar as datas nos frontispícios).

O comércio é a função que mais tem contribuído para a permanência do antigo conjunto arquitetônico (MARICATO, 2013)⁹⁸. Embora muitas das antigas edificações para uso comercial tenham dado lugar às grandes lojas (*shopping centers*), ainda permanece muitos exemplares construídos no início do século passado, sobretudo na zona cerealista (Santa Rosa), no Pari.

⁹⁸ Informação obtida a partir da entrevista realizada pela ONG Repórter Brasil, em 17/09/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NAIOMM0qovo>. Acessado em 13/10/2013.

A seguir, foram dispostos imagens de exemplares residenciais deste setor que demonstra a diversidade que se manteve ao longo do tempo nas formas de morar, refletindo os estratos sociais que compõem a sua população. A característica popular das habitações deve-se, sobretudo, por este ser um setor originalmente de trabalhadores, embora ter havido a presença de uma pequena burguesia (e hoje a classe média) que materializou o seu poderio econômico em suas casas, as quais permaneceram como registros, principalmente no Belenzinho.

As figuras 56 e 57 referem-se à Vila Boyes (identificada na figura 40), antiga vila operária edificada no início do século XX pelo industrial Simeon Boyes e “construída com alvenaria de tijolos, o programa dessas casas introduz a tipologia dos “sobradinhos”, com banheiro interno no térreo ao lado da cozinha e dois dormitórios no piso superior” (SANTOS, [s/d], p.09). São casas geminadas que sofreram modificações em sua fachada, eliminando quase que totalmente a harmonia do conjunto original (VITORINO, 2008). Em 2004 abriu-se um processo de tombamento no CONPRES.

Figura 56: Vila Boyes modificada. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 57: Vila Boyes modificada. Fonte: SIMONE, 2013.

Outro modelo de vila operária modificada no Belenzinho, pertenceu ao Conde Matarazzo (VITORINO, 2008) (Figura 58). Trata-se de um conjunto que ocupa um quarteirão inteiro com casas construídas em série e que perderam as características originais devido às intervenções de seus moradores.

Figura 58: Vila operária no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2013.

As casas construídas pelas famílias de classe média no início do século XX no Belenzinho (Figura 59), adotaram um estilo neocolonial, o qual, segundo Lemos, é incluído na corrente eclética e (1996, p.65) corresponde a: “Meia dúzia de apropriações como os largos beirais de cachorros caprichosamente recortados, as vergas de arco abatido das portas e janelas setecentistas, as treliças, os painéis de azulejos decorados, as telhas de capa [...]”.

Figura 59: Casarões do Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2013.

A primeira casa da imagem acima (Figura 59) é habitada por uma pessoa, que se identificou como sendo o caseiro. Segundo este caseiro, a casa está com “questões” na justiça, pois é um bem que possui muitos impostos e poucos interessados da família em quitá-

los. A casa ao lado (indicada pela seta vermelha) foi ocupada por algumas famílias, que encortçaram o imóvel. Na primeira metade de 2013, seus moradores foram despejados, a casa foi demolida e no primeiro semestre de 2014 construiu-se um galpão com dois pavimentos.

Também localizada no Belenzinho, o casarão registrado nas figuras 60 e 61, está fechado há mais de trinta anos segundo um vizinho que conviveu com a família. Os proprietários contrataram uma pessoa responsável por fazer visitas periódicas ao local, o qual está tomado pela deterioração. Segundo mesmo vizinho, um senhor polonês que trabalhou muito tempo em sua própria gráfica, disse ter convivido com a família na época em que os donos estavam vivos. A família que habitava este casarão trabalhava no ramo automobilístico, entretanto, depois da morte dos pais, os filhos deixaram o bairro, pois a casa exigia muito gasto e também disse que ela está com questões na justiça por conta dos impostos. Observa-se o entorno da casa ocupado por altas árvores, que possuía um jardim aos fundos e uma garagem para carros, que ocupava a metade do quarteirão.

Figura 60: Casarão no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 61: Casarão no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2012.

As edificações onde há usos mistos como comércio e moradia são comuns neste setor, principalmente nos imóveis mais antigos. Todas as imagens a seguir representam construções erguidas no início do século XX e mostram o seu alto nível de deterioração. Os imóveis registrados ainda são utilizados como comércio e habitação, salvo a construção representada na figura 62, onde seu andar superior foi interditado (indicado pela seta vermelha), devido ao nível de deterioração que alcançou. A construção da figura 63, data do ano de 1925, dentre as mais antigas encontradas em uso no setor. É um conjunto que compõe

a vida operária do passado e do presente, mas que entregue à deterioração, sem qualquer olhar para a reabilitação e manutenção destes tipos arquitetônicos, são lacrados aos poucos, colocados à venda, demolidos e seu terreno lembrado.

Figura 62: Habitação conjugada com comércio. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 63: Habitação conjugada com comércio. Fonte: SIMONE, 2012.

Normalmente, como exemplificam os imóveis aqui expostos, as habitações no primeiro pavimento são coletivas e locadas. A construção em salmão claro representada pela figura 64 (indicada pela seta verde), foi identificada como um cortiço de médio porte, segundo levantamento técnico do Seade/CDHU (2001). Na figura 65, este imóvel (identificado pela seta verde) foi construído originalmente para habitação coletiva ou pensão e assim permanece atualmente. Como pode-se observar, o caráter misto das construções no pavimento térreo os comércios de produtos alimentícios da Santa Rosa.

Figura 64: Habitações coletivas conjugadas com comércio. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 65: Habitação coletiva do tipo pensão, conjugada com comércios. Fonte: SIMONE, 2013.

As casas em miolos de bairros também permanecem como formas de morar neste setor. Estas habitações erguidas para fins de locação eram destinadas à população de baixa renda, operária. Modificadas, reformadas ou não, elas se apresentam como parte do vetor de permanência das formas do passado na paisagem, enquanto possibilidade de habitação neste setor da cidade. Os miolos dos bairros foram considerados enclaves de cortiços (LEMOS, 1998), acessados por um corredor lateral de altos muros (como formato indicado pelas primeiras propostas para a habitação operária do poder público). Nas figuras a seguir (66 e 67), observam-se casas geminadas, o chão ainda de paralelepípedo e o corredor estreito. Os moradores destes locais experimentam um raro silêncio às margens da movimentada avenida Celso Garcia.

Figura 66: Casas em miolo de bairro. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 67: Casas em miolo de bairro. Fonte: SIMONE, 2013.

Estas casas “escondidas” entre muros altos (Figuras 68 e 69), guardam formas de morar do passado. Algumas foram modificadas, outras não, mas o desenho preserva uma organização própria, diferente da sequência de casas das vilas operárias, normalmente construídas por industriais.

Figura 68: Casas em miolo de quarteirão do presente. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 69: Casas em miolo de quarteirão do presente. Fonte: SIMONE, 2013.

A deterioração deste setor da cidade não está relacionado apenas com as mobilidades humanas de operários e as suas habitações, inadequadas desde a sua construção. Observa-se, pelos exemplos dos antigos casarões, que este processo é presente no conjunto das edificações também das classes de maior poder aquisitivo, mas ao contrário elas não habitam o local. Para não falar que é 0 o número de requalificações de imóveis antigos no setor, esta prática, comparada à renovação do tipo arrasa-quarteirão, é inexpressiva.

No momento em que este texto é redigido, um condomínio residencial composto por duas torres é finalizado na zona cerealista, entre as ruas Polignano al Mare e Rua do Lucas. Esta área, a partir do final do século XIX, concentrou a colônia de italianos bareses, a sua maioria vinda de Polignano al Mare, sob a proteção do padroeiro São Vito Mártir. Duas edificações que simbolizam momentos e processos diferentes (Figura 70), as quais configuraram e configuram esta paisagem, podem ser avistadas pelos transeuntes sem se darem conta dos processos urbanos que atingiram o setor: o prédio residencial denominado “Vallore Brás” (Figura 70, indicado pela seta verde), o mais novo empreendimento

imobiliário do Brás (e talvez o mais alto), que apresenta a reestruturação deste setor pela intervenção imobiliária e no Parque D. Pedro I, o Palácio das Indústrias (indicado pela seta vermelha), que representou a glória industrial de São Paulo no início do século XX. Duas construções simbólicas do ponto de vista da paisagem, pois são registros dos processos econômicos que procuraram e procuram explorar o setor.

Na figura 71, onde é possível ter uma visão mais próxima do condomínio, observa-se a quantidade de apartamentos por andar e a sua altura em uma parte deste setor onde há o predomínio de edificações baixas. Mais duas torres semelhantes são erguidas em quarteirões próximos a este. Este condomínio possui 193 apartamentos com dois dormitórios e 4 apartamentos com um dormitório. Equipamentos de lazer como salão de festas, churrasqueira, salão *fitness*, brinquedoteca, salão de jogos, salão de festas e *playground* incrementam o condomínio, que visa atrair moradores (de classe média) para este setor.

Figura 70: Entre o passado e o presente da paisagem. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 71: Condomínio “Vallore Brás”. Fonte: SIMONE, 2013.

O condomínio “Vallore Brás” está enquadrado no programa do Governo Federal denominado “Minha casa, minha vida”, segundo o painel informativo localizado em uma de suas fachadas. Ele é um exemplo da parceria público-privada para construção de habitações de interesse social neste setor da cidade, proposto pelo governo do estado em 2012

e denominado “Programa de Habitação no Centro da Cidade de São Paulo”⁹⁹.

Impulsionado pelo crescimento do mercado, o setor imobiliário atua no Plano Diretor Estratégico e na Lei de Zoneamento Urbano Municipal, visando atender os seus interesses que parecem ser os mesmos dos construtores do final do século XIX. Estes instrumentos urbanísticos passam a aderir às exigências do mercado, contanto que multipliquem o número de habitações, pois com eles os impostos aumentam e na teoria são destinados à produção de habitação de interesse social para as classes baixas da população. Os investimentos públicos, privados, ou público + privado reestruturam este setor, transformando a sua paisagem¹⁰⁰, dentro da lógica de produção da moradia urbana, que na modernidade é representada pelo tipo arquitetônico verticalizado.

No terreno onde antes havia um galpão industrial, na curva da linha férrea próxima à estação Bresser do metrô, o estande do futuro empreendimento residencial é erguido na Rua Cajuru (Figura 72, indicado pela seta verde). Neste local, no limite entre o Belenzinho e Brás, um futuro condomínio será construído bem em frente ao cortiço estudado¹⁰¹. A verticalização do setor não é um fato do século XXI. Existem prédios construídos a partir da segunda metade do século XX (Figura 73, indicado pela seta vermelha). Embora as primeiras e poucas habitações verticais tenham surgido no Belenzinho ainda no século XX, são nos primeiros dez anos do século XXI que ele adquire maior expressividade e com uma nova configuração.

99 Os movimentos sociais para moradia, associações de moradores, laboratórios da Universidade de São Paulo, realizaram uma carta aberta levantando questionamentos acerca de pontos não esclarecidos na proposta do governo, principalmente sobre a operacionalização de ações de desapropriação e indenização da população das áreas alvo, ausência de política habitacional, visando apenas as ações habitacionais, ausência do perfil dos beneficiados (o programa visa famílias que possuam a renda mensal de até dez salários mínimos, sendo que para a criação de habitação de interesse social, objetivo do programa, o perfil dos beneficiários deve possuir renda inferior ou igual a seis salários mínimos, como apontamos na sequência do texto), risco de gentrificação, como podemos ver pelo exemplo da fotografia, etc. Carta disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/category/ppp-habitacao-sp/>. Projeto do programa disponível em <http://www.habitacao.sp.gov.br>. Acessado em 21/03/2013.

100Tal como aponta Juillard: “*A fortiori, several landscapes can succeed one another over time within the same space.*” (1972, p.431).

101Do qual será tratado no próximo capítulo, havendo no final desse capítulo uma subseção sobre os cortiços.

Figura 72: Anteriormente um galpão, hoje a premissa de um condomínio. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 73: Anteriormente comércio, hoje um condomínio. Fonte: SIMONE, 2013.

Dentre os moradores destas novas residências encontra-se uma parcela com maior poder aquisitivo que contribuiu com o aumento populacional dos bairros nos últimos dez anos, como mostrou a tabela 2.2. Nas palavras de Oliveira (2014, p.05): “No caso do Brás e Belém, esse aumento populacional está relacionado com a chegada de novos moradores, com perfil de renda maior que os moradores da década anterior, que vieram residir nos diversos empreendimentos ali construídos”.

A partir do remembramento de terrenos de antigas fábricas e galpões ou mesmo de pequenas construções deterioradas, estes novos condomínios vão sendo organizados na forma de prédios isolados em jardins, possuindo certa similitude em sua aparência. Quanto mais caro o imóvel, mais ornamentos, espaços livres, equipamentos internos como piscina, churrasqueira em cada apartamento, sala de ginástica, espaço *gourmet*, quadra poliesportiva, etc., são oferecidos como parte do empreendimento (Figura 74, indicado pela seta vermelha). Todavia, as construções anteriores (indicadas pela seta verde), mais antigas e configuradas em um perfil horizontal, permanecem no entorno destas novas edificações, contrapondo as diferentes formas de morar das diferentes classes sociais de seus moradores.

Figura 74: A paisagem que revela contrastes. Fonte: SIMONE, 2013.

Ao questionar alguns velhos moradores do Belenzinho sobre a construção das altas torres de condomínios que pululam pelo bairro, eles respondem que “é o progresso e que não dá para fugir dele” e “dão com os ombros” numa expressão corporal. Pela observação destas novas edificações residenciais, em particular o condomínio “Vallore Brás”, tão imponente, tão desenraizado, que contrasta com as outras edificações da paisagem, gerando uma dissonância que não agrega qualificação para o espaço onde se inseriu e que contribuirá para o aumento dos problemas no tráfego desta área, tem-se a sensação de que talvez lá atrás, na época das chácaras, no momento em que foram recortadas pelas indústrias, os habitantes de então tiveram uma sensação parecida ao perceberem a modernização avançando ou tivessem aceitado a ideia de progresso trazida pelo novo e pela ordem urbana.

As iniciativas públicas estão presentes nos bairros, mas menos expressivas. As habitações populares em prédios da CDHU são pontuais no bairro, possuem um aspecto mais simples, com até cinco andares, uma área coletiva sem equipamentos de lazer e com vagas de estacionamento para algumas unidades. Durante a realização da pesquisa, testemunhou-se a construção de apenas dois empreendimentos através da CDHU (na avenida Celso Garcia), em lotes onde antes haviam cortiços.

Como os projetos de moradia popular são menos representativos, a população

de baixa renda do setor recorre aos aluguéis em pensões ou cortiços, ocupando imóveis vazios ou permanecendo na única comunidade existente neste setor. A comunidade “Nelson Cruz” (Figura 75) está presente no bairro há mais de quarenta anos, segundo a associação de moradores. Em entrevista concedida à revista Carta Capital¹⁰² um projeto foi elaborado junto ao programa do Governo Federal “Minha casa, minha vida” para a construção de oito torres residenciais¹⁰³. O prédio mostrado na figura 76, localizado na avenida Celso Garcia, foi adquirido pela CDHU, como mostra a placa abaixo do toldo da antiga padaria. Como alguns imóveis do bairro, ele permaneceu no aguardo das primeiras intervenções da companhia, só que o movimento urbano dos sem-teto veio antes e ele está ocupado desde o primeiro semestre de 2013.

Figura 75: Diferentes modos de morar revelam diferenças sociais. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 76: Ocupação para moradia. Fonte: SIMONE, 2012.

A figura 77 mostra o terreno onde a CDHU ergueu unidades habitacionais na avenida Celso Garcia. Anteriormente, no terreno havia um comércio e uma oficina no pavimento térreo e cômodos no primeiro pavimento, configuração semelhante ao imóvel

102 Informação disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/201csomos-estigmatizados201d-184.html>. Acessada em 12/08/2013.

103 O jornal regional “Gazeta Virtual” realizou uma reportagem (publicada dia 12/04/2014) sobre esta comunidade e a situação do oferecimento de unidades habitacionais para as famílias. A reportagem apontou que a partir de um comunicado enviado pela Sehab em resposta às demandas dos moradores, esta entidade realizou uma parceria com a CDHU e a Caixa Econômica Federal, que comprarão a área e construirão um conjunto habitacional: “Para isso, as ações estão sendo ajustadas entre as partes para que o processo se desenvolva. Reafirmamos o compromisso de que nenhuma família ficará sem atendimento habitacional. Com as intervenções, todas serão atendidas.”, disse a Sehab. Reportagem disponível em: <http://gazetavirtual.com.br/belem-e-tatuape-habitacao-avalia-obras-para-pau-queimado-e-nelson-cruz/>. Acessado em 16/07/2014.

verde que permanece ao lado do terreno (indicado pela seta vermelha). A figura 78 mostra outro prédio construído pela CDHU, onde anteriormente havia um cortiço de grande porte (Seade, 2001). As construções antigas nestes bairros têm a característica de possuírem a frente estreita e o interior comprido, assim, para se construir novos tipos de habitação como os prédios (que possuem uma estrutura larga), é preciso demolir algumas delas e lembrar o terreno.

Figura 77: Terreno para construção de habitação. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 78: Habitação para população de baixa renda construída pela CDHU. Fonte: SIMONE, 2012.

Foi observado que a população deste setor, composta por famílias de baixa a média renda, vai habitar residências segundo as suas condições financeiras e as residências com mais infraestrutura e equipamentos são aquelas mais caras, acessíveis para a classe média, com mais oferta no mercado. Uma vez que a renovação deste setor está sendo processada pelo setor imobiliário que investe nesse público, a população de baixa renda permanece em habitações precárias, pois ainda são incipientes os investimentos públicos que garantam o seu acesso à moradia adequada. Dentre as moradias precárias, apresentam-se os cortiços como a habitação mais antiga nessas condições, acessadas por pessoas que não possuem condições de obterem moradia adequada.

Como, então, os cortiços integram o contexto da habitação no setor?

3.3 O conjunto dos cortiços

O cortiço não é caracterizado apenas pela aparência do imóvel, o seu estado externo. O cortiço é antes, a organização das funções internas e a condição dos objetos que dão suporte à estas funções, bem como a quantidade de moradores e as condições dos espaços e equipamentos compartilhados.

Como descrito na introdução, acessou-se o banco de dados utilizado pela equipe da Prefeitura que vistoria os cortiços, com a finalidade de esboçar um inventário dos tipos de cortiços que são encontrados neste setor. Sendo a sua totalidade localizada em edificações antigas (Seade/CDHU, 2002)¹⁰⁴, com exceção daqueles que sofreram reformas, são elementos da paisagem que compõem o conjunto materializado da deterioração deste setor.

É importante, neste momento, abrir um parênteses quanto à noção de deterioração utilizada nesta pesquisa. Embora tenha-se citado e discutido anteriormente com o apoio da bibliografia, como este item refere-se aos cortiços, julgou-se necessária a revisão desta ideia que é permeada de significados sobretudo simbólicos ligados à civilidade. Apesar da ideia de deterioração portar uma dimensão da civilidade que já fora relacionada à população que vive nos cortiços, quando das ações sanitárias, este estudo emprega a deterioração no sentido da **ausência** de manutenção (reforma, asseio, adequações) dos imóveis, calçadas e ruas, bem como do controle da quantidade de pessoas que abrigam os locais de maneira a garantir a sua salubridade e habitabilidade. Portanto, não é considerado nessa análise qualquer associação da condição do imóvel com o caráter de civilidade e de juízos de valor que se estende aos “tipos” de moradores que são encontrados nestas habitações, muito menos à estética.

Entretanto, existe uma questão que é escalar. Como aponta Martin (2004) sobre o estudo no bairro do Brás, onde a análise na escala do bairro é feita de maneira mais abstrata, onde o sentido de deterioração implica também a questão da condição do conjunto material, mas que é levado por uma situação de rompimento das relações de pertencimento e

¹⁰⁴Para a Seade (2001), as principais características que classificam um imóvel encortiçado são: coabitação de várias famílias em imóveis geralmente sem conservação e que podem ser de diferentes tipos – casarões, porões, cômodos de quintal e também casas, apartamentos, etc. e evidente insuficiência de recursos hidráulicos, levando ao uso compartilhado entre vizinhos não-familiares dos equipamentos sanitários (pia de cozinha e/ou tanque de lavar roupas e/ou banheiro).

vizinhança, consequência das ações de intervenção urbana que intensificaram neste setor um espaço de fluidez, deteriorando a possibilidade de permanência. Neste sentido, a deterioração está nas causas deste rompimento, que guarda em sua essência os interesses do capital nestes espaços construídos a partir de outros significados. Entende-se, a partir deste raciocínio, que a deterioração não é a causa que dá margem para as intervenções urbanas do tipo que foi visto no item anterior (na forma do mercado imobiliário, que adota o discurso da deterioração para se efetivar, causado pela diminuição da população moradora, portanto, necessidade de se construir para poder atrair novos moradores, discurso viabilizado pelo poder público na forma de instrumentos urbanos), mas a consequência de um processo histórico que fragmentou a vida cotidiana do bairro, a partir da extinção dos laços que só a condição de enraizamento proporciona.

O valor médio dos aluguéis dos cortiços vistoriados pela equipe da Prefeitura variam entre R\$150,00 a R\$500,00 e a renda das famílias entre R\$ 300,00 e R\$ 2.000,00 (Anexo 1). Para não gastarem com transporte e talvez até com alimentação, a opção mais barata que se encontra neste setor da cidade são os cortiços, como observa Gatti (2011, p.05):

[...] morar em cortiços no centro representa estar perto do emprego ou das opções de trabalho informal, economizar tempo e dinheiro em deslocamentos diários, ter acesso aos equipamentos públicos como escolas e hospitais e à infraestrutura de água, esgoto, luz e coleta de lixo, diferentemente de muitas áreas periféricas. Representa ainda o acesso à moradia por aqueles que não possuem acesso ao mercado formal, seja pela falta de documentação necessária para o contrato de aluguel, pela ausência de um fiador ou dinheiro para o seguro fiança ou ainda por terem seus nomes vinculados às agências de proteção ao crédito.

A HABI- Centro, responsável pela execução do “Programa de Cortiços: Reabilitação de Moradia Coletiva” nos setores das subprefeituras da Sé e da Mooca, forneceu os dados do levantamento dos cortiços desde o ano de 2006 até 2012. Este levantamento foi base para a produção de um mapeamento dos cortiços nesse setor, disponibilizado para consulta na página da Habisp¹⁰⁵ na internet.

105 Disponível em: Habisp.inf.br. Consultado em: 12/01/2013.

Figura 79: Distribuição dos cortiços no setor de estudo. Fonte: Habisp (2007), sem escala.

Observa-se que existe uma concentração de cortiços em determinados quarteirões (círculo amarelo), sobretudo nos arredores da estação Brás e ao longo da Avenida Celso Garcia (elipse em salmão), mas a totalidade possui um caráter disperso pela área dos bairros. Para identificação do conjunto dos cortiços, segundo o inventário realizado, os imóveis encortiçados foram enquadrados em duas situações:

- **Edificações erguidas originalmente para uso habitacional-** Onde foram identificadas construções erguidas na primeira metade do século XX e em alto nível de deterioração.
- **Edificações erguidas originalmente para outras finalidades-** Refuncionalizadas para uso habitacional através de invasões ou adaptação de cômodos pelos seus proprietários ou moradores.

Na figura 80, pode-se observar um cortiço tipo pensão, com cômodos no porão, no primeiro e segundo pavimentos. Os moradores deste local realizam as atividades domésticas em espaços coletivos compartilhados. Este imóvel é um exemplo de um cortiço que não foi vistoriado pela Prefeitura, mesmo localizado em frente a um imóvel que consta na vistoria. O cortiço da figura 81 considerado de médio porte¹⁰⁶ e com três pavimentos, possui um aspecto semelhante ao da figura 80.

¹⁰⁶Os critérios para identificação do porte de um cortiço, estão na proporção entre a quantidade de moradores e de cômodos. Quanto maior a proporção, maior é o porte do cortiço.

Figura 80: Cortiço na Rua Marquês de Abrantes. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 81: Cortiço na Rua Engenheiro Reginaldo Cajado. Fonte: SIMONE, 2012.

A figura 82 apresenta um imóvel do tipo “hotel-cortiço” de grande porte. O quarto com banheiro custava R\$600,00 por mês e aqueles com banheiro coletivo, R\$500,00 em 2011. Curiosamente, este imóvel não se encontra na lista dos cortiços vistoriados, mas ilustra o livro citado “Cortiços, a experiência de São Paulo”, que descreve as realizações do Programa de Atuação em Cortiços até 2010. Localizado na Rua Jairo Gomes, este cortiço é vizinho da Igreja Senhor Bom Jesus dos Mattosinhos, no Largo do Brás. A figura 83 apresenta um cortiço tipo pensão de médio porte, com trinta e sete cômodos, a maioria ocupados por famílias no momento da vistoria em 2007. Posteriormente, o proprietário passou a alugar apenas para rapazes solteiros. Alguns reparos estão sendo realizados no imóvel em 2014.

Figura 82: Hotel-cortico na Rua Jairo Gomes. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 83: Cortico tipo pensão na Rua Dr. Clementino. Fonte: SIMONE, 2014.

O imóvel da figura 84, representa um tipo de cortico que é conjugado com o comércio no térreo. Localizado na Avenida Rangel Pestana, ele foi classificado como de porte médio, possuindo 29 cômodos. Ao longo do tempo, intervenções foram realizadas em sua estrutura, de maneira a comprometer a configuração original do imóvel e a contribuir para o processo de deterioração, como o muro erguido na parte externa do prédio (Figura 84, indicado pela seta vermelha).

Figura 84: Cortico na Avenida Rangel Pestana. Fonte: SIMONE, 2012.

O imóvel salmão claro (Figura 85, indicado pela seta vermelha), é um cortiço de porte médio, com doze cômodos. Não foram realizadas as reformas indicadas pela Prefeitura na data em que a fotografia foi feita. Ele é um prédio único, dividido em dois pavimentos. A figura 86 mostra um exemplo de edificação em alto nível de deterioração, mas onde ainda há moradores. Pela sua estrutura, trata-se de uma composição mista, que provavelmente abrigou um comércio no pavimento térreo. Considerado cortiço de médio porte, possui quatorze cômodos.

Figura 85: Cortiço na Avenida Celso Garcia. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 86: Cortiço na Rua Marquês de Abrantes. Fonte: SIMONE, 2012.

Os imóveis mostrados na figura 87 são exemplos de cortiços que foram reformados (reabilitados). No momento da fotografia ele estava vazio, mas foi considerado de pequeno porte, contendo nove cômodos e posto, em 2013, para ser alugado. Este é um exemplo dos resultados possíveis do programa, onde o proprietário realiza as reformas necessárias reabilitando o local e não deixando-o deteriorado ou ocioso para investidas imobiliárias e também preservando as características arquitetônicas do passado. Um outro ponto a ser valorizado neste programa é no quesito patrimonial, que além de assegurar opções para famílias de baixa renda habitarem dignamente neste setor, ele contribui para a permanência da riqueza patrimonial que existe. A sequência de casas verdes geminadas na figura 88 foram consideradas como um tipo de cortiço de médio porte.

Figura 87: Cortiço na Rua Conselheiro Cotegipe. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 88: Cortiço na Rua Catumbi. Fonte: SIMONE, 2012.

A figura 89 mostra a entrada para dois cortiços, o do número 1204 foi considerado de médio porte, em alto estado de deterioração e em situação de venda. Na figura 90, observa-se outro tipo de cortiço formado por um conjunto de casinhas em miolo de quarteirão, atrás de uma construção fabril. Elas compartilham o espaço do pátio para atividades domésticas, como lavar e secar roupa, como garagem para carros e para as crianças brincarem.

Figura 89: Cortiço na Avenida Celso Garcia. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 90: Cortiço na Rua Cajuru. Fonte: SIMONE, 2013.

O cortiço da figura 91 é um tipo de “casa de cômodos”, onde várias famílias ocupam o imóvel e realizam adaptações (divisões) internas. Foi interditado em 2012 como pode ser observado pelo selamento das entradas com bloco e cimento. Este cortiço foi utilizado como ilustração de capa do “Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços” (2012), do Governo do Estado de São Paulo, mas no banco de dados levantado pela Seade/CDHU (2002) e corrigido pela equipe da Prefeitura, o imóvel não foi considerado cortiço. Outras informações estão ausentes, como a data da vistoria, quantidade de cômodos, famílias, preço do aluguel e renda mensal das famílias.

Figura 91: Cortiço interditado na Avenida Celso Garcia. Fonte: SIMONE, 2013.

Este imóvel constitui um exemplar edificado do início do século passado, que se fossem executadas as reformas necessárias, ele poderia permanecer útil para os moradores do setor e como parte do patrimônio cultural.

Com referência às “edificações erguidas originalmente para outras finalidades”

e adaptadas para uso de habitação (refuncionalização), encontrou-se em campo alguns exemplos de imóveis invadidos, como no caso do prédio (Figuras 92 e 93) onde funcionava o escritório do Cotonifício Paulista (erguido em 1921) e que houve o estabelecimento de famílias brasileiras e bolivianas que encortiçaram o imóvel. Em consulta ao Cadastro de Imóveis Tombados (CIT) da Prefeitura, consta que a proprietária é uma construtora e a referência ao endereço indica que o local é um terreno vazio, não existindo, oficialmente, o prédio. Este imóvel é mais um exemplo da quantidade de bens que poderiam ser tombados e reformados, sendo um testemunho da memória do setor.

Figura 92: Antigo escritório do Cotonifício Paulista encortiçado. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 93: Antigo escritório do Cotonifício Paulista encortiçado. Fonte: SIMONE, 2013.

Segundo Kohara (2009), as políticas de atuação em cortiços iniciaram-se na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) (inclusive com a criação da Lei Moura¹⁰⁷). Estas políticas tratavam-se, basicamente, de intervenções realizadas nos imóveis com o objetivo de construir novas habitações nos locais onde os moradores de cortiços residiam ou reformar imóveis deteriorados, de maneira a manter a população moradora no local. Posteriormente, houve o desenvolvimento do Programa de Atuação em Cortiços, como descreve Sampaio (2007):

¹⁰⁷Lei Municipal nº 10.928, de 8 de outubro de 1991: Art. 1º - Define-se cortiço como a unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; c) várias funções exercidas no mesmo cômodo; d) acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias; e) circulação e infraestrutura, no geral precárias; f) superlotação de pessoas.

[...] a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) iniciou o PAC, que só foi implantado três anos depois, em 2002, com a assinatura, nessa ocasião, de contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 70 milhões de dólares. Esse programa estava associado a uma política de revitalização da área central de São Paulo, com iniciativas de recuperação de edifícios de valor histórico e cultural. (p.137-138).

A primeira fase do programa, finalizada em 2006,

tem como alvo nove setores de intervenção: Pari, Brás, Belém, Mooca, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Santa Cecília e Barra Funda. As negociações e solicitações de recursos para apoio às intervenções de moradia popular iniciaram anteriormente à idealização do PAC junto ao BID, pelo governo do estado de São Paulo. Na assinatura do contrato foi concedido um recurso de US\$ 70 milhões, referente à primeira fase de implantação do programa, sendo US\$ 34 milhões de recursos oferecidos pelo BID e US\$ 36 milhões de recursos pela CDHU, que serão destinados ao atendimento inicial de 5 mil famílias. O programa prevê que a avaliação dos resultados seja contínua, atribuindo ajustes e aperfeiçoamento ao longo desta fase. A segunda fase, a ser executada após 2006, deverá oferecer mais 11 mil moradias para famílias de baixa renda. (NETO *et al.*, [s/d]).

Para participarem do programa, as famílias deveriam atender aos seguintes requisitos:

[...] estar morando no cortiço, objeto de intervenção da CDHU, há mais de dois anos; comprovar renda mensal entre 1 a 10 salários mínimos; não ser proprietário de imóveis, tais como terrenos, casa própria e edificação comercial no Estado de São Paulo e não possuir financiamento de imóvel no país. (NETO *et al.*, [s/d]).

Em entrevistas realizadas no ano de 2012 e 2013 com a coordenadoria do programa na Secretaria de Habitação, setor centro (HABI-Centro), obteve-se um panorama de sua operacionalização. A equipe que trabalha com o setor da subprefeitura da Mooca e da Sé é composta pela arquiteta Keli Anacleto (celetista), três estagiários em arquitetura, pela coordenadora de assistência social Maria José (concursada), que coordena um assistente social, o qual tem como função acompanhar a equipe nas vistorias. Este assistente social é funcionário de empresa contratada, ou seja, o serviço de levantamento socioeconômico e situação das famílias é terceirizado pois, segundo a coordenadoria, a Prefeitura não possui funcionários o suficiente. A Diagonal é a empresa que presta serviços à Prefeitura para realizar o trabalho técnico de coleta de dados em campo, os quais são entregues na forma de

relatórios.

A equipe tem a função de vistoriar as condições físicas do cortiço e a assistente social cumpre o papel de informar os moradores sobre as leis, os seus direitos e deveres que regem a sua condição de encortiçados. Segundo a arquiteta, este programa não possui dados relacionados aos imigrantes bolivianos que habitam em cortiços ou alguma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, para repassarem a existência de possível trabalho irregular em oficinas que estão localizadas em cortiços. A arquiteta responsável confirmou a situação dos imigrantes bolivianos nos cortiços, relatando que costuma encontrar em campo cortiços habitados por eles. Segundo ela, em uma das vistorias encontrou um cortiço abrigado por bolivianos que também trabalhavam nele. Os quartos eram compartilhados em beliches e em estado insalubre, contendo muita “sujeira” e alimentos juntos aos pertences individuais. Mas não houve no relatório qualquer referência a estes imigrantes e sua condição de vida, de maneira a direcionar esta situação específica aos órgãos que tratam da situação trabalhista e da condição de exploração destas pessoas.

Como não há metodologia que lide com essa situação, tal realidade não existe “oficialmente” ou ela é uma incógnita nos dados coletados pelo programa. Neste sentido, na fase em que os moradores necessitam receber auxílio no caso de remoção para intervenção no imóvel, há maior dificuldade para os imigrantes se beneficiarem, pois dentre as exigências da CDHU, está em um mínimo de três anos de residência no município e, basicamente estar em dia com a documentação. Além desta última exigência ser o caso de muitos imigrantes bolivianos, eles não buscam interesse em serem mutuários (terem moradia própria), pois o aluguel é interessante e lhes permite se mudar quando quiserem. Outro ponto é que seria impossível organizar uma oficina de costura nas unidades habitacionais oferecidas pela companhia. As entrevistadas concordam que há falhas no programa com relação ao contexto dos imigrantes e que a sua presença nos imóveis encortiçados aumentou desde o início das vistorias.

Maria José relatou que quando trabalhava no setor de assistência social da Prefeitura, ela entrou em contato com imigrantes que lhe confiavam a sua situação de exploração do trabalho e as mulheres de violência doméstica. Segundo ela, por uma questão de ética da profissão, a assistente social deve preservar as informações que os moradores confidenciam, de maneira a impossibilitar a averiguação por outras entidades. As

entrevistadas negaram o conhecimento de qualquer projeto de habitação de interesse social no setor central para a população encortiçada, com a expressão da assistente social: “Não é simples construir um CDHU, tem que ver terreno, dinheiro, o tempo e não é simples assim”.

Segundo Keli, a procura por uma vaga em um cortiço atualmente é muito grande e por conta disso, o aluguel também passa a aumentar. Essa demanda é devido, principalmente, à informalidade com que são tratados os acordos, sem a burocracia das imobiliárias. Não menos importante é a localização destes imóveis na cidade, que estão concentrados nos setores centrais. Está diminuindo a aceitação de famílias com crianças nos cortiços, dificuldade encontrada também pelas imigrantes bolivianas, como será relatado posteriormente.

Em 2011 a CDHU encerrou a parceria com a Prefeitura, que se baseava no oferecimento de uma carta de crédito ao morador do cortiço, o qual deveria deixar o imóvel por razões de intervenção. Com esta carta, ele procuraria um imóvel de seu interesse no lugar onde quisesse morar e então a CDHU realizaria a vistoria para averiguar se o imóvel estaria dentro das condições estabelecidas e conforme o perfil de renda do morador (famílias com renda mensal de 1 a 10 salários mínimos). Após a finalização do contrato, o beneficiário passaria a ser mutuário da companhia¹⁰⁸.

Atualmente, a Prefeitura oferece um auxílio-aluguel de R\$500,00, até que a pessoa se estabeleça em alguma unidade de habitação de interesse social (HIS)¹⁰⁹. Segundo a

108Segundo o relatório geral do PAC, realizado pela CDHU, a modalidade carta de crédito “permite a reutilização dos imóveis subutilizados ou vagos existentes no centro de São Paulo” (CDHU, 2012), diferindo de outras modalidades que visam a produção em larga escala de moradias nas “franjas” da cidade. O aumento do preço dos imóveis devido à escalada do mercado imobiliário nos últimos anos, foi um obstáculo à esta modalidade, que não possuía o valor então estabelecido pelo mercado, muito superior ao deferido no início do projeto. Somado a isso, o beneficiário tem dificuldades em encontrar por si só um imóvel, dado que as imobiliárias pouco se interessem em comercializar imóveis para esta faixa de renda. O resultado disso, foi que menos da metade dos beneficiários permaneceram nas áreas centrais, enquanto uma porcentagem superior mudou para outros locais mais distantes. Relatório disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/RelatorioGeralProgramaCorticcos.pdf>. Acessado em 02/10/2013.

109Habitação de interesse social (HIS): corresponde àquela destinada à família com renda igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos, de promoção pública ou conveniada ao Poder Público, nos termos do disposto no Capítulo IV do decreto 44.667/04. Disponível em: (prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamentos/servicos/index.php?p=154015), acessado em 02/10/2013.

coordenadoria, está sendo desenvolvido um “programa piloto”¹¹⁰ neste setor, que consiste na emancipação habitacional dos moradores de cortiços, de modo que eles adquiram sua moradia própria. Todavia, não há interesse por parte dos moradores, pois os apartamentos estão localizados em bairros distantes de seus locais de trabalho. A população encorajada deseja continuar morando no mesmo lugar, não por conta do aluguel que seria revertido para o transporte no caso de aceitarem a nova proposta da Prefeitura, mas pelo cansaço físico e mental diário devido ao deslocamento (longas distâncias) de suas casas em direção aos seus trabalhos.

Segundo Keli e Maria José, a estrutura do cortiço funciona da seguinte maneira: na maioria dos casos o proprietário não mora no imóvel, então existe um intermediário que recolhe os requerimentos e demais assuntos e os transmite para o proprietário. Quando este intermediário não existe, o aviso é deixado com algum morador, que por sua vez irá transmiti-lo para a imobiliária. Segundo Marisa, socióloga que trabalhou com os cortiços em outra fase do programa, como o imóvel é particular, o valor do aluguel é cobrado livremente pelo proprietário e “o inquilino que achar caro, deve procurar outro imóvel para morar, porque a Prefeitura não pode intervir”, afirma a socióloga. A Lei do Inquilinato regulamenta contratos de alugueis e o aumento nos valores são estipulados quando os moradores assinam o contrato. No caso de ausência de contratos formais, os inquilinos respondem ao que é estipulado pelo proprietário. Segundo Marisa e Keli, o Centro Gaspar Garcia é uma organização não-governamental que oferece apoio jurídico para os moradores que não possuem garantia contratual do valor dos alugueis.

Conforme afirma Keli, existem exemplos de proprietários que encontraram na gestão de cortiços (investidores em cortiços), o seu ganho de vida. Eles compram cortiços em péssimas condições estruturais, reformam dentro das normas e com o auxílio da equipe técnica da Prefeitura e alugam os cômodos. Tem sido um mercado lucrativo, dado que os alugueis não são regulados¹¹¹. Quando a equipe realiza uma visita, ela conversa com o proprietário do imóvel sobre o valor estipulado do aluguel e no caso de ser muito alto, tenta

¹¹⁰As entrevistadas não esclareceram se este programa é uma continuidade do formato da carta de crédito, mas uma vez que não possuem mais a parceria com a CDHU e nem recursos para auxílio aos beneficiários, entendemos que a prefeitura ofereceria apenas um auxílio para pesquisar imóveis.

¹¹¹Segundo a Lei N. 8.245/ 1991 ou lei do inquilinato: “Art. 17. É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário mínimo.”

convencê-lo a diminuí-lo. Estas ações tem contribuído para a permanência da diversidade de tipos de habitação neste setor (que possibilita o acesso da população de baixa renda), preservando também, a memória do operariado.

Para Piccini e Zmitrowicz (1997), a deterioração urbana nos grandes centros ocorre devido à desvalorização imobiliária, a partir do desinteresse do mercado por áreas que foram modificadas por processos econômicos, sociais, etc., o qual vai embasar o discurso das experiências de parcerias públicos-privadas, como proposta de alternativa para a habitação na cidade:

[...] é devido a um crescimento populacional que causou a explosão física da estrutura urbana num processo/contexto econômico em transformação acelerada, que modifica e define novas formas de apropriação e valorização do solo urbano, manifestada mais visivelmente nas áreas centrais da cidade.

Trata-se de uma deterioração do tipo econômica, física, social e ambiental, que provocou um desempenho insatisfatório do papel do centro urbano e da sua atribuída e esperada funcionalidade em relação às expectativas e exigências do mercado imobiliário e das regras por ele definidas. (p.04).

Uma vez o motivo da deterioração urbana repousando na insatisfação do mercado imobiliário, de onde decorre a “estagnação do setor” (segundo uma ótica muito peculiar), o fator político, que é importante, neste caso, para Martin (2004), assume o papel de viabilizar políticas públicas de habitação na forma de investimentos imobiliários, ou seja, ao invés de propor a reabilitação do conjunto da paisagem deste setor em um plano que não seja pontual à habitação, mas que congregue todas as potencialidades locais, o poder público tem permitido o avanço desta “renovação” imobiliária, através da demolição de antigas construções e construção de unidades habitacionais para classe média. A crítica é em cima de como é feito o processo e a quem seu produto final se destina.

Martin (2004) observa outro fator que alimenta o processo de deterioração: o cultural. Para ele, as elites dos países em desenvolvimento não aceitam “ficar para trás” no que há de mais novo na arquitetura das metrópoles do primeiro mundo:

Além disso, para atrair e manter as empresas multinacionais criam-se e recriam-se, permanentemente, novos espaços adequados ao funcionamento das mesmas, o que implicará obrigatoriamente, na obsolescência prematura de outros tantos espaços. (p.204).¹¹²

Em se tratando deste setor da cidade e de sua importância histórica para a memória da vida operária, as ações de tombamento industrial no Brasil são menores do que aquelas realizadas em torno do período colonial¹¹³. E São Paulo, a cidade que cresceu pela industrialização, é onde mais se observa o processo de extinção desta memória, pela demolição de seu conjunto, como observa Martin:

A arquitetura “pós-moderna” parece conviver pacificamente com o estilo “colonial”, mas é interessante observar a recusa veemente que se faz do “ecletismo”, típico da industrialização “pré-modernista”, e demolido impiedosamente. (2004, p.205).

Observou-se na pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Habitação, que ela não desenvolve seus projetos e ações em parceria com outras secretarias/órgãos/entidades da sociedade civil. Por exemplo, não há um diálogo entre esta secretaria e os órgãos de tombamento, no sentido de atuarem em conjunto nas habitações populares, como o cortiço, de maneira a protegerem-nas do caminho das demolições, realizando um programa de reforma readequando-as para o uso habitacional destinado a quem necessita e quer viver neste setor.

3.4 A oficina-cortiço

Um dos temas mais discutidos nas pesquisas sobre imigração boliviana está na questão do trabalho nas oficinas de costura. Os estudos desenvolvidos por Sidney Silva (1995, 1997, 2005, 2006, 2012) utilizam a etnografia para compreender os processos culturais, identitários e a realidade social e econômica onde esses imigrantes estão inseridos. Silva tratou dos bolivianos enquanto grupo cultural, embora tenha trabalhado as informações individuais colhidas, mas ampliando a discussão para uma condição compartilhada por todos os imigrantes que seguem o caminho da ocupação nas oficinas, além de abordar a inserção de

112A modernização da Avenida Paulista é um exemplo didático e simbólico de reurbanização (pela renovação), pois concentra os escritórios destas multinacionais, erguidos nos terrenos dos antigos casarões demolidos da elite paulistana.

113Informação colhida na fala de Paulo Garcéz (Museu Paulista) no evento sobre a Cidade, Trabalho e Patrimônio: a Fábrica de Cimento de Perus, que aconteceu em 29 e 30/11/2013, no auditório da Geografia/FFLCH/USP.

suas manifestações culturais no universo cultural paulistano. Embora a condição do imigrantes encontre-se no centro de seus estudos, os fatores que dão forma à sua condição, como a questão da ocupação, são abordados de maneira a apresentar o contexto onde os bolivianos se atuam diretamente. O cortiço não é levantado como uma problemática a parte, mas é citado enquanto a moradia-trabalho destes indivíduos.

São diversos os estudos que tratam da imigração boliviana sob o enfoque do trabalho e da identidade, como propôs Nóbrega (2008) e Carlos Silva (2009), o trabalho como exploração nas confecções em Illes *et al.* (2008), Dornelas (2009), Souchaud (2011, 2012) e Freitas (2012) e sob a perspectiva do comércio no Brás, como em Gomes (2005). A questão do tráfico humano também é abordada na realidade da imigração boliviana, como nos estudos de Cacciamali e Azevedo (2005).

A abordagem demográfica deste grupo é tratada nos estudos de Souchaud (2010), a cultura ainda nos estudos de Sidney Silva (2012) e Alves (2012), acesso aos serviços de saúde em Elaine Silva (2009) e relações com os brasileiros, como no estudo de Vidal (2012). O enfoque da territorialização encontra-se nos trabalhos de Xavier (2012) e Xavier e Cymbalista (2007). A revista *Travessia*, uma publicação do Centro de Estudos Migratórios, tem contribuído com diversos estudos acerca da condição do boliviano.

Os estudos citados tratam os bolivianos enquanto um grupo que compartilha de vivências no contexto do trabalho e da cultura, todavia, temas como habitação, gênero e a saúde são questões que ainda necessitam ser exploradas mais profundamente, havendo aí um campo muito fértil de análise. Este estudo visa contribuir com a discussão acerca da habitação, embora não tenha como isolar-se da questão do trabalho.

A casa na figura 94 é um exemplo das formas de morar dos imigrantes bolivianos neste setor. Aqueles que conseguiram a emancipação financeira e estão com sua situação migratória regularizada (conhecidos como *oficineiros*), passam a organizar novas oficinas de costura em casas unifamiliares alugadas, empregando outros indivíduos (*conterrâneos*) que vão morar e trabalhar no local. No caso abaixo, mais de uma família habita esta casa, conforme pode ser observado em campo e segundo o relato de vizinhos. Esta casa foi alugada pelos bolivianos em 2012. Ela possui um aspecto diferenciado dos tipos de cortiços expostos anteriormente, pois é uma construção mais nova e erguida com a finalidade

para uso residencial. Posteriormente à fixação destes novos moradores, pode-se perceber alterações na estrutura do imóvel, como o muro indicado pela seta vermelha, que separou a casa em duas entradas. De um lado, uma família composta por um casal e um filho e mais dois adultos utilizam o espaço como moradia e oficina. O lado direito é dividido por uma família com uma criança, mais duas mulheres e um homem, que também sobrepõem as duas funções.

Figura 94: Oficinas de costura em casa unifamiliar, na Rua Herval. Fonte: SIMONE, 2012.

Para confirmar se os habitantes encortiçaram o imóvel, seria necessário investigar o seu interior. O processo de encortiçamento é uma suposição, com base na inserção da atividade produtiva em ambiente não adequado para tal e a quantidade de pessoas que dividem a casa, bem como as intervenções de forma irregular no imóvel. Além disso, existe a questão da informalidade na locação ou sublocação, que estas casas unifamiliares parecem não possuir. Todavia, a organização deste espaço interno em torno da oficina de costura pode guardar características insalubres¹¹⁴.

¹¹⁴Uma situação observada em todos os locais habitados por bolivianos trata-se das janelas e das cortinas sempre fechadas, impedindo que o ar circule dentro de casa. Tal situação também foi percebida por Dornelas (2009): “O sinal físico mais evidente deste fechamento sobre si são as

Souchaud, em uma entrevista concedida à Deutsche Welle¹¹⁵ em 2010, afirma que: “Até pouco tempo atrás, divulgava-se a imagem de que o boliviano era explorado por coreanos, o que não é bem assim. As oficinas de costura, onde eles trabalham, já estão há algum tempo nas mãos de bolivianos mesmo”. Segundo esta observação, a primeira situação veiculada pelas mídias era a imagem de um galpão ou uma sala só com máquinas de costura, onde os costureiros bolivianos são subordinados aos coreanos ou aos chineses. Em um segundo momento, houve uma mobilidade social dentro dessa cadeia produtiva, onde os chineses e coreanos passam a se dedicar apenas ao gerenciamento de lojas e confecções, ao passo que os bolivianos começam a organizar as oficinas de costura em torno de um núcleo familiar, não apenas consanguíneo, como relata Souchaud na sequência da mesma entrevista.

Outro exemplo de casa habitada por famílias de bolivianos costureiros ou núcleo familiar de produção, são mostradas nas figuras 95 e 96. Detalhe para as janelas e cortinas fechadas e o tipo do automóvel, optam pelos maiores (ou que possuam um bagageiro amplo), como o da fotografia, para transportarem os tecidos e a produção. Percebeu-se que os bolivianos se esforçam para manterem o máximo de discrição, onde as relações com os brasileiros acontecem principalmente entre os pequenos nas escolas.

Figura 95: Oficina e moradia no Brás. Detalhe para as janelas fechadas. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 96: Oficina e moradia no Brás e crianças. Fonte: SIMONE, 2013.

O cortiço é um tipo de habitação onde são sobrepostas as atividades

janelas permanentemente fechadas. Alegando que “*sentem muito frio*”, eles criam uma situação de confinamento inteiramente voltado para o trabalho e de isolamento em relação à sociedade brasileira.” (p.23).

115 Disponível em: <http://dw.de/p/Lqyk>, acessado em: 20/10/2012.

domésticas, não havendo, normalmente, a inserção de outras atividades. Entretanto, os cortiços organizados pelos bolivianos enquadram-se em um tipo, onde seu arranjo se dá em torno do trabalho, pois eles procuram imóveis que possuam espaço para as máquinas de costura e não apenas para morar, ou melhor, utilizam os espaços amplos das casas, como a sala e os quartos, para disporem as máquinas de costura em primeiro lugar. Diferentemente dos cortiços “tradicionais”, que são exclusivamente para uso residencial, os cortiços deste tipo são habitações e locais de trabalho, como cita Dornelas (2009, p.23): “O espaço das casas é ao mesmo tempo local de moradia e de trabalho, estando fortemente condicionado pelas exigências do trabalho na costura, tendo as máquinas ocupando o lugar central”.

O imóvel da figura 97 foi construído para servir de habitação coletiva, do tipo pensão, aparentemente na primeira metade do século XX. Neste período, a rua Toledo Barbosa era habitada pelo operariado do bairro, como relatou o entrevistado Adelelmo. Atualmente, o imóvel está ocupado por famílias bolivianas, que segundo seus vizinhos, trabalham com a costura.

Figura 97: Oficina-cortiço na Rua Toledo Barbosa. Detalhe para as janelas fechadas. Fonte: SIMONE, 2013.

Estas “oficinas-cortiço” são os espaços do cotidiano do imigrante boliviano¹¹⁶ na cidade, pois é onde ele executa sua atividade profissional na costura e onde habita. Nas figuras 98 e 99, pode-se observar um cortiço conjugado com comércio, em processo de deterioração. Segundo o dono do comércio no térreo do prédio, “*umas seis pessoas*”, além das crianças, dividem o apartamento. Detalhe para boliviana pendurando a roupa no terraço de sua casa (indicado pela seta vermelha) que também funciona como oficina de costura.

Figura 98: Oficina-cortiço na Avenida Celso Garcia. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 99: Oficina-cortiço na Avenida Celso Garcia. Fonte: SIMONE, 2013.

¹¹⁶Atualmente outras nacionalidades são encontradas atuando no ramo da costura, como no caso dos peruanos, que encontram-se também em situação precária de moradia e trabalho. Segundo a reportagem feita pelo Repórter Brasil: “*Um trabalhador apanhou e decidiu pedir ajuda ao Consulado do Peru, que encaminhou o caso às autoridades. Foi assim que teve início a operação que resultou no resgate de 19 costureiros peruanos na última sexta-feira, dia 7, na Zona Leste de São Paulo. A fiscalização flagrou exploração de trabalho escravo e tráfico de pessoas. Entre os libertados está um adolescente. O dono da oficina, que retinha os documentos dos trabalhadores para que eles não fossem embora, foi preso e a empresa Unique Chic foi considerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego responsável pela situação a que os imigrantes estavam submetidos.*” (março/2014), acessado em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/03/fiscalizacao-resgata-19-peruanos-escravizados-produzindo-pecas-da-unique-chic/>. A condição de isolamento do migrante é uma estratégia usada pelos seus “patrões”, para que não entrem em contato e saibam das leis sobre o trabalho no Brasil. Os patrões os ameaçavam dizendo que qualquer denúncia para a polícia, resultaria em sua extradição, pois eles haviam confiscado todos os seus documentos. Quando o Ministério do Trabalho e Emprego interferiu no processo, oferecendo-lhes os contratos para recebimento do seguro desemprego para assinarem, eles passaram a ficar ao lado do dono da oficina e se negaram a assinar tais documentos, pois acreditavam ser a extradição. Mudaram o seu depoimento e queriam retirar a queixa. Depois de algumas organizações sociais participarem das negociações, como o CAMI, eles entenderam toda a sua situação e aceitaram seguir as orientações. Situações como estas são comuns e mesmo com os exemplos dos bolivianos se emancipando e organizando suas oficinas no modelo familiar, o caminho da exploração pelo isolamento ainda existe.

Em construções mais recentes, como no imóvel das figuras 100 e 101, transformadas em oficina-cortiço, os imigrantes adaptam as suas necessidades segundo as possibilidades que o espaço oferece. No detalhe, uma imigrante boliviana acompanhada de uma criança estende a roupa no terraço do primeiro andar do prédio (indicado pela seta vermelha) sem a segurança de um muro ou grade, situação que supõe a inexistência de um espaço interno para a realização de tais atividades domésticas ou onde possa secar à luz solar.

Figura 100: Oficina-cortiço em prédio na Avenida Rangel Pestana. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 101: Oficina-cortiço na Avenida Rangel Pestana. Fonte: SIMONE, 2012.

Quais são os fatores de estruturação deste tipo de cortiço? Possivelmente tenha sido movida por fatores econômicos e sociais, sobretudo pela reestruturação produtiva da indústria têxtil, que atraiu mão de obra estrangeira. Para este estudo, deu-se uma atenção especial às unidades estruturais compostas pelas oficinas de costura, pois a compreensão de seu processo de configuração auxiliou na análise da organização do trabalho e da habitação dos imigrantes bolivianos.

Estas unidades mantêm a atividade tradicional do bairro que se enquadra no setor têxtil, mas não mais na produção dos tecidos como ocorria no passado (PETRONE, 1953) e sim na linha de confecção de roupas (corte e costura). O rearranjo do conjunto da paisagem guarda a influência dos imigrantes sul-coreanos desde a segunda metade do século XX (CHOE, 1991), como atores desta reestruturação produtiva, a partir da flexibilização das oficinas em pequenos estabelecimentos, da divisão do trabalho (KONTIC, 2007; SILVA, C., 2009) e das formas de comercialização dos produtos (SOUCHAUD, 2011).

Dentre o complexo de fatores que materializam a oficina-cortiço, estão: as

potencialidades locais que atraíram esta nova estrutura da indústria de vestuários (KONTIC, 2007; FELDMAN, 2009 *apud* Souchaud, 2011), fatores de emigração¹¹⁷ dos bolivianos (SILVA, S., 1997) e a participação dos sul-coreanos como importantes atores no processo de reestruturação da indústria têxtil brasileira (CHOE, 1991).

Choe (1991), analisando a imigração sul-coreana para a cidade de São Paulo, afirma que eles adentraram o Brasil a partir da década de 1960 com um capital que os permitiu investir no negócio das confecções, atividade que já exerciam em seu país. Ela considera a participação destes imigrantes como um dos fatores de alavancamento deste setor na década de 1990, após a estagnação econômica vivida pelo país no decênio anterior.

Os sul-coreanos estabeleceram-se nos bairros que já viviam a experiência das indústrias têxteis, basicamente Brás e Bom Retiro, e que a partir de então, começam a desenvolver um comércio especializado em artigos de vestuários. A reestruturação industrial consistiu na descentralização da produção através da terceirização da cadeia produtiva que “foi uma estratégia de gestão de mão de obra para lidar com uma produção diversificada, de série de pequenas escalas e que mudam constantemente de acordo com as variações nas tendências da moda”. (SILVA, C., 2009, p.09).

O importante para este estudo, concentra-se no desenho das plantas industriais destas empresas, os quais diminuíram para atenderem a esta estrutura que abandonou o padrão de produção em grande escala (SILVA, C., 2009). Isso vai implicar na atração destas empresas para a região do Brás, onde já existia uma estrutura física consolidada (FELDMAN, 2009 *apud* Souchaud, 2011), em termos de disponibilização de equipamentos urbanos indispensáveis para sustentar um dinamismo local cada vez mais intenso promovido pela indústria de vestuários, principalmente pequenos imóveis utilizados como moradias de aluguel e que desde então passam a abrigar estas oficinas.

Seguindo os circuitos estabelecidos pelos coreanos, que foram os primeiros a agenciarem bolivianos para as oficinas, estes imigrantes chegaram em São Paulo com um trabalho acordado ainda na Bolívia. Atualmente, esta situação se transformou e outros atores

¹¹⁷Segundo Sidney Silva (1997, 2006), basicamente dois fatores impulsionaram a emigração de bolivianos, a partir dos anos 1980: a crise do setor mineiro e o esvaziamento populacional do campo por conta da reforma agrária. O aumento da população nas cidades e a falta de investimento na indústria, que não acompanhou a urbanização, não gerou uma mão de obra estável, experimentando o desemprego pela crise econômica e social que afeta o país até hoje.

ganharam destaque no processo da imigração, alternando funções. Observa-se que os coreanos, antigos donos de oficinas, ascenderam para a posição de donos de confecções e lojas, as quais subcontratam as oficinas, não possuindo mais qualquer relação patrão-empregado entre eles e os bolivianos (permanecendo estes, como prestadores de serviços) (SILVA, C., 2009; SOUCHAUD, 2011). Os bolivianos, por sua vez, agenciam seus compatriotas e gerenciam oficinas familiares.

Outro fator que auxilia na compreensão deste novo “formato” de cortiço está na condição legal em que são encontrados todos os atores envolvidos, principalmente quanto à fiscalização acerca das oficinas de costura que abrigam sujeitos em situação de trabalho análogo à escravidão, que vem sendo comentado pela mídia¹¹⁸ nos últimos anos, identificado pelas pesquisas citadas e por uma CPI aberta na Câmara Municipal e também pelas organizações não-governamentais que tratam diretamente com os imigrantes e sua inserção na sociedade brasileira.

Segundo Elaine da Silva (2009), com o aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ser dono de oficina tornou-se desvantajoso para os coreanos. Os bolivianos, passando a ocupar este papel ao fundar os núcleos familiares de produção¹¹⁹, permitem a quarteirização¹²⁰ do trabalho a partir da subcontratação de serviços, onde não há mais a relação de trabalho entre os envolvidos, mas sim de prestação de serviços, evitando problemas jurídicos para os contratantes¹²¹. A proliferação destes cortiços na

118A organização não-governamental, “Repórter Brasil-Organização de Comunicação e Projetos Sociais”, por exemplo, tem-se destacado ao denunciar o trabalho escravo no Brasil em diversos setores.

119Adotou-se o termo “núcleo familiar de produção” para indicar o arranjo dos participantes da oficina, que é formado por laços de parentesco e/ou compadrinho.

120“O fenômeno da quarteirização ocorre quando o tomador contrata uma empresa de prestação de serviços que, por sua vez, contrata outra entidade para fornecer pessoal necessário à execução do contrato. Na maioria das vezes, o artifício é utilizado para burlar direitos trabalhistas em flagrante prejuízo do trabalhador. Nestas circunstâncias, torna-se imperativa a incidência do art. 9º da CLT e responsabilização subsidiária daquele que se beneficiou diretamente do serviço do trabalhador, nos moldes do entendimento consubstanciado na Súmula 331”. (Tribunal Superior do Trabalho), acessado em: <http://www.tst.jus.br/jurisprudencia>.

121O projeto de lei 4330/2004, legaliza a prestação de serviços para execução de quaisquer atividades indicadas pela empresa contratante. Atualmente, a responsabilidade pelas condições trabalhistas na cadeia produtiva, tem sido cobrada à marca que comercializa o produto final (maior pessoa jurídica da cadeia produtiva) e é onde o MPT tem realizado suas investigações para acionar ilegalidades. Com esta lei, as grandes empresas ficariam isentas desta responsabilidade, aliás, não haveria quem condenar no caso de confirmação de trabalho escravo dentro da cadeia produtiva, devido à fragmentação em pessoas jurídicas menores que possuem grande mobilidade no espaço e na própria cadeia.

paisagem materializa este processo de quarteirização do trabalho, onde há uma fragmentação maior na cadeia produtiva acompanhada de uma precarização do trabalho.

Neste sentido, tem-se a máquina de costura como objeto central que ocupa grande parte do tempo do imigrante. Foi citado anteriormente, com o auxílio de alguns autores, que muitas oficinas servem como moradia para os seus costureiros e em casos mais extremos, os colchões são estendidos ao lado das máquinas de costura, quando o espaço não permite conforto algum. Nesta forma de descrever a organização deste estabelecimento, coloca-se a moradia como um anexo da oficina. A centralidade do trabalho na vida desses imigrantes traduz-se de maneira prática e simbólica a partir do arranjo dos objetos no espaço do cômodo, como discorre Dornelas (2009):

Todo o tempo dos imigrantes, por sua vez, está condicionado pelo trabalho febril nas máquinas, mal sobrando tempo para refeições, para descanso e mesmo para o cuidado com os filhos. Aliás, todo o relacionamento entre os moradores, da família do oficinista e das demais pessoas que são agregadas, e destes com aqueles que as visitam, está condicionado pelo trabalho. (p.23).

A sequência de fotos a seguir apresenta anúncios dispostos em imóveis na rua Coimbra e em comércios no Brás. A figura 102 trata-se de uma oficina de costura (possível oficina-cortiço), que anuncia vaga para trabalho (Figura 103).

Figura 102: Oficina-cortiço na Rua Coimbra. Fonte: SIMONE, 2014.

Figura 103: Anúncio de trabalho. Fonte: SIMONE, 2014.

A figura 104 mostra um anúncio de quartos para alugar, independente do uso

para trabalhar ou morar e na figura 105, um anúncio de venda de oficina de costura em um comércio no Brás. Por este anúncio, entende-se que a ideia de oficina de costura transmitida excluiu o espaço físico onde ela está estabelecida, sendo considerada apenas enquanto o conjunto dos equipamentos que a compõe, cujos objetos domésticos também fazem parte.

Figura 104: Quartos para trabalhar ou morar. Fonte: SIMONE, 2014.

Figura 105: Anúncio de venda de oficina. Fonte: SIMONE, 2014.

Nesse contexto, entende-se que a organização do espaço diário do imigrante é estabelecido como parte da estrutura posta pela atividade de produção de roupas. Este cortiço não é mais a sobreposição apenas de atividades domésticas, mas também de atividades profissionais em um local adaptado de maneira precária e com alta densidade populacional no cômodo.

Os cortiços possuem esta relação com a população de baixa renda, com os imigrantes e com os setores mais antigos da cidade, onde as atividades comerciais e fabris estão concentradas. O cortiço ainda é a principal alternativa de acesso à habitação em setores centrais para diversos grupos sociais¹²², sejam eles brasileiros que trabalham neste setor da cidade; brasileiros que moram em bairros da periferia, mas que durante a semana preferem ficar nas pensões, pois é menos gasto com transportes; imigrantes que procuram as pensões para morar, pois não possuem documentação para alugar um imóvel e imigrantes que alugam casas para organizarem as oficinas de costura.

São identificados dois pesos nesta situação. A condição da exploração do

¹²²Como afirma o relatório da Seade/CDHU (2002, p.54): “E finalmente, a fase atual aponta para a expansão do encortiçamento da cidade e o cortiço volta a ser uma das principais alternativas de moradia para grande parte dos trabalhadores de baixa renda em São Paulo”.

trabalho e todo o arcabouço das leis trabalhistas brasileiras para agirem no sentido de seu cumprimento e a condição da habitação, onde também suas leis e programas não se fazem menos aparentes, com o agravante da condição indocumentada dos imigrantes, quando ela existe. A questão é que as ações do poder público que deveriam se cruzar entre MTE, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Habitação, isola um componente do outro e enquanto o cortiço recebe atenção, o imigrante permanece invisível, como foi observado nos relatos da equipe de vistoria da Prefeitura. Há uma desconexão entre os elementos deste complexo, os quais são tratados de maneira isolada e independente, resultando na permanência da precariedade da habitação e do trabalho.

Outras informações levantadas pela pesquisa e que contribuem com a discussão da habitação dos imigrantes bolivianos, foram colhidas no debate realizado em 2012 com os alunos do curso de português no CAMI, acerca de sua experiência com relação à habitação no Brasil (como descrito na metodologia). Para esses imigrantes, a moradia no Brasil é muito cara e burocrática. Os brasileiros exigem um excesso de documentação, não aceitam mulheres solteiras, dando preferência à homens ou famílias. Na Bolívia, segundo o aluno Júlio (23 anos, há dois anos no Brasil) é comum toda família boliviana ter a sua casa própria, pois “*é mais barato para sustentar*”. Alguns alunos que estavam no grupo revelaram terem sofrido situações de preconceito pelos brasileiros, quando procuraram imóveis para alugar.

Segundo o relato de Blanca (boliviana, 25 anos, há três anos no Brasil), as mães solteiras têm dificuldades em encontrar um quarto, pois ela temia pela segurança da filha pequena. Quando os alunos foram questionados sobre quem morava e trabalhava no mesmo lugar, a maioria dos alunos ergueram as mãos, sendo entre eles, costureiros ou diaristas (estes casos foram encontrados mais entre as imigrantes peruanas), ambos possuem apenas o domingo de folga. Questionados sobre o aluguel, se eles concordam com o preço, se acreditam que correspondam ao que o imóvel oferece, os alunos responderam que o valor do aluguel muitas vezes não corresponde às condições físicas do imóvel e que os donos alugam para quem oferecer maior valor, pois a procura é grande. Os alunos que se identificaram como costureiros, um total de doze, revelaram que o usineiro desconta o aluguel, a água e a luz de seus salários. Os alunos também revelaram, que nos bairros do Bom Retiro, Pari, Brás, Belenzinho e Mooca, o aluguel aumentou muito no último ano (2011-2012) e isso levou a cinco alunos procurarem casas em Guarulhos, Santo Amaro, Casa Verde e Vila Matilde.

Foi colocado neste debate, se os alunos conheciam a expressão “cortiço”, ao que responderam negativamente, o que era de se esperar. Quando o cortiço foi descrito como sendo uma habitação coletiva, com todas as atividades domésticas organizadas em um cômodo, possuindo estrutura precária, banheiro e outros espaços coletivos e se este tipo de moradia existia em seu país, responderam que sim. Disseram que esse tipo de moradia existia em seu país nas grandes cidades e que conheciam como “*callejón de un solo caño*”, “*callejón sin salidas*” ou “*laberinto*”.

Segundo a professora voluntária Isabel Camacho (25 anos) e também imigrante peruana, o medo, a timidez, a desinformação sobre os serviços prestados pelo governo brasileiro gratuitamente à sociedade e sobre as atividades realizadas por organizações não-governamentais, o isolamento, a falta de contato com os conterrâneos e as fronteiras impostas pelas línguas afetam psicologicamente estes indivíduos, susceptíveis à exploração, sobretudo do trabalho e da moradia.

Quando o debate já estava no final, um dos alunos (que permaneceu em silêncio durante todo o tempo, mas muito atento) ergueu a mão para pedir a palavra. Disse que os colegas não deveriam falar tão mal do Brasil, “*o que existia era isso e que era assim mesmo aqui*” expressou que todos deveriam agradecer a oportunidade de estarem aqui, já que em seus países a vida estava mais difícil. A pesquisa percebeu um comportamento diferenciado entre os imigrantes que frequentam as atividades realizadas pelas ONG's, como o CAMI, não só participando dos cursos, mas discutindo a sua condição no Brasil e os imigrantes que estão isolados deste contato e que acabam se enquadrando na situação que foi colocada pela professora Isabel.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Histórico do cortiço.

Como descrito no item referente aos métodos, o cortiço escolhido como exemplo de organização da oficina-cortiço, trata-se de um imóvel refuncionalizado. O prédio foi construído em 1949 por seus proprietários, os imigrantes Anna Vorrath e Affonso Vorrath (ela da Polônia e ele da Alemanha), originalmente para funcionar uma fábrica de peças automotivas para montadoras. Segundo consulta realizada ao cadastro do imóvel¹²³, a especificação do uso continua como sendo industrial. A partir da década de 1990, fora adaptado um centro automotivo, mas não permaneceu em atividade por muito tempo e com a morte de Affonso, há dez anos¹²⁴, o prédio ficou ocioso. Como o irmão mais velho de Walter Vorrath, Affonso Vorrath Júnior, faleceu, ele é o herdeiro que passou a gerir este imóvel.

O cortiço está localizado na rua Cajuru, em um dos últimos quarteirões do Belenzinho que faz limite com o Brás. Próximo a ele encontra-se a rua Coimbra (Figura 106 e 107), onde aos sábados e domingos sua paisagem se transforma com a organização de uma feira livre de comércio de produtos da Bolívia, frequentada pelos imigrantes bolivianos que também vão aos restaurantes de comidas típicas de seu país. É um momento e lugar de lazer para eles, pois encontram conhecidos, vão ao cabeleireiro (peluquerías), pesquisam anúncios de empregos, etc. Os imigrantes entrevistados preferem ir à rua Coimbra, porque é mais próxima de suas residências do que a Praça Kantuta¹²⁵.

¹²³Para conseguir esta informação, consultou-se o endereço do imóvel no Cadastro de Imóveis Tombados (CIT), o qual ofereceu o cadastro do IPTU, possibilitando acessar a certidão de dados cadastrais e averiguar a sua situação.

¹²⁴Anna faleceu em 2013, aos 95 anos de idade. O casal chegou ao Brasil na década de 1930.

¹²⁵A Praça Kantuta localiza-se no bairro do Pari e é um local tradicional de encontro dos imigrantes bolivianos na cidade, aos domingos.

Figura 106: A Rua Coimbra aos sábados. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 107: A Rua Coimbra aos sábados. Fonte: SIMONE, 2013.

A escolha por pesquisar este imóvel não se justifica apenas por ele estar enquadrado no tipo de cortiço que congrega a oficina de costura, mas por se tratar de um exemplo do processo de refuncionalização de imóveis para atender a demanda da indústria de vestuários. Este imóvel foi construído em um contexto do passado industrial deste setor, sendo um registro de sua história, dos processos econômicos, sociais e culturais que o atingiram. Neste sentido, como essa pesquisa considera a dimensão histórica desta paisagem, esse imóvel é também um registro e testemunho dos processos que configuraram a vida cotidiana do setor.

A oficina-cortiço do estudo de caso é uma situação diferente das oficinas-cortiço citadas como exemplos no capítulo anterior. Em todos os exemplos citados, os imóveis alugados foram construídos originalmente para uso residencial, salvo o caso da antiga sede do Cotonifício Paulista. Assim, as oficinas-cortiço identificadas pela pesquisa foram encontradas em duas situações: aquelas adaptadas em imóveis construídos para uso residencial e aquelas adaptadas em imóveis construídos originalmente para outro uso. No estudo de caso, a iniciativa em se adaptar cômodos ao prédio fabril foi do então proprietário Walter Vorrath, movido pela demanda dos imigrantes bolivianos costureiros no setor, iniciando a locação dos cômodos em 2007, segundo breve relato de seu filho Guilherme.

Embora esse tipo de cortiço que congrega a oficina de costura trate-se da sobreposição do trabalho e da moradia em um mesmo cômodo, a forma como a implantação deste lote está organizada revela uma prática antiga neste setor. Como exemplificado no

primeiro capítulo, os proprietários utilizavam seus terrenos como fonte de renda a partir da combinação de diversas atividades no espaço do lote, inclusive com a construção de habitações coletivas, como aponta o relatório da Sempla (1985):

Embora os cortiços constituam uma modalidade específica de uso residencial coletivo, podem estar associados a outros usos (residência unifamiliar, comércio, serviços e indústria) em combinações que determinam formas diferenciadas de apropriação do espaço, de gestão e mesmo de condições de habitabilidade. (p.92).

A situação do imóvel é irregular em diversos aspectos. Judicialmente, netos de Affonso Vorrath exigem da justiça, desde 2000, a partilha dos bens que passaram a ser explorados pelo herdeiro Walter e pela viúva Anna Vorrath. Em pesquisa realizada no Diário de Justiça do Estado de São Paulo¹²⁶, pode-se tomar conhecimento da situação judicial em que se encontra este imóvel. Com o falecimento de Affonso Vorrath, a inventariante dos seus bens passou a ser Anna, sua esposa. Com o falecimento do primogênito Affonso, Walter manteve-se como herdeiro e gerenciador dos bens do pai. Segundo a ata consultada do processo, os requerentes alegam que a inércia da inventariante (Anna) prejudica o processo de partilhamento. Adicionam os requerentes à remoção da inventariante, que Anna e Walter vivem das rendas auferidas com a locação dos imóveis do espólio. Acrescentam ainda as condições dos imóveis, que se encontram em evoluído processo de deterioração. Segundo o processo judicial, desde que Anna e Walter começaram a explorar este cortiço, não há prestação de contas e o acúmulo do imposto predial do imóvel atingiu R\$576.433,00, sendo que seu valor venal foi calculado em R\$656.268,00. Pode ser que tal situação tenha levado o Sr. Walter a não se dispôr em auxiliar esta pesquisa.

O cortiço começou a funcionar em 2007 e desde então tem sido habitado apenas por bolivianos e a família de brasileiros que prestam serviços para o Sr. Walter. Gisleine mudou-se para este local nesta época junto com seu esposo e filhos. Sua família é composta por quatro integrantes, ela e o marido que migraram de Minas Gerais há quinze anos com um filho e uma filha, ambos em idade adolescente. Gisleine trabalha como agente de saúde há seis anos e o marido é mecânico e encarregado pelo cortiço.

A casa onde moram foi adaptada de maneira precária no espaço onde os carros

126 Conteúdo disponível em: jusbrasil.com.br. Acessado em 10/12/2013.

eram consertados. A sala é estreita, composta por um sofá e uma estante, o quarto da filha do casal só cabe a cama, a cozinha e a lavanderia são conjugadas, o quarto do filho está ao lado da cozinha e o quarto do casal. A única saída de ar que possuem é a entrada (da anterior garagem), que não foi alterada. As divisórias foram feitas com placas de cimento.

A partir deste quadro, os atores que organizam o cortiço são identificados: o proprietário do imóvel, que dificilmente é encontrado no local, o intermediário, que neste caso é o esposo de Gisleine, o qual presta serviços para Walter em troca de sua casa isenta do aluguel e os moradores bolivianos. A implantação das instalações do lote, que possui uma área de 1.019 m² e área total construída de 1.441 m², está assim organizada:

LEGENDA:

ESPAÇO LIVRE - ÁREA DESCOBERTA		PRÉDIO ENCORTIÇADO
MORADIA UNIFAMILIAR / ESCRITÓRIO		CÔMODOS INDEPENDENTES
DEPÓSITO

Figura 108: Implantação das instalações do lote. Organização: Arq. Luciana Oyakawa, 2014.

4.2 Infraestrutura do cortiço

As imagens a seguir foram dispostas no sentido de contribuir para a compreensão da circulação deste espaço. A figura 109 mostra a residência unifamiliar localizada à frente do lote e um corredor lateral que alcança o prédio fabril, cujo portão encontrava-se sempre aberto. A casa da família de Gisleine foi adaptada no espaço onde encontra-se um carro cinza estacionado. A figura 110 apresenta uma imagem feita do primeiro andar do prédio encortiçado, onde pode-se observar a parte de trás da casa unifamiliar, um pouco deteriorada, uma espécie de depósito adjacente a ela (indicado pela seta vermelha) e um pátio utilizado como estacionamento e onde as crianças costumam brincar, tal como apresentado na planta da figura 108.

Figura 109: Acesso ao cortiço. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 110: Acesso ao cortiço a partir do prédio fabril. Fonte: SIMONE, 2014.

Em 2013, após o falecimento de Anna Vorrath, seu filho Walter (engenheiro civil) e seu neto Guilherme Vorrath, donos da empresa de reforma e construção “Mãos na Obra”, começaram a reformar a residência unifamiliar para instalar o escritório da empresa,

todavia, até o primeiro semestre de 2014 este projeto ainda não havia sido concluído. Nesta reforma inacabada foi retirado o muro que cercava a entrada da casa (Figura 111) e realizado um acabamento no interior do imóvel e na parte externa (Figura 112).

Figura 111: Casa unifamiliar em reforma. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 112: Residência unifamiliar atualmente. Fonte: SIMONE, 2014.

Segundo Gisleine, no local onde está erguido o prédio industrial Anna possuía e cuidava de um pomar que era conhecido por toda a vizinhança, contendo árvores frutíferas e hortaliças. Antes mesmo de Walter construir cômodos em uma faixa do lote restante atrás do prédio (indicado pela figura 108), haviam alguns pés de tomate e de abobrinha.

Como apresentado na planta, embora este lote tenha um desenho comum dos lotes deste setor, qual seja a frente estreita e o interior comprido, na parte de trás do lote, onde está instalado o prédio fabril, ele alarga um pouco a sua área, de maneira que metade do prédio se estenda até o limite dos fundos da construção vizinha. O prédio é constituído por três pavimentos, dois acessados por escadas (Figura 113). No térreo encontram-se oito salas que foram transformadas em cômodos, acessados pelo corredor lateral à esquerda do prédio. Na figura 114, a seta vermelha indica a entrada que acessa os pavimentos superiores do prédio e a seta verde, a casa da família de Gisleine.

Figura 113: Corredor lateral que acessa o prédio encortiçado. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 114: Frente do prédio encortiçado. Fonte: SIMONE, 2013.

As figuras 115 e 116 mostram o corredor lateral ao prédio fabril, onde localizam-se os oito cômodos adaptados nas antigas salas da fábrica e a parte de trás do prédio onde foram construídos mais dois cômodos (Figura 116, indicado pela seta vermelha). São imagens que permitem uma observação melhor dos detalhes deste cortiço e das condições em que se encontra. Na figura 115 observa-se o processo de deterioração que atinge esta edificação, bem como o acúmulo de entulhos pelo chão (indicados pela seta verde) e de água servida (indicada pela seta amarela).

O esgoto dos cômodos do primeiro andar seguem através de canos de PVC (policloreto de vinila), em direção a pequenas fossas precariamente cobertas, ao lado dos tanques de lavar roupa (Figura 116, indicados pela seta verde). Durante as visitas, foi presenciado o seu transbordamento constante pelo corredor, conteúdo que entrava em contato com os pés descalços das crianças. Além das condições precárias do encanamento, toda a fiação encontrava-se precariamente ajustada na parte externa do prédio, como mostra a figura 117. Como pode ser observado na figura 116, os raios solares atingem apenas uma faixa deste

corredor, onde foram instalados os varais para secagem da roupa. Mas a presença desta luz e calor é breve, mantendo este corredor úmido e escuro (Figura 115, indicado pela seta vermelha).

Figura 115: Corredor onde os cômodos são acessados. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 116: Corredor de acesso aos cômodos térreos. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 117: Detalhe do sistema de fiação do local. Fonte: SIMONE, 2013.

Como pode ser observado na figura 116, existe um portão no meio do corredor

que separa a área dos fundos do prédio da área que se encontra em sua frente. Tal como apresentado nas figuras 109 a 112, este cortiço não possui portão que assegure a privacidade dos seus moradores. No final de 2013, devido aos constantes casos de furtos no local e pela negação do proprietário em realizar benfeitorias no imóvel, alguns moradores se reuniram e adaptaram, improvisadamente, um portão no meio do corredor (Figura 118). O critério de escolha do local de instalação do portão foi a concordância entre os moradores, onde aqueles que habitavam os quatro primeiros cômodos deste pavimento não concordaram com o investimento, pois afirmaram que se quisessem deixar o local não poderiam levar o portão junto, então preferiram cada um colocar um reforço em sua própria porta. No dia em que instalavam esta divisória, pode-se acompanhar a dificuldade para realizarem esta adaptação devido a fragilidade do reboco das paredes laterais onde fora fixado (Figura 119, indicado pela seta amarela) que descasca pelo tempo. Intervenções como essa contribuem para a deterioração do imóvel, mas diante da ausência de reformas de responsabilidade do proprietário foi a única ação que puderam realizar com relação a sua segurança.

Figura 118: Corredor no térreo com portão. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 119: Área coletiva no térreo. Fonte: SIMONE, 2013.

As intervenções realizadas nos imóveis pelos imigrantes que os utilizam parece ser uma prática comum, pois possibilita uma adaptação precária de suas necessidades, que são principalmente o espaço para as máquinas de costura e cômodos para a instalação dos moradores. Dornelas (2009, p.23) identifica esta situação a partir do relato de um agente do Programa Saúde da Família, atuante na região da subprefeitura da Mooca:

Quando ele entra numa casa parece que ele destrói. Destrói porque eles começam a pregar madeira pra dividir (...) como se fosse uma favela ali dentro, eles pegam compensado da rua e eles vão dividindo e ali mora um casal, mora outro casal e vai indo assim (...) fazem cortiço, são vários quatinhos, onde ali vai chegando um casal da Bolívia e vão colocando, colocando... as máquinas ficam tudo junto, só o lugar de dormir que é separado¹²⁷.

O primeiro pavimento foi o que mais sofreu alterações pelo seu proprietário. Para acessá-lo, adentra-se pela porta indicada pela seta vermelha na figura 114 e sobe-se as escadas (Figura 120). Um grande salão tipo galpão industrial compõe este pavimento, local anteriormente ocupado pelas máquinas fabris (Figura 121).

Figura 120: Escada de acesso ao primeiro pavimento. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 121: Antigo maquinário que permaneceu no local. Fonte: SIMONE, 2013.

¹²⁷Este relato assemelha-se ao colido por Castaldi (1960) sobre a moradia dos imigrantes italianos no início do século passado, transcrito no primeiro capítulo dessa dissertação.

A estrutura original deste pavimento é composta por um teto de telha ondulada de cimento e treliça de madeira sem forro (Figura 122). A ventilação e o acesso da luz solar são feitos através das janelas de vidro, como indicam as setas vermelhas na figura 123, localizadas em sua lateral esquerda e na parte dos fundos, muitas das quais quebradas. Sem a presença dos cômodos o espaço era bem iluminado.

Figura 122: Estrutura que cobre o primeiro pavimento. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 123: Condições da infraestrutura do primeiro pavimento. Fonte: SIMONE, 2013.

Na figura 124 pode-se ter uma visão oposta desse corredor, onde visualiza-se as escadas que acessam o primeiro pavimento (indicadas pela seta vermelha), cujo portão manteve-se sempre fechado impedindo o acesso ao segundo pavimento. Trata-se de um único cômodo, estreito e comprido, que corresponde às janelas do segundo pavimento do prédio fabril localizado nas figuras 113 e 114. No final do ano de 2013, os moradores do primeiro pavimento acabaram seguindo a precaução do grupo do térreo e improvisaram a adaptação de um portão na tentativa de evitar os furtos também sofrido por eles (Figura 125).

Figura 124: Visão oposta do corredor. Fonte: SIMONE, 2014.

Figura 125: Intervenção na estrutura do primeiro pavimento. Fonte: SIMONE, 2014.

Os cômodos foram erguidos com tijolo baiano sem revestimento e com parede divisória quase da altura da porta, como pode ser observado na figura 124. As janelas e portas foram fixadas à parede com espuma de poliuretano. Cada cômodo possui uma caixa d'água que está apoiada em tábuas de madeira acima do banheiro (que é a única parte do cômodo que foi coberta) e o encanamento está exposto (Figura 126). Observa-se que o extravasor (indicado pela seta vermelha na figura 127) da caixa d'água está posicionado de maneira inadequada, fazendo com que a água caia diretamente no corredor. A fiação também está exposta (indicada pela seta vermelha na figura 127), os pontos de luz são insuficientes, havendo apenas um ponto dentro do cômodo e um no banheiro e toda a iluminação artificial é irregular, pois não há onde fixá-la. Existe um desconforto ambiental gerado pela temperatura, muito quente e abafado no verão e no inverno os cômodos não conservam o aquecimento. Há goteiras no “teto”, o qual foi improvisado com tecidos e lonas, como mostra a figura 127. As divisórias improvisadas e móveis, possibilitam a adesão de novos moradores.

Figura 126: Infraestrutura dos cômodos. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 127: Infraestrutura dos cômodos. Fonte: SIMONE, 2013.

No primeiro pavimento há o total de sete cômodos construídos (Figura 128) e um adaptado em uma sala (Figura 129), tal como o único cômodo do segundo pavimento.

Figura 128: Interior de cômodo construído no segundo pavimento, com oficina de costura. Fonte: SIMONE, 2013.

Figura 129: Cômodo adaptado em antiga sala no primeiro pavimento, com oficina de costura. Fonte: SIMONE, 2013.

A planta a seguir (Figura 130) apresenta os módulos esquemáticos dos cômodos do pavimento térreo, os quais foram adaptados em antigas salas, sem que tenha havido modificação na estrutura original e a organização dos cômodos do primeiro pavimento, os quais foram adaptados no salão, no formato de uma fita.

MÓDULO ESQUEMÁTICO:
CÔMODOS DO 1º PAVIMENTO
ESCALA 1:100

MÓDULO ESQUEMÁTICO:
CÔMODOS DO PAV. TÉRREO
ESCALA 1:100

LEGENDA:

	DIVISÓRIA EM MADEIRA / TECIDO		BANHEIRO		MÁQUINAS DE COSTURA
	ÁREA INTERNA - ESPAÇO LIVRE		QUARTOS		
	COZINHA

Figura 130: Módulo esquemático dos cômodos. Organização: Arq. Luciana Oyakawa, 2014.

Após a apresentação esquemática da organização do cortiço e com base nos critérios indicados pela Lei Municipal nº 10.928, de 8 de outubro de 1991, a organização deste imóvel enquadra-se à moradia coletiva multifamiliar, pois apresenta total ou parcialmente as seguintes características:

1. *Constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano* – esta característica se enquadra ao perfil do prédio estudado, pois ele se localiza em área urbana;
2. *Subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título* – foram adaptados cômodos nas salas existentes e a área dos fundos do prédio foi subdividida para a construção de dois cômodos. O primeiro pavimento foi subdividido em oito cômodos e um cômodo adaptado em sala. No segundo pavimento foi adaptado um cômodo em antiga sala. Todos os cômodos são alugados;
3. *Várias funções exercidas no mesmo cômodo* – nos cômodos do pavimento térreo, as atividades domésticas da cozinha compartilham o espaço (separado por divisórias de madeira) com a oficina, com exceção dos dois cômodos construídos¹²⁸. Nos cômodos do primeiro pavimento, as atividades domésticas e oficina de costura são separadas por divisórias de tecido ou madeira, bem como os dormitórios;
4. *Acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias* – existe um banheiro para cada cômodo, compartilhado pelos moradores do cômodo, mas os tanques de lavar roupa e os espaços não edificadas são de uso comum;
5. *Circulação e infraestrutura, no geral, precários* – como discutido neste texto e com o amparo das fotografias, pode-se comprovar a situação da infraestrutura e circulação do local, ambos precários e inadequados do ponto de vista habitacional.
6. *Superlotação de pessoas* – no segundo semestre de 2012, o total de moradores foi de 72 pessoas. No primeiro semestre de 2013, totalizou-se em 90 pessoas, permanecendo em torno desta quantidade até o início de 2014.

¹²⁸Não houve a possibilidade de visitar a parte interna destes dois cômodos. Mas, aparentemente, em seu pavimento térreo estão organizados o espaço do banheiro e sala ou cozinha ou oficina de costura e no primeiro pavimento o dormitório. Manteve-se poucas vezes alugado, pois é muito pequeno para instalar as máquinas de costura.

7. *Ausência de equipamentos de segurança*¹²⁹ – não foi encontrado dispositivos de segurança como extintores de incêndio e avisos de saída de emergência, em nenhuma parte do imóvel.

Uma vez confirmada a classificação deste imóvel como sendo um cortiço através dos critérios da Lei Moura, serão descritas a seguir as irregularidades dos cômodos a partir do ponto de vista do trabalho, a partir da descrição das condições infraestruturais e organizacionais das oficinas de costura, segundo as normas de segurança do trabalho¹³⁰.

Quanto à infraestrutura:

1. Pisos, tetos e paredes não apresentam umidade, mas possuem rachaduras e buracos;
2. As peças confeccionadas são dispostas diretamente no chão. Não estão protegidas em caixas plásticas;
3. As máquinas possuem lâmpadas comuns instaladas nelas, podendo ocasionar curto-circuito;
4. As cadeiras não são apropriadas e os costureiros utilizam almofadas nos assentos e encostos (quando estes não estão quebrados). O conjunto da cadeira+máquina de costura não estão de acordo com as normas ergonômicas, pois a postura com que os costureiros trabalham é afetada, dado que eles utilizam calços para adaptarem a altura das cadeiras às máquinas;
5. As escadas nos cômodos do térreo e entre os pavimentos não possuem sinalização e nem corrimão.

Quanto às condições do ambiente da cozinha:

1. A cozinha existente não é adequada, pois não é separada do local de trabalho;
2. Os alimentos estão armazenados em sacolas e caixas no chão ou em cima de cadeiras;
3. O botijão de gás não está disposto de maneira adequada, pois encontra-se ao lado do

¹²⁹Item inserido pela equipe de vistoria da Prefeitura.

¹³⁰Foi utilizado como orientação neste item, o “*Manual práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*”, organizado pelo Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e Serviço Pastoral do Migrante (SPM), 2012.

fogão, dentro da oficina/cômodo.

Quanto às condições sanitárias:

1. As instalações elétricas estão regulares, com uma lâmpada iluminando o banheiro;
2. O lavatório está junto ao banheiro;
3. Não foi possível identificar se o vaso sanitário possui tampa e assento adequados;
4. Os banheiros dos cômodos do pavimento térreo não possuem janelas;
5. Não foi possível identificar a presença de objetos de higiene, como sabão e papel toalha;
6. Não foi possível identificar as condições de asseio dos banheiros;
7. Os banheiros são compartilhados entre homens e mulheres.

Quanto à saúde e segurança:

1. Ambiente pouco iluminado;
2. As passagens entre as máquinas são preenchidas com sacos de tecidos, dificultando a circulação;
3. Os costureiros bebem água da torneira da pia da cozinha, que no pavimento térreo é de proveniência da Sabesp, mas no primeiro pavimento é da caixa d'água;
4. Não há áreas de trânsito livres, como mostra a figura 130.
5. Ausência de extintores de incêndio no ambiente de produção;
6. Não utilizam equipamentos de proteção, como protetores auriculares, máscaras e óculos de acrílico;
7. Ausência de equipamentos de primeiros socorros.

Quanto à higiene e à limpeza, o manual afirma: *“Los talleres de trabajo deben estar siempre limpias y ordenadas, de modo que cada cosa este en su lugar adecuado, que*

permita y facilite una buena circulación de personas y materiales.”. (CAMI/SPM, 2012, p.52). Os cômodos deste cortiço não são limpos e nem os seus objetos estão ordenados, pois foi averiguada a existência constante de restos de tecido pelo chão, dentre os sacos com a produção e o material.

Quanto ao cuidado com as crianças:

Debemos tener una preocupación con respecto a los niños en los talleres de costura, pues estos gustan de colocar sus manos y agarrar todo lo que vê. Los niños tienen un aparato auditivo más agudo que de los adultos, por lo tanto, el ruido que generan las máquinas les pueden hacer mucho daño. (CAMI/SPM, 2012, p.52).

As crianças andam livremente pelos seus cômodos e quando não estão na escola, ficam sob os cuidados das mães. Como conciliar o trabalho cadenciado com a atenção exigida pela criança ainda pequena? Para as mães entrevistadas, suas crianças ficam perto das máquinas, de maneira que elas possam manter o controle sobre seus movimentos. Alguns sacos de tecidos chegam a ser maiores do que as crianças (Figura 131) e o monte de peças de roupa da produção formado em cima das mesas, em alguns cômodos, é quase da altura dos moradores.

Figura 131: Criança brinca no único espaço “livre” que possui. Fonte: SIMONE, 2013.

A partir da averiguação do ambiente do cômodo, observa-se que a moradia é um anexo da oficina e seu lugar de importância ou necessidade para estes imigrantes, encontra-se em segundo plano. Há um agravamento das condições de moradia para além da precarização que uma habitação encortiçada apresenta, devido ao papel que ela ocupa no espaço particular do sujeito imigrante. A moradia subsiste, mas é reduzida a um conjunto de objetos que compõem a oficina, os únicos móveis que estes moradores possuem são as cadeiras e as camas, estas, os únicos objetos representativos de que este local também é uma habitação.

4.3 Caracterização das famílias

Quanto aos imigrantes, todos vieram da Bolívia¹³¹. Desde o início das visitas realizadas nesse cortiço, houve variação na quantidade de moradores em virtude da intensa rotatividade, sendo que apenas uma família (que habita o cômodo adaptado na sala do primeiro pavimento), formada por quatro indivíduos, habita o local desde 2007. Em um levantamento realizado em agosto de 2013, com o auxílio de Gisleine contou-se 83 pessoas. A estrutura familiar de cada núcleo também variava. Por exemplo, havia um cômodo onde vivia um rapaz, mais duas irmãs e um irmão e outro cômodo onde vivia um homem com sua esposa, seu cunhado e sua esposa mais duas crianças, uma de cada casal. Em outro cômodo, vivia uma jovem com um irmão e sua esposa e mais um amigo. O mais comum que se encontrou foi uma estrutura composta por casais com filhos. Encontrou-se mais homens solteiros do que mulheres solteiras e quando estas o são, viviam com seus familiares consanguíneos, quase sempre irmãos.

Foi realizado um levantamento com o auxílio de Gisleine, para saber a origem das famílias, quando chegaram ao Brasil e desde quando habitam o cortiço. Foram acessados 16 cômodos, pois dois permaneceram inabitados durante este período. Considerou-se cada cômodo como um núcleo familiar¹³², composto por um grupo de mesma naturalidade¹³³. Gisleine afirmou que os núcleos familiares ou domésticos identificados nestes cortiços são

131A Bolívia está dividida em nove departamentos: La Paz (sede do governo), Cochabamba, Santa Cruz, Chuquisaca (cuja cidade Sucre, é a capital do país), El Beni, Oruro, Pando, Potosí e Tarija.

132Segundo o PAC/Seade/CDHU (2001), a família é considerada o agrupamento de indivíduos que habitam o mesmo cômodo do cortiço.

133A quantidade de indivíduos de cada núcleo foi reduzida, pois as crianças não foram consideradas, dado que todas eram nascidas no Brasil.

formados entre patrícios (conterrâneos) ou entre pessoas com laços consanguíneos.

Bolivianos que vieram das seguintes províncias de La Paz:

Loyaza

Núcleo familiar	A¹³⁴	B	C	D
Quantidade de indivíduos	4	4	3	4
Ano de chegada ao Brasil	2004	2000	2003	2005
Ano de estabelecimento no cortiço	2013	2013	2012	2013

Aroma

Núcleo familiar	E	F
Quantidade de indivíduos	4	3
Ano de chegada ao Brasil	2002	2007
Ano de estabelecimento no cortiço	2013	2013

Tamayo

Núcleo familiar	G	H
Quantidade de indivíduos	4	4
Ano de chegada ao Brasil	2011	2009
Ano de estabelecimento no cortiço	2012	2013

Los Andes

Núcleo familiar	I	J
Quantidade de indivíduos	4	3
Ano de chegada ao Brasil	2006	2000
Ano de estabelecimento no cortiço	2013	2013

Bolivianos que vieram das seguintes províncias de Cochabamba:

Carrasco

Núcleo familiar	K	L
Quantidade de indivíduos	4	5
Ano de chegada ao Brasil	2001	2001

134As letras indicam cada cômodo do cortiço que corresponde a um núcleo familiar de produção.

Ano de estabelecimento no cortiço	2012	2013
-----------------------------------	------	------

Bolívar

Núcleo familiar	M
Quantidade de indivíduos	3
Ano de chegada ao Brasil	2005
Ano de estabelecimento no cortiço	2012

Campero

Núcleo familiar	N	O
Quantidade de indivíduos	4	3
Ano de chegada ao Brasil	2004	2003
Ano de estabelecimento no cortiço	2013	2013

Tiraque

Núcleo familiar	P
Quantidade de indivíduos	4
Ano de chegada ao Brasil	2000
Ano de estabelecimento no cortiço	2007

Pode-se depreender que todos os núcleos são formados por indivíduos que chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XXI e 12 núcleos estabeleceram-se em 2013, ou seja, há uma grande rotatividade neste cortiço¹³⁵ e tal fato pode ser justificado pelo alto valor do aluguel e pelas condições infraestruturais do imóvel, como apresentaram alguns entrevistados¹³⁶, bem como da quantidade de encomenda/produção que se consegue garantir.

Quando perguntava-se sobre a província de origem, os entrevistados respondiam: “vim de uma **comunidade** de Loyaza”. Isso significa que são pessoas que habitavam o campo, pois além do núcleo urbano, esta províncias são formadas por diversas

¹³⁵ Antes de realizar este levantamento, desde a primeira visita ocorrida no segundo semestre de 2012, este cortiço teve a sua população alterada ao longo desses anos, sendo tal fato fruto de observação empírica.

¹³⁶ Os moradores não quiseram informar a renda mensal média, mas devem possuir o suficiente para pagarem o aluguel de R\$1.050,00 (valor informado no início de 2014) que o proprietário exige por cada cômodo, segundo moradores entrevistados.

comunidades rurais, como descreveu Marcelino (um dos entrevistados) que disse ter tomado conhecimento deste cortiço através de seus patrícios, que por sua vez conheciam pessoas que habitaram este local. Deste total de 60 pessoas, 56 apresentaram idade inferior a 30 anos. Como apresentou Marcelino e Maria (25 anos), o trajeto deles foi sair do campo e ir até Santa Cruz de La Sierra (centro urbano de Santa Cruz) para depois viajarem até o Brasil, sendo esta a rota utilizada mais comum.

Segundo relatos dos entrevistados, os pais, avós, tios, os familiares mais velhos ficaram na Bolívia e são sustentados pelos mais jovens que imigraram para o Brasil. Todavia, segundo observação feita por Gisleine, há dois anos que a característica jovem desta imigração vem mudando. A população boliviana dos cortiços que ela visita (30 cortiços no total), era composta majoritariamente por jovens com idade inferior a 28 anos. Atualmente, ela encontra casos de jovens que acabaram trazendo seus pais idosos para ajudarem no trabalho. Para ela, mudou também a ideia que possuíam com relação a filhos, pois antes eles acreditavam que a procriação garantiria a permanência deles no país. Em 2013 ela encontrou casais sem filhos porque possuem a documentação regularizada.

4.4 O cortiço e seus moradores

As informações colhidas nas conversas com os moradores do cortiço foram importantes para compreender a trajetória dos seus habitantes que encontraram na cidade estrangeira, o cortiço como opção de moradia. Como apontado anteriormente, existe uma relação direta entre cortiço e imigrantes e Leinwand (1970) afirma que esta é a habitação daquele que chega à cidade.

As entrevistas não-formais contribuíram com informações para a compreensão do grupo humano que atua na organização do cortiço. Com isso, avança-se um pouco na pesquisa da dimensão social da paisagem, permeando o cotidiano a partir das representações e de seu conteúdo simbólico. Foram escolhidos dois relatos para serem inseridos nesta pesquisa, aqueles cujo conteúdo foi compartilhado de maneira mais aprofundada. Lembrando que trata-se de um universo complexo e de difícil aproximação, o que dificultou a prática da entrevista direta mais de uma vez com a mesma pessoa e impossibilitou, em muitas tentativas, a realização deste tipo de entrevista com mais moradores.

Um dos entrevistados¹³⁷ foi Marcelino, 25 anos, que está há sete anos Brasil, mas ainda não aprendeu a ler e a escrever em português. A sua fala é particular, devido ao motivo que o levou a fornecer tais informações para esta pesquisa. Quando abordado no cortiço em uma das visitas, hesitou em conversar em um primeiro momento. Depois de escutar a apresentação da pesquisa em silêncio, consentiu em aguardar o próximo encontro se se trouxesse a ele o requerimento para realização da entrevista, com a devida identificação e autenticação do objetivo do estudo naquele lugar.

No dia combinado Marcelino mostrou-se mais tranquilo, menos desconfiado e sorridente. Convidou para adentrar a sua casa e pediu, antes de tudo, que esclarecesse melhor o que seria feito com as informações que receberia dele, revelando que não gostaria que denegrissem a imagem dos bolivianos. E relatou o que o levou a esta apreensão:

Eu acho o brasileiro um povo violento e estressado. Fui um dia na Coimbra comprar pão, daí tinha lá uma reportagem do SBT e como sou curioso, fiquei mais perto pra ouvir o que eles falava, né. A repórter perguntou para uns brasileiros o que eles achavam dos bolivianos. Daí, os brasileiros responderam que boliviano é um povo sujo, que veio pra cá só fazer bagunça e que são bêbados. Sabe, Angélica, naquela hora o meu coração apertou. Uma pessoa que fala assim do outro não tem coração. Nem todos os bolivianos são assim, só porque alguns são assim, porque têm muitos brasileiros bêbados também. Então por isso eu perguntei se você não queria saber da gente para falar mal, igual estas pessoas.

Como pode-se observar em sua fala, Marcelino possui uma visão crítica do que acontece com relação à sua condição de imigrante. Durante as conversas, ele se ateve muito à sua vida na Bolívia, revelando denso conhecimento sobre a vida no campo, talvez um esforço para mostrar outra imagem do boliviano diferente daquela que ele ouviu dos brasileiros e que muito o afetou.

Marcelino migrou da comunidade de Matara, localizada na província de Loyaza, cidade de El Alto e departamento de La Paz. Chegou em São Paulo com dezoito anos de idade. Atualmente divide o cômodo com quatro irmãos mais novos, três mulheres e um homem e estão há três meses vivendo neste cortiço. Segundo Marcelino, ele optou migrar para o Brasil porque a sua vida em sua terra era “muito difícil” e “pesada”. Além disso, a disponibilidade de terra para cultivar foi diminuindo com o tempo, pois a sua comunidade

137Informações colhidas em agosto de 2013.

(composta por 280 habitantes) surgiu de alguns núcleos familiares e cada vez que uma nova família se formava através dos laços matrimoniais, uma parte da terra era dividida até que chegou um momento em que não havia mais espaço para produzir.

A sua casa na Bolívia está localizada em área de vale em uma região de relevo montanhoso. Na base das montanhas, denominada de *cerros*, sua família plantava maçãs, pêssegos e *jungas* (um fruto típico), enquanto que nas *estâncias* (parte mais alta das montanhas), plantavam batatas e criavam os animais, basicamente lhamas. O excedente era vendido nas feiras livres de La Paz, a sete horas de carro de sua comunidade, uma viagem nada agradável por conta do terreno irregular.

Através de patrícios que trabalhavam em São Paulo, Marcelino ficou sabendo sobre as possibilidades de “enriquecer” nessa cidade. Decidido em seu desejo de experimentar a imigração, conversou com sua mãe e com o seu tio, que também disse que se ele viesse para o Brasil ganharia mais dinheiro. Ele viajou com o dinheiro apenas para a alimentação. Pagaria a viagem com o trabalho na oficina que o tio o encaminharia. Marcelino e seu tio viajaram de ônibus sem as malas, que viriam depois em outro ônibus. Como naquela época muitos ônibus entravam no Brasil de maneira clandestina, eles seguiram um caminho alternativo, o qual passava pelo Paraguai. Permaneceram em um hotel neste país por alguns dias, sem saber o motivo. Revelou que ele e o tio passaram fome, pois o dinheiro havia acabado, chegando a pedir emprestado para outros passageiros. Quando as malas chegaram ao hotel, muita coisa tinha sido roubada restando praticamente a roupa do corpo. Desembarcaram na Praça Kantuta, no Pari e de lá destinaram-se para a oficina do cunhado de seu tio, na zona leste.

Aprendeu a costurar na oficina e no primeiro ano de trabalho não obteve lucro, enviando apenas setenta dólares para a sua mãe¹³⁸. Após conseguir capital para adquirir suas próprias máquinas de costura, ele trouxe os irmãos mais novos e como conhecia os contatos para realizar as encomendas, mudou-se para esse cortiço. A mãe de Marcelino ficou sozinha em Matara, pois dois irmãos foram trabalhar em Santa Cruz de La Sierra em uma indústria de frangos e outro está em Cochabamba trabalhando como pedreiro. Marcelino, que com a organização de sua oficina passa a atuar como oficineiro¹³⁹ e costureiro, explicou que o lucro da peça final é dividido entre costureiro, o distribuidor de tecido e o comprador. Segundo ele,

¹³⁸Cerca de R\$140,00 em 2007.

¹³⁹Responsável por organizar as encomendas, dividir a quantidade de produção entre cada costureiro, ensinar a costurar, pagar o “salário”, bem como as contas do local onde habitam.

o costureiro é quem menos ganha. No momento da entrevista, estava ganhando R\$1,35 por peça (que varia segundo o tipo de corte e tecido).

Para Marcelino, o valor do aluguel neste cortiço é muito caro, mas prefere morar ali porque é perto de “tudo”, tem mercado perto, feira, lojas, posto de saúde, transporte, etc.. Alguns moradores que não quiseram se identificar revelaram que a “polícia” costuma visitar o local para vistoriar as notas fiscais das máquinas de costura e pedem dinheiro para não levarem as suas máquinas embora¹⁴⁰.

A única atividade de lazer que Marcelino realiza é jogar futebol aos domingos, junto com seus vizinhos que moram nesse cortiço. Desconhece o trabalho das organizações não-governamentais para assistência ao imigrante, nunca frequentou um curso de português e é ciente da irregularidade de sua oficina de costura. Ele diz que o trabalho é muito cansativo, ganha pouco e não pode fazer mais nada durante a semana, pois tem que trabalhar. Acha a sua casa na Bolívia melhor do que a atual e do que a anterior, mas a vida aqui é melhor, ele diz, pois consegue “ganhar dinheiro”. Marcelino relatou que precisa fazer alguns reparos em sua casa, apontando para as lâmpadas em quantidade insuficiente, mas afirma gostar de viver ali.

As irmãs de Marcelino tinham uma postura tímida, mantendo o rosto cabisbaixo quando era dirigida alguma pergunta à elas. Percebeu-se que Marcelino evitou que fossem dirigidas perguntas aos seus irmãos, colocando-se como porta-voz de todos eles. Pode-se observar em momentos como este, a relação entre mulheres e homens bolivianos no ambiente familiar, que parece ser uma continuidade da questão de gênero onde viviam na

140Questionou-se uma policial civil para saber se é função deste departamento ou da polícia militar vistoriar notas fiscais, ao que respondeu negativamente, pois quem possui tal responsabilidade são os fiscais da Prefeitura. Talvez neste caso, poderiam ser os próprios fiscais da prefeitura visitando o local para vistoria e então os moradores, não sabendo diferenciar, os identificaram como policiais. Poderiam ser oficiais do MTE, no entanto, o cortiço não existiria mais, diante de toda a sua irregularidade. Poderia também ser a equipe de vistoria de cortiços da Prefeitura, que também interditariam o cortiço, devido às irregularidades do local. Esta questão não ficou muito clara e os moradores não quiseram voltar a comentar sobre isso. Quando questionada sobre este comentário, Gisleine disse que os bolivianos “mentem muito” e que era necessário tomar cuidado com o que falavam, pois tendiam ao exagero. Não conseguiu-se esclarecer esta situação, mas como o cortiço estava sendo alvo de assaltos, poderiam ser assaltantes que falsificaram a sua identificação, forçando-os a pagarem propina para não “apreenderem” suas máquinas de costura. Uma suposição baseada nos furtos ocorridos nesse cortiço e demais assaltos à bolivianos, pois os bandidos acreditam que eles mantêm o dinheiro dentro de casa ou saiam com ele na rua, como apresentou a reportagem da Folha de S.Paulo em 07/07/2013, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/117744-prefeitura-diz-que-familia-de-brayan-foi-roubada-4-vezes.shtml>, acessado em 10/10/2013.

Bolívia. Marcelino revelou que as suas irmãs realizam as atividades domésticas da casa, cozinham, lavam as roupas, limpam o local de trabalho, etc. Em nenhum momento elas tentaram participar da conversa ou se aproximaram para ouvir, como ocorreu com outro irmão de Marcelino que se atentou para o diálogo, interagindo algumas vezes.

Marcelino é um exemplo do processo que vem ocorrendo com os imigrantes bolivianos inseridos na cadeia de produção de roupas. Como comentado anteriormente e segundo as afirmações de Souchaud (2011), os costureiros atingiram um grau de emancipação que os permite adquirir as suas máquinas de costura, aliciar familiares e adaptar a oficina de maneira irregular em um cômodo ou uma casa, passando a ser oficineiro e costureiro e assim são sujeitos parte de um sistema produtivo, que atua na reprodução de cortiços.

Marcelino é objetivo e pragmático na hora de relatar a sua história e o seu cotidiano. Não compartilhou nenhuma insatisfação com relação ao trabalho, embora pesado e cansativo executa-o de maneira concentrada e diz não pensar em fazer outra coisa no momento. Foram notadas diferenças entre o relato de Marcelino e o discurso das mulheres bolivianas entrevistadas, pois parece que elas abrem uma dimensão mais sensível desta realidade, revelando desconfortos e incertezas desta condição.

Apresenta-se, então, a segunda entrevistada¹⁴¹. Maria, 25 anos, está há sete anos no Brasil e gerencia a oficina onde trabalham seu irmão com a esposa, sua irmã mais nova e um amigo. Ela é a mais velha de uma família de cinco irmãos. Sua origem também é rural e sua comunidade pertence ao distrito de Patacamaya, o qual está localizado na província de Aroma, no departamento de La Paz (Marcelino disse ter conhecimento desta comunidade). Esse grupo está há um mês vivendo no cortiço e antes de o habitar, morava em uma casa unifamiliar no bairro de Ermelino Matarazzo, onde o preço do aluguel era de R\$1.000,00. Segundo Maria, que não gosta de morar neste cortiço, a casa anterior era melhor comparada com a atual, por diversos pontos de vista, dentre eles, o imóvel lembrava a sua casa na Bolívia, onde podia ter suas plantas e também era mais espaçosa pelo mesmo valor do aluguel do atual cômodo, mas perdia pela distância até as confecções e fornecedores concentrados no Brás.

Maria relatou que embora estivesse há sete anos no Brasil, não fez amizade

141 Informações colhidas em março de 2013.

com brasileiros, em virtude de sua preocupação com o trabalho. Ela ainda não domina a língua portuguesa, embora a entenda se o seu interlocutor falar devagar. Quando informada da existência de instituições que oferecem cursos de português gratuitos, Maria afirmou que a sua participação nessas atividades não é possível devido ao tempo que exigiria de sua dedicação, quando poderia ser utilizado para o trabalho.

A necessidade de sustentar os irmãos mais novos que ficaram na Bolívia é o motivo que levou Maria a migrar. Segundo Maria: *“Eu tengo una é... como diz assim, um dever com mi família e não volverei a Bolívia antes de todos lá de casa fiquem bem. Somos cinco irmãos e eu sou a mais vieja”*. O grupo do qual Maria faz parte visita a família na Bolívia uma vez a cada dois anos. Sua família, tal como a de Marcelino, vivia da agricultura de subsistência e da criação de animais. Plantavam quinoa (*Chenopodium quinoa*), trigo e batatas pretas, alimentação que gostam de manter até hoje, pois não se adaptaram a combinação brasileira do “arroz e feijão”.

Lá, é... a gente plantava a quinua né. É mas barato, así, menos caro que aqui em Brasil, toda comida lá em Bolívia é muito, muito mas barato que aqui. Porque lá a gente ia na feira trocava o que a gente produzia e pegava o que o outro fez.

Figura 132: Batatas andinas preta (*chuña*) e branca (*tunta*) desidratadas, trazidas por Maria.
Fonte: SIMONE, 2013.

Maria, tal como Marcelino, relatou mais a sua experiência de vida na Bolívia do que no Brasil. Disse que as casas da comunidade de Aroma são feitas com o barro do solo, tijolo por tijolo e para o telhado mistura-se um pouco de palha com terra para o vento não

levar. Segundo esta imigrante, o boliviano do campo está habituado ao trabalho cansativo. Os bolivianos dos Andes mastigam a folha da coca (*Erythroxylum coca*), que é um inibidor da fome, para trabalharem durante mais tempo sem se alimentarem. Sentem a falta desta prática aqui no Brasil, pois é proibida e segundo a imigrante, ajudaria a trabalhar mais horas na costura. Maria afirmou que não existia criança mal nutrida em sua comunidade como vê acontecer com as crianças bolivianas que moram no cortiço e nem mortalidade infantil. Os velhos vivem até 100 anos, como a sua avó que chegou aos 110 anos. A entrevistada e seu grupo aprenderam a costurar no Brasil, que para ela (assim como para Marcelino), é um país muito violento, pois “as pessoas ameaçam umas às outras de morte e cumprem o prometido, sendo que na Bolívia apenas ameaçam”.

Parece que tanto em Marcelino quanto em Maria há um discurso construído a partir da apreensão de elementos positivos na Bolívia em detrimento do Brasil, dando a entender que o único interesse pelo Brasil está justamente na oportunidade deste tipo de trabalho, pois do contrário não emigrariam, mesmo diante de uma realidade social difícil em que a população, especialmente a camponesa, não possui acesso à saúde, ao saneamento básico, à educação¹⁴², por exemplo, mas ainda assim carregam uma representação de nação baseada em sua cultura andina tradicional, a qual muito presam e onde, de certa maneira, estão enraizados. Viu-se que a questão da saúde pública boliviana não se encontra entre os melhores índices mundiais e que talvez a subnutrição que acomete adultos e principalmente as crianças nas oficinas de costura não seja fruto da falta de recursos financeiros, mas de um desconhecimento com relação à importância de uma alimentação adequada, desconhecimento trazido da Bolívia, onde a alimentação da população camponesa era restrita ao que se produzia na comunidade e fazer esta associação no Brasil é mais difícil sem a devida orientação¹⁴³.

142 Não há em suas falas alusão à situação social de seu país, como uma forma de enxergar criticamente a condição que os levou a migrar. Pode ser que este discurso vise manter uma imagem grandiosa e positiva de seu país diante de uma condição de estrangeiro. Parte de um movimento inconsciente que busca elementos julgados de forma positiva pelo imigrante, os quais vão compor o seu discurso ao falar de seu país para um brasileiro, por exemplo, com a finalidade tanto de manter-se enraizado àquilo que considera parte de sua identidade quanto proclamar o orgulho ou as honras que dita possuir a Bolívia, diante do olhar “preconceituoso” ou de estranhamento dos brasileiros.

143 Quanto à alimentação dos bolivianos, pode-se ter uma noção visitando as feiras da rua Coimbra e Kantuta, onde os pratos limitam-se a carne de frango e batata “inglesa”, com direito a muita fritura.

Ângelo (24 anos), amigo de Maria, participa da conversa e diz que não gosta de viver em uma “favelinha”, mas é a única opção que encontrou quando veio para o Brasil com dezesseis anos. Ele trabalhou na oficina do tio durante dois anos, quando conheceu o grupo de Maria, decidindo unir-se a eles. Diferente de Marcelino e Maria, Ângelo não ajuda ninguém na Bolívia e só voltará para seu país quando conseguir juntar dinheiro o suficiente para comprar algumas fazendas. O rapaz revelou que sente medo de alguém os denunciar, porque não possuem a documentação regularizada e pagam o preço do aluguel que o proprietário pede porque precisam morar perto das lojas/confecções para onde vendem sua produção.

Questionados sobre a questão da saúde, Maria diz que nunca foram ao médico aqui no Brasil, pois preferem usar as receitas que aprenderam com os bolivianos mais velhos. Para os incômodos mais comuns que citaram, como dor nas costas e cefaleia, recorrem às frutas, ervas e hortaliças.¹⁴⁴ Como relatou Maria,

Lá em Bolívia no tem médico, era tudo mulher que faz parto....como é, parteira né? Sim, tudo saudável e a mulher ficava bem porque tomava uma sopa de milho e carne de ovelha [durante] trinta dias depois bebê nascer. Sopa deixava forte o leite para o bebê e o bebê comia papas [batatas] e carne assim sem ter o dente (risos) e era forte...

A entrevistada comentou que os bolivianos que vieram do campo são muito tradicionais e seguem até hoje o que dita os costumes, principalmente em se tratando de saúde. Maria relatou que eles não são beneficiados com programas governamentais de imunização, que atinge várias idades da vida de um indivíduo. Os programas de imunização não chegam à comunidade de Maria. Apesar disso, ela disse que não havia doenças entre os pequenos e achava que as crianças do cortiço ficam mais doentes do que as de sua comunidade¹⁴⁵. Maria e Ângelo afirmaram que os bolivianos só procuram os médicos no Brasil quando as tentativas para curarem-se em casa se esgotam. Em muitos casos, as principais vítimas são as crianças. Em uma das entrevistas colhidas por Dornelas (2009, p.24),

144O *grano* (*Hordeum vulgare*) é uma espécie de cevada que usam para cefaleia, misturam os grãos na comida. *K'ewa* (termo em aymara, entrevistada não sabia a tradução) é erva para o intestino, alface com limão e orégano no chá diminui a febre e o chá de casca de laranja é bom para dor de cabeça. Mamão papaia e melancia são bons para cólicas menstruais.

145Embora a percepção de Maria com relação à saúde das crianças de sua comunidade seja positiva, a Bolívia é ainda o país com a maior mortalidade infantil da América Latina, junto com o Haiti, no Caribe, segundo a Organização Mundial da Saúde (2012). Informação disponível em: <http://www.onu.org.br/omsopas-revela-que-mortalidade-infantil-na-america-latina-e-caribe-foi-reduzida-em-mais-da-metade-em-20-anos/>. Acessada em 15/02/2014.

o agente de saúde revela a dificuldade de aceitação dos bolivianos com os processos sanitaristas do Brasil:

Eu fui dizer pra uma mãe que acabou de ganhar nenê que ela tinha que trazer pra vacinar e ele disse: “não, vacina não influi em nada, não precisa dá vacina não...” (...) Não é que ele não seja esclarecido, ele é esclarecido, mas ele faz questão de continuar com as coisas que trouxe de lá da Bolívia pra cá, ele não quer se adaptar ao nosso país, tem pessoa que não quer se adaptar, ele quer continuar como se ele vivesse lá.

Sobre esta questão dos costumes e das diferenças culturais que os brasileiros em contato com bolivianos percebem, a superstição é um elemento muito forte entre os imigrantes. Gisleine compartilha um acontecimento que testemunhou e que a deixou impressionada:

Uma vez, eu vi uma boliviana correr atrás de um cachorro e fui perguntar o por quê disso. Ela disse que o cachorro assustou o seu filho e para o susto passar, teria que cortar um pouco de pelo do cachorro pra fazer um chá e dar pra criança beber!

Maria, diferente da maioria das mulheres de sua idade neste cortiço, não é casada e nem possui filhos, e esta foi uma opção própria. Ela revelou que na Bolívia o tratamento dado à mulher é muito injusto e violento, que desde o pai até o irmão e depois o marido, em todos os casos a mulher é subjugada ao homem. Maria compartilhou de alguns acontecimentos que vivenciou quando ainda em Bolívia, sobre os maus tratos que recebeu em sua casa. Quando decidiu vir para o Brasil, optou também por não se casar, pois é comum a violência doméstica contra a mulher boliviana. Maria explicou que este é um costume que vem desde os seus avós e que em sua comunidade é comum a esposa sofrer violência física do seu companheiro ou do pai ou irmão quando solteira e lembra que foi muitas vezes castigada por seu pai, por ter deixado um animal escapar do cercado e invadir a propriedade vizinha. Maria expressa os ensinamentos do pai e justifica a sua escolha pelo que observa em seu cotidiano no cortiço:

Mi padre siempre, siempre me disse o homem não é sério, e eu via assi, lá em Aroma que eles são muito assi... violentos com a mulher né. Lá em Bolívia era assi e aqui eu vejo aqui nessa casa, o homem bater na mulher sempre, sempre... Eu não quero isso, não preciso...

Questionada sobre a reação das mulheres diante da violência, se elas não denunciavam ou se existe algum programa de apoio e atendimento específico, como no caso do Brasil, ela respondeu que não existe isso, que a mulher tem medo e que muitas aceitam e até concordam dado que é o costume. Além da violência física¹⁴⁶, revelou que também existe situações de abuso sexual, inclusive de casos ocorridos neste cortiço.

A última entrevista adicionada a este texto foi feita com uma mulher boliviana, casada e mãe de uma criança, que em 2012¹⁴⁷ tinha cinco anos de idade. Rosa, 24 anos, está no Brasil há menos de um ano. Após esboçar um claro sinal de desconfiança ao tentar fechar a porta, saiu para o corredor para conversar um pouco. Depois das apresentações, foi-lhe perguntado se gostava de morar no Brasil, respondendo negativamente com a cabeça e com o olhar voltado para o chão. No início do diálogo, Rosa manteve-se cabisbaixa e respondia apenas sim ou não, olhando para as suas interlocutoras quando não entendia a pergunta. Depois de certo tempo, ela ficou mais à vontade e passou a se expressar melhor, revelando que não queria casar, que a família foi quem a obrigou, não deseja ter outro filho e não gosta do modo de vida que tem no Brasil.

Rosa entendia poucas palavras em português e não era alfabetizada no castelhano, pois costumava utilizar o idioma *aymara* em sua comunidade. Assim como os outros entrevistados, Rosa emigrou de uma comunidade rural da província de Tamayo, onde trabalhava na lavoura e criava animais que pertenciam à sua família. Carne de ovelha e lhama eram os seus pratos preferidos e aqui no Brasil disse que só consegue comer macarrão, frango e batata “inglesa”.

Sobre o cômodo onde vive, Rosa mostrou grande insatisfação, pois para ela faz muito calor no ambiente, a luz não é suficiente e quando chove formam-se goteiras no “teto” de seu quarto. A imigrante não se dedicava a uma vida social ou ao lazer, pois não desejava frequentar as aulas de português, não conhecia a Praça Kantuta, às vezes passeava na rua Coimbra, não conhecia ninguém do cortiço e seu círculo social restringia-se ao seu núcleo

146 Procurou-se averiguar, na sede da 5ª Seccional de Polícia, onde há o 81º Distrito Policial, na Avenida Celso Garcia, Belenzinho, sobre a existência de Boletins de Ocorrência realizado por mulheres bolivianas vítimas de violência doméstica. O delegado de polícia, titular da unidade policial, informou que sempre há casos do tipo, onde a mulher boliviana vai até a delegacia e registra a ocorrência. Todavia, alguns dias se passam e ela mesma retorna e retira a queixa.

147 Informações colhidas em novembro de 2012, com a presença de Irmã Lucilene que auxiliou com a tradução do espanhol para o português e vice-versa.

familiar formado pela irmã, o cunhado, o esposo e a filha pequena. Questionada sobre como costumam lidar com as doenças, Rosa diz que as pessoas de sua comunidade quase não ficam doentes e quando isso acontece, mastigam a folha de coca, pois é medicinal. A prática de utilizar medicamentos caseiros permanece no Brasil e Rosa não frequentava o médico, levando a filha apenas algumas vezes para ser vacinada.

Segundo Gisleine, a principal causa das afecções que os atinge é a ausência de higiene básica diária:

Eu arregalo os olhos quando faço as visitas e vejo a condição das casas desse povo, é muita sujeira. Os pais falam que é sancudo (pernilongo) aquela pinta vermelha na bochecha de sua filha, mas na verdade, é brutueja por falta de asseio diário.

Numa última visita realizada¹⁴⁸, uma moradora começou a conversar e a mostrar as afecções de seus dois filhos. As crianças estavam com feridas nos braços em processo de cicatrização, mas algumas ainda estavam inflamadas. Essa mãe revelou que também ficou doente, mas que sarou e as coceiras nas cabeças dos meninos também melhoraram. Gisleine relatou que foram todos casos de infecção, onde o médico explicou o uso adequado do antibiótico, mas a mãe não compreendeu a forma de utilização do medicamento resultando na medicação inadequada das crianças. Elas continuavam doentes, porque, segundo Gisleine, a mãe utilizava a mesma água para dar banho nos dois: “*Não vai ter jeito, o médico já disse que nesse caso vai ter que dar Bezetacil*”.

Segundo a agente de saúde e moradora do cortiço, a doença mais comum que os atinge é a anemia entre adultos, crianças e idosos. Doenças sexualmente transmissíveis (DST) também são muito comuns, principalmente a sífilis, que é descoberta quando a mulher está grávida e necessita de acompanhamento médico. A tuberculose também é um caso encontrado entre adultos e crianças, sobretudo entre aqueles que não possuem a vacina BCG¹⁴⁹, normalmente os que vieram do campo andino. Segundo Gisleine, o ambiente onde os bolivianos vivem, normalmente fechado e sem ventilação adequada, contribui para a disseminação desta doença.

Quanto às doenças sexualmente transmissíveis, Gisleine diz que os imigrantes

¹⁴⁸Em março de 2014.

¹⁴⁹Bacillus Calmette-Guérin, ou vacina contra a tuberculose.

não conhecem os métodos contraceptivos. As mulheres utilizam a "tabelinha" e o coito interrompido para evitarem filhos, mas as possibilidades de transmissão de DST's não são conhecidas por eles. As mulheres não costumam realizar o exame do papanicolau, pois não possuem o conhecimento da medicina preventiva. A higiene bucal também é bem incomum e as crianças (que comem muito doce industrializado) perdem os dentes de leite antes do tempo, devido às cáries. A incidência de alcoolismo entre os homens e a violência doméstica contra a mulher são confirmadas pela agente. Gisleine disse que já tentou várias vezes acompanhar algumas mulheres à delegacia para registrarem queixa, mas elas desistem ou retiram-na logo em seguida.

Quando questionada sobre as principais queixas dos imigrantes, Gisleine responde que eles reclamam de "dolor na espalta" (costas) e de dor de cabeça, *“também, trabalham mais do que 12 horas por dia, dependendo do tamanho da encomenda e do tempo que eles têm pra entrega”*. O seu horário de trabalho é irregular, costumam a qualquer hora do dia e da noite e dado que habitam o mesmo espaço onde trabalham, eles descansam quando não possuem encomendas.

Os agentes de saúde afirmaram que a forma como os imigrantes tratam o seu espaço de trabalho e de moradia (do ponto de vista sanitário) decorre de seu comportamento, o que pode-se inferir que é uma questão cultural. Evidenciou-se, durante as visitas ao cortiço, a ausência de uma preocupação com a manutenção do asseio dos cômodos, bem como a necessária ventilação, que são recomendações sanitárias para evitar doenças aos próprios moradores, mas que tem sido um difícil diálogo entre bolivianos e médicos e agentes de saúde. Neste sentido, a cultura pode ser utilizada para ocultar uma carência que está presente na ineficiência dos programas de saúde do governo boliviano, os quais não atingem a totalidade da população campesina (como afirmam as falas de Maria e Rosa) e tal como ocorre em comunidades afastadas dos centros urbanos brasileiros, recorrer aos usos da “medicina” caseira é comum dado que o alcance dos médicos e infraestrutura da saúde é também problemática no Brasil¹⁵⁰.

Gisleine percebe algumas mudanças que estão ocorrendo na comunidade boliviana em sua área de atuação e compartilha algumas observações acerca do trabalho nas

150A fronteira linguística é um fator que dificulta o encaminhamento correto dos cuidados orientado pelo médico ao paciente imigrante.

oficinas de costura que visita. Para ela, diminuiu a quantidade de bolivianos nas oficinas do Brás e Belenzinho, pois há três anos encontrava-se mais bolivianos dividindo um cômodo do que hoje. Para ela, depois que os bolivianos conseguiram a regularização pelos acordos entre os governos do Brasil e da Bolívia, procuram melhores condições de trabalho, de acomodações e locais onde o aluguel é mais barato, ou seja, em bairros mais distantes deste setor. Existem muitos anúncios de trabalho na costura nos estabelecimentos da rua Coimbra. As notícias sobre as oficinas fiscalizadas pelos órgãos públicos também gerou maior tensão entre a comunidade, e os imigrantes que moram no Brasil há mais tempo estão mais atentos quanto às condições de trabalho, embora a irregularidade seja uma característica ainda permanente.

No final de 2013, a imprensa divulgou a fiscalização, por parte de oficiais do MTE, à uma oficina de costura, onde houve a identificação de costureiros em situação de trabalho análogo a de escravidão. Gisleine comentou este fato ocorrido¹⁵¹. Segundo a imprensa, os costureiros foram libertos, o oficineiro foi preso e os representantes da empresa depuseram na Assembleia Legislativa. Mas segundo Gisleine: *“Então, depois de todo aquele alvoroço, tá lá, funcionando do mesmo jeito, a todo vapor, na mesma situação, eu só não sei agora que empresa que tá por trás da coisa toda”*.

Embora a intervenção do poder público, a estrutura que reproduz as oficinas-cortiço está presente e em movimentação, de maneira que tanto há encomendas para serem

151 *“Fiscalização realizada nesta terça-feira, 19, resultou na libertação de 28 costureiros bolivianos de condições análogas às de escravos em uma oficina clandestina na zona leste de São Paulo. Submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas e servidão por dívida, eles produziam peças para a empresa GEP, que é formada pelas marcas Emme, Cori e Luigi Bertolli, e que pertence ao grupo que representa a grife internacional GAP no Brasil. O resgate foi resultado de uma investigação de mais de dois meses, na qual trabalharam juntos Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Receita Federal. A **Repórter Brasil** acompanhou o flagrante. Foram encontradas peças das marcas Emme e Luigi Bertolli. A fiscalização aconteceu na mesma semana que a São Paulo Fashion Week, principal evento de moda da capital paulista.[...] Os costureiros, todos vindos da Bolívia, trabalhavam e moravam na oficina clandestina, cumprindo jornadas de, pelo menos, 11 horas diárias. A oficina repassava a produção para a Silobay, empresa dona da marca Coivara baseada no Bom Retiro, também em São Paulo, que, por sua vez, encaminhava as peças para a GEP. A intermediária também foi fiscalizada, em ação realizada na quinta-feira, 21. [...] Tanto o MPT quanto o MTE e a Receita Federal consideraram a “quarteirização” uma fraude para mascarar relações trabalhistas. Para os auditores fiscais Luís Alexandre Faria e Renato Bignami e a procuradora do trabalho Andrea Tertuliano de Oliveira, todos presentes na fiscalização, não há dúvidas da responsabilidade da GEP quanto à situação degradante em que foram encontrados os trabalhadores da oficina clandestina”. Fonte: Texto encontrado em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/03/fiscais-flagram-escravidao-envolvendo-grupo-que-representa-a-gap-no-brasil/>. Acessado em 21/12/2013.*

produzidas quanto costureiros que se emanciparam para o nível de empresários e que necessitam de espaço para organizarem a sua oficina. Marcelino e Maria são exemplos de costureiros que ascenderam para donos de oficina, mesmo ela possuindo um formato estruturalmente precário. A partir do momento em que ascenderam para este nível hierárquico, eles se apresentam de maneira diferente para o seu grupo social e, sobretudo, para os seus familiares que na Bolívia sabem que Marcelino e Maria conseguiram melhorar de vida, pois não são mais empregados, são empresários. Ambos agora atuam como aqueles que buscam mão de obra em seu país, sendo a mais barata entre os familiares, que no caso são seus irmãos.

O caso do núcleo familiar de produção de Marcelino é particular, mas permite uma elucidação de possível contribuição para a permanência do cortiço através de sua reprodução pela indústria de vestuários (enquanto estrutura) e pela intenção do sujeito (enquanto ação individual). Marcelino, durante as conversas, disse que seu pai havia “deixado” a sua família quando ele era pequeno, sendo o seu avô a representação que possuía da figura masculina. Neste sentido, ele, como o mais velho dentre seus irmãos, tornou-se o “responsável” pela família (uma situação de inversão de papéis que tanto pedagogos quanto psicólogos discordam que deva existir no seio familiar, pois compromete o desenvolvimento da criança ou jovem). Marcelino revelou que desde muito novo sempre fez amizades com pessoas mais velhas, sempre foi quieto e pouco comunicativo, sério e preocupado com o sustento da família. Então a relação entre os irmãos e a mãe dependente, foi construída em torno da figura de Marcelino como dotado de um papel responsável pelo grupo familiar. Este papel ganhou densidade quando tomou a decisão de migrar para o Brasil e tentar melhorar a sua vida e a de sua família através da profissão de costureiro. Compartilhando a ideia de tantos bolivianos de que a oportunidade estava em solo brasileiro, não hesitou e decidiu deixar o modo de vida do campo. No caso de Maria, ela viu no trabalho da costura a possibilidade de se tornar financeiramente independente e livre do tratamento que recebia dos homens de sua família.

Nesse sentido, a estrutura flexível da indústria de vestuários dialoga com a intenção do imigrante, pois permite a sua rápida ascensão, fato que se encontra no centro de seu projeto migratório, como aponta Souchaud (2011, p.77):

Se lembrarmos que a oficina de costura é pequena, que ela envolve um capital limitado, que ela produz rapidamente, que existe uma mão de obra disponível e flexível (que eventualmente se submeteria às duras condições do trabalho na perspectiva de poder rapidamente ganhar conhecimento e experiência e ascender ao empresariado), que ela pode existir de forma irregular administrativamente, logo podemos ver que a oficina atende às expectativas do empreendedorismo migrante. Desta perspectiva, os migrantes seriam os promotores desses modelos de oficinas.

A participação do sujeito e de suas escolhas individuais, contribuem para a configuração da oficina-cortiço. Não se trata apenas de uma questão estrutural, mas também do motivo que leva os imigrantes bolivianos a aceitarem esta condição de vida no Brasil, portanto, deve-se pelo interesse temporário em almejar a ascensão social de forma rápida. O projeto migratório, como apontado pelos entrevistados (e como também revelou Ângelo), visa a melhoria da qualidade de vida pela ascensão social, a qual, por sua vez, dá-se pelo trabalho.

Como foi visto no capítulo anterior, a fase produtiva da costura é onde os imigrantes bolivianos atuam diretamente e é a que menos exige qualificação, pois o ofício é ensinado aos ingressantes por aqueles que estão na oficina há mais tempo. Os costureiros da oficina de Marcelino aprendem uma determinada costura para um determinado tipo de roupa e tecido que trabalham e não trabalham com *jeans*, ou seja, o ofício de costureiro neste caso, não é um aprendizado completo, pois ele é especializado a determinados estilos de roupas. Assim, além de se inserirem em uma cadeia de produção que é subcontratada, o aprendizado também é fragmentado, é especializado demais e o tempo que exigiria para fornecer um conhecimento mais aprofundado acerca do ofício de costureiro é utilizado na produção. Neste ponto, Weil (1979) compartilha da condição opressiva em que se encontra o operário que se ausenta do conhecimento total que existe na produção completa de um objeto, pois ele é apenas a parte de uma peça:

Ignorar totalmente aquilo em que trabalha é excessivamente desmoralizante. Não se tem o sentimento de que um produto resulta dos esforços que se estão fazendo. A gente não se sente, de forma alguma, no número dos produtores. Também não se tem o sentimento da relação entre o trabalho e o salário. A atividade parece arbitrariamente imposta e arbitrariamente retribuída. Tem-se a impressão de ser um pouco como crianças a quem a mãe, para as manter quietas, dá continhas para que enfiem, prometendo-lhes bombom. (Diário de Fábrica 1934-1935, p.90).

No âmbito da experiência de vida e do conteúdo vivenciado armazenado na

memória, Marcelino e Maria e mesmo a jovem Rosa, ofereceram mais elementos que se referem ao contexto de seu passado na vida no campo, possuindo grande bagagem simbólica, do que a sua vida atual no Brasil. Nessa ênfase de seu “passado glorioso” nos relatos, o enraizamento às origens é uma característica forte dos bolivianos adultos, tanto do ponto de vista dos elementos mnemônicos que estão vivos num campo não tão profundo da psique ou coberto pelo esquecimento, quanto de sua recusa em aprofundar-se nas relações com o Brasil e com os brasileiros (talvez para não “perder” a originalidade ou pureza de seus costumes). Um movimento que não atinge apenas os bolivianos (tanto a comunidade quanto os sujeitos), mas a todos os imigrantes que chegaram ao Brasil em diferentes épocas. A necessidade do sujeito que migra em se manter enraizado (mesmo que pela preservação de costumes, pela releitura da memória e pelo isolamento), é uma ação inconsciente que visa a preservação de sua identidade como a preservação de si enquanto sujeito, como discorre Weil (2001): “Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro”. (p.43).

Em sete anos morando no Brasil, o convívio social de Marcelino resta em seu núcleo familiar, pois mesmo entre os imigrantes do cortiço estudado, Gisleine disse que eles não criam laços entre si. Nas visitas realizadas durante a semana, todas as portas dos cômodos permaneciam fechadas, apenas o eco do som das máquinas de costura e da música boliviana nos rádios. As mulheres saíam para o corredor com suas crianças e para lavarem as roupas apenas em dias de sol, havendo nestes momentos um convívio maior entre vizinhas do que entre os homens. Tal situação ocorria no pavimento térreo, porque no primeiro pavimento, nunca se presenciou os moradores compartilhando o espaço em comum do corredor ou portas abertas com os vizinhos conversando. Neste pavimento, independente do dia da semana, as portas permaneciam sempre fechadas, os rádios desligados e apenas o som cadenciado das máquinas de costura.

Dentro da realidade deste cortiço, compreende-se a inexistência de laços afetivos entre os moradores, pois isso demanda tempo. A intensa mobilidade do cortiço favorece este desenraizamento¹⁵² com a própria comunidade. Como aponta Weil (2001), uma

152Sobre o desenraizamento dos operários migrantes nas indústrias, Bosi (2003) afirma: O migrante vai mergulhar na situação nova da indústria onde o desenraizamento é agudo. Os teóricos da condição operária já descreveram a segregação da classe trabalhadora do resto da humanidade. A

cultura vai sendo formada a partir da centralização da vida no trabalho da costura e um desenraizamento do operário é construído a partir de seu confinamento e sua ausência na vida intensa do lugar onde habita, sem se esquecer de ser parte de um sistema produtivo o qual é fonte desta condição:

Disso resultou uma cultura que se desenvolveu num meio muito restrito, separado do mundo, numa atmosfera confinada, uma cultura consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela, muito tingida de pragmatismo, extremamente fragmentada pela especialização, completamente desprovida ao mesmo tempo de contato com este universo e de abertura para o outro mundo. (p.45).

Percebeu-se neste cortiço que as mulheres tinham mais “facilidade” em se aproximar de suas vizinhas, pois necessitavam compartilhar de suas aflições. Nesta situação vê-se que: “O enraizamento e a multiplicação dos contatos são complementares” (WEIL, 2001, p.51) para a vida saudável do sujeito migrante. Maria, quando estava relatando as suas impressões acerca da forma como a mulher boliviana é tratada pelos homens de sua família, citou brevemente o caso de sua vizinha que compartilhava com ela o desejo de se separar de seu marido, a sua infelicidade de ter sido mãe tão cedo, a sua vontade de voltar para sua casa na Bolívia e seu desgosto em trabalhar com algo que não lhe apraz. As relações de gênero são um tema complexo no contexto dos imigrantes bolivianos, que merece uma investigação mais aprofundada, no sentido de compreender quais são as suas implicações na contribuição para a precarização da vida no cortiço.

A experiência da oficina-cortiço evidencia que o enraizamento (em terras brasileiras) não faz parte do projeto migratório dos bolivianos. O objetivo está em trabalhar no Brasil e em gastar o mínimo possível, de maneira a conseguir juntar o capital necessário para algum projeto futuro, provavelmente em seu país. Neste sentido, o cortiço continua a atuar como habitação de transitoriedade, que se move e aglutina os tempos em sua materialidade e em sua biografia.

As relações de parentesco também se alteram, pois como exemplificado no relato dos entrevistados, Marcelino decidiu o destino de seus irmãos mais novos (todos maiores de idade) e se tornou, além de responsável pela família, patrão. Institui-se neste caso

própria modalidade da produção em série cria formas de adaptação desenraizadas. A cultura que daí resulta é forçosamente confinada e repetitiva. Falta-lhe seiva e deve ser, por destino, tecnicista, fragmentada, voltada para o efeito imediato. (2003, p.177-178).

uma relação trabalhista ambígua, onde há uma hierarquia, na qual Marcelino organiza uma oficina familiar (onde há a relação econômica) mas o patrão não é como no caso das IRFM, onde o Conde Matarazzo estava em uma posição distante de seus milhares de empregados e não possuía nenhuma relação que não a trabalhista. Ignorando e descumprindo as leis trabalhistas brasileiras, Marcelino explora (reproduz a condição de funcionamento desse sistema produtivo) a mão de obra de seus familiares (pois ele também esteve nesta condição), não apenas enquanto patrão, mas enquanto gerenciador da vida de seus “funcionários” como um todo. Este tema das relações no contexto do núcleo familiar de produção também é investigação importante para se compreender as suas contribuições para a forma como a oficina-cortiço é organizada do ponto de vista destes grupos fechados em si, em torno de sua produção.

Há um aspecto que se assemelha na forma como estes núcleos familiares de produção estão organizados com o que havia na vida anterior de Marcelino, Maria e Rosa e suas famílias no campo. Segundo seus relatos, a vida no campo boliviano seguia o modelo de agricultura de subsistência, onde toda a família trabalhava em torno da lavoura para garantir o seu sustento. É, portanto, uma prática comum dentro do costume destes bolivianos de origem campesina, atender as necessidades pelo trabalho em conjunto do grupo familiar. Uma vez na condição de costureiros, o contexto muda em parte, pois os sujeitos estão inseridos em uma estrutura que é maior, mais complexa e onde eles ocupam um lugar específico, não mais orientados a participar de todo o processo, como no cultivo das maçãs até a sua comercialização (mas essa é uma problemática comum nos efeitos da migração no campo).

Quando o sujeito deixa o seu lugar de origem e migra com o intuito de melhorar de vida, o significado do trabalho passa a ser outro, associado agora a um sistema econômico, o qual necessita funcionar em todas as dimensões, desde a linha de produção até o consumo, de maneira a acumular lucros. Maria, Rosa e Marcelino não mais trabalham para si, para garantirem o alimento e a vestimenta, no formato da subsistência ou autosustentabilidade. Nas oficinas de costura, eles passam a trabalhar para outros, a produzir grande quantidade da mesma peça de roupa e a repetirem movimentos técnicos cadenciados. O trabalho adquire um valor (que é estipulado pelo contratante) e com o tempo estes imigrantes passam a compreender que seu trabalho precisa de um valor, que é o símbolo sobre o qual as relações se dão na indústria de vestuários, então eles passam a estipular o valor do

seu trabalho. Será que o valor do trabalho no campo andino possui o mesmo significado do valor do trabalho na costura e será que ele é reduzível ao valor monetário? Outro tema relevante que auxiliaria a compreender a efetivação do projeto migrante, seria o da resignificação do trabalho nas oficinas de costura.

Há, neste contexto, uma mudança da relação entre sujeito e paisagem. Nos *cerros* de Loyaza, Marcelino percebia a amplitude de um espaço, o qual o permitia caminhar até onde quisesse. Tratava-se de um território conhecido e dominado por ele, onde ele construiu suas relações, onde ele dominava as formas de se relacionar com este ambiente, com suas limitações e desafios, com suas características naturais e humanas, todo um universo onde ele estava imerso, enraizado e sentido-se parte, causa, responsável e testemunha das transformações desta paisagem. Nesse sentido, Weil (1979) apresenta-se novamente contribuindo para a percepção do processo da vida e da transformação da paisagem pelo tempo do campo e pelo tempo da oficina de costura:

O trabalho do lavrador obedece por necessidade a este ritmo do mundo; o trabalho do operário, por sua própria natureza, é, em larga medida, independente desse ritmo, mas poderia imitá-lo. É o contrário do que se dá nas fábricas. A uniformidade e a variedade também se misturam nelas, mas essa mistura é o oposto do que nos dão o sol e os astros; o sol e os astros preenchem o tempo de antemão com quadros feitos de uma variedade limitada e ordenada em retornos regulares, quadros destinados a abrigar uma variedade infinita de acontecimentos totalmente imprevisíveis e parcialmente desprovidos de ordem; ao contrário o futuro de quem trabalha numa fábrica é vazio por causa da impossibilidade de se prever, e mais morto do que o passado por causa da identidade dos minutos que se sucedem como os tique-taque de um relógio. Uma uniformidade que imita os movimentos dos relógios e não os das constelações, uma variedade que exclui toda regra e toda previsão, produz um tempo que para o homem é inabitável e irrespirável. (p.143).

Para obter sucesso em sua opção por uma vida “menos difícil”, os costureiros tiveram que se “encaixar” num contingente que compartilha o espaço exíguo da oficina-cortiço. Não apenas a oficina-cortiço não traduz, como propõe uma experiência contraditória e marcada pela transitoriedade. A própria paisagem paulistana em que o imigrante se insere e demarca essa experiência como uma vivência urbana apresenta-se como território indominável e ao mesmo tempo suporte dessas relações econômicas e existenciais. Como no relato de Ângelo e como revelado por Marcelino, eles estão cientes das irregularidades em

torno de seu trabalho. E tal como Ângelo compartilhou, o medo é presente num contexto de ilegalidade, de maneira a optarem pela reclusão que pode atingir o limite de confinamento quase que total. As implicações psicológicas nesta mudança de ambiente (e na redução do espaço físico de atuação do sujeito), sobre o ponto de vista da relação entre sujeito e paisagem, também é tema de investigação que contribui com a compreensão de mais essa dimensão participante e atuante na vida dos imigrantes bolivianos encortiçados.

Segundo os imigrantes entrevistados, a opção por habitar este setor da cidade deve-se à proximidade com as relações de trabalho, basicamente com as confecções que contratam o serviço de costura das oficinas. O transporte dos produtos é outro fator que condiciona a opção por pagar mais caro o aluguel do imóvel e garantir a localização mais próxima das confecções, como revelou Maria. Desta maneira, a proximidade com o centro de confecção e comercialização, bem como de escolas, posto de saúde, transporte, etc., influenciam na decisão pela permanência dos imigrantes neste setor. Não difere muito dos motivos que levam os brasileiros de baixa renda a habitarem os cortiços na área central.

Souchaud (2011) afirma que na perspectiva do trabalho e do projeto migratório, os imigrantes são os promotores do modelo de oficina de subcontratação. Tais oficinas, estando organizadas no modelo moradia+trabalho, possuem potencial para se tornar uma “oficina-cortiço” devido às intervenções estruturais no imóvel, à densidade populacional e à insalubridade do ambiente em geral com a inserção da oficina de costura. Com o intuito de averiguar se as residências unifamiliares alugadas pelos donos de oficinas tornam-se de fato “oficinas-cortiços”, haveria a necessidade da realização de um levantamento tal como o que foi feito pela Seade/CDHU em 2001, mas limitado às residências bolivianas, de maneira a constituir o quadro das condições habitacionais em que esta população se encontra e se pode ser confirmada a hipótese de que as oficinas instaladas em casas unifamiliares encortiçam o imóvel, de maneira a complementar as políticas existentes para adequação da habitação coletiva na cidade.

No contexto do estudo de caso, onde há a confirmação de se tratar de um imóvel encortiçado, enquadrando-se ao tipo “oficina-cortiço”, ele se coloca no mercado como oferta para um público específico. Este cortiço destaca-se por possuir cômodos maiores, portanto uma característica que atrai inquilinos que desejam dividir o espaço de sua habitação com a sua oficina de costura. A configuração deste cortiço dá-se por duas intervenções: o

proprietário adapta precariamente cômodos, de maneira a refuncionalizar o antigo prédio industrial e os imigrantes bolivianos, por sua vez, refuncionalizam o cômodo que serviria teoricamente para habitação, com a inserção da oficina de costura. Uma vez que tais intervenções foram feitas de maneira precária, a forma resultante assemelha-se aos cortiços do início do século passado, com a superlotação de pessoas, sistema de esgoto inadequado, sistema elétrico e de abastecimento precários, onde a precarização da vida é resultado da soma entre a precarização do trabalho e da moradia, questões essenciais quando o tema é o direito à cidade.

4.5 Os bolivianos nos espaços públicos e a percepção da vizinhança.

Este capítulo dedicou-se até agora ao aprofundamento no contexto da vida na oficina-cortiço, de maneira a abordar os fatores que o produzem e os elementos que compõem o cotidiano dos sujeitos para além da materialidade do trabalho¹⁵³. Na observação empírica, pode-se averiguar a presença desses imigrantes na vida do setor, utilizando os espaços públicos para lazer (que são momentos semanais fora do trabalho) e realizando tarefas comuns (Figura 133). Além da rua Coimbra e da Praça Kantuta, no Pari, os bolivianos aproveitam de espaços que podem acessar sem o gasto com transporte.

Percebeu-se, empiricamente, que os bolivianos normalmente andam em grupos e as mulheres quase nunca estão sozinhas. Na feira de rua (Figura 134), que é um local onde a vizinhança do Belenzinho se encontra, os bolivianos destacam-se por permanecerem “fechados” em seu grupo, demonstrando que ainda não houve uma aproximação entre eles e os brasileiros no cotidiano destes bairros.

¹⁵³Esta parte do texto foi anexada a dissertação, pois sentiu-se a necessidade de registrar o cotidiano dos bolivianos no setor de estudo, para além do confinamento nas oficinas de costura, de maneira a não reproduzir um estereótipo do imigrante boliviano como um apêndice da oficina de costura e da precariedade de sua habitação. A intenção foi demonstrar os momentos de lazer e de usufruto dos espaços compartilhados dos bairros, bem como da opinião da vizinhança com relação aos seus vizinhos imigrantes, de maneira a expandir o contexto para uma representação que também é paisagística.

Figura 133: Imigrantes bolivianas no mercado. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 134: Imigrantes bolivianas compram batatas na feira de domingo, no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2012.

Como comentado por Marcelino, o futebol é um esporte muito apreciado pelos bolivianos tal como pelos brasileiros. Neste sentido, mulheres e homens bolivianos aproveitam de alguns espaços oferecidos pelo bairro do Belenzinho (Figura 135 e 136) para jogarem futebol e organizarem campeonatos durante todo o ano.

Figura 135: Bolivianas jogam futebol em quadra no Belenzinho. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 136: O futebol é apreciado pela comunidade boliviana. Fonte: SIMONE, 2012.

O atual dono desta quadra forneceu algumas informações (Anexo 4) sobre seus clientes bolivianos e as relações que se imprimem neste espaço, de maneira que ele os vê como uma “fonte de lucro” dado que os imigrantes alugam esta quadra para uma temporada anual. Além de não se relacionarem com os brasileiros que frequentam a quadra, existem fronteiras entre grupos bolivianos, que são definidas pela sua região de origem na Bolívia.

Eles se organizam em duas turmas, uma é aquele “Grêmio 15 de Agosto” e o outro é “Los Rijos de Aroma”, são duas turmas diferentes, essas não se misturam. Na realidade o que acontece, como eles locam pra mim anualmente, por exemplo este pessoal aqui loca anual (Grêmio 15 de Agosto), então eles começam a jogar sábado à tarde e vai até à meia noite. Aí quando tem campeonato o espaço é dele, já o outro pessoal de lá (Los Rijos de Aroma), dá uma parada no final do ano porque eles viajam muito, mas utiliza no domingo, então vai das dez da manhã até umas sete da noite, é esta turma de domingo.

O Parque Belém é um espaço também utilizado pelos imigrantes, principalmente aos finais de semana. O futebol apresenta-se novamente como objeto de observação para averiguar a questão das relações. Em uma partida de futebol realizada em uma das quadras poliesportivas do parque, brasileiros convidaram alguns bolivianos para jogarem, pois o grupo aguardava os brasileiros liberarem a quadra para então usufruírem-na. Talvez por já estarem esperando há um certo tempo, aceitaram participar do jogo. Não durou muito tempo e os brasileiros não deram uma chance para os bolivianos jogar, pois trocavam “passes” apenas entre si e cometiam muitas faltas com os bolivianos. Mesmo companheiros do mesmo time, os brasileiros monopolizavam a bola e raramente via-se ela no pé dos jogadores bolivianos. E os times estavam formados pelas duas nacionalidades, não se tratava de brasileiros contra bolivianos. Ao relatar este episódio para Marcelino, que gosta de jogar futebol, ele disse que *“brasileiro faz muita graça assim, dribla muito e não passa a bola... é diferente do futebol dos bolivianos, acho que boliviano sabe que não joga tão bem como os brasileiros, então prefere ficar assim, entre nós mesmo [risos]”*.

Brasileiros e bolivianos compartilham o espaço do parque e evidenciam a característica multicultural permanente deste setor (Figura 137). Mas a percepção dos usuários brasileiros é de estranhamento, pois o grupo registrado na figura 138 passou por um grupo de meninas que comentaram entre si: *“Nossa! Como eles são feio, né?”*.

Figura 137: Brasileiros e bolivianos compartilham a mesma fonte de água. Fonte: SIMONE, 2012.

Figura 138: Grupo de bolivianos passeiam no parque em um domingo de sol. Fonte: SIMONE, 2012.

A presença dos bolivianos nos bairros gera uma sensação de estranhamento nos vizinhos, o que é natural quando se trata de diferenças culturais tão evidenciadas etnicamente. Todavia, existe também certa indiferença quanto à presença deles, devido ao seu isolamento nas oficinas de costura e ao trabalho constante, como aponta a fala de um morador (Anexo 5):

Olha não tem diferença nenhuma, eles não perturbam ninguém, são vizinhos, nem falam nada, não perturbam ninguém. Não, eu não tenho o que achar deles, motivo nenhum. Nem ruim, nem bom, não brigam, nada, só trabalham. As relações que eles têm aí de trabalho é que perturba eles, com máquina ligada até tarde, mas é só trabalhando.

Sobre o significado da presença destes imigrantes no Brasil e a sua condição de ilegalidade, este mesmo morador opina:

Ué, isso é um problema que eu não sei né, é bom né porque quem trabalha é bom né, deve pagar impostos, não deve? Deve pagar o que eles fazem aí né, acho que é bom. Olha, esse é outro problema que eu também não sei, do jeito que eles vem eu não sei, mas que eles vem, eles vem! Chega aqui já tem um monte de filho que é pra não ir embora, não é isso? Mas é... problema deles né, não tem jeito não, consomem tudo o que tem no bairro, gastam pra caramba.

A questão do trabalho está diretamente associada ao boliviano no relato desses moradores, ambos vizinhos da oficina representada na figura 94. Existe uma atmosfera de desconhecimento gerado pelo isolamento que emite apenas sons de máquinas de costura, como nas palavras de outra vizinha (Anexo 6), que habita a mesma casa há 74 anos:

É difícil viu, eu acho que eles são mais fechados, eles trabalham bastante né, você não vê uma criança deles jogada pela rua, vão para a escola né. Única coisa que a gente vê, é que eles moram muita gente em uma casa só. Um pouco antes da esquina mora um batalhão lá dentro da casa. Só que você não vê eles na rua, discussão, nada, são bastante discretos.

Com relação ao significado da presença destes imigrantes no bairro, a mesma moradora expressa:

“Bom eu acho que não é porque é mais miséria né, porque eles tomam conta né do INPS, daqueles SUS lá, o posto de saúde é assim deles [gestos com as mãos indicando grande quantidade], porque eles também não tem muito recurso né, eu acho que é mais problema para o Brasil né”.

Observa-se que, embora os imigrantes bolivianos apresentem-se pelo trabalho à percepção de seus vizinhos (e isso é visto como positivo), ainda assim a sua presença significa um problema para o país, sobretudo na questão da saúde pública. Quando eles deixam de trabalhar e usufruem dos serviços fornecidos pelo governo, então são vistos como um problema, dado que são mais pessoas a requisitarem auxílio médico de um sistema que é falho mesmo com os brasileiros.

Embora os projetos de lei para a anistia de imigrantes bolivianos, os imigrantes que estão indocumentados, ou mesmo aqueles que conseguiram se adequar às exigências normativas, ainda se mantém o medo de sofrerem represálias quando em contato com alguma autoridade, como revelado pela experiência de outro morador (Anexo 7) e comerciante do Belenzinho:

São meio acho que ilegais a maioria né. Porque não sei nem se tem documento né, porque uma vez o meu irmão atropelou um filho do boliviano aí não queria nem fazer B.O. nem nada porque tava clandestino aqui no Brasil. Mas eles são super “de boa” eu acho.

A forma como os moradores brasileiros vêem seus vizinhos imigrantes é ambígua. O fato de serem sujeitos que estão ocupados com uma atividade produtiva, é visto como positivo, pois a sociedade enxerga o sujeito pela seu papel de trabalhador e, então, como cidadão. Entretanto, o fato de estarem trabalhando em solo brasileiro significa que estão ocupando o posto que poderia ser de um brasileiro, que em uma realidade social de um discurso de desemprego permanente, é visto como negativo.

A percepção do outro, pela ausência de uma aproximação e troca, é construída com base no imaginário que ambos os lados alimentam a partir de associações e generalizações, ou simplesmente pela realidade moderna que afasta as pessoas como observou Bosi (2003), independente da cultura e o Sr. Francisco (93 anos) confirma os costumes modernos na transformação destes bairros:

Antigamente, aqui as pessoas se conheciam, conversavam, as relações eram mais íntimas. Hoje ninguém se conhece, ninguém se importa com o outro, o bairro cresceu de pessoas, não há mais a comunidade que nós vivíamos e podíamos contar, não há mais o convite para o almoço do macarrão na casa de Fulano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de inserir um estudo de caso nesta pesquisa, era de evidenciar a existência de uma condição que não é compreendida em sua totalidade, se tratada apenas do ponto de vista das irregularidades do trabalho na oficina de costura. Uma vez a oficina tendo sido fechada pelos oficiais do MTE o local torna-se vago para aqueles interessados em instalar a oficina novamente, como revelou Gisleine, pois o imóvel volta a estar disponível no mercado. Não seria o caso de atuarem juntos o MTE, o Programa de Atuação em Cortiços do Governo do Estado e da Prefeitura, o Programa Saúde da Família e alguma organização não-governamental, como o CAMI, que atua diretamente com os imigrantes? O trabalho em conjunto destas instituições juntamente com a participação dos imigrantes encortiçados, poderia promover não apenas a regularização habitacional e trabalhista, mas a construção de políticas públicas que atuem no sentido de combater a exploração do imigrante, de maneira a garantir a sua segurança no ambiente de trabalho e a qualidade de sua moradia.

Pode-se observar que o estudo de caso compõe um quadro mais amplo e complexo, o qual tem atuado de maneira a reproduzir uma condição social, que ao depender do fator econômico mantém-se materializada numa precariedade da vida que atinge esta população em vários aspectos. Não apenas o mercado e suas regras vem de encontro a reprodução destes cortiços e da precariedade da vida dos imigrantes, mas o poder público atua de maneira ambígua no sentido tanto de incentivar a elevação dos índices econômicos (através do aumento do consumo da população) quanto de executar políticas sociais de amparo à população encortiçada (embora elas não contemplem a totalidade dos problemas e das pessoas envolvidas). A permanência da ilegalidade na indústria de vestuários, ao mesmo tempo em que permite a existência de produtos mais baratos para o mercado popular, dificulta o controle do poder público, desde a arrecadação de impostos até a fiscalização do cumprimento das leis. São dois pesos que constituem este quadro, uma vez que quanto mais barata é a peça de roupa, mais barato é o costureiro e mais precárias são suas condições de trabalho e de moradia.

A forma como a indústria de vestuários é organizada, não apenas em São Paulo, mas em várias partes do planeta, ocupa um papel que é o de garantir a produção e o consumo que se renova e se mantém em constante vitalidade pela lógica da “moda”. Na

escala local, a indústria de vestuários utiliza-se de uma estrutura produtiva já existente e que passa a ser mais flexível com o surgimento do modelo de oficina de subcontratação, que “foi provavelmente promovido pelos imigrantes coreanos, que aos poucos, facilitaram a inserção dos sul-americanos em todos os níveis hierárquicos do dispositivo”. (SOUCHAUD, 2011, p.74).

O poder público intervindo nas oficinas-cortiço, de maneira a garantir a sua regulamentação, ou seja, que a forma como está organizada seja toda alterada, quantos núcleos familiares de produção teriam condições de se adequarem às normas, dentro de um sistema burocrático e que exigiria do oficineiro um capital direcionado para abrir uma microempresa? Até que ponto os imigrantes bolivianos têm interesse em se tornarem visíveis para o Estado, em troca de melhores condições de moradia e trabalho e um consequente enraizamento?

O trabalho traz essa face de adequar o sujeito à sociedade onde está inserido, de maneira que ele passa a ser “visto” como uma “pessoa de bem” pelos vizinhos dos imigrantes costureiros. O discurso dos entrevistados apontaram justamente para a questão de que os bolivianos são pessoas boas, pois trabalham o dia inteiro. Em um setor que nasceu da exploração do trabalho imigrante/migrante, pode-se dizer que é uma herança os seus moradores, principalmente os mais velhos, os quais viveram o cotidiano do pesado trabalho nas fábricas, possuírem a percepção do outro pela sua ocupação no trabalho (permeado de juízo de valor), mesmo que extenuante. Neste sentido, a precariedade da vida na oficina-cortiço é mediada pelo discurso do trabalho, uma vez que como o sujeito passa a maior parte de sua jornada trabalhando, ele possui dignidade e, portanto, respeito ou ao menos indiferença em relação a sua presença por aqueles que os olham de “fora”.

A permanência do cortiço no presente evidencia a permanência da precarização da vida em um sociedade que é socialmente desigual. As decisões políticas tomadas apenas sobre o aparato econômico, do lucro e do valor de cada coisa que se manifesta sobre a superfície terrestre, impulsiona as populações de várias partes do mundo a buscarem em outras partes, condições melhores de vida. No caso dos imigrantes deste cortiço, a busca foi a cidade de São Paulo, pois a impossibilidade de resistir é posta quando não há como as populações permanecerem no campo sem o investimento público necessário para que este campo não seja configurado por latifúndios, de maneira a expulsar os pequenos produtores. A

Bolívia, tal como o Brasil, como comentado no capítulo II, sofreu um esvaziamento do campo por conta da ausência de reforma agrária e pela lógica de produção agropecuária em grandes propriedades, que povoa o imaginário e os sonhos de Ângelo.

Certamente que dentro de um processo onde se verifica a moradia como mercadoria, embora as transformações e reagrupamento dos fatores que reproduzem os cortiços, ainda assim permanece um movimento que se retroalimenta, ou seja, são presentes os fatores que favorecem a reprodução dos cortiços tal como ocorria no século passado: a ausência de ações políticas que atendam à demanda por habitação popular, distribuição desigual da renda resultante de uma economia e política voltadas para o capital financeiro e concentração de renda, exploração do trabalho migrante, etc. Um processo interdependente que se manifesta em diversas escalas. Nesse sentido existe, portanto, uma estrutura interna, que se coloca na forma da indústria de vestuários, onde o imigrante passa a se inserir e existe uma estrutura externa (interna na Bolívia), qual seja o alto índice de desemprego causado pela crise no setor mineiro e pela ausência de reforma agrária, bem como pela falta de investimentos na indústria, levando os bolivianos a buscar em outros lugares, a possibilidade de se inserirem economicamente e terem acesso às escolas, hospitais, transportes, água encanada, luz elétrica, etc.

Todavia, a inserção em uma nova estrutura vai levar à inserção em um novo espaço, o qual não é formado apenas pela estrutura econômica, mas pela cultura e por pessoas diferentes, no corpo de brasileiros que manifestam a sua opinião com relação aos imigrantes bolivianos, como relatou Marcelino e os alunos do CAMI. Não se pode negar que as condições de vida dos moradores deste cortiço são precárias, mas elas o são, sobretudo, pela negligência do proprietário em destinar parte do aluguel pago em benfeitorias, que se iniciariam com a reabilitação do imóvel tal como apontou Martin (2004). Todavia, o dono vive dessa precariedade e ganha muito, mas o investimento para melhoria do cortiço seria muito maior e não superaria a precariedade, posto que é essa condição, como barateamento de custos, que procuram os bolivianos que não possuem recursos para atender às normas empresariais e sobretudo trabalhistas, ou mesmo optam pela flexibilidade que este tipo de ocupação gera (para aqueles que se emanciparam ou que não estão em condições análogas à escravidão).

A fronteira entre o Brasil e Bolívia é extremamente grande e antagônica, que

decorre de um processo histórico e também de identidade. O tipo indígena que traz o imigrante boliviano, destoa com o tipo miscigenado brasileiro, que ao longo do tempo foi apagando os traços indígenas com a participação na miscigenação de negros e brancos e talvez isso esteja na origem desses olhares múltiplos¹⁵⁴.

Os assaltos de que os bolivianos têm sido vítimas, o *bullying* sofrido pelas crianças nas escolas¹⁵⁵, o preconceito nas imobiliárias demonstram uma relação de hostilidade, um despreparo mútuo da sociedade brasileira e das pessoas que vêm produzir riqueza (não apenas econômica). A responsabilidade é bilateral e as dificuldades para sua superação são imensas. O componente cultural heterogêneo neste setor é histórico e estas são situações que se colocam diante dos brasileiros, com o intuito de pensar sobre a responsabilidade que possuem em estabelecer um diálogo com tal realidade.

A permanência do cortiço na forma da oficina-cortiço, guarda todas estas dimensões que se relacionam em um complexo enraizadas aos fatores que as geraram. O uso dado ao antigo prédio fabril, a sua refuncionalidade são os fatores que têm mantido a sua existência no presente da paisagem, pois a especulação imobiliária neste setor avança para as edificações do passado que já não possuem utilidade para as necessidades do presente ou para as refuncionalizações dos espaços no presente.

Com relação ao patrimônio industrial e à memória operária, esta pesquisa viu tal questão como um problema neste setor em virtude do tipo de tratamento que vem sendo dado a estas questões, sobretudo pela forma como vem ocorrendo as renovações urbanas através da intervenção do setor imobiliário. Pode-se inferir que a experiência da intensa verticalização deste setor toca na mesma postura dos paulistanos do passado, os quais imbuídos pela necessidade de erguerem as indústrias, escolheram os bairros além-Tamandateí (dentre outros pelo território da cidade) e extinguiram a memória rural, bucólica, construída e imaginada ao longo de três séculos e materializada em seu conjunto arquitetônico e hidrográfico.

154 As migrações contemporâneas chamam a atenção para a caracterização étnica de suas populações, negros haitianos e bolivianos indígenas, retornam ao Brasil esses elementos que durante toda a sua história foram negados

155 Esta informação foi colhida a partir de uma divulgação recebida por e-mail, de mães e pais bolivianos que estavam organizando um encontro na Praça Kantuta para discutir sobre esta questão, com o apoio do CAMI.

Desta experiência do passado, herdamos a veia pela destruição dos objetos de memória. Não restou nenhum objeto na paisagem deste setor que remeta ao passado das chácaras. Caminhar pelas ruas do Belenzinho e Brás é perceber o seu comércio, as edificações antigas e os galpões industriais fechados em processo de deterioração. O máximo que se alcança do histórico deste setor, através da experiência empírica da paisagem, é o seu passado industrial. Pelas evidências que restaram em algumas chaminés das antigas indústrias, dado que os galpões vem sendo cada vez mais demolidos, um momento que fundou a cidade de São Paulo como a potência que é conhecida, que estruturou a cidade, hoje são excluídos do universo de significação da cidade.

As torres de condomínio, que estão ocupando os terrenos dos galpões e das casas operárias demolidas, passam a tecer uma visão excludente de espaço de um setor originalmente misto e integrado, onde a sua população constituiu um cotidiano baseado nas relações de vizinhança. Os prédios trazem os muros e as grades de proteção e a reclusão de seus moradores aos espaços do condomínio e não à experiência de abertura para o bairro. Cada condomínio é definido e limitado em si como se fosse um bairro próprio, os seus moradores se reúnem para tratar das necessidades do condomínio, não para discutir as necessidades do bairro, que é um espaço coletivo, nem para combinar onde será a macarronada do próximo domingo, como relatou o Sr. Francisco.

Curiosamente, as propagandas das incorporadoras que divulgam seus empreendimentos utilizam-se das características particulares destes bairros, quais sejam, a história, o legado fabril, a atmosfera de bairro tradicional, os sobrados e as vilas operárias, para construir uma ideia que promove a sua mercadoria. Ideia que permanece apenas no plano abstrato, consumida como algo que não existe, dado que estes mesmos elementos “valorizados” na propaganda, são destruídos pelas incorporadoras para construção dos empreendimentos (PEREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2014).

As ações públicas são inversamente proporcionais às ações do mercado. No Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Mooca (2007), 36 edificações foram encaminhadas ao CONPRES, a fim de serem estudadas e possivelmente tombadas¹⁵⁶ para

¹⁵⁶ As ações de tombamento no Brasil são direcionadas ao objeto construído, à sua forma e ornamentação em relação ao seu entorno: tomba-se a construção, pois o que é tombado é a arquitetura de uma época e não o modo de vida de uma época. Comumente o que é tombado são as construções pertencentes às aristocracias. No caso dos bairros operários, a memória industrial não é representada apenas pelos prédios industriais, os quais são centrais na organização espacial e representam a exploração do trabalho. Guardar a memória de

que se tornassem áreas de ZEPEC¹⁵⁷. Entretanto, o próximo Plano Diretor Estratégico da cidade está em processo de votação e estas edificações ainda se encontram em processo de estudo. E mesmo após a efetivação de uma ação normativa, a refuncionalização das edificações para uso da população é um processo ainda mais demorado. Neste ínterim, muitas torres de condomínios foram erguidos às custas de outros patrimônios.

A experiência do programa da Prefeitura para a reabilitação de cortiços, propõe a reforma dos imóveis pelos seus proprietários, de maneira a manter a população moradora no local. Pela reabilitação de antigas habitações, permanece a diferenciação entre os diversos tipos de residências, de maneira a não homogeneizar as edificações da paisagem aos modelos arquitetônicos de mercado ou mesmo nas construções de interesse social para a população de baixa renda, onde ambos utilizam padrões arquitetônicos repetitivos, em um setor que possui a paisagem originalmente heterogênea do ponto de vista construtivo. Um outro ponto a ser elogiado desta proposta é que uma vez se tratando de habitações coletivas, elas possuem um aluguel mais barato do que as residências unifamiliares, os apartamentos, por exemplo, proporcionando o acesso a uma habitação digna neste setor pela população de baixa renda.

A observação das situações no cotidiano da cidade auxilia na compreensão do conceito de paisagem que é tratada sobre seu ponto de vista funcional. Quando a dimensão funcional é colocada como principal vetor de transformação da paisagem, a memória, o enraizamento, a cultura, o pertencimento, não conseguem se expressar como necessidades dos grupos que vinculam-se aos diferentes setores que compõem a cidade. Pela desvalorização do patrimônio histórico e cultural e da memória, os habitantes da cidade perdem-se em funções que ocupam, mas que um dia não mais exercerão e então não conseguem mais se encontrar no espaço que foi tão transformado segundo interesses imediatos de consumir a cidade seguidamente, sem que haja uma continuidade significativa e acumulativa para as gerações que vão ocupar os espaços, os quais não possuem significados, não possuem raízes, portanto

um lugar é guardar o passado de seu cotidiano, na forma das construções. Neste sentido, o entorno da fábrica, composto pelas moradias e pelo comércio também é parte importante de um conjunto de edificações a serem protegidas. O que é tombado da vida do operário? A fábrica. No caso deste setor, a vila Maria Zélia foi tombada por concentrar um conjunto de construções específicas e pontuais a este local, onde habitavam os funcionários mais graduados da fábrica de Jorge Street. E os operários de chão de fábrica? Habitavam os cortiços, extintos pelo processo de sanitização da cidade, impedidos de sofrerem as mesmas intervenções a fim de preservarem a estrutura do imóvel, requalificando-a e assim preservar o bairro das extinções de suas construções históricas e do cotidiano de operários que teceu o presente da cidade.

157 Zona Especial de Preservação Cultural.

não são capazes de contar a história do lugar.

A paisagem deste setor sofreu tantos processos de intervenção, foi refuncionalizada tantas vezes, que mesmo com o horizonte presente dos condomínios verticais, apostar em apenas uma potencialidade (residencial) é minar toda a característica mista deste setor, pois os comércios estão fechando, as casas térreas e os sobrados estão sendo vendidos, o custo de vida está aumentando. Embora seja cedo para averiguar os efeitos da intensificação dos lançamentos imobiliários neste setor, uma movimentação nas características locais e no ritmo do cotidiano já é perceptível e é fenômeno a ser observado nos próximos anos, a título de contribuição e reflexão para a questão do caminho que a cidade está seguindo a partir das escolhas que estão sendo feitas.

Na tentativa de analisar a paisagem, esta pesquisa entrou em contato com diversas dimensões que se colocam de maneira contraditória no espaço da cidade. A paisagem do setor de estudo não é apenas o resultado de seu passado, mas como possui um escopo temporal na forma das edificações e no cotidiano, as transformações que vem ocorrendo revelam a lógica da renovação em detrimento do “velho”.

O método morfológico foi utilizado na descrição da paisagem e na classificação de seus elementos construtivos, para então estabelecer uma sequência de raciocínio que optou pelo aprofundamento na habitação, tendo no cortiço um elemento representativo da forma de habitar deste setor e de sua presença no conjunto da paisagem. Todavia, ao mesmo tempo em que a paisagem foi sendo analisada morfológicamente, a partir da apreensão de suas edificações, os fatores econômicos e sociais aportaram a explicação de sua configuração. Quando adentrou-se o universo do cortiço, os elementos cultural, simbólico e afetivo foram importantes para compreender a realidade que opera nas oficinas-cortiço, o qual não se traduz apenas pelo fator econômico, mas pelo psicológico, subjetivo, emocional e espiritual dos sujeitos.

Não há como hierarquizar os fatores que imprimem transformações na paisagem e os que não são percebidos, pois considerar o imigrante boliviano como ausente no processo de transformação desta paisagem é um equívoco, dado que a sua participação é nítida e no caso da existência da oficina-cortiço, essencial. Abarcar a paisagem deste setor foi uma incursão difícil e optar por analisar um elemento tão específico como a oficina-cortiço,

experimentando formas de se aproximar desta realidade, colocou o estudo diante da complexidade que é compreender o fenômeno cortiço.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz N. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Cotia: Ateliê Nacional, 2007.

ABREU, M.A. *Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*. Revista Rio de Janeiro. No 10, 2003.

ALVES, U.S. *Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o futebol*. In: BAENINGER, R. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

ANDRADE, M.M. *Brás, Moóca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além- Tamanduateí*. In: Travessia. Ano XIII. São Paulo, 2002.

ANTUNES, A.M. *A rede ferroviária e a urbanização da Freguesia do Brás: estudo onomástico contrastivo*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

AZEVEDO, Aroldo de. *Brasil: a terra e o homem*, Vol. II: A vida humana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*, Vol. II: A evolução urbana. São Paulo: Brasiliense, 1958.

BAENINGER, Rosana (org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BASTIÉ, Jean. *Algumas reflexões sobre a pesquisa em geografia humana*. Boletim geográfico. Ano 32. IBGE. Rio de Janeiro, 1973.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLANC, Maurice. *De la rénovation urbaine à la restauration*. In: *Espaces et sociétés*. Nº30-31, Paris: Gallica, 1979

BONDUKI, N.G. *Origens da habitação social no Brasil*. *Análise social*, Vol. 29, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- _____. WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CACCIAMALI, M.C.; AZEVEDO, F.A.G. *Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo*. PROLAM- USP, 2005.
- CAMI/SPM. *Manual Práctico para oficinas textiles y pequeñas empresas urbanas*. São Paulo, 2012.
- CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925- 1945)*. São Carlos: Rima, 2002.
- CAMPOS, Eudes. *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Vol. 17, 2007.
- _____. *Casas e vilas operárias paulistanas*. In: Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago. 2008 . Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>, acessado em 22/07/2013.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARLOS, A.F.A. *Uma leitura sobre a cidade*. Cidades, Vol. 1. Presidente Prudente, 2004.
- _____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTALDI, Carlo. *O ajustamento do imigrante à comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes italianos e de seus descendentes*. In: HUTCHINSON, Bertrand. *Mobilidade de trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro brasileiro de pesquisas educacionais, 1960.
- CHOE, K.J. *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. Dissertação (mestrado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 1991.
- CLAVAL, Paul. *Épistémologie de la géographie*. Paris: Armand Colin, 2007.
- COMARÚ, F.A.; ABIKO, A.K. *Intervenção habitacional em cortiços na cidade de São Paulo: o mutirão Celso Garcia*. Boletim técnico da Escola Politécnica da USP, 1998.
- COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABITAÇÃO E TRABALHO- COPED. *Diagnóstico sobre o fenômeno Cortiço no Município de São Paulo*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, 1975.
- COSGROVE, Denis. *Em direção a uma geografia cultural radical*. In: ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA, R.L. [orgs.]. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea*. In: Transactions of the institute of british geographers, Vol. 10, No. 1. Great Britain: The royal geographical society, 1985.

COSGROVE, Denis e DUNCAN, J.S. *On “The reinvention of cultural geography” by Price and Lewis*. Anais da Associação de Geógrafos Americanos. Vol. 83, Nº3, 1993.

COSGROVE, Denis E. e JACKSON, Peter. *Novos rumos da geografia cultural*. In: ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA, R.L. [orgs.] *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, I.R. *A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade*. Cadernos metrópole, Vol.17. São Paulo, 2007.

DASTUR, Françoise. *Phénoménologie du paysage*. Projet de Paysage. 2011.

Dicionário Oxford Escolar. Oxford University Press, 2007.

Dictionnaire Larousse Poche. Éditions Larousse, 2009.

DORNELAS, S.M. *Para sair do confinamento: a experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto ‘Somos Hermanos’*. Travessia, No.63, 2009.

DUNCAN, James. *O supra-orgânico da geografia cultural americana*. In: ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA, R.L. [orgs.] *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DURKHEIM, D.E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1974.

ELETROPAULO. *São Paulo: registros 1899-1940*. São Paulo, 1992.

FELS, Edwin. *El hombre economizante como estructurador de la Tierra*. In: LÜTGENS, Rudolf [org.]. *La tierra y la economía mundial: tratado general de geografia económica*. Vol. V. Barcelona: Ediciones Omega, 1955.

GATTI, Simone. *O projeto Nova Luz e o programa de cortiços no centro de São Paulo: entre processos de demolições, despejos e deslocamentos*. Anais do II Seminário Internacional Urbicentros: Morte e Vida de Centros Urbanos. Maceió, 2011.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A.A.G. *Diacronia e produtividade dos sufixos –agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga em português*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009.

GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. São Paulo: Saraiva, 19--.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HEIDEMANN, Heinz. D. *A paisagem na geografia no final do século: individualidade, cotidiano, utopia e imaginário*. Anais IX Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente, 1992.
- HILL, A.D. *The process of landscape change: bicultural implications*. In: Man, Space and Environment: Concepts in contemporary human geography. Londres: Oxford University Press, 1972, p. 42-55.
- HUNTER, D.R. *The Slums: challenge and response*. London: The Free Press of Glencoe, 1964.
- ILLES et all. *Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo*. In: Cadernos Pagu, 2008, p.199-217.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- JACKSON, J.B. *Landscape in sight: looking at America*. Yale: University Press, 1997.
- JUILLARD, Étienne. *The region: an essay of definition*. In: Man, Space and Environment: Concepts in contemporary human geography. Londres: Oxford University Press, 1972, p.429-441.
- JÚNIOR, J.G.S. *120 anos de descaso para com o problema dos cortiços na cidade de São Paulo*. Artigo escrito para a disciplina de História Social da Arquitetura e do Urbanismo Modernos. São Paulo, 1990.
- KOHARA, L.T. *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços – estudo de caso na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1999.
- _____. *Relação entre a moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.
- KONTIC, Branislav. *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
- KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. *Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton. *São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado*. In: Novos estudos CEBRAP, nº13. São Paulo, 1985.
- LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963.

LEINWAND, G. *The Slums: overcrowded, run- down tenements, faceless projects, and people who see way- out this is the inner city*. Nova Iorque: Washington Square Press, 1970.

LEME, M.C da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil (1895- 1965)*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LEMONS, C. A. *Os primeiros cortiços paulistanos*. In: *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, 1998.

_____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

LEVY, Charmain. *Ocupando o centro da cidade: movimento dos cortiços e ação coletiva*. Outra economia, Vol. 5. Unisinos, 2011.

LEWIS, P.F. *Axioms for reading the landscape: some guides to the American scene*. In: MEINIG, D.W. (org.). *The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1979.

LEWIS, Martin; PRICE, Marie. *The reinvention of cultural geography*. In: *Anais da Associação de Geógrafos Americanos*, Vol. 83, Nº 1. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.

_____. *On reading cultural geography*. In: *Anais da Associação de Geógrafos Americanos*, Vol. 83, Nº 3. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.

LIBAULT, André. *Os quatro níveis da pesquisa geográfica*. In: *Métodos em questão*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971.

MACIEL, C.A.A. *Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada ontogenológica*. *Geographia*, Vol. 3, Nº6, 2011.

MAGNANI, J.G.C. *De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana*. RBCS, Vol. 17, No.49, 2002.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. *Revista de Estudos Avançados* 17 (48), USP, São Paulo, 2003.

MARTIN, A.R. *O bairro do Brás e a deterioração urbana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1984.

MEINIG, D.W. (org.). *The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1979.

MENESES, U.T.B. *A paisagem como fato cultural*. In: YÁZIGI, E. (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MEYER, R. M. P. e GROSTEIN, M.D. *A leste do Centro: territórios do urbanismo*. São Paulo: Imesp, 2010.

MIKESELL, M.W. *Tradition and innovation in cultural geography*. Anais da Associação de Geógrafos Americanos. Vol.68, Nº1, 1978.

MONBEIG, P. *A filosofia que orientou a criação da USP continua válida*. In: A história vivida II, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981, p.251-264.

_____. *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*. Boletim geográfico, São Paulo, 1954.

_____. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusora Europeia, 1957.

MONTILLET, Philippe. *Les trois âges du paysage*. In: Projet de Paysage. 2011

MOURA, M.M. *Nascimento da antropologia cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUCCHIELLI, Alex. *Les méthodes qualitatives*. Paris: Presses Universitaires, 1991.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. São Paulo: Edusp, 1981.

OLIVEIRA, R.S. *Renovação urbana nos bairros operários de São Paulo: Brás e Belém (1992-2012)*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2014.

PAOLI, Maria C. *São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)*. Espaço e Debates, No.33, 1991.

PAULA, E.Simões de. *A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje*. Publicado originalmente na Folha da Manhã, em 25/01/1939 e reeditado em 1954.

PENTEADO, Jacob. *Belênzinho, 1910: retrato de uma época*. São Paulo: Carrenho editorial; Narrativa Um, 2003.

PEREIRA, Miguel. *Casa Transitória Fabiano de Cristo-Álbum Histórico (1949-1989)*. São Paulo: SEDAC, 2001.

PEREIRA, Verônica.S. *Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari*. Interfacehs- Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. 2006.

PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XX*. Revista de História. Ano VI, São Paulo, 1955.

_____. *As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão*. Boletim paulista de geografia, nº14. São Paulo, 1953.

_____. *A vida urbana paulistana*. In: São Paulo: espírito, povo, instituições. São Paulo: Pioneira, 1968.

_____. *Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo*. Filosofia, Ciências e Letras, nº 10. São Paulo, 1948.

_____. *Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil*. Anais da associação dos geógrafos brasileiros. Vol. XII, São Paulo, 1960.

_____. *O homem paulista*. Boletim paulista de geografia, nº23. São Paulo, 1956.

_____. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PICCINI, Andrea; ZMITROWICZ, Witold. *Cortiços e reestruturação do centro urbano de São Paulo, habitação e instrumentos urbanísticos*. Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP, 1997.

PINHEIRO, P.S.; HALL, M.M. *A classe operária no Brasil (1889-1930): Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REGO, R.L. e MENEGETTI, K.S. *A respeito da morfologia urbana: tópicos básicos para estudo da forma da cidade*. Acta Scientiarum. Technology, Vol. 33 Nº 2, Maringá, 2011.

RIBEIRO, F.A. [et al]. *Intervenção em cortiços*. Trabalho final da disciplina: Modelos de oferta em habitação popular Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia da Construção Civil, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROUGERIE, G. e BEROUTCHACHVILI, N. *Géosystèmes et paysages : bilan et méthodes*. Paris : Armand Collin, 1991.

SAHLINS, Marshall. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção*. Mana, Vol.3, 1997.

_____. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALGUEIRO, Teresa, B. *Paisagem e geografia*. Revista Finisterra, Nº 72, Lisboa, 2001.

SAMPAIO, M.R.A. *O cortiço paulistano, entre as ciências sociais e a política*. Revista do

IEB, No. 44, São Paulo, 2007.

SAMPAIO, M.R.A.; CÉSAR, Paulo. *Habitação em São Paulo*. Estudos avançados, Vol.17, São Paulo, 2003.

SANDEVILLE JR. Euler. *Paisagem*. In: Paisagem e ambiente. N°20, FAU- USP, São Paulo, 2005.

_____. *Paisagens e métodos: algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana*. Paisagem e ambiente. No.2, 2004.

SANTOS, Milton. *De la société au paysage: la signification de l'espace humain*. HERODOTE N°7. *À quoi sert le paysage?* Paris: Librairie François Maspero, 1977.

SANTOS, R.H.V. *Vilas operárias como patrimônio industrial: como preservá-las?* In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2967>. Arquivo em formato PDF. Acessado em: 25/10/2013.

SAUER, C.O. *The morphology of landscape* (1925). In: LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963.

_____. *Foreword to historical geography* (1941). In: LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963.

_____. *Folkways of social science* (1952). In: LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963.

_____. *The education of a geographer* (1956). In: LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO. *Programa de atuação em cortiços: levantamento cadastral e pesquisa socioeconômica- setores básicos de intervenção*. São Paulo: CDHU-SEADE, 2002.

SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL. *Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no M.S.P.* 1977.

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO. *Cortiços em São Paulo: frente verso*. São Paulo, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *São Paulo: não temos a menor idéia*. Revista Carta Capital, 29/09/1999.

SILVA, Carlos.F. *Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo*. Travessia,

No. 63, 2009.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

SILVA, Elaine.C.C. *Rompendo barreiras: os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo*. Travessia, No.63, 2009.

SILVA, Sidney. A. *A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo*. In: São Paulo em Perspectiva, v.9, n.3, p.77-83, São Paulo, 2005.

_____. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. In: Estudos Avançados. São Paulo, 2006, p. 157-170.

_____. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. *A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo*. São Paulo em perspectiva, Vol. 19, 2005.

_____. *Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários*. In: BAENINGER, Rosana. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SIMÕES JR. J.G. *120 anos de descaso para com o problema dos cortiços na cidade de São Paulo*. Monografia referente à disciplina de pós-graduação “História social da arquitetura e do urbanismo modernos. FAUUSP, 1990.

SOLOT, Michael. *Carl Sauer and cultural evolution*. Annals of the association of American geographers, Vol. 76, No. 4. Ed. Taylor and Francis Group, 1986.

SOUCHAUD. Sylvain. *A imigração boliviana em São Paulo*. In: FERREIRA, A.P. et al. Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante, 2012.

_____. *A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo*. In: BAENINGER, R. Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. *Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo*. In: LANNA, Ana, L.D. (org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

STRAUSS, C.L. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR. *Cortiços: a experiência de São Paulo*. São Paulo, 2010.

TROLL, Carl. *El paisaje geografico y su investigacion*. In: MENDOZA, J.G. et al. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza, 1982.

TUFFANO, Douglas. *Guia prático da nova ortografia*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

VALLADARES, Licia. *Os dez mandamentos da observação participante*. Resenha. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.22 Nº63.

VÉRAS, M.P.B. *Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial*. *Análise Social*, Vol. 127, 1994.

VIDAL, Dominique. *Convivência, alteridade e identificações: brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo*. In: BAENINGER, R. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

VITORINO, B.B. *Patrimônio ameaçado: os grupos residenciais construídos até 1930 no Brás, Mooca e Belém*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2008.

WAGNER, P.L. *Cultural landscapes and regions: aspects of communication*. In: *Man, space and environment: Concepts in contemporary human geography*. Londres: Oxford University Press, 1972.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 02. Brasília: Editora da UNB, 1999.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. EDUSC: Bauru, SP, 2001.

WHYTE, W.F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

WYLIE, John. *Landscape*. London: Routledge, Nova Iorque, 2000.

XAVIER, I.R. *A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade*. In: BAENINGER, R. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

7. ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista realizada em 23/08/2012.

Irmã Maria Menis, 96 anos, enfermeira. Veio para São Paulo com 8 anos de idade. Nasceu em Dobrada, interior de São Paulo. A casa de sua família localizava-se na rua Silva Jardim, no Brás. Trabalha há 45 anos no colégio Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA). Estudou enfermagem na Escola Marillac, no Rio de Janeiro.

Entrevistadora: Irmã Menis, conte como era o Belém quando a senhora chegou.

Irmã Menis: Na rua Silva Jardim, era quase mato, nossa, tinha só chácara, sabe. Só chácaras e chácaras, era flores e verduras, sabe. O Belém tinha muito mato, aqui. Porque passava o trem né, pra gente ir na igreja ou vir no Largo São José, precisava atravessar a linha do trem, então a gente morava perto de um Largo, o Largo Ubirajara, não tem? Perto do viaduto? É aquele larguinho, então lá era tudo chácara, tudo chácara, nossa. A gente morava ali por quê? Um tio tinha dado uma casa para os meus avós e como nós viemos ali de Dobrada, do interior, a gente ficou lá morando com a avó, porque ele fez outra repartição nos fundos para a minha mãe e nós éramos quatro, três filhos, um nasceu lá, já faleceram os dois, o mais velho e uma caçula. Eu sou a segunda. Meus avós eram italianos, minha mãe nasceu em Veneza, tudo italiano, meu pai.

Ent.: Irmã, a senhora se lembra das indústrias que havia no bairro?

Irmã: Tinha a Matarazzo,

Ent.: Como eram as ruas?

Irmã: As ruas eram todas de terra, nossa...

Ent.: Em volta do largo do Belém sempre foi comércio?

Irmã: Olha lá tinha só árvores, não tinha assim como tá agora, faz pouco tempo que está assim (não sei se ela entendeu, mas muitos prédios do entorno do parque datam do início do século XX). Mas era só matinho, árvore e chão.

Ent.: E o bonde, a senhora o utilizava?

Irmã: Passava o bonde aqui, pegava o “cara- dura” que era o fim, pagava um tostão né, os outros pagavam dois tostões, ele era o mais barato. Mas depois, quando começou a melhorar a situação, a gente pegava ônibus né, mas nossa, a gente pegava muito bonde.

Ent.: Irmã, tinha água encanada na sua casa.

Irmã: Olha, algum lugar que tinha, não era todo lugar que tinha encanamento, demorava muito para fazer encanamento, era muito caro.

Ent.: E havia luz elétrica?

Irmã: Em nossa casa sim, algumas não tinha né. Na rua era só lampião né, seis horas vinham os homens acender o lampião e ficava até de manhã, depois eles apagavam. Tinha guarda noturna, mas tinha que pagar, mas mesmo assim eles roubavam, coitados. As casas eram de assoalho de madeira. Todo mundo que fazia, gostava de pôr assoalho.

Ent.: Qual era a ocupação dos seus familiares?

Irmã: O meu avô veio do interior pra cá já com uma idade avançada, estava aposentado já. Lá tinha uma chácara, meu pai também tinha chácara, venderam tudo e vieram para cá.

Ent.: Eles trabalharam aqui?

Irmã: Meu pai trabalhou em uma fabriquinha de redes de estufa, fazia aquele rede, agora nem fazem mais, antigamente faziam uma rede no estuque né. Ele fazia isso, era aqui pertinho, perto de casa.

Ent.: No Belém tinha bastante fábrica?

Irmã: Tinha bastante fábrica, nossa, essa do Matarazzo, a Zélia, ainda vive né, a Zélia. Aqui na rua Martim Afonso tinha duas fábricas, aqui onde estão fazendo agora prédios, era uma fábrica enorme de seda. Minha irmã chegou a trabalhar nessa fábrica aí, na rua Conselheiro Cotegipe.

Ent.: A senhora tem alguma lembrança do rio Tietê?

Irmã: Lembro sim, porque ele passava, num era assim grande, era bem menor, mais estreitinho né. Ele vinha do Ipiranga né, vinha e passava....não me lembro muito... A gente ia trabalhar, ia e vinha... tinha muito mato em volta dele. Tinha muita chácara aqui. Flores, verduras... quando a gente precisava de flor para a igreja, a gente ia comprar nas chácaras. Frutas e legumes também!

Ent.: Irmã, a senhora se lembra como ficava o bairro quando chovia?

Irmã: Nossa senhora! Quando chovia ficava brejo, era sapato sujo, nossa, agora nós estamos no paraíso. Quando chovia demais o rio enchia muito.

Ent.: Irmã, antigamente, quando a senhora aqui chegou, na Avenida Celso Garcia, no Brás, sempre teve comércios?

Irmã: Ali sempre foi comércio, com muitos imigrantes, camelôs, né... Eles vinham de todos os lugares né, porque eles falavam línguas diferentes, até a gente entender o que eles falavam.

Ent.: Irmã, como era a Avenida Salim Maluf antes?

Irmã: Olha, ali era um rio, um riozinho, porque eu lembro, eu ia dar catecismo, porque eu estava na Paróquia né, eu ia dar catecismo na beiradinha do rio, porque lá tinha bastante árvore e passava o rio, então lá ai nessa salim maluf era um riozinho que passava, daí depois foram alargando, alargando e tiraram o rio, não sei onde foi parar o riozinho, engraçado né, sumiu o rio!

Ent.: Ali onde agora é o metrô, o que era antes?

Irmã: Ali tinha a linha do trem, do lado tinha a linha do trem, era a rua que a gente atravessava né, era uma rua que era sempre um perigo, porque a gente tinha medo do trem, porque tinha uma curva, eu sei que o trem vinha de longe e apitava né... Precisava de cuidado para atravessar a linha do trem. Magina, fizeram o viaduto, nossa, melhorou muito né, essas pontes, ajudou bastante né.

Ent.: Na época tinha muito carro?

Irmã: Não, não tinha muito carro não, era mais bicicleta, carrocinha, charrete.

Ent.: A senhora fez a escola aqui?

Irmã: Olha, eu estudei no Colégio Amadeu Amaral, era assim mesmo, do jeito que é hoje. Professoras muito boas, nossa quando eu falei para elas que eu seria irmã, nossa elas ficaram felizes da vida. Nossa eu tenho uma aluninha que vai ser irmã. Depois eu estudei muito aqui (no colégio INSA), pois aqui eu fui irmã e depois eu fui para o Santa Inês, Bom Retiro, depois fui para Guaratinguetá, para fazer estágio né, para ser irmã precisa estudar né. Depois fui para o Ipiranga, no noviciado, lá eram as noviças. Depois quando fiz noviça, fui ser irmã, já no primeiro ano, me mandaram para Ponte Nova, Minas Gerais.

Ent.: Aqui no Belém havia muitas casas alugadas, pensões?

Irmã: Tinha sim, muita casa alugada aqui, nossa mãe, aqui era tudo alugado, casinhas pequenas dos dois lados, depois que foi demolindo, fazendo prédios. Ainda tem casas aí do nosso tempo. Era caro construir casa naquela época.

Eu assisti à três cirurgias do coração. A primeira foi uma irmã nossa que estava com a válvula mitral entupida. Depois uma irmã do Recife, no hospital São Paulo, que estava com problemas na válvula mitral. A última foi com o Dr. Alípio, nossa que mãos delicadas, nossa a madre superiora pediu porque o paciente, advogado não queria operar, estava com medo, então eu falei para ele que eu ficaria ao lado dele. Então foi assim que eu assisti a três cirurgias do coração. Eu tinha 50, 55 anos... essa época.

Ent.: Como era o clima aqui no Belém?

Irmã: Aqui sempre foi assim, não muito quente, mas quando faz frio, é muito frio, sempre ventou muito.

ANEXO 2

Entrevista realizada em 03/10/2012.

Adelelmo Ponchirolli Netto, 74 anos, habitava com a família à Rua Toledo Barbosa. Estudou na escola da Vila Maria Zélia e depois foi para a Amadeu Amaral, no largo do Belenzinho. Pelo o que Seu Adelelmo descreveu, o bairro do Belenzinho na década de 1940 possuía a seguinte paisagem:

Entrevistadora: Sr. Adelelmo, conte como era o Belém e o Brás em sua infância.

Sr. Adelelmo: Olha filha, o Belém era assim... Na rua onde eu morava, ela era toda de terra. Não tinha saneamento básico, a água passava em canaletas (valas) cavadas no chão, do lado do meio-fio da calçada. Só aqui, a Rua Herval tinha paralelepípedo por conta dos moradores ricos que colocaram paralelepípedo pra passear com seus carros e a gente ficava ali no Largo do Belém paquerando as moças, os rapazes que tinham mais condições né... e também na Avenida Álvaro Ramos, porque passava o bonde. Bom, aqui e no Brás tinha bastante indústria que era onde o povo trabalhava, onde meus pais trabalharam e eu também. Sempre teve bastante comércio na Avenida Celso Garcia e as fábricas ficavam de um lado da avenida e o comércio do outro.

Ent.: Dizem que na Avenida Salim Maluf antes passava um córrego...

Adelelmo: Sim, sim é verdade. Lá era a passagem de um córrego, que a gente que era criança, brincava muito lá. Mais perto do rio Tietê, os adultos caçavam rãs para comer. Então, do outro lado do córrego tinha muita indústria. Sabe onde hoje é o Carrefour? Então lá tinha uma indústria acho que de tecidos... não me lembro o nome, não era a Santista... Estas fábricas soltavam sabão no córrego e o povo usava para lavar roupa, mas tinha muita soda nele, eu me lembro porque ficávamos com a mão machucada. Agora eu me lembrei.... Que o povo pescava cará no rio Tietê e também tinha as regatas famosas que juntava uma multidão. E os jovens iam na borda do rio, que o pessoal montava ali um cocho, sabe o que é um cocho? É como uma “piscina” na beira do rio. O rio Tietê enchia e então tinha uma espécie de porteira de madeira que prendia a água ali e o pessoal ficava nos dias quentes....nossa! Era tão bom...

Ent.: Sr. Adelelmo, em sua época havia chácaras no Belenzinho?

Adelelmo: Nossa, tinha sim filha... Aqui, lá mais pra cima da Salim, tinha um índio que vivia em uma taboa de bambu e caçava preás. Atrás da sua casa tinha muita, mas muita chácara ali que a gente pegava fruta e folhas. Ali também na Celso Garcia, tinha muitas chácaras na minha época, porque pra gente chegar no rio, a gente passava por meio do mato.

Ent.: Quais fábricas tinham aqui no Belém?

Adelelmo: Tinha muita fábrica de vidro, principalmente ali perto do metrô, porque ali tinha muita nascente né, o Belém tinha muita nascente que a gente pegava água de lá...

Ent.: Sr. Adelelmo, o senhor falou que tinham as famílias ricas que moravam na Rua Herval e a situação das famílias com menos condições?

Adelelmo: Olha filha, aqui no Belém tinha de tudo, família pobre, que era a maioria, famílias ricas, família de comerciantes e industriais, muitos pequenos negócios, muitas gráficas. Agora ali na Toledo Barbosa com a Redenção, havia um cortiço só de negros, eu lembro, mas faz tempo que já demoliram. Muitas das casas aqui do Belém, o negócio da família ficava na parte de baixo ou na frente da casa, como você sabe, né?

Ent.: E as enchentes do rio Tietê, o senhor testemunhou vários eventos?

Adelelmo: Vixi filha, enchente era certa nos dias de chuva... Olha na década de 1980 eu trabalha lá na Transitória [Casa Transitória Fabiano de Cristo] e a cheia do rio foi tanta que alagou a parte de fora e alcançou a casa dos velhinhos...Nossa! Ficamos desesperados, mas não teve nada de grave. Porque sabe onde tem a favela lá hoje? Então ali tem uma rua que nessa época passava um córrego que vinha lá dos bombeiros e caia no rio....As águas lá de cima desciam e enchiam esse córrego que alagava tudo em volta...

Ent.: Sr. Adelelmo, qual era o divertimento dos trabalhadores na época?

Adelelmo: Nossa filha, tinha tanto teatro e cinema aqui, não chega nem ao que tem hoje nesses *shoppings*. Tinha o Teatro Colombo, o Teatro Oberdan que acabou tudo né, no Brás. Lá era o centro de tudo de cultura assim...E você sabe que eu me lembrei que tem um setor da Transitória que chama-se Batuíra? Então tinha uma ave lá onde hoje é o Parque D. Pedro que se chamava Batuíra...

ANEXO 3

Entrevista realizada em 05/02/2013.

Ana Rosa dos Santos, 58 anos, nasceu no semiárido baiano, na cidade do educador Anísio Teixeira, em Caetité. Chegou a São Paulo em janeiro de 1968, desembarcando na estação do Brás junto com sua mãe viúva e mais quatro irmãos.

Entrevistadora: Ana, conte um pouco como era a sua vida quando chegou à São Paulo?

Ana: Ah, a vida era muito difícil né...Mãe com a gente, só dois irmãos mais velhos tinham casado. A gente precisava ir para a escola e logo mãe tratou de bater de porta em porta para conseguir qualquer emprego, que fosse descente né, para nós.

Ent.: E vocês moravam onde?

Ana: A primeira pensão onde moramos, ficava na Alameda Eugênio de Lima. Nós éramos cinco irmãos mais mãe, dividindo um cômodo onde a gente dormia e cozinava. A pensão era de um casal de portugueses e me lembro que mãe pedia podia passar fome, mas sempre separava o dinheiro do aluguel, que acho que custava uns sessenta cruzeiros na época. Nessa pensão, tinha quartos mais caros, onde as moças moravam, o nosso fazia parte dos mais baratos, o banheiro era coletivo e o lugar para lavar roupa também.

Ent.: E vocês ficaram muito tempo nesta pensão?

Ana: Eu me lembro que chegou um tempo que o aluguel ficou caro e mãe não tinha como pagar... Daí fomos embora para a Vila Guarani onde moramos, por um tempo, no porão de um cortiço. Ah, sim... esse era cortiço mesmo. Imagina, as pessoas andava no andar de cima e caía pó em cima da gente (risos). Mãe não conseguiu ficar e saímos logo, fomos então para a rua Arthur Prado em um cortiço que tinha, também era um pouco bagunçado sabe, mas mãe trabalhava bastante pra que nosso cantinho ficasse sempre limpo...

Ent.: Ana, o que você se lembra desta época, na pensão, de algum acontecimento que te marcou?

Ana: Olha só, eu me lembro que a gente ficava em casa, na janela e uma vez, eu vi o Roberto Carlos gravando um filme. A gente ficou tão animados, era tanta gente em volta dele! Então, perto de onde a gente morava, tinha uma igreja onde aos sábados, mãe ia pegar sardinha embrulhada no jornal, que os padres davam... Era nosso alimento, mãe fazia com farinha e comíamos com alegria. A gente saía para ir à missa e víamos os carrões das madames passando, as moças com vestido bonitos e nós com fome, não reclamava, porque mãe não tinha mesmo...

Ent.: Nesta época então, vocês passaram necessidades...

Ana: Nossa... mas como a gente sempre foi muito pobre, não ficávamos assustados com dormir sem comer ou ter uma refeição apenas no dia. Olha, se não fosse o Odilon, um primo meu que veio pra São Paulo antes e ajudou todos os baianos lá de Caetité, eu não sei viu, porque mãe, muitas vezes mesmo, não tinha dinheiro para comprar comida e ele voltava do trabalho e trazia arroz e feijão para nós... a vida dos baianos aqui em São Paulo não foi fácil, viu?

Ent.: E como era a relação de vocês com os paulistanos?

Ana: As pessoas, os paulistanos puros né, diziam que a gente era povo de cortiço e tinha preconceito da gente, tudo pobre e humilde. Mas... não era cortiço onde eu morava, era nossa casa, o lugar que tínhamos condições de viver né. Eu me lembro que mãe fazia um café tão gostoso que a vizinha, sempre que podia, pulava a janela e tomava o café que ela deixava em cima do fogão. A vida lá era assim, todo mundo se ajudava, a gente era tudo novo, passava necessidade, mas sempre tinha alguém que ajudava...

Anexo 4

Entrevista com dono da quadra poliesportiva. Entrevista realizada em 10/03/2012.

Entrevistadora: Há quanto tempo o senhor mora aqui no Belém?

Morador 1: No Belém, desde 99, há mais de dez anos.

Ent.: O senhor sabe da presença dos bolivianos aqui no bairro, como o senhor os vê?

M1.: Aqui pra mim é uma fonte de lucro, porque eles fazem o campeonato aqui comigo o ano todo, sábado e domingo.

Ent.: Só boliviano participa do campeonato ou tem brasileiro também?

M1.: Só o grupo deles.

Ent.: O senhor sabe por que eles vieram para o Brasil?

M1.: Olha, uma grande maioria eu sei que vem fugido, tentar a sorte, muitos já estão voltando porque não está dando certo aqui, a maioria trabalha em costura para os próprios bolivianos que possuem oficina né. Mas a maioria veio por causa das condições de lá, tem muita gente boa né, muito bem de vida aqui.

Ent.: O senhor se relaciona com algum, tem amizade?

M1.: Não amizade, só profissional aqui, conheço a maioria por nome, mas só este relacionamento comercial.

Ent.: E eles falam bem o português?

M1.: Sim, a maioria se expressa muito bem.

Ent.: Há quanto tempo eles utilizam este espaço?

M1.: Uns três, quatro anos.

Ent.: E eles são bons clientes, na sua opinião?

M1.: São, são muito bons clientes. Eles fazem um campeonato que vai o ano todo aqui. Masculino, feminino, que eles chamam de damas né e com os pequenos, as crianças.

Ent.: Eles se organizam entre eles...

M1.: Eles se organizam em duas turmas, uma é aquele Grêmio 15 de Agosto e o outro é Los Rijos de Aroma, são duas turmas diferentes, essas não se misturam.

Ent.: E eles utilizam este espaço nos mesmos dias que os brasileiros utilizam?

M1.: Na realidade o que acontece, como eles locam pra mim anualmente, por exemplo este pessoal aqui loca anual (Grêmio 15 de Agosto), então eles começam a jogar sábado à tarde e vai até à meia noite. Aí quando tem campeonato o espaço é dele, já o outro pessoal de lá (Los Rijos de Aroma), dá uma parada no final do ano porque eles viajam muito, mas utiliza no domingo, então vai das dez da manhã até umas sete da noite, é esta turma de domingo.

Ent.: O senhor acha que eles vindo para o Brasil é bom para o país de alguma maneira?

M1.: Pra mim sim, como eu disse, mas se você considerar o desemprego que existe, eles são uma mão de obra que está tomando o emprego do brasileiro.

Anexo 5

Entrevista com dono da tapeçaria, vizinho de casa de bolivianos. Entrevista realizada em 10/03/2012.

Entrevistadora: Faz quanto tempo que o senhor mora aqui no bairro?

Morador 2: Mais de dez anos.

Ent.: O senhor sabe da presença dos bolivianos aqui?

M2.: Tem, tem bastante boliviano.

Ent.: E como o senhor vê estes novos moradores?

M2.: Olha não tem diferença nenhuma, eles não perturbam ninguém, são vizinhos, nem falam nada, não perturbam ninguém.

Ent.: E o senhor sabe por que eles vieram para o Brasil?

M2.: Acho que aqui tem mais condições de trabalho né.

Ent.: O senhor já chegou a conversar com algum?

M2.: Já, já conversei com os vizinhos, mas pouquinho coisa muito de leve.

Ent.: E o que o senhor achou deles?

M2.: Não, eu não tenho o que achar deles, motivo nenhum. Nem ruim, nem bom, não brigam, nada, só trabalham. As relações que eles têm aí de trabalho é que perturba eles, com máquina ligada até tarde, mas é só trabalhando.

Ent.: Aqui ao lado é uma oficina de costura?

M2.: Sim, é uma oficina, eles trabalham até tarde.

Ent.: A presença deles no Brasil é positiva ou negativa para o país?

M2.: Ué, isso é um problema que eu não sei né, é bom né porque quem trabalha é bom né, deve pagar impostos, não deve? Deve pagar o que eles fazem aí né, acho que é bom.

Ent.: E como o senhor acha que eles devem vir para cá, o senhor acha que estão ilegais no país?

M2.: Olha, esse é outro problema que eu também não sei, do jeito que eles vem eu não sei, mas que eles vem, eles vem! Chega aqui já tem um monte de filho que é pra não ir embora, não é isso? Mas é... problema deles né, não tem jeito não, consomem tudo o que tem no bairro, gastam pra caramba.

Ent.: E eles já requisitaram algum serviço de sua tapeçaria?

M2.: Não, não, eles não pedem nada, eles não falam nada, só trabalham, trabalham muito.

Anexo 6

Entrevista com dona do armário, vizinha de bolivianos. Entrevista realizada em 11/03/2012.

Entrevistadora: Há quanto tempo que a senhora mora aqui no bairro?

Moradora 3: Há 74 anos.

Ent.: A senhora sabe da presença dos bolivianos aqui no bairro?

M3.: É difícil viu, eu acho que eles são mais fechados, eles trabalham bastante né, você não vê uma criança deles jogada pela rua, vão para a escola né. Única coisa que a gente vê, é que eles moram muita gente em uma casa só. Um pouco antes da esquina mora um batalhão lá dentro da casa. Só que você não vê eles na rua, discussão, nada, são bastante discretos.

Ent.: A senhora sabe por que eles vieram para o Brasil?

M3.: Acho que lá eles passam fome né.

Ent.: A senhora já chegou a se relacionar com algum deles ou conversar?

M3.: Eles vem né comprar muita linha, muita agulha pra máquina. São uma gente legal.

Ent.: E eles falam o português?

M3.: Mal né, mas dá pra gente entender né, quando não entende eles fazem alguma mímica que dá pra entender.

Ent.: O que a senhora acha da presença deles no Brasil para o país?

M3.: Bom eu acho que não é porque é mais miséria né, porque eles tomam conta né do INPS, daqueles SUS lá, o posto de saúde é assim deles, porque eles também não tem muito recurso né, eu acho que é mais problema para o Brasil né.

Anexo 7

Entrevista 5- Dono de vidraçaria. Entrevista realizada em 11/03/2012.

Entrevistadora: Há quanto tempo você mora aqui no bairro?

Morador 4: Há uns vinte anos mais ou menos.

Ent.: Você sabe da presença dos bolivianos aqui no bairro?

M4.: Sim.

Ent.: E como você vê a presença deles aqui?

M4.: São meio acho que ilegais a maioria né. Porque não sei nem se tem documento né, porque uma vez o meu irmão atropelou um filho do boliviano aí não queria nem fazer B.O. nem nada porque tava clandestino aqui no Brasil. Mas eles são super “de boa” eu acho.

Ent.: Você sabe por que eles vieram para o Brasil?

M5.: Trabalhar né, a maioria trabalhar com costura, aqui mesmo tem um monte, tá vindo bastante boliviano pra cá.

Ent.: Você já chegou a se relacionar com algum deles?

M5.: Ah, tem bastante cliente que é boliviano. Eles vêm comprar vidro, às vezes moldura.

Ent.: E eles são bons clientes?

M5.: Pagam direitinho, alguns falam bem o idioma...

Ent.: Você acha que eles são uma presença negativa ou positiva para o Brasil?

M5.: Eu acho que o Brasil a porta é aberta né, tem não tem que ter discriminação de raça, por

mim eu acho que não atrapalha em nada, na minha opinião. Eu acho que é um país livre, não vejo eles de forma ruim para o bairro, eu acho até que eles são muito esforçados, eles trabalham mesmo.

Após desligar o gravador, o entrevistado disse: Eu conheço uma casa, oficina né, que os costureiros se revezam em dois turnos de doze horas. Este lugar não para, funciona direto. Fiquei sabendo que recebem 0,24 centavos por peça costurada. Os donos das confecções aparecem aí com um furgão onde trazem as peças e eles montam as roupas. Eu vejo também que os bolivianos trazem sacos e mais sacos grandes de batata e fica só com isso a semana toda acho... Na verdade, eu acho que existem mais pontos negativos do que positivos na presença destes imigrantes, porque mesmo que o Brasil seja um país livre, esses imigrantes sempre vão ficar “sobrando” né e tomando o emprego dos brasileiros.